



Universidade de Brasília (UnB)  
Centro de Excelência em Turismo  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

## **DE CEMITÉRIO DE IDEIAS A EMBRIÃO DE SEMENTES**

Uma experiência sobre a mobilização social em Fernando de Noronha

**ALICE WATSON CLETO**

BRASÍLIA,  
JULHO, 2013.



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

## **DE CEMITÉRIO DE IDEIAS A EMBRIÃO DE SEMENTES**

Uma experiência sobre a mobilização social em Fernando de Noronha

Alice Watson Cleto.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo, no Centro de Excelência em Turismo (CET), da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lucia Gomes Brasileiro.

BRASÍLIA,  
JULHO, 2013.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.  
Acervo 1010173.

C634c	<p>Cleto, Alice Watson.</p> <p>De cemitério de ideias a embrião de sementes : uma experiência sobre a mobilização social em Fernando de Noronha / Alice Watson Cleto. -- 2013. xii, 192 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2013. Inclui bibliografia. Orientação: Iara Lúcia Gomes Brasileiro.</p> <p>1. Turismo - Fernando de Noronha, Arquipélago (PE). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Participação social. 4. Sustentabilidade. 5. Comunicação - Aspectos sociais. I. Brasileiro, Iara Lúcia Gomes. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 338.482.2:502.3</p>
-------	--



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

## **DE CEMITÉRIO DE IDEIAS A EMBRIÃO DE SEMENTES**

Uma experiência sobre a mobilização social em Fernando de Noronha

Alice Watson Cleto

Banca Examinadora:

---

Orientadora Profa. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro  
(Universidade de Brasília)

---

Examinador interno Profa. Dra. Karina e Silva Dias  
(Universidade de Brasília)

---

Examinador externo Profa. Dra. Ivany Câmara Neiva  
(Universidade Católica de Brasília)

---

Examinador Suplente Prof. Dr. Domício Alves Cordeiro  
(Universidade Federal Rural de Pernambuco)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram da construção coletiva deste trabalho, seja com ideias, livros, inspirações várias ou palavras de ânimo que me incentivaram a chegar até o final. Muitas pessoas contribuíram para que chegasse aqui, amigos, família, professores e colegas de trabalho. Muito obrigada família, especialmente minha irmã Liana e meu avô, pelo apoio nas horas mais precisas e por todo o aprendizado imprescindível para esta conquista.

Obrigada, Felipe, meu cúmplice de vida e de alma. Pela compreensão, pela paciência nas noites viradas; pelos papos acadêmicos esclarecedores; pelo zelo com minha saúde; pela parceria incrível de trabalho em Noronha e pela força-tarefa na reta final. Sem você, a caminhada seria pesada e os frutos não teriam o sabor de uma vitória compartilhada. Obrigada, antes de tudo, por me ensinar a confiar na vontade divina e a acreditar que no final, tudo daria certo. E deu, porque você estava ao meu lado.

Agradeço aos professores que me inspiraram e me acompanharam nesta caminhada acadêmica. À minha orientadora Iara, pelas ideias e por acreditar no meu projeto. Ao professor Domicio, que com sua paixão por Noronha me incitou a registrar a emocionante história da mobilização de 1988 e me deu materiais suficientes para contá-la. À Tânia pelos conselhos na produção do documentário.

No encontro de duas ilhas, Fernando de Noronha e Ilha Grande, nasceu uma grande amizade que tenho muito a agradecer ao Mestrado. Ju, amiga d'ilha, obrigada pela inspiração desde o primeiro semestre, pela companhia nas noites viradas, pela revisão e apoio incondicional. Essa etapa acaba aqui, mas nossa amizade é para sempre.

Meu sentimento de gratidão a Guilherme Abdala, pelos longos e produtivos papos sobre Noronha que muito inspiraram este trabalho. Tita por ser minha eterna base em Fernando de Noronha. Fernando Mesquita pelas horas de conversa e materiais do Senado. Mariana Albuquerque pela articulação e contatos fundamentais para a realização deste trabalho. Marieta Borges pelos preciosos materiais fornecidos. Às instituições que apoiaram a minha estadia em Noronha como ICMBio e Escola Arquipélago.

Esta pesquisa não teria sentido sem meus queridos “alunos” de Fernando de Noronha. A eles, meu mais sincero agradecimento, não só pelos lindos momentos que passamos juntos, mas pelo amor, pelo carinho, pelo aprendizado e por terem despertado em mim uma paixão pela educação capaz de me levar a outros caminhos pessoais e profissionais. Trabalhar com vocês foi a experiência mais gratificante que já tive! Obrigada Alyce, André, Amanda, Eliza, Fina, Douglas, Letícia, Milena, Oséias, Toinho, Rafael. Cosme, Cristiano e todos os outros alunos, e, principalmente, aos professores Rafael, Diógenes, Vivian, e a todos que participaram de alguma forma. Agradeço também aos seres de luz em Noronha que colaboraram com a realização deste projeto e que têm levado união e harmonia para a Ilha!

Agradeço à natureza acolhedora de FN que me cativou desde o primeiro instante e a todos que lutam e sonham com um futuro de cooperação, participação e solidariedade para o Arquipélago. Gratidão, que toda a energia recebida, seja devolvida!

“Nunca duvide da capacidade de um pequeno grupo de dedicados cidadãos para mudar os rumos do planeta. Na verdade, eles são a única esperança de que isso aconteça”.

- *Margaret Mead*

## RESUMO

A Ilha pernambucana de Fernando de Noronha (FN), um dos principais destinos turísticos do Brasil, está a beira de um colapso socioambiental, segundo o Estudo de Capacidade de Suporte (ECS) e Indicadores de Sustentabilidade de Fernando de Noronha (FN), feito pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2009. Noronha opera com uma sobrecarga de cerca de 2000 pessoas e se desenvolve privilegiando o crescimento do turismo e a preservação da natureza em detrimento da qualidade de vida dos moradores. Este quadro de dilaceramento socioambiental pode ser revertido se a comunidade, administração e turistas mudarem seus padrões de comportamento e se mobilizarem para transformar o destino de Noronha. Tendo como inspiração e base o programa *Noronha +20* (2011), um projeto construído na Ilha de forma participativa com o objetivo de promover a gestão socioambiental sustentável de FN, esta pesquisa buscou analisar como seria possível mobilizar a comunidade a participar dos processos decisórios na administração insular. Ao pesquisar o histórico de mobilização na Ilha, uma bela história veio à tona: o movimento “SOS Noronha”, quando toda a comunidade lutou contra a anexação da Ilha a Pernambuco em 1988. Desde então, a comunidade está desunida, perdeu a esperança e vontade de batalhar pelo bem comum e pouco se envolve nos projetos e nas decisões que estão relacionadas diretamente ao seu futuro. Como resgatar esse sentimento que uniu a Ilha inteira em 1988 e usar o aprendizado desse movimento para mobilizar os jovens, única geração ainda capaz de iniciar esse necessário processo de transformação socioambiental? Para buscar essa resposta, pesquisei ferramentas de comunicação para mobilizar os atores envolvidos e produzi com os alunos do ensino fundamental e médio da Escola Arquipélago, única escola da Ilha, um documentário sobre a mobilização de 1988. Mobilizar trabalhando o afeto, a cidadania e a auto-estima são algumas descobertas dessa experiência compartilhada com cerca de 20 jovens noronhenses. A transmissão de saberes entre as gerações e o resgate histórico obtidos com essa pesquisa podem contribuir para propor estratégias visando um planejamento participativo voltado ao desenvolvimento sustentável de Noronha, cenário onde seria possível pensar na retomada do crescimento populacional, no turismo sustentável e, acima de tudo, na melhoria da qualidade de vida dos filhos da Ilha.

**Palavras chave:** Mobilização Social – Comunicação – Fernando de Noronha - Turismo – Sustentabilidade

## ABSTRACT

Fernando de Noronha, an island located neartheast coast of Brazil, in the state of Pernambuco -Fernando de Noronha (FN); one of Brazil's main touristic spots is at the edge of socio environmental collapse, according by the Study of Support Capacity (or Estudo de Capacidade de Suporte (ECS), in Portuguese) and local indicators of sustainability, done by the Ministry of Natural Environment, in 2009. Noronha operates with an overflow of about 2000 people and develops itself favoring the growth of tourism and the conservation of nature in detriment of the local habitant's quality of life. This situation of socio environmental shattering could be reverted if the community, local administration and tourists changed their behavior patterns and mobilized themselves to change Noronha's destiny. Having as an inspiration and ground base the program *Noronha +20* (2011)- one of the first projects built on the island in a participative way and with the goal of promoting a sustainable socio environmental management in FN, this research analyzed how it would be possible to mobilize the community for the participation in the decisive processes of the insular administration. While searching the mobilization history of the island, a handy story came to surface: the "SOS Noronha" movement. A movement when the whole community fought in vain against the island's annexation to the state of Pernambuco, in 1988. Since then, the community has been split, lost all hope and will of battling for the common good and has little involvement in projects and decisions that are directly related to their future. How to redeem this feeling that united the whole island in 1988 and use the lessons learned from this movement to gather the young – only generation still capable of starting the necessary processes of socio environmental transformation? To find this answer, I produced, together with the Escola Arquipélago students, a documentary about the 1988's mobilization. To mobilize working with affection, citizenship and self-esteem are some of the discoveries of this experience shared with about 20 young Noronhenses (people from FN). The passing on of knowledge between generations and the historical rescue attained with this research could contribute to suggest strategies seeking a participative planning, aimed at the sustainable development of Noronha, a scenario where it would be possible to think about the resumption of the population's growth, sustainable tourism, and, above all, the improvement of the island's quality of life.

**Keywords:** Social mobilization – Communication – Fernando de Noronha – Tourism – Sustainability

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Logo do blog “Alice na Ilha das Maravilhas”, onde surgiu a inquietação que culminou neste projeto .....	8
Figura 2: Atobás, pássaros citados nos primeiros relatos sobre o Arquipélago na Praia do Americano.....	19
Figura 3: Morro do Pico visto da janela do avião.....	20
Figura 4: Mapa de Fernando de Noronha .....	21
Figura 5: Carta Náutica Do Arquipélago de Fernando de Noronha em 1926 .....	22
Figura 6: Mabuya, lagarto endêmico de FN.....	23
Figura 7: Divisão do Arquipélago entre APA e Parnamar .....	24
Figura 8: Grupo entrevista com Maílde .....	51
Figura 9: Primeira reunião do grupo na sala do Centro de Geração e Renda, futuro Q.G das gravações. ....	52
Figura 10: Cartaz que funcionou como meio de comunicação entre o grupo.....	54
Figura 11: Entrevista com Dona Nice, Vêa e Admilson Medeiros no Conselho Distrital .....	55
Figura 12: Alunos montam o set para entrevista com Seu Domício .....	57
Figura 13: Equipe reunida na oficina de despedida, no dia 29.04 .....	58
Figura 14: Igrejinha de São Pedro. ....	69
Figura 15: A barqueata em homenagem a São Pedro, em 29 de junho de 1988.....	70
Figura 16: 1ª Reunião no Conselho Comunitário para decidir sobre o movimento contra a anexação.....	72
Figura 17: Jornalistas e ambientalistas desembarcam no Arquipélago .....	82
Figura 18: Cartazes contra a anexação .....	83
Figura 19: Cachorro de Tan pintado contra a anexação.....	84
Figura 20: Iglus do Boldró pichado de “Jamais seremos pernambucanos” .....	90
Figura 21: Mesquita se despede, ao lado de Heleno Armando, de amigos e funcionários do Ibama .....	92
Figura 22: Domício, Heleno Armando e Morena se abraçam e choram após a posse de Penrambuco .....	93
Figura 23: A jornalista Roberta Lottii exige em protesto na Ilha, o direito de ter seu filho em Noronha .....	95
Figura 24: Fernando Mesquita, Dona Nice e Heleno Armando no ato de criação do Parnamar.....	102
Figura 25: Cachorrinho, filho da Ilha, levanta bandeira sobre a necessidade de se pensar o homem como parte integrante da natureza .....	105
Figura 26: Cartaz com queixa contra as catracas da Econoronha .....	114
Figura 27: André Souza, que participou do documentário em manifestação no dia 26 de junho.....	140
Figura 28: Criança exige em manifestação o direito de continuar morando no Arquipélago. ....	148
Figura 29: Manifestantes pedem ajuda para “salvar” as crianças de Noronha.....	159

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico com resultados do Projeto Correio Ambiental .....	145
--	-----

## LISTA DE SIGLAS

- ADEFN** – Administração Estadual de Fernando de Noronha
- ADMFN** - Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha
- APA** - Área de Preservação Ambiental
- APN** – Associação Popular Noronhense
- CELPE** - Companhia Energética de Pernambuco
- COMPESA** - Companhia Pernambucana de Saneamento
- CONTUR** – Conselho de Turismo
- ECS** –Estudo de Capacidade de Suporte e Indicadores de Sustentabilidade de FN
- EMFA** - Estado Maior das Forças Armadas
- FN** – Fernando de Noronha
- IBDF** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICMBIO** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Minter** - Ministério do Interior
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente
- PAE** – Pesquisa Ação Existencial
- Parnamar** - Parque Nacional Marinho (Parnamar),
- PIC** – Posto de Informação e Controle
- RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural
- SEMAS** – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco
- SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- TPA** - Taxa de Preservação Ambiental
- UC** – Unidade de Conservação
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência
- ICCA** - Instituto Cultural e Científico do Arquipélago

## SUMÁRIO

LINHA DO TEMPO DE FERNANDO DE NORONHA.....	1
PERFIL DOS PERSONAGENS.....	4
INTRODUÇÃO.....	7
1 FERNANDO DE NORONHA: O PARAÍSO CONSTRUÍDO NAS RUÍNAS DO PRESÍDIO.....	18
1.1 A história da ocupação e a sustentabilidade de Fernando de Noronha.....	25
1.2 A Sustentabilidade e as Sociedades Sustentáveis .....	32
1.3 O papel da Comunicação e da Mobilização Social na formação de sociedades sustentáveis.....	37
1.4 Uma breve reflexão sobre a comunicação turística .....	39
1.4.1 A comunicação em Fernando de Noronha .....	39
2 CAMINHO METODOLÓGICO .....	42
2.1- Pesquisa-Ação existencial, fenomenologia e a relação sujeito/objeto.....	45
2.2. Incursão Exploratória.....	48
2.3. Experiência para a vida inteira .....	49
2.3.1. Dinâmica das gravações.....	53
3 “1988”: O ANO DAS TRANSFORMAÇÕES .....	59
3.1- A cidadania aporta em Noronha.....	61
3.2 SOS Fernando de Noronha.....	66
3.2.1 E no dia da benção, a Ilha cai por mar .....	68
3.2.2 “Não somos pernambucanos”.....	73
3.2.3 Praianos x Engravatados .....	76
3.2.4 Noronha, uma questão de consciência.....	78
3.2.5 De Território Federal a Autarquia.....	87
4 A CRIAÇÃO DO PARNAMAR, A ENTRADA DO TURISMO E O FUTURO DA ILHA.....	97
4.1 “Criamos uma cobra para depois nos morder”.....	97
4.1.1 “O novo dono da Ilha” .....	113
4.2. “Minha casa virou pousada”: a entrada agressiva do Turismo.....	120
4.2.1. Noronha: o paraíso perdido? .....	128
4.2.2 Novos rumos para o Turismo de Fernando de Noronha.....	132
4.2.3 O turismo sob a égide da sustentabilidade .....	135
5 A MOBILIZAÇÃO EM FERNANDO DE NORONHA.....	139
5.1 Entraves à mobilização na Ilha.....	149

5.1.1 Emancipação Política .....	153
5.1.2 A família.....	154
5.2 O papel dos jovens: futuros líderes? .....	156
5.3 Estratégias de comunicação para a mobilização.....	159
5.4 O recado dos que lutaram .....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXOS .....	178
ANEXO A – EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSTA PELO DEPUTADO NILSON GIBSON PROPONDO A ANEXAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA A PERNAMBUCO .....	178
ANEXO B - EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSTA PELO JOSÉ MOURA PROPONDO A ANEXAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA A PERNAMBUCO .....	183
ANEXO C- MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE EM 02.07.1988 .....	185
ANEXO D - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL DO BRASIL EM 01.09.1988 .	186
ANEXO E - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM 04.10.1988 .....	187
ANEXO F- MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO EM 08.07.1988 .....	188
ANEXO G - CARTA DA COMUNIDADE ENVIADA AOS CONSTITUINTES .....	189
APÊNDICES.....	190
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS QUE FORAM FEITAS PARA A GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO. ....	190



## LINHA DO TEMPO DE FERNANDO DE NORONHA

**1500/1736** Período de abandono, invasões e ocupações temporárias.

**1503** Em 10 de agosto, Américo Vesúcio oficializa a descoberta do Arquipélago de Fernando de Noronha, primeiro batizado de Ilha de São Lourenço. No ano seguinte, a primeira capitania hereditária do Brasil foi doada ao fidalgo Fernão de Loronha;

**1612** Frade francês encontra na Ilha um colono potiguar e 17 índios entre homens e mulheres, que viviam da pesca e sem água doce.

**1626** Posse Holandesa.

**1654** Pernambuco expulsa holandeses.

**1700** A posse é transferida para a Capitania Hereditária de Pernambuco, que nada fez para ocupar a Ilha.

**1736** Ocupação pelos franceses da Companhia das Índias Orientais.

**1737** Retomada por Pernambuco e início da ocupação definitiva do Arquipélago. Foi instalada uma Colônia Correccional e construído um sistema de fortificação. No mesmo ano, há relatos de que houve uma derrubada de árvores de grande porte para evitar a fuga dos presos com canoas. Contudo, pesquisas recentes de vegetação do arquipélago revelam que ela sempre foi de porte arbustivo e herbáceo, o que contradiz os relatos.

**1739** Todos os ciganos do Brasil são desterrados para FN

**1819** Envio de índios para implantarem a prática da agricultura na Ilha.

**1824** Dois anos após a independência do Brasil, a notícia chega a Noronha.

**1877** A Ilha passa a ser comandada pelo Ministério da Justiça.

**1925** Instalam-se os italianos da Italcable, na área onde atualmente está a Praia da Conceição.

**1938** Entrega da Ilha à União para a criação de um Presídio Político, para abrigar os presos das intencões de 1935 e 1937. O interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães cedeu Noronha mediante uma quantia de dinheiro suficiente para construir uma penitenciária agrícola na Ilha de Itamaracá e uma ponte ligando-a ao continente.

**1942** É criado o Território Federal de Fernando de Noronha e instala-se uma grande unidade do Exército Brasileiro. No segundo semestre, após o Brasil entrar na 2ª Guerra Mundial, cerca de 400 homens da Marinha Americana chegam ao

Arquipélago, montando uma base na proximidade da atual pista de pouso. O Exército é responsável por comandar a Ilha.

**Década de 40** Foi instalado um Sistema de Rádio Comunicação do Exército Brasileiro, da Ilha para o Continente.

**1952** Noronha protagoniza a primeira experiência de reforma agrária do país, quando famílias de agricultores e retirantes do Rio Grande do Norte receberam casa para morar na Ilha

**1957 / 1965** – Os americanos instalam Posto de Observação de Mísseis Teleguiados na Ilha. Eles se alojam nas atuais instalações do ICMBio (ex-Hotel Esmeralda) no Boldró.

**1964** Noronha recebe presos políticos em decorrência do Golpe Militar. Entre os presos, estavam os governadores de Pernambuco e do Sergipe, Miguel Arraes e Seixas Dória, respectivamente.

**1974** Os militares do Exército, loucos pelas imagens da Copa do Mundo, conseguiram instalar uma antena no Morro do Francês que captava sinais de péssima qualidade dos jogos.

**1981** O comando da Ilha passa para a Aeronáutica

**1982** A Televisão e o Rádio chegam ao Arquipélago.

**1985** É criada - sem concessão oficial - a TV Golfinho, que retransmitia apenas a programação da Rede Globo nessa época. Um ano depois, começavam a surgir produções locais, como o Jornal da Ilha.

**1986** A Ilha passa a ser governada e comandada pelo Estado Maior das Forças Armadas.

Em junho, é criada a Área de Preservação de FN, que envolvia também o Atol das Rocas e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo

**1987** O comando vai para o Ministério do Interior e o então presidente da República, José Sarney, convida o jornalista Fernando Mesquita para assumir o governo da Ilha. Ele torna-se o primeiro governador civil de Noronha. Criado o Conselho Comunitário, atual Assembléia Popular Noronhense.

**1988 - Abril** – É publicado decreto federal com o primeiro zoneamento ambiental de Fernando de Noronha, chamado Zoneamento “Agroecológico”, que reservava 30% do solo insular para o “uso e ocupação”.

**-29 de junho** No dia da maior festa de Fernando de Noronha, a barqueada de São Pedro, a emenda dos deputados pernambucanos Nilson Gibson (ANEXO

A) e José Moura (ANEXO B) anexando FN a Pernambuco é aprovada pela Assembléia Constituinte por 291 votos a favor, 85 contra e 30 abstenções. Foi a única vez na história insular que os barcos retornaram da procissão antes do término da festa. No dia seguinte, os líderes começaram a organizar o movimento conhecido como “SOS Noronha” para pressionar os constituintes a suprimir essa emenda no segundo turno.

- **Julho** Comitativa de cerca de 20 noronhenses embarca para Brasília de ônibus para fazer lobby no Congresso e ficam lá até a votação em setembro. Ilhéus vão a Recife entregar abaixo assinado para Miguel Arraes contra a anexação. Carta assinada por 17 associações representativas da comunidade noronhense chega às mãos dos constituintes

- **Agosto** Apesar de toda a mobilização da comunidade, a Constituinte vota no 2º turno pela reintegração de Fernando de Noronha a Pernambuco, por 265 votos a favor, 168 contra e 15 abstenções. É criado o Parque Nacional Marinho de FN.

- **Outubro** O então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, toma posse da Ilha, agora Distrito Estadual de Pernambuco sob protestos da comunidade.

- Governantes da Ilha de 1988 a 2013

- Início da massificação do Turismo.

1988 – Cláudio Marinho, 1989 – Roberto Chaves Pandolfi, 1990 -Bruno Ribeiro, Eduardo Pragana, 1991- Domício Alves Cordeiro, 1993 - José Maria Cavalcanti de Olibeira, 1994 – Elias Gomes; 1996 – Tadeu Lourenço de Lima, 1998 – Sérgio José Salles Vaz, 2003- Edrise Aires Fragoso, 2007 – Romeu Baptista.

**1989 Outubro** – É publicada a Constituição do Estado de Pernambuco, determinando que FN seria um Distrito Estadual.

**1995** Aprovada a Lei Orgânica de FN que regulamentava a administração da Ilhae também as eleições e o funcionamento do Conselho Distrital.

**1996** Primeiras eleições do Conselho Distrital de FN, apenas consultivo.

**2001** FN é Tombada pela UNESCO como "Sítio do Patrimônio Mundial Natural", título entregue em 2002.

## PERFIL DOS PERSONAGENS

**Admilson Medeiros** - Está em seu terceiro mandato como Conselheiro Distrital. Foi um dos líderes da mobilização de 1988. É membro da família mais antiga ainda presente na Ilha, uma vez que seu avô, Joaquim Ferreira Gomes, faroleiro da Marinha d Brasil, chegou a Noronha por volta de 1910.

**Domício Alves Cordeiro** - O noronhense Domício Cordeiro nasceu em 1948 e saiu da Ilha para fazer a graduação em Agronomia no continente. Concluiu o doutorado em Ciências do Solo em 1978 e foi convidado a retornar à Ilha por Fernando Mesquita para fazer parte do primeiro governo civil em 1987. Foi administrador da Ilha em 1991. Líder comunitário, foi um dos responsáveis pela criação do Conselho Comunitário e, atualmente, é professor universitário aposentado e empresário.

**Dona Nice** - Pernambucana, Dona Nice chegou a Fernando de Noronha em 1948. Foi uma das fundadoras do Clube das Mães e junto com outras lideranças, fundou e foi a primeira presidente da Assembleia Popular Noronhense. Atualmente, está em seu quinto mandato no Conselho Distrital.

**Dona Nanete** - Aos 82 anos, Ana Martins da Costa parece uma criança. Fuma, bebe, dança e “agita” a vida cultural noronhense. Chegou ao Arquipélago em 1950, vinda do interior do Ceará para visitar um irmão sargento do Exército. Apaixonou-se por Cesário, funcionário federal, e juntos tiveram 14 filhos. É responsável pelos principais eventos culturais de FN, como a Paixão de Cristo, a Quadrilha de São João e o Maracatu Nação Noronha.

**Dona Pituca** - Maria do Carmo Barbosa Dias chegou na Ilha na década de 30 e ali ficou até a morte, em 2012. Era uma lenda em Noronha, cozinheira de mão cheia, foi requisitada a atender os presos políticos em 1964 e, também por causa da boa comida, abriu a primeira pousada da Ilha em 1974. Preparava todos os anos a tradicional peixada na festa de São Pedro e vivia na Casa Paroquial.

**Marieta Borges** - É educadora, historiadora e pesquisadora. Dedicou-se a estudar Noronha há 38 anos. Graças ao seu resgate documental reuniu informações que lhe

permitiram reescrever a história do Arquipélago no livro. “Fernando de Noronha: Cinco séculos de História”. Foi uma das responsáveis pela abertura do Memorial Noronhense-Espaço Cultural Américo Vespúcio, inaugurado em 2013 na Ilha.

**Marcos Souza** - O dono do famoso bar “Gato Mia” chegou ao Arquipélago em janeiro de 1988 para trabalhar na construtora Queiroz Galvão e acabou ficando no território insular. Pai de uma das alunas do projeto.

**Morena** - Ariandna Maria Sampaio, conhecida como Morena, apelido carinhoso que recebeu de seu pai por ser a mais morena dos irmãos. Conhece a ilha há 42 anos, mas mora desde 1987. É rádio-amadora e era dona da Pousada da Morena, que acaba de arrendar.

**Orlando Souza** - Presidente da Associação dos Pescadores (Anpesca), Orlando Souza, 58 anos, chegou na Ilha com um ano de idade. Filho de Salviano Souza, sempre viveu da pesca, tradição que aprendeu desde pequeno com o pai, mas que não pretende que seja a realidade de seu filho, André, um dos alunos que participou da pesquisa

**Pedro Ivo** – Formado em Letras, foi chamado por Fernando Mesquita para trabalhar em projetos no Arquipélago em fevereiro de 1988. Desde então, é professor de Português da Escola Arquipélago.

**Maílde Costa** – Filha de Dona Nanete, Maílde nasceu no continente mas veio ainda menina para o Arquipélago. Formou-se em Economia em Natal e voltou ao Arquipélago convidada por Fernando Mesquita. Atualmente, é professora de Matemática e Astronomia da Escola Arquipélago.

**Renê Jerônimo** - O maratonista e promotor da corrida de rua, Renê Jerônimo, tem 74 anos e mais de 50 entre idas e vindas morando em Fernando de Noronha. Na época dos militares foi expulso três vezes, mas sempre voltou à Ilha amada. Veio trabalhar com a pesca, mas como sempre batalhou pela cidadania na Ilha acabou atuando em várias lutas da comunidade, ganhando o apelido de “Coração Valente”.

**Tinho** - Como as irmãs Maílde e Marilde, Tinho nasceu no continente e veio logo cedo ao Arquipélago. É Conselheiro Distrital e dono do restaurante Palhoça da Colina, onde prepara toda a comida e entretém os seletos clientes.

**Salviano Souza** - O pescador Salviano Souza chegou na ilha em 1957 com um grupo de pescadores de Recife com a missão de abastecer a capital pernambucana de peixes na Semana Santa. A curta temporada acabou se transformando em 52 anos de ilha, onde morreu em 2009. Fundou a Igreja Evangélica na Ilha e foi líder comunitário de vários movimentos. É famoso na ilha por sua prole, a maior de FN, 28 filhos.

**Sandra Veríssimo** - A historiadora Sandra Veríssimo morou em FN por 10 anos na década de 80. Trabalha, atualmente, no Centro de Informação de Fernando de Noronha, do Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

**Véa** - Marilde Costa, filha de Dona Nanete, passou quase a vida inteira na Ilha. Na época da mobilização de 1988, estava em Recife, e apoiou os participantes na confecção de camisetas e envio de prêmios para os bingos.

**Wilson Teixeira** – Nasceu na Ilha há 62 anos, filho de um funcionário da Aeronáutica. Trabalhou vários anos na administração e, desde 1990, trabalha no Ibama, agora ICMbio.

## INTRODUÇÃO



Morro Dois Irmãos, cartão-postal de Fernando de Noronha (Fonte: Acervo Pessoal)

Em 2007, como qualquer outro turista ao chegar pela primeira vez em Fernando de Noronha (FN), rendi-me ao encantamento natural diante de tamanha beleza, fenômeno apelidado pelos nativos de “Euforonha”. A diferença entre a minha percepção e a dos turistas que passam uma semana é que fiquei lá por mais três meses, quando morei na Ilha para ser voluntária no Projeto Tamar e, a partir da terceira semana, comecei a me deparar com as contradições desse “paraíso”. Quanto maior o tempo de permanência na Ilha, maior a percepção sobre o impacto do homem sobre a natureza e o estado de “colapso socioambiental”<sup>1</sup> do espaço insular (ALBUQUERQUE, 2010).

O primeiro choque de realidade foi com a enorme frota de carros, naquela época em torno de 900, para uma rodovia de apenas 6,9 km e uma população de 2.500 moradores. Depois, caminhando na rua onde morava, descobri que era vizinha da Usina Termelétrica, responsável pela produção de 100% da energia na

---

<sup>1</sup> O “colapso socioambiental” será tratado ao longo do trabalho. Seguem algumas constatações deste quadro: sobrecarga de pessoas, geração excessiva de resíduos, falta de silêncio provocado pelo excesso de carros, dependência da comunidade em relação ao Turismo e aos produtos que chegam do continente e um “padrão interacional” marcado pelo imobilismo, individualismo, desconfiança e participação escassa. Os dados foram retirados do Estudo de Capacidade de Suporte (ECS) e Indicadores de Sustentabilidade de Fernando de Noronha, um dos principais documentos utilizados nesta pesquisa.

Ilha. Essa proximidade se mostrou explosiva, literalmente, quando no dia 12 de junho de 2007, a Usina foi incendiada e tivemos que fugir às pressas dos nossos lares para a Escola Arquipélago, no bairro da Floresta Velha, sob a ameaça de que as 250 toneladas de diesel em contato com o fogo fossem capazes de explodir toda a Ilha.

No dia seguinte ao susto, como ainda cursava a faculdade de Comunicação Social na Universidade de Brasília, tornei-me correspondente no *site* do jornalista Ricardo Noblat<sup>2</sup> hospedado no O Globo e comecei a atualizar um *blog* com o cotidiano da Ilha, assunto exótico para os meios de comunicação que antes abordavam apenas o potencial turístico de Fernando de Noronha. Percebi uma necessidade de propor novos papéis para a comunicação no Turismo, ao mostrar a comunidade existente naquele destino e fugindo do viés essencialmente promocional das matérias que abordam o fenômeno.

Ao entrevistar alguns moradores para as matérias do site, percebi que a comunidade precisava de voz, de alguém que pudesse ouvir suas queixas e denunciar a dura realidade em que viviam: sem água, espremidos nos fundos de suas casas que viraram pousadas, sem representação política e com precária qualidade de vida. As personagens entrevistadas queriam mostrar ao Brasil esse outro lado de Noronha, que não aparecia nas matérias sobre o “paraíso ecológico”.



Figura 1: Logo do blog “Alice na Ilha das Maravilhas”, onde surgiu a inquietação que culminou neste projeto. (Fonte: Blog do Noblat)

A comunicação era vista pela população local como um instrumento para mudar a realidade, já que a própria comunidade não conseguia se articular e muitos moradores estavam absorvidos em seus interesses pessoais. Durante um mês escrevi para o blog, até o dia em que resolvi relatar alguns paradoxos socioambientais do

<sup>2</sup> Endereço eletrônico do blog: [www.noblat.com.br](http://www.noblat.com.br).

“paraíso” como o esgoto correndo para a praia, apesar da cobrança da Taxa de Preservação Ambiental; os ofurôs funcionando para os turistas enquanto a população passava 10 dias sem água; entre outras contradições; e a Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha (ADMFN) decidiu me banir da Ilha. Em Fernando de Noronha o administrador, equivalente a prefeito na Ilha, é escolhido pelo governador de Pernambuco e o Conselho Distrital, correspondente à câmara de vereadores do lugar, é eleito pelos moradores, mas não tem poder de legislar, é apenas um órgão consultivo.

Desde então, tenho acompanhado à distância os principais acontecimentos na Ilha e nunca perdi a ligação com o Arquipélago. Trabalhei na Elabore Consultoria Estratégica em Meio Ambiente, empresa contratada pelo Ministério do Meio Ambiente para elaborar o Estudo de Capacidade de Suporte (ECS) e Indicadores de Sustentabilidade de Fernando de Noronha, documento que inspirou este projeto<sup>3</sup>. tive a oportunidade de acompanhar dos bastidores à produção, apresentação e construção do *Noronha +20* (2011). Quando soube que o projeto estava se encaminhando para o “cemitério de ideias”, decidi investigar quais estratégias seriam capazes de mobilizar a comunidade para retomar e cumprir o plano de ações do programa, uma vez que os órgãos públicos pouco fizeram para dar continuidade ao programa. Assim nasceu este trabalho.

A presente pesquisa se propõe a estudar a mobilização social de comunidades em conflitos socioambientais provocados pelo turismo e pela criação de unidades de conservação, delimitando como estudo de caso a Ilha de Fernando de Noronha (FN), localizada a 540 km de Recife, no litoral de Pernambuco.

\*\*\*

“Um paraíso ecológico!” – É assim que a Ilha de Fernando de Noronha é apresentada ao mundo. A maior das 21 Ilhas e ilhotas que compõem o Arquipélago homônimo impressiona os visitantes com seus 17 km<sup>2</sup> de praias “selvagens”, natureza exuberante e uma preciosa beleza cênica. Noronha, com todos estes atributos naturais, não fugiu ao padrão imaginário de paraíso, apelo mais utilizado no

---

<sup>3</sup> O estudo será detalhado nas próximas páginas.

turismo (GASTAL, 2007) e reforçado pelos meios de comunicação que abordam o fenômeno.

O potencial turístico de FN começou a ser explorado pelo Estado brasileiro em 1952, após a instalação do primeiro hotel na Ilha. A partir de 1988, por determinação da Constituição Federativa do Brasil, FN foi reintegrada à Pernambuco como Distrito Estadual, a atividade no Arquipélago ganhou o reforço das operadoras de turismo, que passaram a comercializar o principal produto turístico da Ilha: a natureza. O patrimônio natural quase “intocado” devido à distância do continente atraiu, além do ecoturismo, o reconhecimento de instituições preservacionistas.

Em 2001, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (Unesco) concedeu ao Arquipélago o título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural. O prêmio reforçou a imagem de “paraíso ecológico”, sustentada também pela criação, em 1988, do Parque Nacional Marinho (Parnamar), que abrange 70% do território de Fernando de Noronha e da Área de Preservação Ambiental (APA), correspondente a 30% da Ilha, destinados ao uso residencial de 90% da comunidade. As unidades de conservação noronhenses foram instituídas com base na concepção de áreas protegidas importada dos Estados Unidos que determina a ausência de moradores para a preservação da vida selvagem e privilegia áreas naturais apelativas do ponto de vista estético. Segundo Diegues (2002), este modelo perpetua a ideia de natureza intocada, cria a dicotomia homem-natureza e renova o mito do paraíso terrestre perdido.

A imagem “promocional” da Ilha, criada para ressaltar as virtudes do destino e atrair os turistas contemporâneos, ávidos por lugares de natureza selvagem, onde possam se desconectar da intensa vida urbana, pouco reflete a realidade vivida pelos ilhéus. Após mais de cinco séculos de descoberta e apenas 250 anos de ocupação, o Arquipélago sofre com a ameaça de um colapso geral. O Estudo de Capacidade de Suporte (ECS) e Indicadores de Sustentabilidade da Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2009, apontou a urgência na melhoria dos padrões de ocupação do espaço, exploração ambiental e emissões na Ilha.

Fernando de Noronha é um dos principais pólos turísticos do Brasil. Segundo a Administração da Ilha, em 2012, mais de 67 mil turistas passaram pelo Arquipélago, sem contar os passageiros dos transatlânticos que aportam na Ilha em escalas semanais e podem transportar até 700 pessoas. O “metabolismo

econômico” (ECS) de Noronha gira em torno do turismo e os moradores abdicam de sua qualidade de vida para oferecer o melhor aos turistas, que garantirão o seu sustento. As práticas seculares de agropecuária e pesca, foram limitadas pela criação do Parque Nacional Marinho e da Área de Preservação Ambiental de FN, fortalecendo a entrada do Turismo de forma acelerada e sem planejamento, como única alternativa econômica a partir de 1988.

Caso o desenvolvimento do Arquipélago resulte em um esgotamento dos seus atributos naturais, a população de FN perderá sua principal fonte de renda: o Turismo. Entretanto, o comprometimento do turismo seria apenas uma das consequências da degradação do socioecossistema. Os maiores prejudicados serão os ilhéus, que se encontram em um momento decisivo para o futuro de Noronha. Decidir entre conservar os custos ambientais gerados para suprir os interesses mercantilistas de um turismo sem planejamento ou começar a transformar a realidade para atender as demandas da comunidade local, de turistas conscientes e das futuras gerações.

Segundo o ECS, o complexo turístico emergente no Arquipélago já extrapolou em vários aspectos o nível de risco e os danos são reais e muitos, irreversíveis. Considerando que a população de Noronha é de cerca de quatro mil pessoas flutuantes (a população fixa, segundo o censo 2010 do IBGE é de 2629 moradores), o ECS estima que o socioecossistema, ou ecossistema onde se incluem os humanos, opera com uma sobrecarga de dois mil habitantes. Além da capacidade de suporte, o destino é considerado de “alta vulnerabilidade ambiental” pelo documento, devido à dependência de recursos importados do continente e exportação de resíduos sólidos. A gestão adotada pelos administradores de Noronha, indicados pelo Governador de Pernambuco, somada à sobrecarga humana, aos conflitos socioambientais e ao turismo descontrolado, têm comprometido o sistema. Geração excessiva de resíduos, déficit de moradias, favelização, falta de água, poluição, desigualdade social, perda de habitat de espécies endêmicas e erosão do solo são alguns exemplos apontados pelo ECS (2009).

A fama de destino voltado para o ecoturismo mascara as práticas insustentáveis adotadas na Ilha. Prova disto é a pegada ecológica<sup>4</sup> de Fernando de Noronha, 14% maior que a média mundial (ECS, 2009) e 137 vezes o tamanho da Ilha. O conceito de pegada ecológica proposto em 2007 pela organização World Wildlife Fund (WWF) foi criado para mensurar a quantidade de recursos da natureza gasta para sustentar nosso estilo de vida por meio da estimativa de nossa emissão de carbono. “Ela nos mostra até que ponto a nossa forma de viver está de acordo com a capacidade do planeta de oferecer, renovar seus recursos naturais e absorver os resíduos que geramos”, (WWF, 2007, p.7).

Em 2006, de acordo com dados do ECS (2009), a população ecológica de Noronha emitiu 50 ton/*capita*/ano de carbono e sua pegada ecológica foi de 2,54 hectares/*per capita*, enquanto a do Brasil foi de 2,1 e a do mundo, 2,23. Os grandes responsáveis por estes números são a Usina Termelétrica de FN, ainda responsável por toda a energia produzida na Ilha, e o dessalinizador, que depende da energia do diesel para abastecer a população noronhense de água.

Em 2014, segundo a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), serão implantadas placas fotovoltaicas na Ilha que passarão a responder por 6% do consumo de energia local, economizando 230 mil litros de óleo diesel por ano. O consumo atual é de cerca de 270 mil litros por mês. A proposta é, até 2016, garantir o fornecimento de energia 100% renovável. A usina fotovoltaica demandará investimentos de R\$11 milhões e será construída em uma área de seis mil metros quadrados, em um espaço antes destinado à captação de águas pluviais, chamado pelos moradores de “a placa”.

Entretanto, a matriz energética não é o único fator que contribui para intensificar o quadro de dilaceramento socioambiental da Ilha, a dependência do turismo é hoje um dos principais desafios para a sustentabilidade do lugar. A atividade se transformou na base da economia insular fazendo a população abandonar suas formas tradicionais de subsistência como a pesca e a agropecuária. Os moradores também abdicaram das práticas pelas limitações impostas pelo Parnamar e APA e o sistema insular se torna cada dia mais dependente dos

---

<sup>4</sup> A pegada ecológica, segundo o ECS (2009) é um indicador que estima o impacto de uma população sobre o ambiente em termos de área necessária para a produção de recursos que serão consumidos e assimilação dos rejeitos gerados.

recursos externos. Uma “recessão turística”, segundo o ECS, seria capaz de gerar um colapso social na comunidade ilhéu.

São urgentes a mobilização e a união dos moradores de Noronha para buscar a sustentabilidade na Ilha, só assim seria possível transformar esse quadro de dilaceramento socioambiental. Sociedade local, turistas e instituições públicas trabalhando em conjunto para transformar a realidade noronhense. É isto o que propõe o Programa de Sustentabilidade para o Arquipélago de Fernando de Noronha - *Noronha +20*, um dos resultados do ECS (2009). Construído de forma participativa em 2010 (e publicado em 2011), a proposta estabelece um plano de diretrizes e ações visando a sustentabilidade ambiental, social e econômica do Arquipélago nos próximos 20 anos (2010 a 2030). Para alcançar esta sustentabilidade é necessário um pacto interinstitucional e comunitário, que exigirá esforços e o envolvimento da comunidade local, turistas e governo.

O pacto foi firmado durante as reuniões do *Noronha +20*. As prioridades, ações, indicadores de sustentabilidade e responsáveis foram apontados pela comunidade em oficinas realizadas em 2010 e agora o grande desafio é cumprir o que foi acordado. O presente estudo começou inspirado no *Noronha +20*, buscando evitar que mais um plano tivesse como destino o “cemitério de idéias”, expressão usada por Evaristo de Miranda, que atuou como secretário da ADEFN e em vários estudos sobre o Arquipélago, para definir os numerosos projetos bem intencionados que não saem do papel e morrem em Fernando de Noronha. Em conferência, Miranda explica o significado dessa expressão: “Fernando de Noronha possui numerosos túmulos, mausoléus, campos rasos e tumbas representadas pelos restos e ruínas de projetos bem intencionados, muito dos quais, infelizmente, nem saíram do papel”, (LIMA, 2000, p. 295).

O obstáculo na execução de projetos como este é a mobilização social da comunidade. Mobilizar, segundo Bernardo Toro (1996, p. 26), é “convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados”. O sucesso da conservação ambiental depende do sucesso de cada membro da comunidade (CAPRA, 2002) e dos atores sociais envolvidos se sentirem co-responsáveis no processo de mudança (HENRIQUES, BRAGA, MAFRA; 2000). Sob esta perspectiva, o primeiro problema de pesquisa foi encontrar uma forma de mobilizar a comunidade para cumprir os acordos propostos pelo *Programa Noronha +20*. A proposta inicial era utilizar estratégias de comunicação para conscientizar a

comunidade e motivá-la a participar do processo de transformação necessário para a sustentabilidade da Ilha. Preocupada com os resultados do ECS que traziam previsões catastróficas, procurei inserir no debate a comunicação no sentido de contribuir para reverter o eminente colapso socioambiental. A primeira questão foi analisar de que modo os processos comunicacionais poderiam contribuir para a mobilização de comunidades em conflitos socioambientais.

No entanto, na incursão exploratória, realizada em fevereiro de 2012, com o objetivo de traçar um diagnóstico da comunicação e mobilização social na Ilha, a pesquisa tomou outro caminho. Descobri que o *Noronha +20* não havia sido lançado<sup>5</sup>, e quase ninguém mais falava dele em Noronha. Como mobilizar a comunidade, no entanto, ainda continuava sendo um problema geral na Ilha, um dos maiores desafios para os gestores que entrevistei. Os depoimentos despertaram o interesse mais para entender a questão da mobilização em si no Arquipélago do que a sua aplicação. Outro fato que se destacou nos discursos foi a mobilização contra a anexação do Arquipélago a Pernambuco, na época do primeiro governo civil da Ilha, sob o comando do jornalista Fernando Mesquita, de 1987 a 1988.

A história dessa mobilização acabou se transformando em uma forma de buscar o envolvimento da comunidade para a compreensão do assunto “sustentabilidade” e para a mobilização. Ouvir os relatos emocionados sobre essa luta comum<sup>6</sup> me motivou a fazer um documentário não só para registrar a memória e evitar que ela morresse na imensidão azul da Ilha, como também para deixar uma ferramenta para que os ilhéus possam utilizá-la futuramente na mobilização da sociedade insular. O problema passou então a ser como mobilizar a comunidade noronhense, por meio de estratégias de comunicação e resgate histórico e cultural da Ilha. O primeiro passo foi estudar a conjuntura que favoreceu a mobilização de 1988 para descobrir o que faria os noronhenses se mobilizarem atualmente em prol de um bem comum e o que impede essa mobilização hoje em dia. Assim, analisando os entraves à mobilização seria possível propor caminhos para a participação da comunidade nos processos decisórios relativos ao futuro e à qualidade de vida insular, objetivo geral desta pesquisa.

---

<sup>5</sup> O programa foi lançado oficialmente em junho de 2013.

<sup>6</sup> O movimento “SOS Noronha” como ficou conhecida essa mobilização, será abordado no segundo capítulo.

Estudando a sociedade ilhoa, concluí que o melhor público para trabalhar a mobilização e a produção do documentário seria o jovem, por isso entrei em contato com a Escola Arquipélago para propor o projeto “Documentário sobre a Mobilização Noronhense”. O intuito da proposta era produzir com os alunos um documentário sobre a mobilização de 1988. Mais do que reconstruir uma história que estava sendo perdida, visto que muitos participantes do movimento, como Dona Pituca, Seu Salviano e Heleno Armando já faleceram, e outros estão em idade avançada, o objetivo de gravar o documentário sobre a mobilização com os jovens foi promover o encontro de saberes entre as gerações. O documentário incentivou os jovens a descobrirem sua própria história e, assim, despertar o potencial de serem os novos líderes na Ilha, responsáveis por lutar pelas transformações necessárias à sustentabilidade da Ilha.

“O movimento de 88 apresenta-se como o mais importante da história de Fernando de Noronha, pois foi a única vez em que a comunidade inteira se mobilizou para dizer: não somos de ninguém”, afirmou a conselheira distrital Marilde Costa (Véa). Para reconstruir essa mobilização por meio da história oral, ou seja, pelo registro dos fatos na voz dos protagonistas, fez-se necessário entender o contexto em que a comunidade insular estava inserida no ano de 1988, analisando e cruzando informações de múltiplas fontes como documentos e jornais da época, além das fontes orais: os personagens que participaram do movimento. Por meio dos relatos, foi possível analisar como a anexação a Pernambuco, a entrada do Turismo e a criação do Parnamar, todos no ano de 1988, afetaram a capacidade de mobilização da comunidade.

Os jovens foram responsáveis por todo o processo de produção do documentário, desde a escolha dos personagens até as entrevistas. O objetivo com o documentário era explorar uma ferramenta de comunicação que, ao mesmo tempo mobilizasse os jovens, e retratasse a mobilização social em si, despertando o interesse dos envolvidos na história e na luta da comunidade. Demonstrar a importância do papel da comunicação, aqui considerada como a base de qualquer mobilização e diálogo, foi um dos objetivos da produção de um documentário com os alunos da Escola Arquipélago. Os alunos puderam vivenciar na prática o poder da comunicação e como ela poderia ser utilizada para convocar voluntários para uma causa comum (neste caso resgatar e registrar um momento histórico da Ilha que estava caindo no esquecimento). Entenderam que, antes de tudo, a comunicação

remete ao estar junto, à partilha, ao dividir um momento, uma emoção. Afinal, como ressalta Maffesoli:

Vibra-se em comunicação com alguns, obtendo-se também nesse processo informações, e não com outros. As relações de empatia são decisivas na estruturação do tecido social. Essa vibração — real, presencial, fantasiosa ou virtual — ultrapassa qualquer conteúdo, pois, antes de tudo, é forma. (2003, p. 17)

A escolha do documentário para registrar a história da mobilização de 1988 e, assim, mobilizar os alunos se deu pela proximidade da narrativa com o jornalismo e a comunicação aqui pretendida. No compartilhar histórias e atuar em todos os segmentos (áudio, produção, câmera, pesquisa de personagens) necessários para a gravação deste gênero do cinema, os alunos exercitaram a habilidade de escutar, de dar voz ao outro e de partilhar emoções. Além disso, aprenderam as técnicas para produzirem sozinhos conteúdos que representem a realidade em que vivem (seja para outros documentários ou para pequenas reportagens). O documentário busca, estabelecer uma representação do mundo, sustentado na subjetividade do diretor. Como neste projeto a direção foi dividida com os alunos, o resultado refletirá a visão deles sobre os fatos e essa era a proposta do documentário, exercitar e aprender a mobilização na prática, mostrando ferramentas para o empoderamento dos jovens.

A metodologia aplicada, a pesquisa qualitativa e participante, ajudou a encontrar, junto aos atores envolvidos, algumas estratégias, relações e contextos capazes de mobilizar e conscientizar os atores sociais sobre a responsabilidade de cada um na reversão do quadro de dilaceramento socioambiental vivido na Ilha. O documentário será editado com os alunos até outubro, data que marca os 25 anos de anexação a Pernambuco, quando será lançado na Ilha. Pensando nos estudantes que participaram desta pesquisa, procurei adotar uma linguagem que se assemelha a uma reportagem jornalística, mais acessível. Essa forma de escrever é uma proposta para democratizar a mensagem, como enfatiza o crítico literário Antônio Cândido:

A clareza é um respeito pelo próximo, um respeito pelo leitor. [...] Posso dizer o que tenho para dizer nas humanidades com a linguagem comum. [...] Acho que a clareza é necessária inclusive para poder divulgar a mensagem, a mensagem deixa de ser um privilégio e se torna um bem comum. (2013)

O “fio condutor” das próximas páginas é uma tentativa de aliar a teoria à prática, descrever a experiência vivida em Noronha e o que me levou até ela. No primeiro capítulo, contextualizo o conceito de sustentabilidade e a formação de sociedades sustentáveis. A comunicação e a mobilização social são requisitos para a sustentabilidade, uma vez que promovem a participação das comunidades, e por isso são analisadas neste capítulo. Após essa análise conjuntural, abordo a história de Noronha com base em sua sustentabilidade, descrevendo os aspectos sociais, culturais e ambientais da Ilha. O caminho metodológico, a minha experiência com os alunos da Escola Arquipélago e os entrevistados, é relatado no segundo capítulo.

O caminho metodológico é esmiuçado no segundo capítulo. A mobilização de 1988, reconstruída por meio da história oral é contada em detalhes no terceiro capítulo, que traz os sentimentos, fatos históricos marcantes, depoimentos e a visão dos que participaram do “SOS Noronha”. A criação do Parnamar e a entrada do Turismo, conseqüências diretas da anexação do Arquipélago a Pernambuco, são tratados no quarto capítulo. Os dois acontecimentos influenciaram na capacidade de mobilização da comunidade e introduzem a análise sobre a mobilização na Ilha. Respondo aos questionamentos aqui expostos e proponho alguns caminhos possíveis para resgatar o sentido de bem comum e o espírito de liderança no Arquipélago.

Na análise, as evidências de que é possível acreditar na transformação do “cemitério de ideias” em “embrião de sementes”, o que dá o título a esse trabalho. A plenitude das relações que brotaram desse aprendizado em Noronha, os saberes despertados pela prática, o cuidar de pessoas e o sentido dos rostos é o que deram vida a este trabalho e devem ser sentidos nas próximas páginas, porque:

O rosto possui um olhar e uma irradiação da qual ninguém pode subtrair-se. O rosto e o olhar lançam sempre uma proposta em busca de uma resposta. Nasce assim a responsabilidade, a obrigatoriedade de dar respostas. Aqui encontramos o lugar do nascimento da ética que reside nesta relação de responsabilidade diante do rosto do outro e particularmente do mais outro que é o oprimido. É na acolhida ou na rejeição, na aliança ou na hostilidade para com o rosto do outro que se estabelecem as relações mais primárias do ser humano e se decidem as tendências de dominação ou de cooperação. Cuidar do outro é zelar para que esta dialogação, esta ação de diálogo eu-tu, seja libertadora, sinérgica e construtora de aliança perene de paz e de amorização. (BOFF, 1999, p.9)

## 1 FERNANDO DE NORONHA: O PARAÍSO CONSTRUÍDO NAS RUÍNAS DO PRESÍDIO

FERNANDO DE NORONHA

“ De longe  
ela é um pedacinho muito verde  
aparentemente perdido  
em meio a lindos tons de azul...

Quando a gente se aproxima,  
acontece o inevitável deslumbramento  
diante da beleza que magoa  
- por ser tamanha!

Aos poucos,  
sua luminosidade de verão  
castiga os nossos olhos mal acostumados  
e queima o nosso coração,  
no ardor da descoberta afetiva...

Aos poucos,  
o barulho ensurdecador da onda  
abafa em nossos ouvidos  
todos os ecos retidos  
e explode nossa emoção  
com o sabor diferente  
da entrega absoluta...

... e os seus recantos dourados  
vão se infiltrando, alma adentro.  
... e as suas areias escuras  
vão deixando em nós rastros profundos.  
... e as suas elevações em pedra,  
talhadas ao sabor dos ventos e das águas  
- como numa tela -  
passam a povoar nossos sonhos e nossa vida,  
fazendo aí sua morada definitiva! [...]"

Marieta Borges

(Publicado em 2007, no **Capítulo 10**, do livro "**Fernando de Noronha - Cinco Séculos de História**")

É impossível esquecer a primeira vez que se avista Fernando de Noronha, aquela “montanha vulcânica submersa que se ergue de um assoalho oceânico a 4.000 metros de profundidade” (LIMA, 2000, p.18). Do avião, aquele pedaço de terra de 17 km<sup>2</sup> emerge em meio a um infinito azul intenso, que vai ficando mais claro e turquesa à medida que se aproxima das praias. A paz deste azul só se iguala à sentida nos dias de mar tranqüilo, boiando na Praia do Sancho, considerada a mais linda do Brasil, e apreciando de dentro d’água como os atobás<sup>7</sup> (Figura 2) no alto dos paredões rochosos se encaixam na imensidão daquele paraíso.



Figura 2: Atobás, pássaros citados nos primeiros relatos sobre o Arquipélago (Fonte: Acervo Pessoal, 2007)

Seja do céu ou do mar, o deslumbramento é inevitável. Nas palavras do navegador italiano Américo Vespúcio, seu descobridor oficial, Noronha é uma “verdadeira maravilha da natureza” e deixa marcas eternas naqueles que por ali se aventuram. Como reforça o Hino da Ilha, “Fernando de Noronha é um sonho do qual ninguém quer despertar”. Campos de Aragão, militar que viveu na Ilha nos anos 40, expressa bem este encantamento inevitável do Arquipélago: “Não é possível, em poucos minutos, se contemplar com simples golpe de vista toda a beleza que esta original e arquitetônica obra da natureza exhibe.” (1950, p. 30).

Na maior das 21 Ilhas do Arquipélago de Fernando de Noronha que se espalham por uma área de 26 km<sup>2</sup>, o guardião Morro do Pico (Figura 3) desponta no

---

<sup>7</sup> Aves marinhas que habitam a Ilha desde antes de sua descoberta.

horizonte, soberano nos seus 323 metros de altura. “Lá, bem no centro do conjunto, do alto de trezentos e muitos metros, reto como coluna gigantesca, desafiando a inclemência do tempo, o Pico de FN sonda, impassível, o velho Atlântico” (ARAGÃO, 1950, P.30).



Figura 3: Morro do Pico visto da janela do avião. (Fonte: Acervo Pessoal, 2010)

A Ilha principal (Figura 4) é a única habitada. As areias finas e claras (quando há areia, porque no verão, o mar cava o litoral sobrando apenas as pedras vulcânicas) ficam douradas no ardor do Sol que brilha forte a quatro graus ao Sul da Linha do Equador. A temperatura, que varia de 24°C a 32°C, marca o clima tropical do Arquipélago, alternado por uma estação chuvosa bem definida de abril a julho e a seca no resto do ano. As condições climáticas favoreceram a ocorrência rara do único manguezal oceânico no Atlântico Sul, na Baía do Sueste.



Figura 4: Mapa de Fernando de Noronha (Fonte: ADEFN)

Noronha é “um pedacinho de terra abençoado e precioso”, como diria o nativo Wilson Teixeira. Deve e merece ser cuidada. São mais de 15 praias divididas entre o “Mar de Dentro”, de águas calmas na maior parte do ano e o “Mar de Fora”, caracterizado pelas fortes correntes e mar agitado. “Grande número de praias de areais brancas, rendilhando os recortes por onde penetram as águas do mar esmeralda.” (ARAGÃO, 1950, p.30). O limite territorial é o mar, determinando a insularidade do lugar, conceito utilizado para definir as “práticas econômicas e sociais decorrentes da vida num território geograficamente limitado, com fronteiras geográficas e culturais definidas e cercado pelo oceano” (DIEGUES, 1998, p. 51). O isolamento cultural e físico torna os ecossistemas insulares especialmente vulneráveis. A insularidade é também responsável pela formação de uma identidade particular, própria do ilhéu, segundo Lima:

O mar estabelece com clareza os limites espaciais de Noronha, circunscrevendo-o com sua muralha indivisível. [...] Nesse limite territorial, os fragmentos do espaço-tempo se articulam repletos de signos e códigos, configurando-se como uma linha simbólica de referência, algo que une, dá movimento e sentido ao viver insular. (2000, p.23)

O litoral é recortado por falésias e resquícios de mata atlântica<sup>8</sup> insular habitada por alguns dos moradores mais antigos da Ilha: as aves marinhas. Vespúcio, ao encontrar o Arquipélago em 1503, cita a relação com os pássaros na carta onde relata seu encantamento pelo lugar. A Ilha “cheia de aves marinhas e terrestre, inumeráveis e tão familiares que se deixavam apanhar à mão” (BORGES, 2007, p.24) abrigou o navegador por uma semana, logo após o naufrágio do navio que comandava a expedição Gonçalo Coelho. No ano seguinte, o Arquipélago foi doado como capitania hereditária (a primeira do Brasil) ao português Fernão de Loronha, financiador da expedição. O fidalgo nunca pisou na terra que recebeu seu nome. Nesta época, os únicos habitantes da Ilha eram os ratos enormes, as aves, algumas cobras e os lagartos de duas caudas.

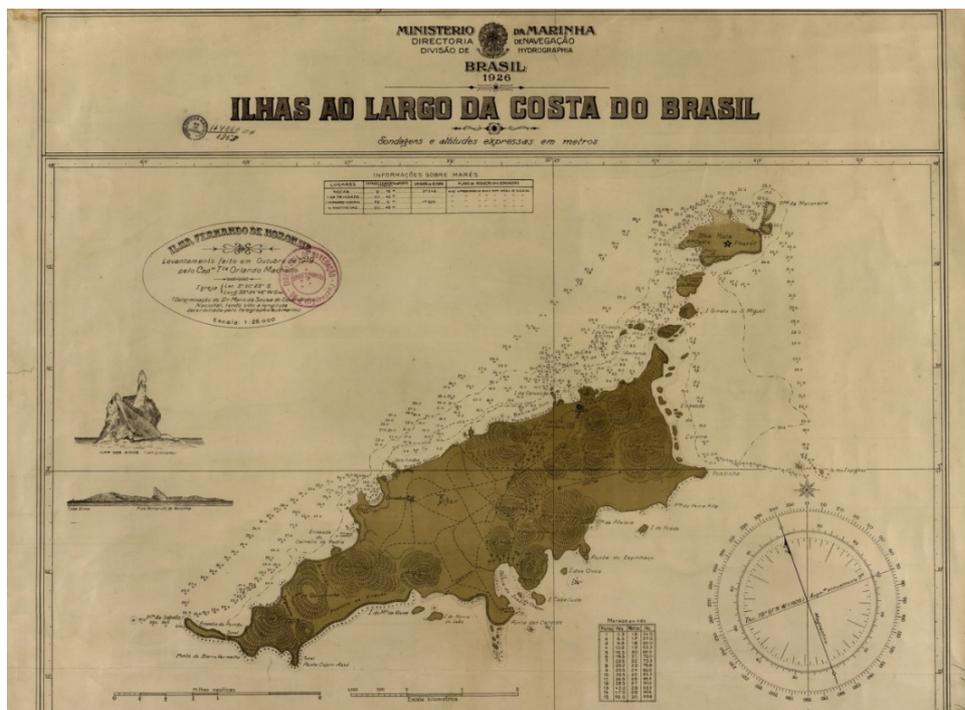


Figura 5: Carta Náutica do Arquipélago de Fernando de Noronha em 1926 (Fonte: Acervo Marieta Borges)

Mais de 500 anos depois, a realidade é outra. Cerca de 4000<sup>9</sup> ilhéus e turistas povoam o Arquipélago, dividindo espaço com os ratos, aves, mocós, tejus,

<sup>8</sup> A Mata Atlântica é um bioma que abrange a costa sudeste, leste e sul do Brasil. Com a ocupação do litoral, a vegetação foi devastada, restando atualmente, apenas 8,5 % de remanescentes florestais.

<sup>9</sup> Este número considerado pelo ECS abrange tanto os moradores quanto a população flutuante de turistas. Segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente na Ilha é de 2.630 habitantes. A maioria da população encontra-se na faixa etária de 25 a 29 anos.

tartarugas, golfinhos, peixes e outros animais marinhos. Esse contato íntimo com a natureza e sua fauna retratado por Vespúcio é um dos maiores atrativos da Ilha. Afinal, em que outro lugar você pode nadar no compasso das tartarugas, alimentar aves marinhas direto na boca e passear de barco escoltado por simpáticos golfinhos rotadores? Mais de 237 espécies marinhas, entre elas as tartarugas de pente e verde, além dos golfinhos rotadores, pertencem à fauna marinha do Arquipélago. Na terra, a fauna composta de aves migratórias e do endêmico lagarto mabuya (Figura 6) sofre com a introdução de espécies exóticas na época dos militares (1942-1987) como o teju e o mocó.



Figura 6: Mabuya, lagarto endêmico de FN. (Fonte: Acervo Pessoal, 2007)

O imaginário<sup>10</sup> dos que visitam Noronha é de que a Ilha se assemelha a uma vila de pescadores caiçaras. No entanto, os turistas são surpreendidos com um complexo urbano desenvolvido, são 15 “bairros”, um hospital, uma escola e uma creche, um posto de gasolina, carros, ônibus e uma rodovia de sete quilômetros que corta a Ilha de ponta a ponta. Os moradores se concentram na Área de Preservação Ambiental (APA), que ocupa 30% da Ilha principal e foi criado em 1986. Os 70% restantes formam o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (Parnamar), criado em 1988<sup>11</sup>. Podemos ver essa divisão do Arquipélago pela Figura 7, a seguir.

---

<sup>10</sup> Imaginário é considerado conjunto de imagens armazenadas por um indivíduo (MAFFESOLI, 2001).

<sup>11</sup> A criação do Parnamar e da APA será abordada no quarto capítulo.



Figura 7: Divisão do Arquipélago entre APA e Parnamar (Fonte: Ecorononha)

O fornecimento de energia é responsabilidade da Celpe, enquanto a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) cuida do abastecimento de água e tratamento de esgoto. O racionamento de água é um problema histórico na Ilha. Havia cerca de 12 poços artesianos na ilha e o abastecimento era feito utilizando a água da chuva, o açude do Xaréu e da Pedreira. Após a chegada da Compesa, junto com a administração de Pernambuco em 1988<sup>12</sup>, dois dessalinizadores foram implantados e, segundo a companhia, tornaram a ilha autossuficiente em água. Entretanto, como a demanda é cada vez maior, principalmente na alta temporada (agosto a março) e em feriados, os moradores ainda sofrem com o racionamento.

A Ilha depende de alimentos e recursos externos, os produtos chegam ao Arquipélago geralmente em barcos de carga que partem de Natal e Recife e desembarcam no Porto de Santo Antônio, único na Ilha. A economia de FN, como adiantado na introdução, é, essencialmente, baseada no Turismo. Se antes quem ditava os ritmos da vida em Noronha era a natureza, a maré, as condições do mar, o horário do pôr do Sol ou do nascer da Lua, hoje em dia, o Turismo assume esse papel. A sobrecarga populacional de 2.000 pessoas, indicada pelo ECS, tem relação direta com o Turismo e à relação do tipo “presa-predador” da sociedade com o ambiente que habita. Segundo o estudo, os custos dessa sobrecarga estão sendo pagos pelo capital natural e social do Arquipélago. Alguns impactos, principalmente sociais, citados pelo ECS já podem ser sentidos na Ilha, como a favelização, a perda da identidade cultural, a crescente insatisfação de turistas e a concentração de renda.

<sup>12</sup> A anexação do Arquipélago a Pernambuco e todas as suas conseqüências para a ilha como a entrada do Turismo e a criação das Unidades de Cosnervação serão tratados nos capítulos 3 e 4.

Para entender como o Arquipélago chegou a esse quadro de eminente colapso do sistema social, turístico e ambiental, é essencial retomar a história de ocupação e sustentabilidade no Arquipélago, vista no próximo tópico.

### 1.1A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE DE FERNANDO DE NORONHA

Fernando de Noronha teve uma história de ocupação e exploração que contribuiu para o quadro de dilaceramento socioambiental de que padece atualmente. Descoberto oficialmente por Américo Vespúcio em agosto de 1503, o Arquipélago ficou abandonado pelo Estado até 1737, sendo antes invadido por franceses, ingleses e holandeses que ali se instalaram de 1626 a 1654. Logo após a entrega da Ilha pelos holandeses, a posse de Noronha foi transferida para Pernambuco em 1700, que nada fez para ocupá-la demonstrando o seu histórico descaso com o Arquipélago. Para tomar a Ilha abandonada há dois séculos, Pernambuco resolveu criar a Colônia Correccional, aonde chegaram a morar mais de mil presidiários comuns, quase um século após o início da ocupação. Todos os ciganos e capoeiristas considerados “vadios” foram enviados para cumprir pena na Ilha junto com ladrões, assassinos e moedeiros falsos que constituíram a primeira população ilhéu.

Ao povoar Noronha, a primeira resolução do governo de Pernambuco foi derrubar todas as maiores árvores da Ilha, uma vez que poderiam ser usadas para a construção de canoas na fuga de sentenciados. O problema da escassez de água que foi relatado por vários navegadores ocasionais que passaram na Ilha piorou com a iniciativa, ao devastar a cobertura vegetal original, alguns riachos de água doce secaram e o ciclo de chuvas foi alterado. Este fato demonstra a falta de preocupação que os ocupadores tinham com a natureza local. A única função da Ilha era isolar e maltratar degredados, nem que para isso fosse necessário sacrificar os recursos naturais do Arquipélago. Noronha era conhecida como “campo de concentração de degredos.” (BORGES, 2008) e chocava seus visitantes.

Relatos dessa época confirmam os castigos excessivos e um sistema de escravidão onde os presidiários eram obrigados a construir toda a infraestrutura urbana da Ilha, descarregar navios, carregar autoridades na corcunda e ainda viviam em condições desumanas, dormindo em chão de pedra, no escuro, sem notícias de

familiares e em depressão causada pelo isolamento. A corrupção na administração do presídio era uma prática corrente, então se podia pagar por privilégios, negociar uma maior liberdade por troca de serviços, enfim, em um local como este, os marginais só se aprimoravam na bandidagem e o objetivo último seria reintegrá-los à sociedade. Ao contrário, a prisão afluía os instintos perversos dos homens.

O regime cruel instaurado na Ilha se valia da “força e da intimidação para subsistir” (BORGES, 2008, p.193). Castigos físicos, injustiça, assassinatos, “inversão sexual” (termo usado para se referir aos casos de homossexualismo na Ilha, onde não existiam mulheres até meados do século XIX e os homens encontravam em seus parceiros de prisão o afeto que ficara no continente). Mortes por colegas de degredo eram constantes. Viver em Noronha era um suplício para os presidiários que não podiam desfrutar do paraíso natural que hoje é disputado pelos turistas de todo mundo.

Não existia um sistema de cooperação entre os próprios presidiários. Aqueles de melhor comportamento ascendiam à guarda de 3ª ordem e tomados pelo poder, castigavam seus antigos companheiros de prisão. A população essencialmente masculina e flutuante favorecia um ambiente de laços sociais frágeis onde até hoje é difícil estabelecer uma relação de confiança com os ilhéus, que se auto-intitulam “nativos”. O individualismo em Noronha foi uma característica presente entre os moradores desde o princípio de sua ocupação.

As ações que visavam a sustentabilidade do Arquipélago, em seu conceito clássico de satisfazer as necessidades da população sem diminuir as perspectivas das gerações futuras (CAPRA, 2002), sempre vieram de fora, primeiro pelos holandeses que trouxeram o catavento para produção de energia e aproveitavam água da chuva. Depois pelas famílias de índios de municípios de Pernambuco que foram enviados à Ilha em 1819 para auxiliar na prática de agricultura. Sábios no plantio em suas aldeias, os índios<sup>13</sup> levaram o valor do cultivo aos presidiários. Durante os 201 anos da prisão comum, os sentenciados cultivavam a terra e criavam animais para a alimentação da população local. O bairro “Vila da Quixaba” que abrigada algumas famílias de presidiários já no século XX foi testemunha de

---

<sup>13</sup> A experiência com os índios não foi a primeira, há relatos de portugueses que em 1612 aportaram na Ilha e encontraram um português na companhia de 17 índios e índias. Os forasteiros ficaram impressionados com a variedade da plantação e animais com que se depararam na Ilha: “Encontramos melões, girimuns, batatas, ervilhas frescas e outros frutos excelentes, muito milho e algodão, bois cabras bravias, galinhas triviais [...]” (ARAGÃO, 1950, p.28).

iniciativas sustentáveis como a utilização de cataventos e biqueiras nas casas para captar a água das chuvas.

Apesar da localização marítima, a pesca era uma atividade secundária, os presidiários nada mais eram do que “empregados da pesca” (LIMA, 2000, p.25). A relação que os habitantes de Noronha tinham com o mar e com a terra era distinta da dos caiçaras, populações tradicionais que vivem em regiões litorâneas do Sul ao Sudeste do Brasil. Os caiçaras vivem entre o mar e a floresta, lavrando e pescando, e têm seu modo de vida muito influenciado por esses elementos. Enquanto os caiçaras possuem uma forte ligação com a terra e o mar, dos quais obtém os recursos para a sua sobrevivência, os detentos que viviam em Noronha praticavam a pesca e a agricultura inicialmente por “obrigação”, como parte da rotina laboral da prisão, e também para diminuir a pena, a cada três dias trabalhados, havia a redução de um dia de sentença. Somente quando um preso pescador atingia uma cota semanal de pescado, podia pescar para si e para a sua família.

Toda atividade dos presos (extração de sal, pesca, pecuária, agricultura, industrialização de pescados) era voltada para a alimentação deles próprios. O excedente, era enviado ao continente para trocar por produtos não produzidos na Ilha, como o charque, arroz, feijão e tecido. Durante o Presídio Político, a pesca passou a ser embarcada, os presos iam para o mar vigiados por guardas da prisão, mas a grande maioria do pescado ainda vinha dos pesqueiros da terra.

Quando a Colônia Correccional deu lugar ao presídio político, em 1938, 265 os condenados pela Justiça de Pernambuco, permaneceram em Noronha para manter o *status quo* da Ilha. Eles eram a mão-de-obra responsável pela manutenção dos equipamentos públicos, pesca, agricultura, criação de animais e marcenaria. Enfim, por todos os serviços necessários à chegada dos prisioneiros políticos que eram tratados com regalias por serem de uma classe social superior aos “degradados” que antes habitavam a Ilha. O presídio político, agora destinado a abrigar comunistas e integralistas na ditadura do presidente Getúlio Vargas durou quatro anos, até a 2ª Guerra Mundial exigir uma maior atenção do governo, em 1942. Neste ano, os presos foram transferidos para a Ilha Grande e FN foi Território Federal Militar, recebendo um forte contingente do Exército Brasileiro e, posteriormente, uma base da Marinha americana.

A Base Americana de Guerra promoveu grandes impactos no espaço insular e transformou a infraestrutura da Ilha. Dunas foram removidas e uma pista de pouso

foi construída em conjunto com o Exército Brasileiro, no lugar antes ocupado por um bosque de fruteiras e pequenas culturas. A pista cimentada em 1934 para o pouso de aviões foi utilizada por aviões brasileiros e americanos até a construção da pista atual, perpendicular à antiga, e com cerca de 2.000 metros, com pedras do Morro do Madeir. Além dos impactos provocados no morro, os norte-americanos destruíram parte do único mangue insular do Brasil e devastaram uma grande área para alojar cerca de 500 soldados da marinha, especializados em rádio comunicação, além dos três mil do Destacamento Militar brasileiro. Eles ocuparam a área que vai do Sueste até o Atalaia.

Os alimentos chegavam em aviões e eram estocados em um frigorífico no caminho da Praia do Atalaia. Alguns filhos de ex-presidiários trabalhavam na base, mas eram impedidos de participar das atividades de lazer dos americanos, como as festas promovidas no cassino dos pracinhas. Em 1945, com o fim da Guerra, os americanos foram embora e entregaram suas instalações à Força Aérea Brasileira, que está lá até hoje.

Em 1948, os sentenciados militares que continuavam no território insular prestando serviços se rebelaram pela situação de servirem de mão de obra barata aos governantes e atacaram com tiros de fuzil o Palácio São Miguel, sede da administração, desde o Forte dos Remédios com tiros de fuzil. O primeiro registro histórico de uma rebelião na Ilha culminou no fim do presídio até 1964, quando a Ilha recebeu presos políticos. Em 1952, Noronha protagonizou a primeira experiência de reforma agrária do país, quando famílias de agricultores e retirantes do Rio Grande do Norte receberam casa para morar na Ilha, com terra pronta para plantar, assessoria técnica e alguns animais para criar.

Em 1957, os estadunidenses voltaram para instalar um posto de observação de foguetes teleguiados no Boldró e no Morro do Francês. A infraestrutura que sobrou desta segunda ocupação americana é utilizada por moradores que vivem em situação precária, em “iglus” (como são chamadas as construções desta época). Essas edificações dão choque nas paredes e correm o risco de desabar. Vários incêndios já atingiram as históricas construções, o último, em junho de 2013 (MARINHO, 2013), destruiu o Clube do Pico, antigo local de lazer, para jogos de salão e festas dançantes.

Em poucos meses, FN passou a produzir bananas, mamão, verduras, legumes, algodão e milho, fornecendo inclusive para Recife. Esta experiência durou

pouco tempo, pois, como sempre, as secas e os ratos devastavam as plantações. Não era fácil manter a prática da agricultura, porém, como não podiam depender de alimentos externos, os presidiários insistiam na prática e poucos descendentes mantêm as tradições.

Durante 46 anos, Noronha ficou sob o comando do Exército e a população civil era obrigada a seguir uma rotina de disciplina militar. Os militares mandavam e aos civis só restava obedecer. “A população civil era humilhada, as mulheres dos oficiais tinham prioridade na fila do leite e do pão e o que sobrava ficava com o povo”, lembra Domício Cordeiro, noronhense e ex-administrador do Arquipélago. Entretanto, os ilhéus mais antigos são saudosistas desta época onde, apesar da rigidez imposta, os serviços oferecidos, como a escola e o hospital, eram de qualidade e funcionavam. Poucos civis continuaram por lá, uns descendentes de presos, outros agricultores, pescadores e até filhos de guarda que se apegaram ao lugar.

Durante 200 anos não se formou uma população local, os moradores eram passageiros, não se prendiam a Noronha. Orlando Machado, em 1920, observava esse caráter transitório da sociedade noronhense: “A população de Fernando de Noronha é inteiramente flutuante. Altera-se, quantitativamente e qualitativamente, com cada navio que chega ou que parte [...]” (MACHADO, 1920, apud BORGES, 2007, p. 47). A federalização de Noronha, a partir de 1945, permitiu a formação de uma população fixa, principalmente após a 2ª Guerra. Ex-presidiários, ex-militares de baixa patente, pescadores e agricultores foram a base da atual população insular.

A antropóloga Janirza Lima (2000, p.34), constrói sua tese de Doutorado sobre o Arquipélago em cima de uma estrutura triádica que organiza as relações sociais dos noronhenses e que se baseia nessa característica flutuante da população. Essas categorias foram consideradas na análise aqui presente e influem na mobilização da comunidade. Segundo ela, as relações se apresentam:

- a) “Impregnadas pelo Imobilismo” – Reflete o período de abandono e do presídio.
- b) “Sustentadas pela transitoriedade”; - Trata sobre o caráter temporário das relações e habitantes.
- c) “E, sobretudo, moldadas pela disciplina”. – A submissão dos tempos dos militares e a vida regrada, disciplinada pela hierarquia e ordem imposta

nesse período influenciam até hoje na formação da personalidade dos ilhéus.

O ano de 1987 marcou um período de transformação na Ilha com a o primeiro governo civil, representado pelo jornalista Fernando César Mesquita. Esse período de 1987 até 1988 será esmiuçado nos próximos capítulos. O ano de 1988 foi um marco na história noronhense e seus acontecimentos tiveram conseqüências diretas nos temas aqui estudados: mobilização social e sustentabilidade.

Em 1988, Fernando de Noronha foi reintegrado<sup>14</sup> ao Estado de Pernambuco, surgiu o Parnamar e o Turismo passou a ser visto como única alternativa econômica para os ilhéus. Esta mudança de governo, as restrições em relação ao uso do território e a abertura do turismo aconteceram todas no mesmo ano. Os nativos não tiveram tempo de digerir tamanha transformação, foram apenas se adequando aos novos modelos impostos.

Resultado: o turismo entrou com força total na Ilha modificando alguns valores culturais da comunidade. O fenômeno acelerou o processo de penetração do capitalismo em FN. Os ilhéus abandonaram suas práticas tradicionais como a pesca e a agricultura e investiram tudo, até suas próprias moradias nesta nova atividade econômica. Hoje o peixe pode vir congelado de Recife e os alimentos antes produzidos na Ilha, chegam de barco, após dias de viagem, encarecendo os preços e comprometendo a qualidade dos produtos. Os valores ligados à terra foram substituídos pela lógica capitalista do trabalho fácil e lucro rápido. Esse processo não foi exclusivo do Arquipélago, representou, segundo o ECS:

A rota comum das sociedades que passam pela constituição da ordem capitalista, significando isso os movimentos conjugados de prevalência das relações de mercado sobre as demais, e de consolidação do papel do poder público e integração ao sistema político nacional, frente ao poder privado e à política local. (2009, p. 183).

Entretanto, em Fernando de Noronha, a entrada do capitalismo assumiu características próprias, diferentes do restante do país devido ao momento, um tanto tardio, em que se iniciou a mudança:

A sociedade fernandina, mantida alheia aos processos de modernização em curso no continente desde pelo menos 30 anos antes, inicia sua rota de integração ao estado capitalista somente em meados da década de 1980,

---

<sup>14</sup> O noronhense nunca pôde escolher seu representante. Quando a Ilha virou Distrito Estadual de Pernambuco, o administrador passou a ser escolhido pelo governador do Estado e, antes, os comandantes eram do Exército ou Aeronáutica.

quando o modelo do estado burocrático-autoritário encontra-se em decadência e as forças capitalistas já estão consolidadas e vivendo o seu próprio processo de modernização. (ECS, 2009, p. 183).

Além do impacto do novo modelo produtivo, as transformações neste curto espaço de tempo acarretaram em uma crise de identidade no noronhense. Conceituar esta identidade, vinculada à memória e ao novo elemento “Pernambuco” contribui para a compreensão de vários conflitos socioambientais existentes na Ilha. Após a criação de Unidades de Conservação no local, a comunidade sofreu um abalo na sua identidade ao ver seus costumes mais tradicionais como a agricultura de subsistência e a pesca serem controlados em prol da preservação do meio ambiente.

Pollack (1992) considera que na construção da identidade há três componentes essenciais: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência dos elementos que formam o indivíduo. A população em Noronha sempre teve como primeiro elemento de identificação a natureza e, por intervenção do Estado, passa a ser segregado da natureza com a qual antes tinha uma relação de plena integração. Os hábitos seculares são perdidos, não se pode mais plantar onde antes se cultivava, agora os alimentos chegam todos de barco; a criação de caprinos e bovinos é vista como uma ameaça à flora local e a pesca é limitada a uma determinada porção do mar, que vai do Porto até o Morro Dois Irmãos e em áreas até 50 metros de profundidade.

Com a entrada repentina do Turismo, o noronhense passa a encontrar no visitante e nos “de fora” que chegam para morar na Ilha o outro necessário para a reconstrução de sua identidade. Segundo Pollack (1992, p.204) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade (...)”. Visto que o sujeito pós-moderno, segundo Hall (2005) possui múltiplas e variáveis identidades, a comunidade de Fernando de Noronha abandona seus antigos hábitos e incorpora novos elementos à sua cultura, agora totalmente influenciada pelo turismo e por um sentimento “xenófobo” com os *haoles*<sup>15</sup>.

Para Geertz (1988), a cultura é uma teia de significados, um conjunto de símbolos que não precisa apresentar uma coerência. A cultura se revela pública,

---

<sup>15</sup> Haoles são “os de fora”, migrantes recentes, que vieram para Noronha a partir dos anos 80 para trabalhar e acabaram permanecendo na Ilha.

imaterial, contraditória, dinâmica e dependente do contexto histórico. Segundo Chauí (1996), a cultura, apesar de em seu sentido original estar ligada ao cuidado do homem com a natureza, atualmente assumiu um caráter civilizatório, sendo uma expressão dos costumes e instituições. Sahlins (2003) destaca na cultura seu caráter além do utilitarismo e sua influência no sistema de produção e vice e versa. O Turismo revela-se como um meio para “dar visibilidade aos conflitos do modo de vida tradicionais com a chegada da modernidade” (BARTHOLLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 53).

## 1.2 A SUSTENTABILIDADE E AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

Após mais de 20 anos de exploração turística intensiva alicerçada no modelo de “indústria turística” que promove a alienação e a evasão da realidade, é difícil conseguir reverter os impactos causados pelo fenômeno em Fernando de Noronha. Mas, para se discutir outro modelo não só de turismo, mas de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, é preciso levar em conta a consciência sustentável da comunidade. A verdade é que, como a população ilhoa sempre foi flutuante e servil, poucas vezes a comunidade se mobilizou para transformar a realidade vivida. É urgente resgatar estes valores socioculturais perdidos ao longo de tanto tempo de opressão, primeiro do presídio, segundo dos militares e, atualmente, do Turismo.

A crise vivida em Noronha reflete um momento de crise global, um colapso do modelo produtivo e, principalmente, uma crise de percepção (CAPRA, 2003) que demanda o rompimento de antigas formas de pensar e perceber o mundo. Um momento onde a ética, as soluções que compreendem uma visão complexa e sistêmica e as novas maneiras do ser humano se relacionar podem fazer emergir sociedades sustentáveis.

A evolução acontece na superação das adversidades e a crise é oportuna para estimular a busca de soluções e despertar a consciência coletiva adormecida de uma sociedade baseada no individualismo e no consumismo. As novas práticas devem ser pautadas pela ética para a sustentabilidade e exigem uma mudança de postura do ser humano, visando não só o respeito aos outros seres e à natureza, mas, também sua autopreservação e sobrevivência.

A crise suplica a ação coletiva e o resgate dos sentidos de solidariedade, sustentabilidade e cooperação na ideia de comunidade original que se liquefez na

modernidade segundo Bauman (2003). Porque este “sistema de vida que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é o que está fazendo adoecer nosso corpo, está envenenando nossa alma e está deixando-nos sem mundo”, ressalta Galeano (2006). A crise socioambiental vivida em Noronha reflete a crise de civilização que vivemos em nível global.

É inegável na atualidade a relevância da participação da comunidade e do estabelecimento das relações de confiança entre seus membros no planejamento de um desenvolvimento e turismo sustentáveis. O capital social é a base para o êxito deste novo modelo. As relações de confiança entre a comunidade e as instituições, segundo Borda (2009), devem ser trabalhadas no sentido de um elemento facilitador do desenvolvimento das relações de longo prazo.

O grande desafio é estabelecer a confiança e retomar valores de sustentabilidade em comunidades que sofrem pela mercantilização das relações provocada pelo turismo, como em FN. Um socioecossistema que sempre teve uma relação pouco arraigada de sustentabilidade e que, ao ser afastada da natureza com as Unidades de Conservação e tendo suas tradições limitadas pelas imposições destas, sucumbiu facilmente à lógica capitalista e individualista do turismo. Para tratar sobre a sustentabilidade em Noronha, torna-se essencial compreender o conceito aqui adotado.

Em 1980, Sachs desenvolveu o conceito de eco-desenvolvimento, matriz da expressão “desenvolvimento sustentável”. Com a proposta de um desenvolvimento que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, (CMMAD, 1998, p.46), a expressão ganhou notoriedade em 1987, após a divulgação do Relatório Brundtland da Organização das Nações Unidas. Por refletir um movimento global que pedia a inserção da dimensão ambiental em um desenvolvimento atrelado a um ideal de progresso por meio do controle da natureza, a preservação do meio ambiente tem sido o principal valor atribuído à expressão desenvolvimento sustentável. O aspecto sociocultural que, em tese, seria um dos três pilares da sustentabilidade junto com o econômico e ambiental, acabou tendo um lugar marginalizado neste novo modelo de desenvolvimento. O presente estudo busca explorar esta dimensão da sustentabilidade esquecida sob a luz da proposta de teoria das “Sociedades Sustentáveis”, proposta por Diegues (1992) como mais adequada do que a expressão “desenvolvimento sustentável”.

Para explicitar sua tese sobre as sociedades sustentáveis, Diegues (op. Cit) discorre sobre a crise do racionalismo e do positivismo que estão por trás da tão alarmante “crise ambiental”. Diegues acredita que o conceito de desenvolvimento adotado no discurso sustentável é aquele baseado na idéia de que as sociedades devem “progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material” (1992, p.23). Ou seja, um crescimento econômico movido pela industrialização onde os valores de bem estar social devem ser compatíveis com a acumulação de capital.

Há certas provas de que muitas pessoas nos estados economicamente avançados vivenciam uma “fadiga do desenvolvimento” e também de uma consciência geral de que o crescimento econômico continuado não vale a pena, a menos que melhore ativamente a qualidade de vida da maioria. (GIDDENS, 1991, p.146).

Morin (1993) afirma que este progresso racionalista estava baseado na trindade: ciência, técnica e razão. Nesta concepção, “quando o progresso está com o desenvolvimento industrial, toda a organização da sociedade será sempre melhor”, (Op. Cit., p.24). A trindade citada pelo autor é insuficiente para abarcar toda a complexidade da realidade, além de permitir a dominação da máquina sobre o homem, onde nossa vida cotidiana passar a ter um tempo cronometrado como a organização das máquinas: hora de trabalhar, hora de lazer e férias. A crise da racionalidade científica requer um novo conhecimento, não mutilado, transdisciplinar, que não pretenda controlar e dominar o real. A abordagem complexa, proposta por Morin (Op. Cit), significando “o que está tecido junto”, onde o todo está na parte, assim como a parte está no todo, norteará todo o referencial teórico deste projeto. Para tratar da crise do racionalismo científico e a crise civilizatória utilizarei também o autor Boaventura Santos (2002, p.47) para quem no modelo emergente:

O conhecimento é total [...] mas sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos com projectos de vida locais [...] Ao contrário do que sucede paradigma actual, o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces.

Segundo Capra (2009, p.1), o ser humano tem que “reconectar-se com a teia da vida”, ou seja, “construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras”. Para o autor (Op. Cit.), a sustentabilidade é a

combinação de cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. É um termo que remete à harmonia das relações sociedade-natureza, à solidariedade inter-gerações e destaca a necessidade de (re)construir comunidades mais sustentáveis por meio da formação de consciência sobre a responsabilidade social, econômica e social dos indivíduos.

Ao tratar sobre comunidades sustentáveis, faz-se necessário retomar a discussão de Diegues sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Compartilho com o autor o reconhecimento sobre a importância do debate em torno da expressão, admitindo que a expressão alerta sobre a necessidade de um novo paradigma apoiado na busca pela transformação social e pelo respeito à natureza. Galano (2011, p.1) acrescenta que “a crítica a esta noção do desenvolvimento sustentável não invalida a verdade e o sentido do conceito de sustentabilidade para orientar a construção de uma nova racionalidade social e produtiva”.

A crítica que Diegues traz é em relação à aplicabilidade do conceito proposto no Relatório Brundtland, que deixa velada a questão política por trás das “visões e interesses dos vários grupos sociais, com interesses divergentes a respeito do acesso e uso dos recursos ambientais”, (1992, P.28). Para o autor, o modelo de desenvolvimento proposto busca o mesmo grau de crescimento da civilização industrial sustentada pelo consumo desenfreado e exploração dos recursos naturais. Não podemos reduzir um mundo com sociedades tão diversas e únicas a um modelo padrão universal de desenvolvimento. Diegues sugere que pensemos em sociedades sustentáveis, no sentido de que cada sociedade deve se estruturar com base na sua própria sustentabilidade, segundo suas tradições culturais. Nesta perspectiva, as sociedades sustentáveis definiriam seus padrões de produção e consumo rompendo com o fluxo de modelos impostos pelos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos.

A concepção de sustentabilidade centrada nas sociedades revela a comunidade no mundo contemporâneo. As comunidades emergem como as grandes protagonistas da mudança de paradigmas e como principais responsáveis pela preservação da natureza em seus lugares. O sentido etimológico da palavra comunidade, “muitos formando uma unidade”, não cabe mais à maioria das comunidades contemporâneas, uma vez que vivenciamos o esfacelamento dos laços sociais e dos vínculos comunitários (BAUMAN, 2003). Segundo o autor (*op.cit*, p.9), a comunidade é, “nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas que

esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá.” A comunidade que conhecemos hoje difere daquela imaginária que nos dá uma sensação de aconchego, de segurança e confiança nos demais, onde há “uma associação que pressupõe relações profundas de conhecimento, amizade e sentimentos e valores compartilhados” (VIEIRA, 2011, p.24).

Por este motivo, usarei algumas vezes nesta dissertação o termo “socioecossistema” que, segundo o ECS (2009, p.26), “diz respeito ao conjunto de elementos dos meio físicos, bióticos e sociais que interagem entre si, configurando uma estrutura e funcionamento próprios, sendo que alterações na estrutura (elementos) podem configurar alterações no funcionamento (relações), e vice-versa.” Este é o melhor termo para se referir à sociedade insular noronhense pós-88, quando a comunidade se dividiu em vários grupos, segregados por bairros, haoles e nativos. O consumismo e o individualismo pautam o comportamento social e estas tendências “estão acopladas à sobrevivência do paradigma capitalista, pois o perpetuam sendo ao mesmo tempo por ele reforçadas”, (VIEIRA, 2011, p.23).

Em Noronha, não existe mais uma comunidade em seu sentido etimológico. Afinal, uma sociedade baseada no capitalismo, que para constituir sua indústria moderna tira os produtores de sua rotina tradicional ligada à comunidade, de sua zona de segurança, para replantá-los em uma nova estrutura de poder (BAUMAN, 2003), acaba por esfacelar os laços comunitários. “No sentido de uma afinidade encaixada ao lugar, a comunidade tem sido de fato em grande parte destruída” (BAUMAN, 1991, p.93). Apesar da valorização da comunidade ser um pressuposto para a sustentabilidade, pouco se trabalha sobre como incluí-las nos processos decisórios referentes ao turismo e ao desenvolvimento local.

Os processos comunicacionais que, no turismo, são praticamente focados em promover destinos, ressaltar virtudes e encantar potenciais turistas, podem adquirir outro papel, dialógico e de comunicação para a liberdade. Por meio da comunicação, as comunidades podem se mobilizar para criar canais de diálogo entre os atores; sensibilizar moradores sobre a responsabilidade no movimento de transformação socioambiental; e, principalmente, trabalhar o empoderamento (considerando o poder que emana do cidadão) das comunidades para que elas assumam seu papel de protagonismo na tomada de decisões sobre o futuro que querem levar.

### 1.3 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

A comunicação é compreendida aqui como “um processo, um acontecimento, um encontro feliz, o momento mágico entre duas intencionalidades”, onde “os dois lados participam e extraem de sua participação algo novo [...] e que altera o estatuto anterior de ambos” (FILHO, 2004). A comunicação é dialógica, ser dialógico é não invadir, não manipular, é empenhar-se na transformação constante da realidade com base no diálogo, na práxis coletiva e solidária (FREIRE, 1975). Por estar presente em nossos atos cotidianos e ser uma necessidade básica do homem social, a comunicação confunde-se com a própria vida e vai muito além dos meios pelos quais é transmitida. O ser é afetividade e comunicação, se percebe no contato com outros humanos.

A transmissão de nossa cultura é baseada na comunicação diária e cotidiana, quando há uma intenção de romper o isolamento e tornar uma ação comum. Montoro (2003) propõe a comunicação para a cidadania, fundamentada em um movimento teórico que “vem se esboçando com o propósito de que o processo de comunicação deixe de ser ancorado somente em produtos e suportes e passe a ser alicerçado em estratégias de intervenção social” (MONTORO, 2003, p. 22).

A mobilização social, por envolver interpretações e sentidos compartilhados, o despertar de emoções, é um ato de comunicação. “Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum”, (TORO, WERNECK, 1996, p.5). Em um processo de mobilização, a comunicação deve ser estratégica e tem como meta a convocação e o envolvimento dos sujeitos participantes. Mais importante que as informações são os sentidos que carregam, pois são eles que movem. A mobilização social é:

A reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público. (MAFRA, HENRIQUES e BRAGA, 2004, p.36).

A coletivização de todas as informações relacionadas ao movimento garante a continuidade de uma mobilização ao conectar os envolvidos e mostrar que o que está sendo feito por um, está sendo levado a cabo por todos. Perceber que o que eu estou fazendo no meu campo de atuação é replicado por outras pessoas em outras

áreas dá força ao movimento e cria o sentido de co-responsabilidade. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso e visões. Rabelo cita que:

As possibilidade de uma atuação mais decisiva dos meios em um contexto democrático deve passar pelo entendimento da comunicação em um sentido mais amplo. Implica a valorização das relações diretas, possibilitando os grupos sociais que compartilham o mesmo espaço a elaborar parcerias e consensos na busca de mudanças. (2003, p. 59).

A mobilização é um processo contínuo e, se o propósito é efêmero, converte-se em um evento ou campanha, como são as passeatas e manifestações. O sonho deve ser construído coletivamente como um projeto de futuro e, aquele que não se sentir contemplado com o objetivo comum acaba atacando o movimento, por isso a necessidade de envolver todos os setores em um processo mobilizatório. De acordo com Toro (1996), a mobilização começa com a formulação de um imaginário, que deve ter um apelo convocante, despertar a paixão nas pessoas e sintetizar o sentido e propósito da mobilização. Os sujeitos envolvidos no processo são divididos, segundo o autor em:

- a) **Produtor social** - Indivíduo ou instituição responsável por criar condições para que um processo de mobilização ocorra.
- b) **Reeditor** – Pessoa que tem um “público próprio” e pode adaptar o conteúdo recebido do produtor para seu campo de atuação. Ele amplia o alcance da mensagem e é capaz de modificar formas de pensar e sentir.
- c) **Editor**- Sujeito que edita as mensagens em formas adequadas ao campo de atuação do reeditor. É, geralmente, um profissional de comunicação.

As estratégias de comunicação em uma mobilização podem envolver uma comunicação de massa, dirigida a “indivíduos anônimos”; comunicação macro, dedicadas às “pessoas por seu papel”, pela função que representam na sociedade, ou a micro, voltada a grupos por suas peculiaridades. A mobilização permite a resistência e os questionamentos do desenvolvimento no território (BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009) e pode fortalecer o sentido de comunidade por formar uma base coesa, que busca o pertencimento. O fim e o meio de toda mobilização é a participação coletiva.

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino, não nos sentirmos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-

lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora. (TORO, WERNECK, 1996, p.8).

#### 1.4 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A COMUNICAÇÃO TURÍSTICA

A comunicação no Turismo<sup>16</sup> consiste em vender os destinos como produtos de consumo, empregar palavras como “paraíso”, “santuário” e, assim, “conferir-lhes (aos destinos) fácil assimilação com as mensagens e códigos simbólicos para, em seguida, promover uma recarga de forças no imaginário coletivo, enriquecidos pelos desejos, sonhos e fantasias acumulados ao longo das tradições humanas” (AOUON, 2001, *apud* GONZALES; RIGATTO, 2006, p.8). Os responsáveis por este tipo de comunicação exploram sua característica especial de apresentar o estranho como um produto passível de desfrute, que não oferece ameaças.

O comunicador Baldissera aborda a complexidade da comunicação e compartilha a seguinte pergunta: “em que medida a falta de escuta qualificada, o alijamento dos públicos nos processos de comunicação se constituem em potência para as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento do turismo?” (2010, p.13). A comunicação turística que não dialoga com a realidade vivida no local, acaba perpetuando as desigualdades sociais nas comunidades receptoras. Baldissera toca em uma questão fundamental no turismo: apesar dos órgãos públicos ressaltarem a importância econômica do turismo, “raros são os que se preocupam em o que a comunidade pensa sobre isso, em saber se ela compreende o que é o fazer turístico e se está disposta a contribuir e comprometer-se com o turismo” (*Op Cit*, p.13).

Acredito que, seguindo a tendência de soluções pautadas na sustentabilidade, a comunicação turística pode desempenhar outro papel, o de inserir a visão das comunidades receptoras em sua pauta. Pode estar aí a chave do sucesso para se alcançar a sustentabilidade dos socioecossistemas turísticos. No capítulo 2, relato a minha experiência de comunicação em Noronha e que adota este viés, com o intuito de aproximar a comunidade receptora ao processo de tomada de decisões, seja do turismo ou concernente ao seu próprio futuro.

##### 1.4.1 A comunicação em Fernando de Noronha

---

<sup>16</sup> No terceiro capítulo, farei uma discussão aprofundada sobre o conceito de Turismo aqui adotado.

A primeira forma de comunicação entre Noronha e o continente se deu em 1862, quando um navio foi autorizado a fazer seis viagens à Ilha. Antigamente, os ilhéus estavam fora do Mundo (BORGES, 2007) e o isolamento era motivo de uma série de suicídios e casos de depressão no tempo do presídio. No final do século XIX, chegaram os serviços cabográficos instalados por franceses e italianos, serviço aprimorado na época dos norte-americanos, que montaram equipamentos de transmissões. O rádio passava apenas a “Voz do Brasil”<sup>17</sup>. Alguns comandantes arriscavam sintonizar em rádios de Pernambuco ou Natal partidas de futebol. O esporte incentivou, em 1974, durante a Copa do Mundo, os militares do Exército a realizar perigosos experimentos para captar os sinais dos jogos.

A qualidade da transmissão era péssima, mas, ainda assim, reunia um aglomerado de pessoas em volta da Televisão. Esta chegou oficialmente ao Arquipélago somente em 1982 junto com o rádio, por meio dos militares e, três anos depois foi criada a TV Golfinho, que retransmitia a programação da Rede Globo. Vários periódicos já circularam por Noronha, como o “Alcatraz”, que documentava os fatos do cotidiano insular. Os principais jornais do Brasil não circulam na Ilha, apenas revistas no centro comercial da Vila dos Remédios.

Fernando de Noronha carece de meios representativos de comunicação. A Ilha possui como veículos o Sistema Golfinho, com uma rádio e um canal de televisão. Desde 2010, a Globo Nordeste retransmite sua programação para Noronha, mas sem nenhuma produção local. A comunidade não conseguiu ainda expressar sua voz, propor uma comunicação comunitária, independente da versão oficial dos fatos transmitida pela TV Golfinho. O que estes meios promovem é a difusão de conteúdo, que visa só informar, sem, contudo, transcender este tipo de relação unilateral, onde o receptor não reflete sobre a mensagem, somente a recebe de forma passiva. A comunicação aqui proposta pressupõe uma ação recíproca, uma relação, uma troca.

De veículo impresso, Noronha conta com o Jornal Ecoar, elaborado pelo ICMBio e distribuído para uma lista de e-mails e em alguns pontos estratégicos na Ilha. Paralelamente aos veículos de comunicação oficiais, alguns moradores usam a internet lenta e instável para discutir acontecimentos da Ilha em grupos de *e-mails*,

---

<sup>17</sup> O programa radiofônico do governo começou a ser transmitido em 1932 e traz notícias sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de informações produzidas pelo Tribunal de Contas da União.

*blogs* e redes sociais, principalmente o Facebook. Neste site de relacionamentos, os ilhéus expõem (muitos de forma anônima) a insatisfação com a situação de abandono e isolamento em que se encontram.

Muitas vezes, a imprensa é usada pelos moradores como única alternativa para pressionar os governantes e alertar a sociedade sobre a dura realidade vivida em Noronha, muito distante da imagem de “paraíso ecológico” construída e perpetuada pela mídia turística. Um exemplo foi a reportagem especial “O Paraíso às avessas” do Jornal do Commercio produzido em 2011, que fez diversas denúncias de irregularidades na Ilha. Desde abril de 2012, o site G1 também conta com um blog só sobre a Ilha, o “Viver Noronha” que busca mostrar a vida de quem habita Noronha. Porém, quem atualiza a página web, a jornalista Ana Claro Marinho, ex-diretora da TV Golfinho, não é da comunidade e novamente os noronhenses cedem sua voz para ser representada e interpretada pela imprensa.

A internet ainda não é uma realidade consolidada na ilha e, por isso, não foi considerada no trabalho de campo em Noronha. Então, o melhor meio de se comunicar em FN é o pessoal, o famoso “boca a boca”, ou, em Noronha, a rádio “Rata a Sapata” (referência às duas pontas da Ilha) que facilmente espalha notícias de reuniões, assembléias e espaços de encontro de ilhéus mais engajados. Este trabalho de “formiguinha”, de ir de casa em casa, fazer uma comunicação segmentada por bairro, com base no contato pessoal é o que realmente surte efeito em Noronha.

## 2 CAMINHO METODOLÓGICO

Sempre foi uma inquietação dar um retorno prático para a Ilha sobre o que foi aprendido e estudado nessa pesquisa. Em Noronha sobram pesquisadores, mas poucos estudam a comunidade. A maioria está lá para investigar os peixes, golfinhos, tubarões e tartarugas, não o “bicho” ser humano. Apesar dos inúmeros estudos realizados<sup>18</sup>, os noronhenses não tomam conhecimento dos resultados das pesquisas, seja pela dificuldade da linguagem acadêmica ou pelo conteúdo específico, científico dos trabalhos, por isso a proposta de se fazer um documentário

Para analisar o caminho e a escolha metodológica dessa pesquisa, é essencial retomar o foco do trabalho, citado na Introdução. O problema que motivou inicialmente o projeto foi encontrar uma forma de mobilizar a comunidade para cumprir os acordos propostos pelo *Programa Noronha +20*. A proposta inicial foi a de utilizar estratégias de comunicação para conscientizar a comunidade e motivá-la a participar do processo de transformação necessário para a sustentabilidade da Ilha. Preocupada com os resultados do ECS que traziam previsões catastróficas, procurei inserir no debate a comunicação no sentido de contribuir para reverter o iminente colapso socioambiental.

Na incursão exploratória<sup>19</sup>, me deparei com a história da mobilização “SOS Noronha”<sup>20</sup> que acabou se transformando em uma forma para buscar o envolvimento da comunidade para a compreensão do assunto “sustentabilidade” e para a mobilização. Estudando a comunidade noronhense, conclui que o melhor público para trabalhar a mobilização e a produção do documentário seria o jovem. Os adultos são os mais envolvidos com o Turismo, o que os faz ter uma dependência maior da ADEFN para conseguirem construir equipamentos turísticos. Essa condição inibe os adultos a participarem de movimentos coletivos que possam acarretar em conflito com a ADEFN. Os mais velhos estão cansados de tantas lutas fracassadas e já lutaram muito pela Ilha, estão “passando o bastão” aos jovens

---

<sup>18</sup> Só no Google Acadêmico são encontrados mais de 18 mil resultados para Fernando de Noronha, sendo que nas dez primeiras páginas nenhum relacionado à comunidade insular.

<sup>19</sup> Uma primeira pesquisa de campo, mas com o objetivo de explorar o tema, fazer um diagnóstico da situação do objeto e delimitar o foco dos estudos.

<sup>20</sup> O movimento “SOS Noronha” como ficou conhecida essa mobilização, será abordado no próximo capítulo.

ilhéus. Estes, por não possuírem nem um vínculo de dependência direta da ADEFN possuem mais autonomia para liderar processos mobilizatórios.<sup>21</sup>

O projeto, seguindo os preceitos da pesquisa qualitativa teve uma preocupação maior em estudar o processo de envolvimento dos alunos nas gravações, do que o resultado, ou seja, o filme editado. Essa pesquisa visou analisar o caminho para se chegar ao documentário e, assim, garantir a continuidade do projeto pós-defesa da dissertação. De nível exploratório, obtém uma maior experiência sobre o problema delimitado; descritivo, conhece a comunidade e os processos pelos quais passa referentes à transmissão dos saberes e ao Turismo; e explicativo, encontra os motivos para que os fenômenos abordados aconteçam na comunidade.

O intuito desse projeto foi produzir com os alunos da Escola Arquipélago um documentário sobre a mobilização de 1988 que pudesse ser utilizado por eles depois para apresentar a história da Ilha em festivais de cinema e dentro do Arquipélago. Eles foram responsáveis por todo o processo, desde a escolha das personagens até a produção e entrevistas. O objetivo de produzir um filme foi explorar uma ferramenta de comunicação que, ao mesmo tempo mobilizasse os jovens, e retratasse a mobilização social em si, despertando o interesse dos envolvidos na história e na luta da comunidade.

Para a coleta de dados, foram escolhidas técnicas como a observação participante, uma vez que passei, no total, 17 dias na Ilha (como pesquisadora, quatro meses como moradora) e obtive dados complementares na convivência com os moradores, sem utilizar instrumentos formais de pesquisa como as entrevistas, gravações e grupos focais. Segundo Thiollent (1988), a observação participante é uma das técnicas de coleta de dados da pesquisa-ação ao considerar também ciência o conhecimento adquirido em situações interativas com o objeto de estudos. Triviños (1990) complementa que a observação direta ou participante recolhe as ações dos atores em seu contexto natural, na perspectiva de seus pontos de vistas,

A metodologia adotada foi a pesquisa-participante, que propõe uma nova relação entre sujeito/objeto e surge como oposição ao paradigma científico racionalista e positivista. Segundo Brandão (2006), a pesquisa participante é uma experiência de criação coletiva do conhecimento que visa superar a oposição

---

<sup>21</sup> Essa questão da dependência da ADEFN será analisada no 4º capítulo.

sujeito/objeto, pesquisador/pesquisado. O objetivo deste tipo de pesquisa é a transformação da realidade social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida. As bases conceituais desta modalidade de pesquisa se enquadram nos objetivos deste projeto. De acordo com Gajardo (1983), algumas destas bases são:

- O ponto de partida é a realidade concreta dos grupos com quem se trabalha;
- A luta por estabelecer relações horizontais e anti-autoritárias;
- O impulso dos processos de aprendizagem coletiva através de práticas grupais;
- O estímulo à mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social, ou para ações em benefício da própria comunidade;
- A ênfase à produção e comunicação de conhecimentos. (GAJARDO, 1983, p.73-78, *apud* BRANDÃO, 2006).

Por meio do encontro de gerações, a dos mais velhos com os jovens, e dos depoimentos sobre o que motivou e facilitou a mobilização de 1988, foi possível responder às seguintes perguntas da pesquisa:

- a) É possível mobilizar a comunidade noronhense na conjuntura atual? Como? Qual o papel dos jovens nessa mobilização?
- b) Como a entrada de Pernambuco, o Turismo e a criação do Parnamar afetaram na capacidade de mobilização da comunidade?
- c) Quais estratégias de comunicação podem ser utilizadas para a mobilização social na ilha?

O caminho para responder a essas questões emergiu de uma abordagem de pesquisa qualitativa descritiva-explicativa de cunho fenomenológico. Esse desenho metodológico busca fazer uma análise holística que examina aspectos mais profundos e subjetivos da realidade abordada, no caso, a ilha de Fernando de Noronha (FN). Segundo Dencker (2007), a pesquisa qualitativa se divide em duas etapas: uma de aprofundamento sobre o tema para esclarecer hipóteses e identificar pontos de atuação; e a pesquisa de campo, seguida da implantação dos projetos elaborados em parceria com a comunidade. O modo de investigação utilizado foi o estudo de caso, que aprofunda as questões propostas e foca os estudos em uma única comunidade em termos de estrutura social e de poder. Segundo Triviños (1990, p.134) é “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

Dentro da pesquisa qualitativa, o primeiro passo foi a análise bibliográfica e documental das teorias existentes sobre as categorias de análise e o objeto. A

pesquisa começou pela história de ocupação do espaço insular, mitos noronhenses, reportagens jornalísticas sobre FN e depois avançou para a parte teórica, terminando com a análise de documentos e jornais. Compreender a representação do Estado no imaginário ilhéus, sempre ligado ao abandono e à opressão, foi essencial para descobrir os melhores canais de comunicação com as instituições públicas.

A análise documental que, segundo Dencker (2007, p.153), “difere da bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico”, foi focada no Estudo de Capacidade de Suporte (ECS) e Indicadores de Sustentabilidade da Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2008, e em documentos e jornais dos anos de 1987 e 1988, período escolhido por retratar uma época de transformação na ilha e de intensa mobilização social. Mais de 40 matérias dos principais veículos do Brasil foram analisadas.

Além desses documentos, foram analisados diários da Assembleia Constituinte no período da última semana de agosto de 1988, com a ata da votação da emenda que anexou o Arquipélago a Pernambuco. Ao longo do projeto, acompanhei também comunidades nas redes sociais, como o *Facebook* que funcionavam como “válvula de escape” para as queixas dos ilhéus, como a Pesquisas Aleatórias Noronhenses, Pesquisa em Ação, além de perfis de moradores. O *Blog Viver Noronha*<sup>22</sup>, da jornalista Ana Claro Marinho foi um importante veículo para me atualizar sobre o que acontecia na ilha. Várias matérias referenciadas neste trabalho são do *blog*, único veículo que retrata o dia a dia do ilhéu. O cruzamento de várias referências como os depoimentos, jornais, livros e documentos foi imprescindível na reconstrução da história oral apresentada no terceiro capítulo.

## 2.1- PESQUISA-AÇÃO EXISTENCIAL, FENOMENOLOGIA E A RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO

Esse trabalho baseou-se em técnicas da Pesquisa Ação-Existencial (PAE), desenvolvida por Barbier (2004), como a escuta sensível e a multirreferencialidade e na interpretação fenomenológica dos acontecimentos. A PAE é uma categoria de

---

<sup>22</sup> Endereço do site: <http://g1.globo.com/platb/pe-viver-noronha/>

pesquisa participante que inclui a dimensão subjetiva necessária a qualquer transformação. A criação, a intuição, a sensibilidade e a empatia são a natureza deste tipo de pesquisa que prioriza sua dimensão comunitária (VIEIRA, 2011). Por ser uma abordagem que exercita o imaginário e a afetividade, requer do pesquisador uma leitura multirreferencial do mundo, que é a capacidade de considerar o comportamento humano dentro de uma dimensão cultural.

Esse tipo de pesquisa é conectado a pessoas engajadas no ato educativo e a escuta sensível é própria do pesquisador educador, segundo a “abordagem transversal”. Barbier (*Op. Cit.*) considera esta abordagem a conjugação de várias disciplinas ao olhar filosófico e à sensibilidade, estética e poética. Por meio da escuta sensível, que busca compreender os fenômenos pela empatia, o pesquisador deve saber sentir o universo cognitivo, afetivo e imaginário do outro para compreender suas atitudes, dentro de um sistema de símbolos, ideias e valores. Neste sentido, a escuta sensível pode ser aplicada à fenomenologia, na medida que “começa por não interpretar, por suspender todo julgamento. Ela procura compreender, por “empatia”, o sentido que existente em uma prática ou situação” (BARBIER, 2002, p.3).

O foco da PAE é a mudança de atitude do sujeito em relação à realidade que se impõe. É permitido ao pesquisador revelar por meio do diálogo suas emoções, interrogações e valores. Se algumas condições no grupo ferirem sua filosofia de vida, ele pode se recusar a trabalhar com essas pessoas. Para Thiollent (1988), o objetivo do conhecimento na pesquisa-ação é a ampliação do nível de consciência da comunidade, enquanto o foco da ação é produzir um resultado concreto da interação do pesquisador com a comunidade, como o Documentário aqui proposto. Dentro desta perspectiva, a relação sujeito-objeto é como afirma Morin:

“Não há nem haverá jamais um observador puro [...]; nem conhecimento absoluto [...]. Mas com a perda do absoluto, ganhamos em comunicação e complexidade. [...] Podemos entrever que jamais se pode buscar o objeto excluindo o sujeito, que não está fora da práxis.” (MORIN, 1991, p.403 *apud* BRANDÃO, 2006).

Com esse pensamento, Morin (1991, *apud* BRANDÃO, 2006) introduz o quadro interpretativo que fundamentou a análise desta pesquisa: a Fenomenologia. Nesta corrente da filosofia, o objeto de análise é “a experiência humana dos acontecimentos” (GAMA, 2005, p.75) e os sujeitos que são abordados representam somente a eles mesmos. Neste tipo de enfoque, vale menos o número de pessoas

entrevistadas do que a descoberta da essência do fenômeno nos discursos dos sujeitos. Este tipo de enfoque se justifica neste trabalho porque trabalhei com a percepção individual dos sujeitos sociais para chegar à essência do fenômeno Mobilização Social no socioecossistema turístico. A Fenomenologia permite que o pesquisador tenha a sua própria interpretação do fenômeno, baseada em sua percepção e consciência da experiência vivida e no discurso esclarecedor daquilo que se mostra por si.

Schütz (1962) percebe o mundo social como um fenômeno intersubjetivo onde cada um dos atores realiza experiências subjetivas que são inacessíveis aos outros, mas que são compartilhadas por meio da comunicação. Ou seja, independentemente de como o sintamos, o mundo cotidiano não é constituído de nossas experiências particulares, ele é construído nas relações estabelecidas com outros atores a partir da comunicação.

Merleau Ponty (1996) traz a noção de corporalidade e volta a discutir a relação sujeito/objeto, afirmando que não há objeto em si: ele só existe para um sujeito que lhe dá significado. O autor considera a fenomenologia como a revelação do mundo:

O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha. (1996, p.15)

O modelo fenomenológico para o turismo, proposto por Molina (2000), vem a corroborar com a construção teórica metodológica neste trabalho ao considerar a fenomenologia uma ferramenta para enriquecer os estudos na área e dar um sentido mais humano ao fenômeno. O autor acredita que este modelo se contrapõe àquele modelo turístico em que a felicidade está de fora para dentro. Na fenomenologia aplicada ao turismo, as propriedades de liberdade do e no ser humano são enfatizadas e este pode escolher suas próprias experiências e refletir sobre suas vivências. A formulação da Fenomenologia na Filosofia apresenta uma nova concepção do conhecimento sensível, em que não há diferença entre sensação e percepção: elas ocorrem juntas (CHAUÍ, 1995).

Não seria possível analisar a mobilização na Ilha sem estudar o histórico de mobilizações, os projetos que não deram certo por falta de envolvimento da comunidade e a influência da ocupação histórica insular. Vejamos:

Os seres humanos são parte da história, [...] a experiência humana é sempre histórica, no sentido de que uma nova experiência é sempre assimilada aos resíduos do que passou, e no sentido que, ao procurar compreender o que é novo, nós sempre e necessariamente construímos sobre o que já está presente (THOMPSON, 1995, p. 360)

A proposta metodológica, ancorada em todas estas categorias e paradigmas de investigação, foi desenvolver uma metodologia participativa, uma construção que fugisse da perspectiva “progressista”, na qual o acadêmico pretende “salvar o outro (o indígena, o marginalizado, o pobre)”, (GALANO, 2011). O objetivo foi encontrar, junto aos atores locais, as ferramentas necessárias para auxiliar a tomada de decisões coletiva.

Para contextualizar a pesquisa ação dentro da área da Comunicação, Thiollent (1988), sugere que sejam trabalhadas com a comunidade meios como a programação de TV construída a partir das expectativas dos espectadores; a criação de jornais, rádios e espaços de lazer e a produção de documentários. A última ferramenta foi escolhida no presente projeto por possuir uma linguagem narrativa próxima ao jornalismo e de fácil apreensão pela comunidade.

## 2.2. INCURSÃO EXPLORATÓRIA

Durante o mês de fevereiro de 2012, passei vinte dias entre Recife e Noronha para realizar um diagnóstico da comunicação e mobilização no Arquipélago. Para este levantamento foi necessário estudar os últimos projetos implantados na Ilha que não tiveram sucesso por falta de mobilização da comunidade, entre eles o *Noronha +20*. A partir deste retrato da comunidade e sua percepção da comunicação e do turismo, foi possível selecionar técnicas de comunicação que poderiam contribuir para uma mobilização social efetiva no socioecossistema turístico. Pela sua complexidade e multiplicidade de sentidos, a comunicação é um fenômeno de difícil mensuração e torna-se ainda mais abstrato e subjetivo no caso deste estudo que não visa pesquisar somente os meios de comunicação oficiais e sim os processos de comunicação que existem entre os atores sociais. Esta experiência de contato com os moradores permitiu delimitar quais estratégias de comunicação e mobilização social seriam estudadas no contexto analisado.

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, “aquela que parte de certos questionamentos básicos (...) que, em seguida, oferecem amplo campo de

interrogativas” (TRIVIÑOS, 1990, p.145), e os temas orientadores para as perguntas foram: os episódios de mobilização social que já aconteceram em Fernando de Noronha, a percepção da comunicação e os processos comunicacionais na ilha, além do *Noronha +20* (BRASIL, 2011)

Comecei as entrevistas em Recife: Ana Clara Marinho, ex-diretora da TV Golfinho; Marieta Borges, historiadora apaixonada por Noronha e peça chave para esta pesquisa; e Sandra Veríssimo, guardiã dos documentos sobre FN dentro do Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Tive uma verdadeira aula de História com as três e cheguei muito melhor preparada na ilha para realizar as entrevistas agendadas<sup>23</sup>. Busquei entrevistar moradores e representantes de vários setores. Além das 10 entrevistas, participei de reuniões do Conselho de Turismo na ilha, enquanto discutiam o programa *Mais Noronha*, uma campanha que dava descontos aos turistas na baixa temporada e que conseguiu mobilizar todo o setor turístico da ilha.

Seguindo a linha da fenomenologia, não importava um grande número de entrevistas e, sim, a qualidade e experiência dos relatos. A primeira visita serviu para delimitar melhor o objeto: focar na mobilização social em Noronha e não somente na mobilização para o *Noronha +20*. Na volta da viagem, Noronha *deu seu recado*: o disco rígido do computador em que eu armazenava as gravações das entrevistas estragou e perdi todos os arquivos. Como entre as técnicas de coleta de dados estava o registro das minhas impressões em um diário de campo, não perdi o conteúdo das mais de 20 horas de gravação. O essencial estava no caderno e interpretei o fato como uma *mensagem da ilha*. No Arquipélago, é notória a força que existe para o sucesso de alguns projetos e a conspiração que há para enterrar outros. As propostas só fluem *quando a ilha quer*, “é Noronha quem escolhe quem fica”, como ouvi de um morador. Era Noronha *querendo* que eu partisse para uma segunda etapa do projeto: a produção de um documentário.

### 2.3. EXPERIÊNCIA PARA A VIDA INTEIRA

---

<sup>23</sup> Consegui marcar poucas entrevistas por telefone ou *e-mail* antes de desembarcar na ilha. A comunicação em Noronha – quase ninguém responde *e-mail* e os celulares mal funcionam - foi uma dificuldade que permeou todo este trabalho, mas sempre foi superada no contato fácil e cotidiano nos pequenos períodos que passei pela ilha.

É difícil sintetizar em palavras o que vivi quando voltei ao Arquipélago, em abril de 2013, para gravar o documentário (ainda sem nome) com os alunos da Escola Arquipélago. Tudo que estudei durante dois anos só fez sentido no encontro com estes jovens curiosos que me ensinaram muito mais do que eu a eles. A relação horizontal, proposta por Brandão (2006), aconteceu de forma natural e, quando vi, os estudantes é quem estavam dirigindo o documentário. Foram 10 dias de uma convivência intensa e inesquecível.

O primeiro contato com os cerca de 20 alunos de 13 a 20 anos, foi na oficina “Comunicação e Mobilização Social” que realizei no dia 22 de abril, no auditório da escola. O professor Rafael Marino, responsável pelo Cine Club foi quem articulou o espaço e convidou os alunos a participar. O “gelo” inicial de sorrisos tímidos e curiosos da minha presença foi logo quebrado com uma dinâmica de telefone sem-fio para entender os elementos da comunicação. Em meia hora, os alunos já participavam ativamente, opinavam sobre os meios de comunicação na ilha e demonstraram profundo conhecimento dos problemas socioambientais enfrentados pela comunidade. Neste mesmo dia, esclareci o objetivo do documentário, antes da minha chegada já havia enviado um documento para a escola formalizando o projeto e nele constava uma lista de pessoas que haviam participado da mobilização de 1988 e um questionário (APÊNDICE A) com as principais perguntas, para os alunos irem se inteirando do tema. Convidei todos os alunos a participar de uma reunião no dia seguinte, às 10h, na sala do Centro de Geração e Renda, que passou a funcionar como um “Quartel General” do grupo, para decidir quem iríamos entrevistar, onde e quando.



Figura 8: Grupo entrevista Maílde Costa (Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2013)

Neste e em todos os encontros com os alunos, foram aplicadas técnicas como os grupos focais, que são entrevistas coletivas em que o pesquisador busca compreender e não interferir ou generalizar. Pesquisas fenomenológicas objetivam aprender como os participantes interpretam a realidade, seus conhecimentos e experiências além da entrevista. Esperava que no máximo 10 alunos participassem da reunião no dia seguinte, mas, para minha surpresa e felicidade, quase todos os 20 estavam lá. Para contextualizar o que faríamos na semana seguinte, compartilhei um capítulo do livro “Fernando de Noronha: da ilha Maldita ao Paraíso”, de Ely Ávila, que trata sobre a mobilização. Além dele, distribuí cópias do dossiê “Noronha: uma questão de consciência”, documento entregue pelos ilhéus à Assembléia Constituinte com todos os motivos para a não anexação da ilha a Pernambuco e um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas. Espontaneamente, os alunos, empolgados, começaram a buscar seus familiares entre os nomes e foram encontrando seus pais, avós e outros familiares. Foi um momento lindo, porque eles descobriram sozinhos que a mobilização tinha envolvido quase a ilha inteira. Todos os alunos tinham algum parente entre os assinantes e foi criada uma identidade com o documentário.



Figura 9: Primeira reunião do grupo na sala do Centro de Geração e Renda, Q.G das gravações.  
(Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2013)

Após a explicação sobre o movimento *SOS Noronha*, dividimos o grupo em três, cada um com cerca de sete pessoas. A proposta era fazer um documentário experimental, sem preocupação com o teor profissional, porque, assim como os alunos, eu também nunca havia realizado um. Estávamos todos aprendendo juntos:

a) **Produção** – Sob o comando do professor Rafael e de Mariana Albuquerque do Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas). Este grupo seria responsável por pensar nas locações para as filmagens, obter as autorizações de uso de imagem, transporte para o grupo e um de barco para as tomadas externas.

b) **Entrevistas** – Este grupo, sob minha responsabilidade, baseado na lista que os próprios alunos fizeram de parentes que participaram do movimento, somada à que eu havia indicado com base nos meus estudos, definiu quem seriam os entrevistados. Além de escolher os nomes, baseados em critérios como desenvoltura frente às câmeras e simpatia, o grupo levantou os contatos telefônicos dos eleitos e marcou as entrevistas, seguindo um calendário de locações e transporte definidos pela produção. A última tarefa, após a marcação, seria realizar as próprias entrevistas, mas apenas uma aluna se arriscou a participar como repórter.

A primeira surpresa deles ao começar as ligações foi descobrir que seus próprios pais não estavam dispostos a falar do movimento, com medo de “ter

alguma consequência política”. Mesmo explicando que a intenção era analisar a mobilização e não fazer propaganda contra a ADEFN ou Pernambuco, vários não aceitaram dar entrevista. A decepção foi tanta que fez com que três alunos desistissem do projeto. Após uma tarde inteira de ligações em vão, fui com três alunas de casa em casa à noite marcar pessoalmente as entrevistas. Aqueles que não conseguimos contatar foram divididos de acordo com a vizinhança dos alunos.

**c) Audiovisual** – Este grupo, inteiramente masculino e cujo responsável foi o cinegrafista, Felipe Queiroz, foi formado pela curiosidade de lidar com os novos equipamentos: “você vai mesmo me deixar mexer nesta câmera?”. Os meninos passaram toda uma tarde tendo aula de captação de imagem e áudio e realizando testes nos arredores da escola. Durante as entrevistas, eram responsáveis por filmar os entrevistados e os bastidores. No final, todos os grupos se revezavam nessas funções - todos queriam aprender a filmar e tirar fotos.

Como este grupo era responsável pelas filmagens e evitei intervir no trabalho dos alunos, não tinha controle do que estava sendo captado: a ideia era que os alunos representassem o seu olhar. Portanto, as imagens e o áudio captados são amadoras.

### *2.3.1. Dinâmica das gravações*

Como a escola liberou os alunos para participar do documentário apenas um turno, formamos escalas para que todos pudessem estar presentes na gravação pelo menos uma vez por dia. Assim, havia um grupo de sete alunos que sempre andava junto e participava, à revelia dos coordenadores, de todas as entrevistas. Para facilitar a comunicação entre o grupo heterogêneo, com alunos que só iam para a escola de manhã, só de tarde ou o dia inteiro, fizemos um mural para atualizar as entrevistas que iam sendo marcadas e recordar as escalas de cada turno. Quem encontrava um possível entrevistado no caminho, agendava o encontro e atualizava a tabela. Assim, foram marcadas 19 entrevistas e duas foram desmarcadas por motivo de saúde.

### OFICINA DE DOCUMENTÁRIO "Mobilização noronhense"

DIA	QUARTA (24/04)	QUINTA (25/04)	SEXTA (26/04)	SÁBADO	AVISOS
MARUTIMO	VICTÓRIA LETICIA ARANDA MILENA ELISA ANTONIO ANNE COSME ALICE	VICTÓRIA RETO-MEIA CASSIANDA YANE ALZUGO DOUTOR JOSE LUCAS	VICTÓRIA LETICIA DANON YANE DOUTOR DOUTOR COSME FINA	TODOS	<p><b>AVISOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- TRANSPORTE - 24/04 - 25/04 - 26/04 - 27/04 - 28/04 - 29/04 - 30/04 - 01/05 - 02/05 - 03/05 - 04/05 - 05/05 - 06/05 - 07/05 - 08/05 - 09/05 - 10/05 - 11/05 - 12/05 - 13/05 - 14/05 - 15/05 - 16/05 - 17/05 - 18/05 - 19/05 - 20/05 - 21/05 - 22/05 - 23/05 - 24/05 - 25/05 - 26/05 - 27/05 - 28/05 - 29/05 - 30/05 - 31/05 - 01/06 - 02/06 - 03/06 - 04/06 - 05/06 - 06/06 - 07/06 - 08/06 - 09/06 - 10/06 - 11/06 - 12/06 - 13/06 - 14/06 - 15/06 - 16/06 - 17/06 - 18/06 - 19/06 - 20/06 - 21/06 - 22/06 - 23/06 - 24/06 - 25/06 - 26/06 - 27/06 - 28/06 - 29/06 - 30/06 - 01/07 - 02/07 - 03/07 - 04/07 - 05/07 - 06/07 - 07/07 - 08/07 - 09/07 - 10/07 - 11/07 - 12/07 - 13/07 - 14/07 - 15/07 - 16/07 - 17/07 - 18/07 - 19/07 - 20/07 - 21/07 - 22/07 - 23/07 - 24/07 - 25/07 - 26/07 - 27/07 - 28/07 - 29/07 - 30/07 - 31/07 - 01/08 - 02/08 - 03/08 - 04/08 - 05/08 - 06/08 - 07/08 - 08/08 - 09/08 - 10/08 - 11/08 - 12/08 - 13/08 - 14/08 - 15/08 - 16/08 - 17/08 - 18/08 - 19/08 - 20/08 - 21/08 - 22/08 - 23/08 - 24/08 - 25/08 - 26/08 - 27/08 - 28/08 - 29/08 - 30/08 - 31/08 - 01/09 - 02/09 - 03/09 - 04/09 - 05/09 - 06/09 - 07/09 - 08/09 - 09/09 - 10/09 - 11/09 - 12/09 - 13/09 - 14/09 - 15/09 - 16/09 - 17/09 - 18/09 - 19/09 - 20/09 - 21/09 - 22/09 - 23/09 - 24/09 - 25/09 - 26/09 - 27/09 - 28/09 - 29/09 - 30/09 - 01/10 - 02/10 - 03/10 - 04/10 - 05/10 - 06/10 - 07/10 - 08/10 - 09/10 - 10/10 - 11/10 - 12/10 - 13/10 - 14/10 - 15/10 - 16/10 - 17/10 - 18/10 - 19/10 - 20/10 - 21/10 - 22/10 - 23/10 - 24/10 - 25/10 - 26/10 - 27/10 - 28/10 - 29/10 - 30/10 - 31/10 - 01/11 - 02/11 - 03/11 - 04/11 - 05/11 - 06/11 - 07/11 - 08/11 - 09/11 - 10/11 - 11/11 - 12/11 - 13/11 - 14/11 - 15/11 - 16/11 - 17/11 - 18/11 - 19/11 - 20/11 - 21/11 - 22/11 - 23/11 - 24/11 - 25/11 - 26/11 - 27/11 - 28/11 - 29/11 - 30/11 - 01/12 - 02/12 - 03/12 - 04/12 - 05/12 - 06/12 - 07/12 - 08/12 - 09/12 - 10/12 - 11/12 - 12/12 - 13/12 - 14/12 - 15/12 - 16/12 - 17/12 - 18/12 - 19/12 - 20/12 - 21/12 - 22/12 - 23/12 - 24/12 - 25/12 - 26/12 - 27/12 - 28/12 - 29/12 - 30/12 - 31/12</li> <li>- TRANSPORTE - PITANAR DIA 15/04 (QU) - 08H40 SAINDO DA ESCOLA</li> <li>- Passagem de boque - SÁBADO ÀS 9h. Divulga antes todos tentando a comida, cada um deve algo.</li> <li>- MACEI - 20/04 - 21/04 - 22/04 - 23/04 - 24/04 - 25/04 - 26/04 - 27/04 - 28/04 - 29/04 - 30/04 - 01/05 - 02/05 - 03/05 - 04/05 - 05/05 - 06/05 - 07/05 - 08/05 - 09/05 - 10/05 - 11/05 - 12/05 - 13/05 - 14/05 - 15/05 - 16/05 - 17/05 - 18/05 - 19/05 - 20/05 - 21/05 - 22/05 - 23/05 - 24/05 - 25/05 - 26/05 - 27/05 - 28/05 - 29/05 - 30/05 - 31/05 - 01/06 - 02/06 - 03/06 - 04/06 - 05/06 - 06/06 - 07/06 - 08/06 - 09/06 - 10/06 - 11/06 - 12/06 - 13/06 - 14/06 - 15/06 - 16/06 - 17/06 - 18/06 - 19/06 - 20/06 - 21/06 - 22/06 - 23/06 - 24/06 - 25/06 - 26/06 - 27/06 - 28/06 - 29/06 - 30/06 - 01/07 - 02/07 - 03/07 - 04/07 - 05/07 - 06/07 - 07/07 - 08/07 - 09/07 - 10/07 - 11/07 - 12/07 - 13/07 - 14/07 - 15/07 - 16/07 - 17/07 - 18/07 - 19/07 - 20/07 - 21/07 - 22/07 - 23/07 - 24/07 - 25/07 - 26/07 - 27/07 - 28/07 - 29/07 - 30/07 - 31/07 - 01/08 - 02/08 - 03/08 - 04/08 - 05/08 - 06/08 - 07/08 - 08/08 - 09/08 - 10/08 - 11/08 - 12/08 - 13/08 - 14/08 - 15/08 - 16/08 - 17/08 - 18/08 - 19/08 - 20/08 - 21/08 - 22/08 - 23/08 - 24/08 - 25/08 - 26/08 - 27/08 - 28/08 - 29/08 - 30/08 - 31/08 - 01/09 - 02/09 - 03/09 - 04/09 - 05/09 - 06/09 - 07/09 - 08/09 - 09/09 - 10/09 - 11/09 - 12/09 - 13/09 - 14/09 - 15/09 - 16/09 - 17/09 - 18/09 - 19/09 - 20/09 - 21/09 - 22/09 - 23/09 - 24/09 - 25/09 - 26/09 - 27/09 - 28/09 - 29/09 - 30/09 - 01/10 - 02/10 - 03/10 - 04/10 - 05/10 - 06/10 - 07/10 - 08/10 - 09/10 - 10/10 - 11/10 - 12/10 - 13/10 - 14/10 - 15/10 - 16/10 - 17/10 - 18/10 - 19/10 - 20/10 - 21/10 - 22/10 - 23/10 - 24/10 - 25/10 - 26/10 - 27/10 - 28/10 - 29/10 - 30/10 - 31/10 - 01/11 - 02/11 - 03/11 - 04/11 - 05/11 - 06/11 - 07/11 - 08/11 - 09/11 - 10/11 - 11/11 - 12/11 - 13/11 - 14/11 - 15/11 - 16/11 - 17/11 - 18/11 - 19/11 - 20/11 - 21/11 - 22/11 - 23/11 - 24/11 - 25/11 - 26/11 - 27/11 - 28/11 - 29/11 - 30/11 - 01/12 - 02/12 - 03/12 - 04/12 - 05/12 - 06/12 - 07/12 - 08/12 - 09/12 - 10/12 - 11/12 - 12/12 - 13/12 - 14/12 - 15/12 - 16/12 - 17/12 - 18/12 - 19/12 - 20/12 - 21/12 - 22/12 - 23/12 - 24/12 - 25/12 - 26/12 - 27/12 - 28/12 - 29/12 - 30/12 - 31/12</li> <li>- Reunião de encerramento DO PROJETO - Segunda (24/04) às 14h30 LOCAL</li> </ul>
VEPERTIMO	RYE-HIA CERKIDAM YANE JOSE LUCAS DOUTOR RAFAEL ELIZA	LETICIA RETO-MEIA MILENA ELICE RYE COSME ALICE	LETICIA CASSIANDA MILENA ETTER RYE COSME OSIAS RAFAEL	TODOS	

#### CRONOGRAMA DE ENTREVISTAS E GRAVAÇÕES

H	QUARTA (24/04)	QUINTA (25/04)	SEXTA (26/04)	SÁBADO (27/04)	DOMINGO (28/04)
9h		GABRIELIANO - TABARA			
10h	WILSON - MIRANTE SOLDO	MARLENE - PRAÇA TRINHA DOMICÍO-SÍTIO			
11h	DOANNE, VERA, DANIELSON - CONSELHO D				
12h					
13h					
14h	MARCO DEBIA - OLIVEIRA	MARCO - PRAÇA PAVANAS	MARCO - MARCOS - SÍTIO MIA - SÍTIO		
15h					
16h	JORGE SOARES - PRAÇA PAVANAS	PEDRO IVO - VACAIA			
17h	TIBIRO - ON COLINA	DORLANDO SOUSA - PRAÇA			
18h					

Figura 10: Cartaz que funcionou como meio de comunicação entre o grupo (Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2013)

Todos os dias, antes das 9h, passava na escola para “liberar” os alunos das aulas, a coordenadora exigia este rito para que os estudantes pudessem participar do documentário. A produção conseguiu transporte alguns dias e quando não havia carro, os alunos pegavam carona e se encontravam no lugar marcado. Se as entrevistas eram desmarcadas ou sobrava um tempo livre, voltávamos para o “Q.G”. do grupo para conseguir transporte, marcar outras entrevistas e discutir o encaminhamento dos próximos dias. A entrevista de maior quórum foi a primeira, no dia 24, com o fiscal Wilson Teixeira no Mirante do Boldró, quando 15 alunos se revezaram na platéia, áudio e as três câmeras. Neste dia, chamamos a atenção de educadores locais, intrigados com aquele projeto que estava conseguindo motivar os jovens e, contamos, deste dia em diante, com a participação de representantes dos projetos Golfinho Rotador e Tamar. Esse envolvimento espontâneo de várias entidades foi um indicador do êxito do processo de mobilização social proposto neste projeto.

Após a entrevista individual com Wilson, partimos para uma no Conselho Distrital com três conselheiros, Dona Nice, Vêa e Admilson Medeiros. O esquema “jogral” não foi aprovado pelos alunos, que ficaram entediados e preferiram entrevistas individuais. Os estudantes se envolveram rápido com o projeto, em poucos dias ousavam fazer captações em preto e branco, opinavam no ângulo, enquadramento, pediam para os garis pararem de varrer no momento da entrevistas porque estavam atrapalhando o áudio e arriscavam algumas perguntas. A timidez para falar em frente às câmeras foi a única não superada. No mais, o grupo formou uma grande família.



Figura 11: Entrevista com Dona Nice, Vêa e Admilson Medeiros no Conselho Distrital (Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2013)

Duas entrevistas foram realizadas sem os estudantes por falta de liberação do colégio: com Galeguinho e Renê Jerônimo. Todas as outras contaram com, no mínimo cinco alunos. Aqueles moradores que participaram do movimento mas não conseguimos entrevistar por estarem viajando ou por terem falecido (como a Dona Pituca e seu Júlio Grande), tomei a liberdade de usar os depoimentos do livro de Daniela Mesquita (2012) e da tese de Janirza Lima (2000), para dar mais riqueza de detalhes sobre os processos abordados. Segue a lista dos entrevistados nesta pesquisa de campo:

- a) Ju Medeiros – músico e proprietário de pousadas
- b) Marcos Antonio Sousa – proprietário de bar, pai de aluna

- c) Orlando José de Souza – Presidente da Anpesca, pai de aluno
- d) Pedro Ivo Veloso de Melo – professor de História
- e) Jane Soares do Nascimento - proprietária de pousada
- f) Ariandna Campos Sampaio – Morena, proprietária de pousada
- g) Suenildo Costa – Tinho, proprietário de restaurante e Conselheiro Distrital
- h) Admilson Medeiros – Conselheiro Distrital
- i) Renê Jerônimo – Coração Valente – aposentado, maratonista e promotor da corrida de rua na ilha.
- j) Eunice Oliveira – Dona Nice – Conselheira Distrital
- k) Marilde Martins da Costa- Véa, Consoelheira Distrital.
- l) Wilson da Silva Teixeira – Fiscal do ICMBio
- m) Domício Alves Cordeiro – Ex-administrador e empresário
- n) Ana Martins Costa – Dona Nanete, moradora antiga da ilha, responsável pela “cultura” da ilha
- o) Maílde Costa – professora
- p) Galeguinho – personagem da ilha, já morou em caverna, surfou uma das maiores ondas da ilha e, atualmente, trabalha como voluntário no ProjetoTamar
- q) José Marcone – agricultor e sobrinho de Naldo da Horta

Uma das entrevistas mais emocionantes para os alunos foi a de Orlando Souza- representante oficial dos pescadores da ilha - foi entrevistado pelo seu filho, André Souza, mesmo sendo integrante da equipe de filmagem fez questão de mudar de papel para entrevistar o pai. No final da entrevista, com o barulho das ondas batendo no Molhe do Porto, os dois se abraçaram e choraram; todos aplaudiram. Este dia, como a entrevista foi no Porto, o grupo aproveitou para ver a Lua nascer na Capela de São Pedro e de lá, foram para o Museu dos Tubarões apreciar a vista. Os jovens ficaram em êxtase, alguns nunca tinham visto a Lua nascer ali.

A do Seu Domício, mostrando as fotos da mobilização com a voz embargada pela emoção também tocou os estudantes. Morena, com sua generosidade e sinceridade, acomodou tão bem os alunos em seu jardim, dando água de coco, bombom, frutas, que no final, não queriam ir para a próxima entrevista. No discurso dos personagens foram desvelados alguns temas comuns: o turismo e o Parnamar

como fatores “desmobilizadores”, as queixas da educação, a “ditadura velada”, o medo do futuro e o cansaço de tantas lutas.



Figura 12: Alunos montam o set para entrevista com Seu Domício (Fonte: Arquivo Pessoal da autora, 2013)

O sucesso das entrevistas foi comemorado em um passeio de barco cedido por Orlando Sousa, presidente da Associação dos Pescadores, no sábado dia 27 de abril. Quase todos os alunos compareceram e vivenciaram uma tarde típica de turista. O clima era de diversão nos bastidores e, no final do dia, o cinegrafista descarregava todo o material e, quando havia tempo mostrava aos alunos no dia seguinte o que havia sido produzido. Um dia, ao chegar na escola, flagrei alguns alunos no computador procurando no *site* do Senado documentos sobre e reintegração de Noronha a Pernambuco. O documentário havia despertado o interesse deles em conhecer a própria história e, só este sentimento já compensou toda a pesquisa. A relação transcendeu o pesquisador/pesquisado.

Após a realização de todas as entrevistas, marquei para o dia 29, segunda-feira, uma oficina de despedida, para avaliar os resultados das gravações, compartilhar as fotos. A esta altura toda a ilha estava sabendo do projeto, a TV Golfinho foi gravar o encontro neste dia e o documentário foi tema do Jornal da Ilha do dia seguinte. O chefe do Parnamar, Ricardo Araújo, ofereceu apoio na edição e ficou com todo o material bruto. A proposta é voltar ao Arquipélago para editar o filme com os jovens para lançar o documentário em outubro, mês em que a anexação completa 25 anos. Desenvolvido pela e para a comunidade, o conteúdo pode ser multiplicado e aproveitado em várias formas pelos alunos. A ferramenta de

realizar e produzir entrevistas, tanto para documentário, quanto para reportagens televisivas, foi incorporada por todo o grupo que pode utilizá-la em outros meios para fomentar a comunicação comunitária na ilha.

Na oficina de despedida, pedi que as crianças falassem uma palavra (já que uma frase inteira dava vergonha) que resumisse a experiência vivida na última semana. “Orgulho”, “Amizade”, “Amor”, “Aprendizado”, “União”, “Coração”, foram algumas das que ficaram na lembrança, assim como a faixa que os alunos entregaram para nós no aeroporto quando fomos embora. Estes gestos de carinho demonstram que, quando há afeto e união, é possível mobilizar os jovens e isso será melhor abordado no último capítulo. O que ficou desta experiência, além do aprendizado, foi uma relação permanente, que não foi criada exclusivamente para atender um objetivo de pesquisa. Criei um grupo no *Facebook* onde falo com os alunos sempre e recebo, quase diariamente, mensagens e ligações de alguns desde que voltei.



Figura 13: Equipe na oficina de despedida, no dia 29.04.2013 (Fonte: Arquivo Pessoal da autora)

As avaliações e análises do que foi vivido na ilha, frutos das entrevistas realizadas na incursão exploratória e na pesquisa de campo estão distribuídas entre o terceiro e quarto capítulos. As falas dos entrevistados foram nominadas, uma vez que todos assinaram um termo de uso de imagem e, não têm objeção em terem os nomes expostos.

### 3 “1988”: O ANO DAS TRANSFORMAÇÕES

*“Eu junto minha mão à sua,  
Eu junto meu coração ao seu,  
Para que possamos fazer juntos  
O que não consigo fazer sozinho...”*

Versos escritos pelos adolescentes da Escola Arquipélago em carta entregue no encerramento da Oficina, 2013

Mãe de família, Dona Nice deixa sua casa, a fazenda de Seu Chiquito, rumo à então programação noturna insular: o forró do Mirante do Boldró. Era tarde da noite, o lugar frequentado por jovens e turistas e, para a conservadora sociedade noronhense, não era lugar para uma mãe de sete filhos. Mas lá estava ela, fritando peixes e vendendo refeições para arrecadar fundos. Moradora da Ilha há 37 anos, Dona Nice não estava sozinha. Pouco antes, no fim da tarde, em frente à escola, os alunos paravam os carros para pedir dinheiro aos que passavam. No dia seguinte, hora de recolher entre os moradores doações de bodes, cabras, cavalos, porcos e galinhas para os bingos, sorteios e leilões do final de semana.

Até lá, todas as faixas produzidas por Sales estariam prontas e o Conselho Comunitário, junto aos líderes Domício Cordeiro, Heleno Armando e Salviano Souza, já haveria escolhido a comitiva que viajaria com o dinheiro arrecadado. Dona Nanete, tesoureira do movimento e moradora da Ilha há 38 anos, conseguiu um bom montante, usou sua infalível simpatia e influência entre as autoridades para receber doações voluntárias da Marinha e da Aeronáutica.

O objetivo de toda essa mobilização? Um só: conseguir recursos para enviar cerca de 20 noronhenses a Brasília, fazer *lobby* com os 559 deputados da Assembleia Constituinte para tentar impedir que, no segundo turno da votação, a anexação da ilha a Pernambuco fosse mantida. Esses são apenas alguns relatos de um momento em Noronha, no ano de 1988, quando mais de 1200 histórias (número estimado de habitantes em 1988) se cruzaram para dar início a um movimento coletivo contra a anexação da ilha a Pernambuco. Proposta (ANEXOS A e B) pelos deputados pernambucanos José Moura (PFL) e Nilson Gibson (PMDB) a emenda constitucional havia sido aprovada no primeiro turno e a comunidade precisou correr contra o tempo para tentar evitar a manutenção da emenda no segundo turno em agosto.

Dois meses foram suficientes para uma comunidade unida trabalhar e juntar dinheiro para manter cerca de 20 pessoas fazendo *lobby* em Brasília até o dia da votação, 31 de agosto. Todos juntos pela mesma causa, uns em Brasília, outros em Recife conversando com o governando Miguel Arraes e pessoas influentes no governo, e o restante em Noronha, recolhendo assinaturas para abaixo assinado, elaborando documentos, arrecadando fundos e mostrando a revolta aos jornalistas de todo o Brasil. É difícil imaginar uma comunidade de 1200 pessoas que havia estado 42 anos sob um regime militar, se articular de forma tão organizada por uma luta comum.

A memória, formada por acontecimentos, personagens e lugares e tida como um fenômeno individual se revelou, tal como define Pollack (1992, p.201), “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente”. Como resume bem Chauí (2006, p. 114), a memória nada mais é que a “expressão objetivada da lembrança coletiva”. A memória coletiva reforça a coesão social pela adesão afetiva ao grupo, não é uma imposição ou tipo de dominação. Segundo Maurice Halbwachs (1990), é compreendida como um resultado de compartilhamentos de lembranças individuais e partilhadas com grupos, “é uma corrente do pensamento contínuo [...] que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 83).

Apesar de ter sido um marco em Noronha, nenhum dos 17 alunos da oficina sabia da história do movimento de 1988, que não é abordada dentro de sala de aula e nem contada pelas famílias, mesmo aquelas que participaram ativamente da mobilização. Como manter vivas as lembranças que não são transmitidas de uma geração a outra? Procurei valorizar a expressão oral, rejeitada pela cultura escrita por seu caráter mais agregativo que analítico (ONG, 1988, p.49), para preencher essa lacuna histórica. O silêncio de vinte e cinco anos, longe de representar um esquecimento, revela “a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLACK, 1989, p. 5).

Afinal, a história oficial é contada pelos vencedores, uma prova disso é que o livro mais atual de história de Noronha, “Cinco Séculos de História”, de Marieta Borges, dispensa apenas duas páginas entre 299 para contar o episódio da reintegração. Durante entrevista realizada com a historiadora em abril de 2013, ela afirmou que a revolta teria sido provocada pelo medo de perder as regalias

conquistadas em tantos anos de tutela do Estado, como não pagar aluguel, água, impostos, luz. Borges acredita que os noronhenses foram “soldadinhos de chumbo” nas mãos de alguns comandantes.

A proposta dessa pesquisa foi reavivar a versão dos vencidos, “a memória contestadora do triunfalismo dos poderes estabelecidos que desorganizaram o espaço, o tempo e a participação, a história dos vencidos”, (CHAUÍ, 2006, p.124). Entretanto, a intenção nunca foi incitar uma nova luta contra Pernambuco, nem preencher a lacuna histórica com novos heróis. A ideia foi dar visibilidade a um novo olhar da memória social, trazendo à tona ações antes invisíveis que podem ser questionadoras dos significados da sociedade atual e dar oportunidade aos sujeitos de mostrarem sua voz. A memória entendida como ação de todos os sujeitos sociais e não apenas como a produção oficial da história (CHAUÍ, 2006, POLLACK, 1989), onde a história oral privilegia as memórias subterrâneas que se opõem à memória nacional e é fonte de onde sai a essência da cultura. Resgatar a história noronhense é resgatar também sua cultura.

Levando em consideração a questão da memória e da reconstrução da história oral, 1988 é um ano emblemático para os noronhenses. Em entrevista realizada em abril de 2013, Lima, antropóloga que fez sua tese sobre a comunidade de FN assegurou que “esse ano foi o início de um período de transformação. Foi o momento mais efervescente na história da Ilha”. Um ano marcado por três fatos que mudaram os rumos de FN até hoje: a reintegração a Pernambuco, a criação do Parque Nacional Marinho e a entrada massiva do Turismo. Todos entrevistados são unânimes ao definir que a criação do Parque e o crescimento descontrolado do Turismo foram conseqüências da anexação.

Desde então, a repentina abertura para esses elementos externos, foi desintegrando a comunidade insular, dando lugar a várias comunidades, ou tribos, nas palavras do cantor Ju Medeiros, morador da Ilha desde 1989. A mobilização social foi diretamente afetada por estes acontecimentos. Portanto, para se compreender a sociedade atual, desmobilizada e individualista é imprescindível conhecer a fundo a história de Noronha pré e pós-88.

### 3.1- A CIDADANIA APORTA EM NORONHA

Começamos pela “Era Mesquita”, nas palavras de Lima, que descreve esse tempo como um “período extremamente significativo em que se configura um novo cenário de lutas no Arquipélago” (2000, p.296). O que demarca esse tempo, assim como “o tempo do presídio” e o “tempo dos coronéis”, segundo Lima, não é somente o calendário de mudanças no governo, mas também os significados que essas transformações acarretam na vida social insular. O jornalista Fernando César Mesquita, amigo do então presidente José Sarney, foi o primeiro governador civil de FN. Assumiu comando da Ilha em setembro de 1987, quando o Território Federal passou para o Ministério do Interior (Minter). Indicado por Sarney, que havia visitado Noronha recentemente e visto de perto as necessidades dos moradores, como saneamento, saúde e educação o governador assumiu com a missão de dar uma atenção especial a essas demandas. Após 42 anos de governo militar, o espaço insular recebia um governante preocupado com a comunidade.

Antes de tomar posse, Mesquita pesquisou todos os projetos que existiam para tornar o Arquipélago economicamente viável, conversou com moradores e chamou alguns filhos da Ilha que estavam no continente de volta ao Arquipélago para compor sua equipe administrativa, como os líderes Domício Cordeiro e Heleno Armando<sup>24</sup>. “Ele começou a encher a Ilha de noronhense para, pela primeira vez, a gente começar a dizer como queria que fosse a Ilha”, explica Domício.

Como jornalista, Mesquita usou a comunicação dialógica para se aproximar dos noronhenses, aplicando o conceito de Freire (1975), que entende que ser dialógico é promover a transformação da realidade baseada no diálogo. Em entrevista realizada em abril de 2013, Mesquita relata:

Criamos situações que fossem capazes de dizer para eles (os ilhéus): vocês são gente, merecem respeito, são cidadãos. Tentei mostrar que a cidadania era uma coisa importante

A ideia era que a sociedade insular entendesse que os tempos haviam mudado, “coube ao Governo de Fernando Mesquita fazer a ruptura entre o mundo da dominação militar e as possibilidades da cidadania acenada pelo governo civil” (LIMA, 2000, p.296).

---

<sup>24</sup> Heleno Armando, noronhense e filho do ex-presidiário Sérgio Lino era engenheiro de Pesca e foi convidado a participar do governo de Mesquita em 1987. Era militante de esquerda e nesta época, vivia no continente. Foi líder do movimento SOSO Noronha e diretor do Ibama de Fernando de Noronha.

“Eles eram parte integrante do destino da Ilha, passaram a ser importantes dentro de Noronha e a acreditar”, afirma Mesquita. O trabalho na comunidade começou com a criação de associações de todos os segmentos e, depois que todos tinham escolhido seus representantes, formaram o Conselho Comunitário (atual Assembleia Popular Noronhense) onde as decisões do governo eram submetidas ao voto popular. Quando as reuniões lotavam era comum o povo se reunir no Centro de Convivência, pracinha da Vila do Trinta e ex-quartel que era um local de encontro da comunidade.

Domício Alves Cordeiro, filho da ilha, ex-administrador e empresário, recorda com saudade: “Era o tempo da democracia plena, o conselho lotava, o pessoal ficava de pé, todos querendo participar”. O governador e seus secretários participaram das reuniões, mas não tinham direito a voto, anotavam tudo e tomavam providências imediatas para apresentá-las no próximo encontro. Marieta Borges define a criação do Conselho como “um tempo de querer-se democracia e não submissão. O ilhéu começava a aprender a questionar, exigir, propor, decidir” (2007, p. 252).

Além das conquistas cidadãs, Mesquita investiu em infraestrutura, transformando a Ilha em um verdadeiro canteiro de obras. Construiu o Molhe do Porto Santo Antônio, a BR 363, encomendou 80 casas de madeira pré-fabricadas, inaugurou a delegacia da Polícia Civil e equipou o Hospital com médicos, centro cirúrgico e maternidade. A educação também era prioridade do governo. Como não havia Ensino Médio na Ilha, os alunos eram enviados ao continente para completar os estudos e ainda ganhavam bolsa para se manter por lá. O artesanato e a agricultura começaram a receber investimentos.

Era uma época de fartura, a influência de Mesquita no Governo rendeu a inclusão da Ilha no Fundo de Participação dos Estados e Noronha contava com recursos federais abundantes. Ao povo cabia decidir como e onde investir o dinheiro. “Nunca mais faltou alimento na Ilha (...), Mesquita pagou vários cursos para pessoas nativas se profissionalizarem fora da Ilha, incentivou a agricultura orgânica, reconstruiu a casa de farinha...”, conta a historiadora Sandra Veríssimo Soares, então funcionária do Banco Real em FN e atual guardiã dos documentos noronhenses no Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Wilson Teixeira, funcionário do ICMBio endossa os elogios de Veríssimo: “Nessa época, Noronha resgatou a sua cidadania”.

O grande diferencial do jornalista foi trabalhar com a auto estima da comunidade, por meio de iniciativas simples como organizar um desfile de moda com as mulheres da Ilha:

“Mande chamar cabelereira, costureira, maquiador de Recife para ensinar as mulheres a se produzir, fazer suas próprias roupas e se cuidar. Depois de 15 dias, fizemos o desfile, foi um sucesso, maridos mal reconheciam suas mulheres, acredito que o índice de natalidade subiu nesse dia”, brinca Mesquita.

Pequenas ações como fazer mutirões de limpeza, trocar lixo por máscara e snorkel, promover festas em locais famosos por serem mal assombrados como o Forte dos Remédios envolveram a comunidade em um espírito de solidariedade. Como exemplo desse clima de cooperação, Mesquita cita o dia em que o barco trazendo a madeira das 80 casas que seriam construídas na Floresta Nova chegou, mas não conseguiu ancorar. “A população toda se mobilizou para descarregar o barco, iam carregando de mão em mão até chegar aos caminhões”. Claudia Bandeira, educadora ambiental, ex-moradora da Ilha e uma das responsáveis pelo Noronha +20, relata outra demonstração dessa cultura da partilha pré-88, durante a colheita das melancias plantadas por Seu Júlio Grande<sup>25</sup> na Ilha Rata:

A família Júlio Grande e agregados partiam para a colheita da Ilha Rata e dois ou três barcos eram requisitados. As melancias eram aglomeradas na enseada da Ressureta e eram então jogadas na água, recolhidas e colocadas no barco. Para isso, havia pessoas na Rata, na água e nos barcos. Barcos cheios, rumávamos para a praia do Porto. Ali uma fileira de pessoas se colocava entre os barcos e a praia e as melancias eram passadas de mão em mão e acumuladas na areia. Uma vez na praia, cada um pegava a sua e todos saíam satisfeitos. (...) Todos precisavam de todos, num momento ou no outro... (MESQUITA, 2012, p. 343)

Embora fosse massacrado pela imprensa oposicionista na época (leia-se todos os jornais, menos o Correio Braziliense), Mesquita, apelidado de Marajá pelos jornalistas, era querido pela comunidade e a maioria dos entrevistados recorda com carinho desse tempo. Ana Martins da Costa (Dona Nanete, na Ilha há 56 anos) resume: “Mesquita foi o melhor governo que a gente teve, ele sofria com a gente, morava aqui, sabia dos nossos problemas”. Sua filha, Maílde Costa, por sua vez,

<sup>25</sup> Júlio Grande é uma lenda em Noronha, ex-soldado, um dos melhores mergulhadores da Ilha, descia mais de 20 metros no peito e era famoso por enfrentar tubarões com seu tridente. Era também agricultor e cultivou durante 43 anos o espaço da Ilha Rata, até ser expulso pelo Ibama em 1992, ao tacar fogo no solo ao preparar o terreno para nova sementeira. O fogo consumiu a Ilha pelos fortes ventos do dia e, desde que foi expulso de seu lugar, Júlio ficou em depressão e morreu alguns anos depois, dizem que de desgosto. Para conhecer um pouco dos feitos desse herói noronhense, assista ao vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=5RhqERIBKDG>.

levanta suspeitas sobre o primeiro governo civil: “tinha muito desvio de verba nessa época, mas pros moradores foi bom, era um tempo de prosperidade e democracia, onde a comunidade decidia tudo.”

Pesam sobre Mesquita insinuações de promover essas transformações em Noronha com interesse em se candidatar a prefeito ou senador caso a Ilha se tornasse um município. Ele nega. Lima (2000) acusa Mesquita de ter mobilizado a sociedade civil por decreto, uma cidadania concebida, onde os insulares não tinham maturidade para participar, pouco entendiam sua responsabilidade nas mudanças e a ação do estado passou a ser percebida como uma dádiva, e não como um direito. Essa visão originou a concepção de que o Estado é o provedor de bens e serviços sociais na Ilha. Nesse sentido, o noronhense transferiu mais uma vez a sua responsabilidade ao Governo. Este acaba ultrapassando seu papel de sustentação e fortalecimento das capacidades humanas para assumir uma função assistencialista.

O espaço de sociabilidade compartilhado por homens e mulheres fernandinos não foi necessariamente um lugar de exercício de política. Entretanto, a vivência comum de privações, rigidez de hierarquia, as experiências vividas nos tempos dos coronéis tenderam a converter-se em espaço político quando da mudança de regime governamental (LIMA, 2000, p. 305)

O fato é que, independentemente de Mesquita ter “criado” o conceito de cidadania na Ilha e de certa forma “imposto” a prática cidadã aos ilhéus, isso não tira o mérito de seu trabalho em Noronha. Mesmo se tivesse reais intenções de se candidatar a algum cargo político, isso não torna ilegítimas as suas ações, visto que esse é um direito de qualquer cidadão. Ele tentou preparar a sociedade para novos tempos e teve apenas um ano para implementar processos longos, como o planejamento do turismo e a conservação do ecossistema insular, além de trabalhar o capital social para a construção da nova democracia que surgia no País.

O primeiro governador civil da Ilha deu o pontapé inicial para o desenvolvimento como liberdade da comunidade insular. Os ilhéus passaram a se enxergar como agentes e não mais como pacientes. “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo, como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento”, afirma Sen:

“De todas as ações desenvolvidas, uma delas merece particular destaque: a recuperação da cidadania da população civil de Fernando de Noronha, que há décadas habita o território, sem que antes tenha tido direitos e deveres

formalmente explicitados e legalmente constituídos”, conclui Mesquita no Relatório Final do Minter (1988, p.3).

Ele se empenhou para criar espaços onde a cidadania pudesse ser exercida, buscando fortalecer o tecido social por meio da criação de organizações dos setores populares. O empurrão rumo à cidadania, entretanto, não teve continuidade para aprofundar os benefícios desse processo.

O paternalismo político só é superável através de uma sociedade que tenha a possibilidade de construir suas instituições políticas a partir da sociedade civil. Isso significa passar de uma lógica social de adesão ao poder a uma lógica de deliberação e competição de interesses que, através do consenso e de acordos define o que convém a todos. (TORO, 1996, p.18).

As rupturas foram profundas, segundo Lima (2000, p. 136), a era Mesquita representou o “fim das relações hierarquizadas, de dominação. Esvaziado dessa substância tutelar, Fernando de Noronha é destituído de seu status de “sujeição”. Os vestígios que os mais de 40 anos de humilhação e comando militar baseada nas noções de disciplina, hierarquia e obediência deixaram na organização social ilhoa poderiam demorar séculos para serem apagados, mas Mesquita deu o primeiro passo nessa direção.

A reintegração a Pernambuco representou um retrocesso nessa caminhada, “somos a escória do Brasil, não elegemos nosso prefeito, não somos cidadãos”, resume exaltado um morador antigo que prefere não se identificar. A questão da cidadania foi apenas um dos motivos que culminou na mobilização SOS Fernando de Noronha. O movimento teve raízes muito mais profundas, relacionadas à identidade, à economia, ao orgulho da comunidade por não ter sido consultada e ao medo do futuro, como veremos a seguir, pela história contada por alguns de seus protagonistas.

### 3.2 SOS FERNANDO DE NORONHA

Durante o curto período em que foi governador de Fernando de Noronha, Mesquita colecionou desafetos e chamou a atenção de empresários e de outros estados com a abundância de recursos na Ilha. Alguns empresários que pretendiam explorar o turismo em Noronha começaram a se articular com opositores políticos de Sarney para apresentar emenda constituinte reintegrando espaço insular a Pernambuco, Estado que havia cedido em 1938 a título precário a Ilha à União. Um

deles era Luís Falcão, dono do Hotel Esmeralda que perdeu a concessão da maior pousada da Ilha quando Mesquita passou a administração do hotel aos ilhéus (ÁVILA, 2002). “A abundância de recursos gerou ciúmes na bancada pernambucana”, resume Wilson Teixeira.

A queixa dos descontentes, somada ao interesse do mercado turístico encontrou eco no apelo regionalista adotado pelos políticos pernambucanos resultando, em janeiro de 1988 em duas propostas de emendas constitucionais (ANEXO A e B): uma do deputado Nilson Gibson (PMDB/PE) e outra de José Moura (PFL/PE). Admílson Medeiros, conselheiro distrital e participante do movimento de 1988 é categórico:

Os deputados pernambucanos cresceram o olho em Noronha, só queriam a grana. Estive em uma reunião com Gibson no Recife e pediram dinheiro para retirar a emenda “se vocês negociarem com o governador retiro a emenda”.

Vários relatos acusam Pernambuco de querer instalar um grande cassino na Ilha, alguns relataram inclusive ter visto o projeto que vinha desde a administração do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) em maquete. O oceanógrafo José Truda Pallazzo, que atuou nos bastidores da criação do Parnamar, detalha o projeto:

Um píer de concreto imenso ligava a Ilha principal às Ilhas menores, fazendo um porto para transatlânticos, [...] uma enorme usina de dessalinização de água do mar para abastecer os hotéis cassinos que se viam por toda a Ilha. Se algum dia alguém já teve um projeto megalômano e destruidor para um paraíso ecológico no Brasil, era aquele. (MESQUITA, 2012, p.123)

Não por acaso, Nilson Gibson usou o viés econômico para justificar em seu projeto a extinção do Território de FN, “o Arquipélago possui notáveis riquezas naturais e sua vocação é inarrendável. Pode ser racionalmente aproveitável e gerar inúmeras riquezas para o Brasil” (ANEXO A, p.1). Na emenda, o deputado transcreve matéria tendenciosa do historiador Matheus Rocha que trata a perda do território noronhense como uma injustiça histórica e traumática para os pernambucanos, além de apresentar a Ilha como um peso morto, onde 1200 pessoas viviam nas tetas do Governo Federal sem gerar nenhum tipo de receita.

“O engraçado de tudo isso, para não dizer lamentável, é que uma Ilha tão famosa [...] com o potencial turístico avaliado como excelente, mais uma reserva de fosfato considerável, esteja nessa situação de penúria” (ANEXO A, p.3), avalia Rocha, acrescentando que a proposta de transformar a Ilha em reserva ecológica é

“estragar riquezas” e investir no turismo só traria benefícios. Na emenda proposta por Moura, a justificativa é histórica, o território “foi sempre pernambucano, ligado a Pernambuco e Pernambuco é seu destino natural.” (ANEXO B, p.2)

Fica claro nas duas emendas o interesse na exploração econômica da Ilha, pouco importava a vontade da população noronhense sequer consultada, uma vez que era considerada um estorvo para qualquer governante, seja federal ou pernambucano. Mesmo sem acreditar que as emendas seriam aprovadas, em abril de 1988, Mesquita partiu para Brasília no intuito de fazer *lobby* no Congresso. No mês da votação em primeiro turno das emendas aditivas, a imprensa oposicionista divulgava notas pejorativas para denegrir a imagem do político: “O governador de Fernando de Noronha, o “vice-rei” Fernando César Mesquita, perambulava bronzeadíssimo, ontem, no Congresso Nacional” (Jornal do Brasil, 03.06.1988).

Em Noronha, a vida seguia seu ritmo normal, era irracional acreditar que os deputados constituintes aprovariam as emendas sem qualquer justificativa, sem consultar a população e em um período tão próspero e benéfico para a comunidade insular. Irracional, mas não impossível...

### 3.2.1 *E no dia da benção, a Ilha cai por mar*

Era uma quinta-feira, 29 de junho, Dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores e festa em Noronha. A devoção a São Pedro é antiga na Ilha, desde os tempos do presídio (entre 1717 e 1942), quando a pesca era uma obrigação de trabalho. Antes, apenas a parte religiosa era praticada, mas, com a construção da singela Capela de São Pedro (Figura 14) no alto da Ponta da Air France<sup>26</sup> e o apoio dos militares, a data foi ganhando maior relevância. Durante o governo civil, a aquisição de novos barcos fez a festa crescer, a procissão marítima já não seria tão tímida com tantas embarcações (BORGES, 2008). A população estava empolgada para a grande comemoração. Maria do Carmo Dias Barbosa, a famosa Dona Pituca, primeira pousadeira da Ilha, terminava os preparativos da peixada em homenagem

---

<sup>26</sup> Em 1927, aviadores franceses se instalaram para prestar socorro aos hidroaviões que pousavam naquelas águas. A base da Aeropostal/ Air France estava localizada na extremidade da Ilha principal, uma região que até hoje é chamada pelo nome francês.

ao Santo, servida acompanhada de pirão sempre depois da “barqueata” a todos os participantes.

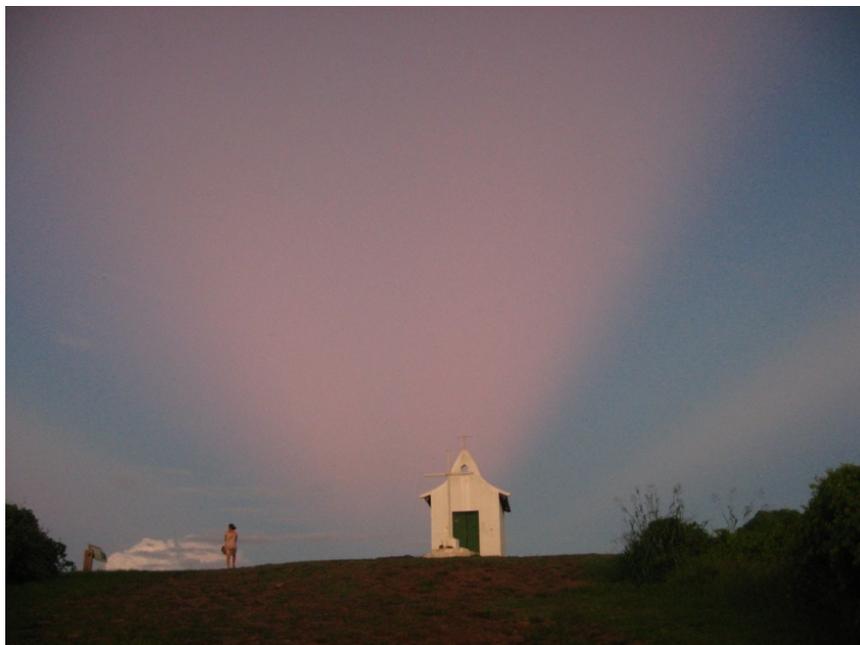


Figura 14: Igrejinha de São Pedro. (Fonte: Acervo Pessoal da autora, 2007)

Os pescadores já haviam reverenciado o senhor protetor dos mares, pedindo bênçãos para o ano e carregado a imagem do santo em procissão até o Porto para iniciar o cortejo marítimo pelo mar de dentro. Barcos no oceano, clima de descontração e felicidade quando uma mensagem pelo rádio acaba com a festa. Era Mesquita avisando de Brasília que a emenda aditiva tinha sido aprovada no primeiro turno. “Foi a primeira vez na história que não teve festa, os barcos voltaram para o Porto, todos ficaram sabendo da notícia e a tristeza tomou conta do povo”, relembra Domício. É possível conferir a barqueata de 29 de junho de 1998 em homenagem a São Pedro na Figura 15.



Figura 15: A barqueata em homenagem a São Pedro, em 29 de junho de 1988. (Fonte: Arquivo Pessoal Domício Cordeiro, 1988)

A notícia pegou todo mundo de surpresa, inclusive o governador. Mesquita tinha inaugurado no dia anterior um escritório de representação da Ilha em Brasília e isso virou motivo de deboche na imprensa.

“Mais ou menos 12 horas depois do coquetel (de lançamento do escritório), a Constituinte não só fechou as portas do recém-inaugurado escritório como extinguiu o próprio feudo além-mar de Mesquita, anexando-o a

Pernambuco. A emenda pegou Mesquita no contrapé”, ironizou o jornalista Zózimo (JORNAL DO BRASIL, 1988).

Morena lembra como a Ilha foi surpreendida pela notícia: “a anexação veio de cima para baixo, ninguém foi consultado, nos pegou de surpresa mesmo, foi como uma bomba”. A decisão da Constituinte, por 291 votos a 85, foi atribuída pela mídia ao desejo de se vingar de Mesquita e Sarney,

Trata-se, portanto, de uma pequena vingança de uma retaliação casuística de um oportunismo mesquinho, contra Fernando César. De uma covardia torpe, contra Sarney. Nenhum argumento foi apresentado, nenhuma razão foi discutida, além de um mal disfarçado regionalismo vesgo” (CORREIO BRAZILIENSE, 02.07.1988).

O deputado José Moura rebatia as acusações afirmando que Mesquita queria se sair de vítima na história para conseguir uma melhor posição no Governo e manipular os ilhéus.

No dia seguinte, todos paravam Domício para perguntar o que fazer diante da aprovação. Ao chegar no Palácio São Miguel o então administrador adjunto se dirigiu à sala de Heleno Armando, que tinha um caráter mais popular, para juntos conversarem sobre como reagir ao que tinha acontecido. Foi quando entrou na sala Virgínia, esposa de Heleno, com um radinho portátil sintonizado na Rádio Olinda que noticiava a anexação da Ilha a Pernambuco. O locutor perguntou: “Será que o povo de FN acha que isso é o melhor para a Ilha?”. Segundo Domício, quando ouviu isso, Virgínia ligou na hora para o programa e entrou no ar, fazendo um discurso emocionado que mexeu com o orgulho da população, “foi uma verdadeira guerreira, necessária para levantar o povo para a luta”.

Saíram da sala pelas ruas catando lideranças da Ilha para uma reunião no Hotel Esmeralda, onde traçaram um plano de lutas. Mesquita, por telefone, ainda em Brasília, tentou dissuadir os ilhéus de uma reação. Ele acreditava que a manobra política liderada por seus adversários como o senador Marco Maciel (PFL/ PE) para manter a anexação era muito forte e seria difícil mudar a opinião dos constituintes até o segundo turno. Os noronhenses estavam firmes na decisão de reagir e avisaram ao governador que iriam para a luta com ele ou sem ele. Era uma corrida contra o tempo.

E assim foi, nessa mesma noite várias lideranças e famílias se encontraram no Conselho Comunitário (Figura 16) e se dividiram em cinco comissões para melhor dividir as tarefas. Decidiram que três mulheres viajariam a Brasília no avião

Bandeirante do Território que sairia nos próximos dias levando idosos da Ilha para fazer cirurgia de catarata na capital. Maílde Costa, Joselene Correa e Laninha foram as primeiras escolhidas para liderar a campanha em Brasília. Não houve um critério específico para a formação de uma comitiva exclusivamente feminina, segundo relatos, os nomes foram colocados em votação de acordo com a disponibilidade de cada um e as três foram as mais votadas.



Figura 16: 1ª Reunião no Conselho Comunitário para decidir sobre o movimento contra a anexação (Fonte: Acervo pessoal Domício Cordeiro, 1988)

Era o embrião do movimento SOS Noronha, contra a anexação a Pernambuco. “Os pernambucanos falavam em reanexação, mas, para nós noronhenses era anexação, pois não considerávamos que já havíamos sido pernambucanos antes”, explica Morena, dona de pousada e moradora da Ilha desde 1988, ao contar que FN foi a primeira capitania hereditária do Brasil, antes mesmo de Pernambuco. Além das três pioneiras, o Conselho resolveu que a comunidade deveria arrecadar recursos para enviar e manter mais 24 ilhéus em Brasília até o segundo turno das votações, com o objetivo de reforçar o lobby. Foram selecionados para a comitiva aqueles com um maior conhecimento da causa e melhor capacidade de comunicação. Todas as gerações estavam envolvidas na mobilização, desde as crianças até os mais idosos. “Nos mobilizamos e fomos à luta”, lembra Wilson, que também foi à Brasília.

Uma semana depois, quando Mesquita retornou ao Arquipélago, o povo foi esperá-lo no aeroporto para pedir apoio na causa. Carregaram o governador nas costas até o Boldró. Emocionados, os ilhéus apresentaram a estratégia de mobilização e Mesquita acabou cedendo ao movimento. A adesão dele foi muito importante, já que ele tinha os contatos das lideranças políticas e influência em Brasília, o que fortaleceu o *lobby* na capital. No dia 10 de julho, começava a chegar às mãos de todos os constituintes uma carta subscrita por 17 entidades representativas da Ilha protestando contra a reintegração. O principal argumento era que a decisão violava o artigo 21 da própria constituição onde está escrito: “Subdivisões, anexações e desmembramentos de territórios devem ser feitos mediante o interesse das populações envolvidas” (ANEXO G).

Nesse meio tempo, três projetos propondo a supressão da emenda já haviam sido apresentados, um pelo deputado Fábio Feldman (PSDB/SP), um dos principais apoiadores do movimento, os outros por Carlos Sant’anna (PMDB/BA) e pelo senador João Meneses (PFL/BA). Com as emendas, o trabalho da equipe em Brasília ficaria mais fácil, ou assim se esperava.

### 3.2.2 “*Não somos pernambucanos*”

“O povo de Fernando de Noronha – única comunidade insular oceânica do país – jamais foi consultado sobre se queria, ou não, deixar de ser noronhense para ser pernambucano. Porque amam sua terra e trabalham para mantê-la distante da especulação e da destruição, os noronhenses não aceitam a anexação e vão lutar até o fim para que essa emenda seja suprimida”, diz o manifesto “Noronha, uma questão de consciência” elaborado pela comunidade e assinado por 805 pessoas, mais da metade da população em 1988.

O que motivou os noronhenses, antes presos ao imobilismo e à disciplina a lutar contra a anexação? A fala dos entrevistados revela múltiplos fatores, mas a perda dos direitos cidadãos conquistados no governo civil é o maior deles. Como justo naquele momento de abertura democrática, quando saboreavam o prazer da cidadania, viviam a “plena democracia”, uma decisão desta era imposta a eles? De repente, “os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores” (FERREIRA, 2004, apud VIVACCUA, VIEIRA, 2005, p. 147)

Morena resume as razões da mobilização:

O que movia a gente era a revolta porque a coisa veio de cima para baixo. Toda comunidade noronhense se achou traída. Não nos sentimos cidadãos. Ninguém concordou na época. O que é isso? A notícia caiu como uma bomba. Causou uma insegurança do que seria Noronha. Será que a comunidade seria bem tratada? Não foi propriamente o medo, para onde nós vamos, era: não pedimos isso.”

Domício concorda com a companheira de luta:

Dissemos não a anexação porque de repente, a comunidade da Ilha que nunca tinha participado de nada, era apenas pau mandado, uma grande platéia, passou a ser um misto de platéia e palco, um processo teatral de interação. Era uma mudança que na nossa visão faltamente caminharia para esse desmando que é hoje em Noronha.

Essa revolta foi explorada pelos líderes comunitários, que tiveram um grande papel na mobilização. “Heleno Armando era um líder, estávamos sempre do lado dele. Ele tomava aquele rumo, e sabia que aquele era o nosso caminho de luta”, lembra Morena. Antes de ser uma batalha contra Pernambuco, o movimento “Não a anexação” era em defesa de Noronha, envolvendo a questão ecológica, social e histórica, “queríamos ser noronhenses, assim como são os cariocas, os natalenses, os pernambucanos...” explica Véa.

A identidade noronhense foi o que motivou Claudia Bandeira a entrar na batalha:

O que mais me incomodava era a questão identitária: o noronhense queria ser reconhecido como tal. Se sua ascendência tem muita influência pernambucana e potiguar, não se limita aí. A alquimia daquele ambiente insular teceu outra forma de ser e estar no mundo. Esse entendimento não foi considerado, e isso me pareceu desrespeitoso. (MESQUITA, 2012, p.343)

O professor de história da Escola Arquipélago, Pedro Ivo, considera que a comunidade, em pleno florescimento, onde os anseios e desejos eram atendidos, se sentir alijada do processo foi o fator determinante para a mobilização. Como eram evidentes as intenções de Pernambuco em tornar o Arquipélago “uma galinha dos ovos de ouro”, a salvação do Estado falido por meio do turismo,

A comunidade tinha consciência clara de que seria excluída desse processo, não haveria espaço para a participação em Noronha se ela fosse tomada por grandes empreendimentos turísticos.

O turismo assustava os ilhéus. Havia um temor de que a Ilha fosse transformada em pólo turístico, tivesse sua natureza devastada e invadida por

*haoles*. Domício explica esse medo: “Nós sabíamos que o governo de PE teria grandes dificuldades de manter Noronha, fatalmente abriria a Ilha para o desmando do capitalismo, fora a exploração desmesurada do turismo. Se nós estávamos bem, a Ilha estava bem cuidada, bem tratada, porque retroceder?” Infelizmente, muitos que lutaram contra o turismo e a especulação imobiliária em 1988, depois se renderam ao enriquecimento fácil da atividade turística ou arrendaram suas casas para viver de renda no continente.

Naquela época era difícil imaginar um final destes, havia uma unidade, a população estava entusiasmada e a Ilha inteira se mobilizou em prol de uma causa comum, “as reuniões tinham que ser marcadas na quadra, porque a população inteira ia, dava mais de mil pessoas”, lembra Pedro Ivo. O professor lembra que a comunidade não se uniu apenas na luta contra a reintegração, antes quando o governo organizava mutirões para limpar a Ilha era comum “500 pessoas participarem e recolherem toneladas de lixo”. Noronha passava por um momento favorável à participação.

A inclusão de Noronha no Fundo de Participação dos Estados, recurso que seria perdido com a anexação e que bancava a transformação na infraestrutura da Ilha, também pesou na luta. “O noronhense via seus problemas históricos sendo resolvidos, o porto, a estrada, as casas, de repente ia perder isso?” conta Pedro Ivo. Esse argumento, segundo o manifesto “Noronha uma questão de consciência” era o principal usado pelos ilhéus que estavam em Brasília.

“Nenhum município com 10 mil habitantes tem o que vocês têm com 1,5 mil, nenhum município com 1,5 mil habitantes tem um hospital como esse ou uma escola desse nível”, essa era a resposta que ouviam dos deputados. Os constituintes não levavam em consideração as peculiaridades de uma Ilha oceânica, a dificuldade de abastecimento ou o isolamento na hora de comparar Noronha a qualquer município continental. A distribuição de renda *per capita* do fundo era o que valia para os que decidiram o destino do Arquipélago, sempre comparado aos municípios pobres de Pernambuco.

“Durante longos anos lutamos para adquirir nossa cidadania, para sermos respeitados como cidadãos noronhenses, com identidade e cultura própria. Portanto, não é agora que vamos deixar forças políticas e econômicas, estranhas a nós, decidirem sobre nossas vidas, à revelia e sem consulta de qualquer espécie”, resume o líder Salviano Souza, em carta enviada aos constituintes (ANEXO G).

### 3.2.3 *Praianos x Engravatados*

“Uma economista, uma estudante, uma dona de casa e uma comerciante. Este é o time responsável pelo lobby junto à constituinte”, definiu o Jornal da Tarde (19.07.88) que retratou em matéria a saga das mulheres (incluindo Maria Angélica que se juntou depois ao grupo) que partiram de Noronha para lutar contra a anexação em Brasília, deixando para trás filhos, maridos e empregos. Chegaram em pleno inverno brasiliense e sofreram com o frio. Porém, o pior choque não foi o climático e sim o cultural. Maílde Costa, economista e professora da Escola Arquipélago, que deixou o filho de menos de um ano com a irmã em Noronha para ir a Brasília, explica:

Não conhecia nada, não sabia distinguir um ascensorista de um deputado, pois todos usam terno. Saí de uma Ilha onde a roupa era bermuda, chinelo e camiseta e fui parar num lugar onde estão todos engravatados.

Na capital federal, a comitiva feminina foi recebida por um político do Paraná que logo encaminhou o grupo para os gabinetes dos constituintes. Distribuídas em hotéis diferentes, elas conseguiram logo um “escritório” de trabalho, um deputado que declarou votar a favor da anexação, apoiou o movimento com um espaço para os noronhenses poderem se reunir, imprimir os materiais da campanha, além de consistir em uma base estratégica dentro do Congresso. A função das quatro foi preparar o terreno para a chegada do restante do grupo e a primeira providência foi adotar uma “farda”. “A gente é acostumado a usar farda por causa dos militares”, explica Maílde. Camiseta branca com a bandeira de Noronha e calça jeans foi o uniforme usado para abordar pouco a pouco os 559 deputados constituintes com a ajuda do governador. “Era Mesquita quem abria as portas e indicava as pessoas com quem devíamos falar”, recorda Maílde.

No dia 20 de julho, retomados os trabalhos da Constituinte, as mulheres entregaram a Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia<sup>27</sup>, um abaixo assinado produzido pela equipe de mobilização que ficou em Noronha. O documento intitulado “Noronha uma questão de consciência” contava com 823 assinaturas, dentro de uma população estimada em 1200, além do relatório de atividades do Território Federal

---

<sup>27</sup> Ulysses Guimarães foi o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, formada por 487 deputados federais e 72 senadores. Foram 20 meses de trabalho para a elaboração da Constituição Republicana Federativa do Brasil de 1988, com 315 artigos.

produzido por Mesquita e a carta entregue dez dias antes. Apesar de o número ser representativo, muitas pessoas assinaram sem nem saber do que se tratava. Marcos Sousa, então funcionário da Queiroz Galvão, admite que assinou sem engajamento nenhum no movimento, assim como outros colegas da obra do Porto que não moravam na Ilha. Quando o abaixo-assinado foi entregue, Ulysses Guimarães insinuou que elas não teriam chances, a anexação seria mantida no segundo turno. Repletas de esperanças, as quatro não deram ouvidos e continuam firmes na luta, afinal, logo chegaria o reforço esperado dos companheiros de Noronha.

Apesar da longa viagem em um ônibus fretado vindo Natal, os noronhenses chegaram empolgados a Brasília. Nem o frio da madrugada de inverno acalmou os ânimos de Salviano, Dona Pituca, Wilson Teixeira, Maria José Guedes, Dôra, Admílson Medeiros, Cesário, Chico Flor, Bam, Ernandes, entre outros. Foram direto ao Palácio da Alvorada protestar contra Pernambuco, sem a menor noção das conseqüências desse ato. Em poucos minutos, o Exército chegou e cercou os manifestantes. A solução como sempre foi acionar Mesquita, que conseguiu liberar todos. Episódios como estes foram comuns durante os mais de dois meses que os ilhéus passaram em Brasília, desde confundir senador com chefe de gabinete, falar mal de um deputado para ele mesmo até ser enxotado da sala de um senador pelo excesso de informalidade.

Em outra ocasião, ao esperar uma audiência com José Sarney, no Palácio da Alvorada, às 16h, a turma de Noronha começou a se esparramar pelo sofá presidencial e a deitar no chão. Em 40 minutos a chefe de cerimonial entrou na sala e pediu que todos se levantassem “Vocês sabem a autoridade que estão esperando?”. Na maior naturalidade, os noronhenses responderam que sim e ainda reclamaram do absurdo de serem deixados esperando o presidente da República por tanto tempo (ÁVILA, 2002, p.108). Os acontecimentos marcaram a inexperiência e o despreparo dos ativistas, que embarcavam para Brasília muito mais pelo impulso do que pela capacitação. “A gente foi na emoção”, admite Admílson Medeiros. As pessoas se articularam na raça, imbuídos de um conteúdo emocional nativista, para lutar pelo direito de escolher o futuro da Ilha.

A missão não era fácil, divididos em alojamentos, pousadas, casas de amigos e hotéis, os cerca de 30 ilhéus “invadiram o Congresso”. Passavam o dia visitando gabinete na tentativa de sensibilizar pelo menos 280 constituintes, número necessário para suprimir a emenda. Mas os políticos não demonstravam a

receptividade esperada. “Se fosse por vocês a gente votaria contra a anexação, mas queremos ver Mesquita longe de Noronha”, era o discurso dos deputados, segundo Maílde. O pior era a ironia e o desrespeito dos constituintes, uma manifestante teve que ouvir de um deputado: “Você vai ser pernambucana porque eu quero!” (ÁVILA, 2002, p.100). Outra teve que aguentar a piada: “pegue uma sombrinha porque agora você vai dançar frevo.” Era uma humilhação diária, vários deputados aconselhavam o grupo a desistir afirmando que a anexação era certa no 2º turno. Os noronhenses não davam ouvidos e mantinham a esperança. “Tínhamos hora para começar, mas nunca para terminar”, relata Wilson, que só via que era noite quando saía do Congresso.

Com o tempo o movimento foi ganhando força e apoio, o grupo conseguiu carro, ganhou alimentação em restaurantes e até passeio para a Pousada do Rio Quente, em Caldas Novas. Cortesias que levantaram suspeitas dos noronhenses, afinal, qual interesse de empresários em oferecer refeições e até passeio turístico aos ilhéus? Fica claro nos relatos que havia muito interesse por trás da mobilização, principalmente da construtora Queiroz Galvão, que era responsável por várias obras na Ilha.

Alguns participantes do movimento hoje dizem terem se sentido manipulados, “uma coisa é a gente trabalhar com o nosso objetivo, outra coisa é usar a gente com um objetivo, era isso que a gente sentia”, explica Maílde. Outros acusam os líderes do movimento de terem se aproveitado da mobilização em benefício próprio depois, como o próprio Domício, que três anos depois viraria administrador da Ilha. Entretanto, nenhum dos entrevistados diz se arrepender de ter viajado a Brasília, pelo contrário, “foi um grande aprendizado, uma experiência única, um trabalho muito gratificante”, se emociona Wilson, ao recordar da mobilização.

### *3.2.4 Noronha, uma questão de consciência*

Na Ilha, a criatividade do Comitê de Defesa de Fernando de Noronha para arrecadar fundos e ampliar o apoio ao movimento era inesgotável. Movidos pelo compromisso de lealdade firmado com os que foram a Brasília, de que eles não seriam deixados na mão, a Ilha inteira trabalhava, as famílias se envolviam na luta e cada um tinha uma responsabilidade no movimento de acordo com suas

habilidades. “O comitê tinha umas 35 pessoas, todo mundo trabalhava, ninguém ficava parado, passei dois meses nisso”, rememora Dona Nanete.

Ela saía todo dia de casa às 8h e não tinha hora para voltar, começava batendo de casa em casa pedindo dinheiro, depois passava no supermercado para conseguir prêmios para os bingos, no final do dia entrava em contato com seus amigos militares e, assim, conseguiu boas doações. À noite, fazia sapatinhos de crochê, organizava a feirinha, as rifas, os bingos. Conta risonha, que a melhor idéia que teve foi o Dia do Lixo. “A gente vestia as crianças de saco de lixo e ia perguntando: quanto você dá por essa, pode jogar o dinheiro no saco!”. Foi o dia que mais encheu o cofrinho do movimento.

Dona Nice, líder comunitária e moradora da Ilha desde 1948, morava perto do Mirante do Boldró, local das animadas festas realizadas pelo movimento. Por volta das 23h, nas noites de evento, deixava seus sete filhos em casa com o marido, Seu Chiquito, e ia direto ao mirante. Os homens cuidavam das bebidas e as mulheres da comida da festa. Além de fritar peixe para os turistas, ia lá “ver se as meninas estavam todas comportadas, se acontecesse qualquer coisa com elas, poderiam falar que era culpa do movimento”. De manhã, vendia bolos na frente do Hotel Esmeralda e frequentava as reuniões do Conselho Comunitário. “O único tempo que restava para fazer a comida dos meus meninos era de noite”, lembra com saudade.

Em uma manobra ousada para angariar recursos, Dona Nice, Salviano e Dona Pituca, embarcaram no avião da FAB para Recife de carona às 21h. Seis porquinhos recém-nascidos acompanhavam o grupo. Na manhã do dia seguinte, foi uma correria para vender os bichos e comprar os prêmios a tempo de pegar o vôo de volta ainda de tarde. “Fazíamos cada coisa, era uma força, uma vontade de lutar impressionante”, recorda Dona Nice.

Até os noronhenses que viviam no continente deram um jeito de participar do movimento. Cediavam suas casas para servir de base tanto para a comitiva de Brasília quanto para essas idas eventuais dos ilhéus a Recife ou Natal. Todos se ajudavam, “o Comitê enviava o dinheiro para a gente e nos organizávamos para comprar os prêmios das rifas e enviá-los”, lembra Véa, que vivia em Recife nesta época. A produção de camisetas com a bandeira de Noronha e a impressão de documentos também era feita por eles.

Apesar de terem se dividido em equipes, a maioria dos relatos foi feita na primeira pessoa do plural, como se todos tivessem participado de tudo. Os que estavam em Recife e em Noronha falavam: “Fomos a Brasília” e os que ficaram os três meses na capital federal dizem “Fizemos bolo, fritamos peixe, arrecadamos fundos”, como se tivessem ficado na Ilha. É interessante observar que esse discurso é a maior demonstração de uma efetiva mobilização social, que só é conquistada quando o sonho passa a ser coletivo. Os produtores e reeditores não são mais vistos pelos envolvidos como os promotores do objetivo comum, o propósito e o sentido passa a ser de fato compartilhado. Tanto que o pronome “eu” quase não foi mencionado nas entrevistas.

Surpreende a capacidade de articulação e capilaridade do movimento. Foi criada uma rede impressionante, uma corrente do bem na ponte Noronha-Recife-Brasília digna de tempos de redes sociais. Mas nem internet existia naquela época, o único meio de se comunicar era via telefone, quando funcionava. Mesmo assim, o pessoal de Brasília dava notícias todos os dias pelo menos para Dona Nanete e a rádio “Rata a Sapata” se encarregava de espalhar as notícias. Eles ligavam para avisar a comunidade que iriam perder, mas os ilhéus não acreditavam e seguiam a luta com ânimo. “Não é possível, não é possível que trabalhei em vão”, retrucava Dona Nanete quando ouvia as más novas.

No Comitê Político, os líderes articulavam reuniões no recesso parlamentar com os políticos pernambucanos, elaboravam programas de ação, documentos e materiais para divulgar a luta. No dia 8 de julho, Salviano, Heleno Armando e Admilson Medeiros foram pessoalmente a Recife conversar com Arraes (ANEXO F). O governador de Pernambuco e ex-presos político de Noronha não quis tomar partido, apenas afirmou que acataria a decisão da Constituinte, qualquer que fosse. Para ampliar as assinaturas do abaixo assinado que seria entregue aos Constituintes, os ilhéus organizaram um estande na Feira Nacional de Artesanato, em São Paulo no final de julho. A iniciativa que contou com dois artesãos da Ilha e a mulher do governador, Elisabeth Bezerra foi um sucesso, mais de oito mil brasileiros assinaram o documento, solidários à luta dos ilhéus.

Como ocorre até hoje na Ilha, a comunidade confiava no poder da imprensa para conseguir aliados e pressionar os políticos. “A imprensa é a única solução para denunciar os desmandos da Ilha”, afirmou um entrevistado. Internamente, a administração contava com uma assessora de comunicação, Maria Amália Krausi e

com a TV Golfinho, que anunciava durante todo o dia os locais de encontro das reuniões e protestos. Havia um comitê que cuidava da mobilização e comunicação com a imprensa, “nós enviávamos material para os jornalistas por Correio e fax”, conta Pedro Ivo. A estratégia de comunicação do movimento, apoiada pelo jornalista Mesquita, foi muito bem articulada e o SOS Noronha repercutiu na grande mídia brasileira.

A melhor investida do movimento foi trazer à Ilha um grupo de 30 cientistas, parlamentares e jornalistas da Folha, Estadão, Jornal do Brasil e TV Globo para sensibilizá-los sobre a causa e mostrar de perto os problemas enfrentados pela população logo da notícia da votação no primeiro turno, como vemos na Figura 17. A comunidade inteira se preparou para esse momento, era a hora de expressar toda a indignação contra Pernambuco. “Essa é a única forma de mostrar aos constituintes que os ilhéus estão revoltados”, declarou Mesquita ao jornal Diário de Pernambuco (02.07.1988).



Figura 17: Jornalistas e ambientalistas desembarcam no Arquipélago (Acervo pessoal de Domicio Cordeiro, 1988)

No aeroporto a comitiva foi recebida com bandas, fanfarras, faixas e cartazes (Figura 18) pedindo a não anexação. Como no grupo estavam representantes da Frente Nacional Ecológica na Constituinte que fariam posteriormente um debate no Congresso sobre a Ilha, os noronhenses evocaram a temática do meio ambiente. Pernambuco seria incapaz de dar continuidade aos projetos de preservação ambiental em curso em Noronha.



Figura 18: Cartazes contra a anexação (Acervo pessoal de Domício Cordeiro, 1988)

Nos dois dias que o grupo ficou na Ilha pôde ver nas faixas, na cidade vestida de preto, em conversas de bar, no futebol, o quanto a população estava mobilizada. “Não havia como escapar da frase: Anexação não! Natureza sim!”, relata a jornalista Cristina Durán em matéria no Jornal A Tarde. As crianças também participaram e apresentaram uma peça ecológica na escola especialmente para os forasteiros. Uma grande manifestação tomou conta das ruas da Ilha, os garotos batiam panelas e gritavam “Não a anexação” sem nem saber o significado do mote. Os adultos seguravam bandeiras pretas, a camiseta do movimento virou farda e até

os cachorros foram pintados com os motes da campanha (Figura 19). O protesto durou dois dias.



Figura 19: Cachorro de Tan pintado contra a anexação. (Acervo pessoal de Domício Cordeiro)

A mobilização ganhou espaço no noticiário nacional, mas não como a comunidade gostaria de aparecer. A visibilidade foi para Mesquita, que havia “mobilizado” a população insular contra Pernambuco para não perder “sua Ilha”. Matéria da Folha de São Paulo sob o título “Fernando César monta protesto contra anexação” afirma que o governador organizou a manifestação na Ilha no dia anterior, primeiro de julho, sendo que ainda estava em Brasília e não tinha aderido ao movimento. Em tom jocoso, a reportagem fala que Mesquita orquestrou o ato

desde Brasília para não aparecer e gastou dinheiro público convidando jornalistas para irem visitar a Ilha no jatinho particular do governo. A luta noronhense ganhou manchetes irônicas como a da coluna Zózimo, que afirmava que o lobby praticado pelo ilhéus era “zoológico” já que nos bingos, os prêmios cedidos pelos moradores, eram vacas, bodes e cabras.

A imprensa acabou detonando o movimento, em vez de encorpá-lo. Na visão limitada e superficial de uma imprensa de oposição cega, os papéis eram esses: a comunidade, um bando de riquinhos que não queria perder suas mordomias e mera massa de manobra de um político ardiloso; o governador era um marajá<sup>28</sup> que andava pelos mares da Esmeralda do Atlântico de lanchinha, depois voltava a Brasília em seu jatinho particular; e Fernando de Noronha, seu “feudo além-mar”. A cobertura do tema se restringiu a provocar a ira de outros estados mostrando a “injustiça” que era Noronha receber recursos do Fundo de Participação dos Estados e ter, com uma população de 1280 pessoas, a “maior renda per capita, mil vezes maior que a média nacional” do Brasil. O contexto de isolamento e dificuldades históricas de Noronha não foram levados em consideração, muito menos a opinião dos moradores.

Alguns jornais levantavam suspeitas sobre os recursos utilizados para manter “1200 noronhenses”, ou seja, a população total da Ilha, em Brasília, sendo que a comitiva não passou dos 30, bancados pelo suor dos que ficaram no Arquipélago. Maílde teve que dar uma entrevista ao Correio Braziliense para desmentir o boato de que a comitiva em Brasília havia sido contratada por Mesquita. Na matéria “Mesquita não pagou lobby para a Ilha” (02.08.1988), a economista explica que toda a iniciativa “partiu dos próprios moradores, sem nenhuma interferência do governador Fernando César Mesquita.

Qualquer iniciativa dos ilhéus, como a de levar jornalistas para conhecer de perto o movimento em Noronha, era motivo para críticas e insinuações. Os constituintes duvidavam que a ida de ilhéus a Brasília houvesse sido patrocinada pela comunidade, incapaz de tamanha iniciativa. No dia 29 de agosto, o deputado Uldurico Pinto (PMDB/BA) entrou na Assembleia com um requerimento de informações sobre o orçamento destinado a FN no exercício de 1988. A justificativa era esclarecer “os gastos que vêm sendo efetuados pelo Governador do Território

---

<sup>28</sup> Título dado aos príncipes da antiga civilização indiana e usado ironicamente no Brasil para definir alguns políticos

de FN em sua obstinada e injustificada campanha em defesa da tese de que aquele território deve continuar independente” (BRASIL, 1988 p. 15).

Apenas os jornais de Brasília e o Jornal da Tarde se preocupavam em publicar os relatos da batalha diária dos ilhéus na capital e os questionamentos sobre a decisão ilógica da Constituinte. O “trabalho sério” que Mesquita realizou em Noronha era valorizado por esses veículos, que exaltavam a transição de Noronha como muito mais difícil do que a vivida pelo país. A transformação que a Ilha passava era mais profunda, após mais de 40 anos de governo militar, os civis que eram apenas coadjuvantes da vida social noronhense passavam a ter voz ativa.

Pela primeira vez na história do Brasil fez-se um planejamento de preservação ambiental, impedindo que a voracidade de grupos econômicos desfigurasse indelevelmente a Ilha. Foi igualmente garantido um mínimo de participação política aos habitantes [...]. Enfim, conseguiu-se mais para Fernando de Noronha em um ano, do que em décadas de descaso oficial. Todos os constituintes deveriam conhecer FN, para que no segundo turno seja possível corrigir esse equívoco, o erro histórico destinado a transformar um dos mais belos lugares do mundo no mais pobre dos municípios do Nordeste ou em uma das favelas do Recife (CORREIO BRAZILIENSE, 09.07.1988).

Os jornais pernambucanos, por sua vez, fizeram uma campanha ferrenha para a manutenção da emenda no segundo turno, apelando para o regionalismo, o direito histórico e, principalmente, os lucros que o Turismo renderia ao Estado. Secretários do Governo de Pernambuco afirmaram em entrevistas que o turismo teria prioridade entre outras atividades que poderiam ser exploradas no Arquipélago. A história de transformar Noronha em cassino aparece oficialmente na imprensa:

A incorporação do histórico Arquipélago à geografia pernambucana é de excepcional importância, sobretudo tendo em vista o que como perspectiva futura pode vir a desenhar-se [...] um parlamentar já chegou a imaginar transmutado (quem sabe?) numa Monte Carlo brasileira” (Diário de Pernambuco, 01.07.1988)

Embora a repercussão tenha colaborado para formar uma opinião pública contrária ao movimento, pouco afetou na decisão dos parlamentares. Estes chegaram ao segundo turno com a cabeça feita por interesses políticos e econômicos fora da pauta oficial e tomaram uma decisão que mudaria para sempre os rumos da Ilha. “Mais que nosso futuro, o que está em jogo é o futuro do Arquipélago, que o seu voto vai decidir. Qualquer que seja este voto, a herança haverá de ser dividida” decretou o líder Salviano em carta enviada aos Constituintes antes da decisão final.

### 3.2.5 De Território Federal a Autarquia

Já acostumados à formalidade de Brasília, a comitiva noronhense se reuniu pela última vez no Congresso. Foram dois meses de trabalho árduo e, finalmente, chegara o grande dia da votação, 31º de agosto<sup>29</sup> de 1988. Precisavam de 280 votos a favor das emendas supressivas e estavam confiantes. Em Noronha, Heleno Armando, Domício, todos os líderes estavam reunidos na sala da casa de Morena, acompanhando a sessão pelos telefonemas dos ilhéus que lotavam apreensivos as galerias do plenário.

Seriam votadas 12 emendas supressivas, pedindo que Noronha voltasse a ser um território federal sem representação política no parlamento. Durante o julgamento da matéria anterior, a sessão estava repleta de constituintes, mas quando o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, convocou a votação dos destaques sobre Noronha, o plenário de esvaziou. “Muitos saíram para tomar cafezinho e isso fez a diferença depois”, conta Mesquita, que também estava presente no momento histórico. “A matéria não era de interesse dos políticos”, completa Maílde.

O primeiro a discursar foi o deputado Mário Maia (PDT/PT), autor de uma das emendas. Foi o único a sair em defesa noronhenses, enquanto os demais deputados usaram argumentos ecológicos para reverter a decisão dos constituintes, “há de se respeitar a vontade soberana dos ilhéus.” (BRASIL, 1988, p.530). A galeria, repleta de noronhenses, vibrou. Maia ainda questionou o direito à representatividade política do Arquipélago: “Pernambuco já foi representado na Câmara por um parlamentar com 150 votos. Porque FN com cerca de dois mil habitantes não poderá ter um representante no Parlamento”

A deputada Cristina Tavares (PSDB/PE) se opôs a Maia com um discurso ofensivo e inflamado pela anexação. Rebateu os argumentos de que Pernambuco não teria condições de arcar com os gastos de Noronha e arrancou aplausos da

---

<sup>29</sup> Não há um consenso sobre a data da votação da emenda no 2º turno. Esse dado foi o único inconsistente nas entrevistas. Os depoimentos se perderam na temporalidade dos fatos e muitos participantes do movimento afirmaram que a votação havia sido em outubro, talvez confundindo com a promulgação da Carta Magna. Os que foram a Brasília afirmaram ter ficado lá por três ou quatro meses, não menos que isso, sendo que passaram no máximo dois. Nem mesmo o Diário da Assembleia Nacional Constituinte esclarece a data. A votação consta em dois documentos: um do dia 31 de agosto e outro do dia 1 de setembro. Com base em matérias de jornal, conclui que a data correta foi dia 31 de agosto.

platéia ao afirmar que o governador do Estado, Miguel Arraes, havia declarado que “Esta despesa Pernambuco banca. Este compromisso Pernambuco assume” (*Op Cit*, p.531). Ressaltou que Pernambuco se comprometeria a fazer um código ecológico para a sua exploração e que o Estado não estava interessado apenas na exploração comercial do Arquipélago. Negou que a decisão fosse para atingir Sarney e Mesquita.

Tavares provocou a ira dos noronhenses ao argumentar em tom violento: “sei que há interesses escusos que fizeram parte dos 1200 ilhéus aqui vieram, trazidos com recursos federais. Eles sequer têm liberdade para tomar um copo com água doce sem o consentimento do Governo, mas têm recursos públicos para imprimir uma publicidade tal, de forma a trazer para cá, um Boeing cheio de pessoas para nos pressionar em nome da consciência ecológica” (*Op. Cit*, p.531).

Ofendidos, os noronhenses vaiaram estridentemente Cristina, resultando em uma ameaça de expulsão pelo próprio presidente da Assembleia: “Atenção! Não podem perturbar os trabalhos! Peço aos guardas que assegurem tranqüilidade nas galerias. Solicito aos presentes a atenção civilizada e democrática”. Cristina reiniciou a fala junto com as vaias, “a gente ficou lá cheio de segurança como se fosse agredir alguém”, lembra Maílde.

Vozes como a do deputado Fábio Feldman ainda se levantaram para defender a manutenção de Noronha como Território Federal. O destino da Ilha era incerto sob o comando de um estado sem recursos, “temo que amanhã, para fazer frente às despesas com manutenção, Pernambuco vá querer instalar lá um grande pólo turístico. Acho que isso está por trás deste interesse de anexação”, discursou Feldmann. Seguiu-se a votação, a cada voto, Fernando Mesquita ligava para Noronha. Guimarães proclamou o resultado: 265 votos a favor, 168 contra, 15 abstenções. Apesar da maioria favorável às emendas supressivas, por 15 votos o Artigo 15 da Constituição, “Fica extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, sendo sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco”, não foi suprimido.

“As câmaras de televisão estavam voltadas para os ilhéus no momento da divulgação dos resultados” (ÁVILA, 2002, p.109) e era possível assistir a tristeza de toda uma galeria. Os noronhenses se abraçavam e choravam de soluçar. “Foi uma tristeza muito grande. A gente sempre viu Pernambuco como um estado lascado, cheio de violência, de problemas sociais, tinha medo que esses problemas fossem transferidos para Noronha”, explica Maílde. Em Noronha, Morena lembra o momento

em que recebeu a notícia, “a gente tava torcendo, torcendo, de repente, perdemos”, lembra Morena. “Ficamos muito tristes, aquela frieza”.

A comoção tomou conta da silenciosa Ilha de Fernando de Noronha. Só os soluços dos moradores inconformados com a notícia ecoavam na imensidão do mar esmeralda. A Ilha estava de luto. “Foi a única derrota que tive na vida, sempre batalhei por tudo que quis e consegui, dessa vez batalhei muito pra perder”, recorda com pesar Dona Nanete. Wilson também lembra consternado desse momento, “Essa notícia foi uma tristeza total, é como se nossas mães, nossos pais tivessem morrido. Isso perdurou por vários anos. Até hoje sofremos conseqüências disso”. Os líderes que estavam na casa de Morena não desanimaram e decidiram continuar a luta, era preciso preparar a comunidade para essa transição.

No dia seguinte, o deputado Jayme Paliarin (PTB/SP) para quem a reintegração da Ilha a Pernambuco só foi aprovada pela emoção, se pronunciou sobre a tristeza dos noronhenses ao receberem a notícia.

Venho a esta tribuna lamentar o que contemplamos ontem quando da votação das emendas que davam direito a FN de tornar-se novamente território. Nossos olhos observaram, após a votação, dezenas e dezenas de jovens e moradores de FN chorando porque esse território passou a pertencer ao Estado de Pernambuco. (BRASIL, 1988)

O Jornal do Brasil também noticiou a revolta dos noronhenses:

A decisão do plenário foi recebida com protestos e tumultos por uma delegação de aproximadamente vinte ilhéus que estavam nas galerias, vestidos com camisetas com a bandeira do território. “Traidores, traidores” – gritava uma mulher, descontrolada. Houve uma correria de seguranças da Câmara para as galerias. (ANEXO D)

Neste mesmo dia, os ilhéus que comoveram o deputado e foram manchete de jornal, retornavam ao Arquipélago para dividir a tristeza com os companheiros de luta. “Nunca vou esquecer esse dia, eles chegaram de Transbrasil chorando alto, uma frustração”, recorda Dona Nanete. Desceram do avião dispostos a retaliar a decisão da Constituinte, “Pichamos a Ilha todinha, esculhambando Pernambuco. Fizemos caixão de defunto para Cristina Tavares (que sofria de câncer nessa época e logo depois faleceu). A Ilha ficou preta, saímos de madrugada e pichamos tudo.” Nas paredes frases como “Jamais seremos pernambucanos” (Figura 20) e “morreremos noronhenses” davam a noção da revolta.

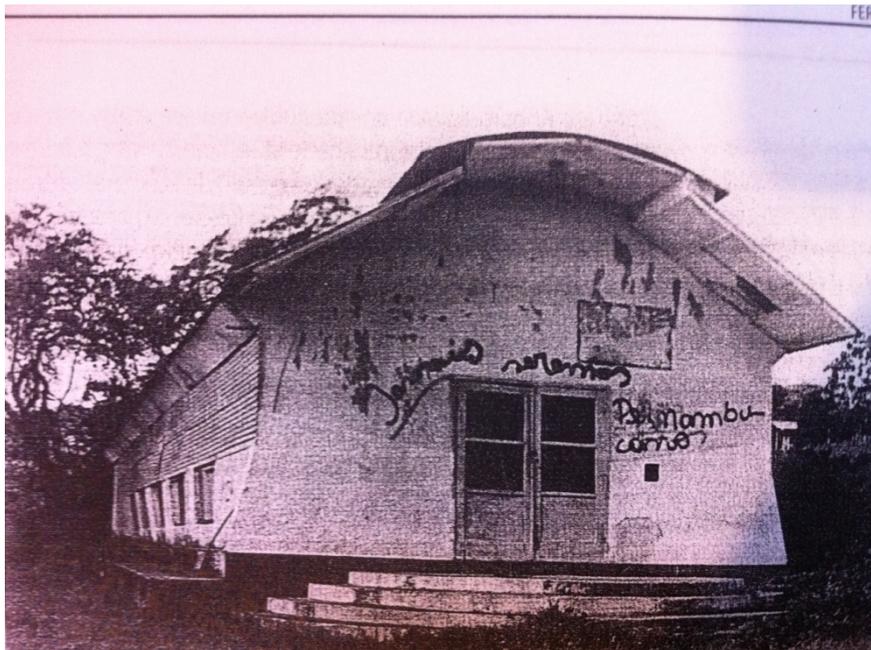


Figura 20: Iglus do Boldró pichado de “Jamais seremos pernambucanos” (Acervo pessoal de Marieta Borges, 1988)

Um boicote generalizado foi promovido contra Pernambuco. Como não poderiam mudar a constituição, a solução encontrada pela população, com o apoio de Mesquita e Sarney, foi limitar e enfraquecer o poder do Estado na Ilha, por medo do que viesse a acontecer. A narrativa desse episódio se divide entre relatos orgulhosos pela “sacanagem” com Pernambuco e o arrependimento de atitudes tomadas na emoção e que hoje implicam em restrições ao cotidiano ilhéu.

A primeira iniciativa foi transformar 70% do Arquipélago em Parque Nacional Marinho em decreto do que entrou em vigor no dia 17 de setembro<sup>30</sup>. O Hotel Esmeralda, único da Ilha nessa época, passou para o comando do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão então responsável pela gestão do parque. O casarão do Governador passou para a Aeronáutica e os imóveis ao Governo Federal. As “antecipações” de Sarney antes da promulgação da Constituinte foram alvo de crítica da Folha de São Paulo (ANEXO E):

Entre outras providências, decretos do presidente Sarney transferiram para o Ministério da Aeronáutica e para o IBDF os bens da União localizados no Território de Fernando de Noronha – dificultando, pelo menos em princípio, a administração do Arquipélago pelo Estado de Pernambuco.

Em carta enviada aos noronhenses no dia 5 de outubro, Arraes comentou a atitude que, do ponto de vista dele, não prejudicaria a administração da Ilha:

<sup>30</sup> A criação do parque será aprofundada no próximo tópico.

A antecipação de algumas medidas, por parte da Presidência da República, transferindo bens móveis e imóveis a entidades públicas federais, embora prejudique em parte os entendimentos ao nível do grupo de trabalho, não nos afasta a disposição de negociar uma solução de transição que seja a mais conveniente.

Ao tentar prejudicar Pernambuco, conservar o ecossistema insular e “salvar” a Ilha da especulação imobiliária, o governo gerou o que, atualmente, é um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade insular: a fragmentação do Poder. Ninguém sabe quem manda. Paira no ar a pergunta: a Ilha é de quem? Lima (2000, p.297) defende que há uma trilogia de poderes que restringe a eficiência da governabilidade insular, “Uma articulação triangulada do poder é claramente percebida na nova ordem sócio-política do Arquipélago. Seus protagonistas institucionais são: IBAMA (atual ICMBio), Aeronáutica e o Governo de Pernambuco.”

Depois de orquestrar a criação do Parque e fatiar a Ilha entre os órgãos públicos por meio de seu amigo Sarney, Mesquita reuniu, no dia 4 de outubro, a comunidade na quadra de esportes do Centro de Convivência. A diretriz do encontro era acalmar a população para enfrentar o futuro que começaria no dia seguinte, com a promulgação da constituinte. A constituição era soberana e havia de ser respeitada. Mesquita tentou convencer os ilhéus de que a eles cabia aceitar a decisão de cabeça erguida. A luta continuaria.

Domício e Heleno Armando receberam essa missão de Mesquita, manter a ordem e o respeito no dia 6 de outubro, quando Miguel Arraes tomaria a posse da Ilha. Boatos de que a comunidade não deixaria o governador de Pernambuco pousar no aeroporto de Noronha chegaram a Recife, tornando ainda mais tensa a relação entre o Estado e os ilhéus. “Me ligaram perguntando se os ilhéus iam queimar pneus e espalhar óleo na pista para Arraes não pousar, afirmei que não e disse que não seria necessário vir com seguranças porque tudo transcorreria em paz”, lembra Mesquita.

A segurança de Arraes não acreditou em Mesquita e o avião do Governador desembarcou escoltado pelos policiais da Aeronáutica, que formaram um cordão de isolamento na pista de pouso. Vinte e quatro anos depois de chegar ao Arquipélago como preso político, Arraes desembarcava para a cerimônia de posse, às 11h. A presença ostensiva dos seguranças não foi necessária. Os noronhenses estavam lá, todos vestidos com a farda do movimento e hasteando bandeiras de luto, mas em um protesto pacífico, como os líderes haviam pedido. Os ilhéus se despediam de

Mesquita que, “de camiseta e com o semblante tenso, limitou-se a trocar um cumprimento formal com Arraes ainda no aeroporto” (JORNAL DO BRASIL, 07.10.88). Isso pode ser visto pela Figura 21.



Figura 21: Mesquita (dir.) se despede, ao lado de Heleno Armando (esq.), de amigos e funcionários do Ibama.

Para muitos, esse dia foi mais doloroso do que a votação em si, pois era a concretização da derrota, seguida do medo de um futuro incerto de transformações. Antes de Arraes chegar, Mesquita se reuniu com os amigos e colaboradores do primeiro governo civil na sede do recém inaugurado Parque Nacional Marinho. No aeroporto, foi saudado por um corredor humano, sob aplausos, e ganhou uma bandeira de Noronha das mãos de Rita Flor. Os amigos cantaram o hino da Ilha e hastearam a bandeira preta, última lembrança da luta. Mesquita revela que esse dia foi muito difícil, “estava muito comovido, mas tive que manter a calma e acalmar a população que estava exaltada com a chegada de Arraes”.

Após o encontro, o governador de Pernambuco seguiu até o Palácio São Miguel para hastear a bandeira do Estado, assistido por cerca de 30 pessoas, entre assessores e jornalistas. Arraes fez um discurso emocionado, prometeu preservar o ecossistema da Ilha e não referiu-se ao governo federal e à ausência de Mesquita. Elogiou o antigo governador militar do Arquipélago, o coronel Jaime da Costa e Silva. “Convidei-o para simbolizar o fato de que não temos nada que nos doa no passado” (*Op Cit*, 07.10.88). Arraes garantiu que estava ali para cumprir a Constituição, que deveria ser respeitada por todos os brasileiros.

Na saída do palácio, Arraes encontrou parte da comunidade emocionada retornando do Aeroporto e foi recebido por apitos e tarjas pretas. Houve tumulto, e Domício e Heleno seguraram o povo tentando impedir a confusão. Inevitável, o próprio Heleno, socialista e arraesista, pediu um momento de diálogo com Arraes e, diante da resposta de que haveria muitos momentos e, certamente, aquele não era o melhor, começou a discutir com o governador, lembra Domício:

O nível de luta foi maior que os nossos sentimentos, nossas idéias. Heleno, um arraesista, passou por cima de sua ideologia e discutiu com Arraes e eu lá segurando, para evitar uma ação da polícia. Anos depois, quando estava na fase terminal do câncer que lhe tirou a vida, Heleno pediu perdão ao governador por tê-lo ofendido.

Arraes pediu calma e respeitou o momento de revolta. Entrou no ônibus, sob bandeiras pretas agitadas e foi embora. Nesse momento, Domício, Heleno e Morena se abraçaram e começaram a chorar de soluçar (Figura 22). Estava decretada ali a derrota do movimento. “O meu sentimento é de que a gente fez, tudo que se pode fazer, a gente fez. Toda luta tem que ser abraçada. Nós partimos pra uma luta justa, não chegamos lá, chegamos onde Deus quis que a gente chegasse”, resume Morena com a voz embargada.



Figura 22: Domício, Heleno Armando e Morena se abraçam e choram após a posse de Pernambuco (Acervo pessoal de Domício Cordeiro)

Domício, ao lembrar desse momento, não conteve o choro, “foi o dia mais difícil da minha vida”. Ver os dois maiores líderes da comunidade chorarem de soluçar emocionou a população. A dor, mesmo compartilhada entre todos não se tornou menor. Ainda dói nos ilhéus que lutaram saber que a atual geração nasceu pernambucana e não noronhense, que o Território Federal virou autarquia, que o administrador não é escolhido pelo povo e sim pelo governado, além de sequer morar na Ilha, que tudo que eles temiam que iria acontecer, aconteceu, e, principalmente, ver que na conjuntura atual a comunidade pouco se mobiliza para mudar a sua realidade. “Antes o administrador era obrigado a morar na Ilha, agora ele administra por controle remoto. Vem aqui, passa dois, três dias, atende a população muito rapidamente e vai embora”, relata Wilson sobre uma das mudanças que os moradores mais reclamam.

Um dia depois da posse, o governo de Pernambuco admitiu que não teria condições de manter o nível de investimentos na Ilha sem o apoio do Governo Federal. As obras em cursos deixadas por Mesquita foram paralisadas e o secretário de planejamento de Pernambuco, Cláudio Marinho, colocou a culpa nos hábitos dos ilhéus, dependentes do Estado para tudo. “Dizem que em FN o pescador ganha do governo para pescar e vende o peixe que pesca ao governo”, justificou (JORNAL DO BRASIL, 02.09.88).

Três meses se passaram e a comunidade se viu de novo assombrada pelo abandono dos primeiros séculos de história. “Ficou todo mundo perdido”, explica Morena. Um governo de transição, liderado por Claudio Marinho foi instaurado, mas nada se sabia sobre o futuro dos funcionários públicos, do turismo e da economia da Ilha. “Quando Pernambuco entrou na Ilha demitiu muita gente, a pesca ficou reduzida com as proibições do Parque e muita gente viu no Turismo a única alternativa para tirar o sustento”, lembra Sandra Veríssimo.

O turismo cresceu de forma acelerada, sendo a principal manifestação de um capitalismo desenfreado que chegou a Ilha sem qualquer protagonismo dos ilhéus. “O capitalismo escancarou as portas de Noronha”, conclui Domício. Para Moraes (2002, p. 101), “o capitalismo busca submeter todos os lugares a sua lógica, destruindo ou incorporando e sempre modificando os gêneros de vida que preexistem à sua entrada.” No Arquipélago o ritmo da mudança perpetrada pelo capitalismo foi veloz, atropelando a cultura insular e tomando o espaço das outras

atividades econômicas. Orlando Souza, presidente da Associação dos Pescadores (ANEPSCA) fala sobre sua visão de pescador diante dessa transformação:

Mesquita trouxe muita melhoria, era a Ilha da fantasia, não deu nem tempo de se acostumar. Pegamos uma bonança de um ano. Quando você se adapta, entra Pernambuco. A abertura foi muito sem ninguém educar ninguém. A Ilha se abriu de repente e virou o que tá hoje. [...] A população não tava preparada para essa abertura. Venderam suas casas, seus terrenos, se venderam como pessoa.

A transformação foi sentida também nos equipamentos básicos de infraestrutura, ensino e saúde, motivos de queixas frequentes dos moradores até hoje. A educação, antes militar, foi nivelada ao Estado de Pernambuco, ou seja, a qualidade decaiu.

“Antes se a gente estudasse aqui e fosse para algum colégio no continente, não sentia dificuldade, agora, os meninos sentem muito a diferença, o ensino foi nivelado para baixo além disso, a estrutura forte da administração fica no Recife e não em Noronha, longe da nossa realidade” lamenta Wilson.

O hospital, antes motivo de orgulho, com centro cirúrgico, maternidade e equipe fixa, foi esvaziado. Nenhuma criança pode mais nascer em Noronha, não há maternidade, nem equipe para realizar os partos em segurança. Aos sete meses as mães são obrigadas a deixar a Ilha para terem os rebentos no continente. Na Figura 23, vemos o caso de Roberta Lottii que, em protesto, pediu o direito de seu filho nascer em Fernando de Noronha.



Figura 23: A jornalista Roberta Lottii exige em protesto na Ilha, o direito de ter seu filho em Noronha (Fonte: Viver Noronha, 2013)

Os noronhenses sentiram também a perda de status. O que era Território Federal passou a ser um Distrito Estadual sem representação legislativa, onde o administrador seria escolhido pelo Governador de Pernambuco sem nenhuma consulta à população. “Hoje Noronha é uma autarquia, com funções de município. Estamos tentando a municipalização”, lamenta Maílde. A fala Renê Jerônimo, um maratonista de 74 anos, que foi expulso três vezes da Ilha por batalhar pela democracia é definitiva: “pra gente ter cidadania plena é necessário que se municipalize a Ilha”. A questão da emancipação política será tratada mais adiante, como pressuposto para se pensar em mobilização e cidadania no Arquipélago.

O Parque Nacional Marinho (Parnamar), embora tenha sido criado com o apoio da população, foi aos poucos se distanciando da comunidade e provocando conflitos com leis rígidas e falta de esclarecimento. A anexação a Pernambuco foi um divisor de águas na história do Arquipélago e em sua estrutura sociocultural. Representou, antes de tudo, uma crise da identidade noronhense, que se refletiu no dilaceramento socioambiental enfrentado na Ilha atualmente. A comunidade perdeu uma voz que acabara de ganhar e a cidadania, também “dada” durante o governo civil, não atingiu a maturidade suficiente para se manter no novo governo. De acordo com Lima em sua análise sobre o dilaceramento socioambiental vivido em Noronha para o ECS:

Torna-se evidente, num primeiro olhar, que em Fernando de Noronha mudaram as atividades, chegaram novas pessoas, novos hábitos foram incorporados, mais edificações foram construídas, infraestrutura e transporte foram ampliados, elementos novos foram-se impondo, conquistando o território e as relações sociais passaram a ser, mais fortemente, mediadas pela moeda turística. Mas algo permanece. Se há o lugar que permanece há também novos lugares que estão em reconstrução, sobretudo para a nova população que aportou em Noronha, que tem como referência outros valores. (2009, p.174).

Para chegar a esse novo lugar, onde algo daquele tempo permanece e pode contribuir para a mobilização na Ilha nessa atual conjuntura vamos analisar os dois principais elementos transformadores do modo de vida insular: a criação do Parnamar e a entrada do Turismo.

## 4 A CRIAÇÃO DO PARNAMAR, A ENTRADA DO TURISMO E O FUTURO DA ILHA

### 4.1 “CRIAMOS UMA COBRA PARA DEPOIS NOS MORDER”

O movimento de criação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha é muito anterior ao processo de anexação da Ilha a Pernambuco, apesar da sua execução ter sido acelerada durante o ano de 1988. Desde o tempo dos militares, a comunidade científica internacional estava de olho na Esmeralda do Atlântico. As características peculiares de seu ecossistema, a flora, a fauna marinha preservada pelo isolamento e distância do continente, de ser local de desova de tartarugas, de concentração de golfinhos rotadores e rota de migração de aves marinhas chamaram atenção de ambientalistas de todo o mundo.

Em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais<sup>31</sup>, elencou o Arquipélago como “área prioritária para o estabelecimento de uma política de proteção de ecossistemas marinhos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 31.08.88). Três anos depois, instituições governamentais como o IBDF, universidades federais e a Secretaria Especial do Meio Ambiente começaram a realizar estudos ambientais sobre a Ilha para demonstrar a necessidade de se preservar um ecossistema tão frágil, pouco explorado e valioso. O olhar para Noronha estava condicionado ao aspecto ecológico em detrimento à questão sociocultural, a comunidade insular não foi considerada e nem consultada nesse início do movimento.

A proposta de se constituir um Parque Nacional<sup>32</sup> Marinho ganhou força com o apoio do ambientalista José Truda Pallazzo, em 1986. Amigo de Russell Wid Coffin, então sócio majoritário da operadora de mergulho Águas Claras<sup>33</sup>, Pallazzo soube por ele do plano megalomaniaco dos militares, que pretendiam transformar o Arquipélago em pólo turístico internacional e de massa. Russel se ofereceu a

---

<sup>31</sup> A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) é uma organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais. É a mais antiga e importante no mundo dedicada à preservação do meio ambiente. Fundada em 1948, possui mais de 1200 organizações associadas em mais de 160 países. Sua sede está na Suíça.

<sup>32</sup> Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral que tem como objetivo preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, sendo permitida a visitação pública controlada e o uso indireto de seus recursos naturais. Segundo o SNUC (2000) é uma categoria representativa devido à importância que têm para a recreação, turismo ecológico e educação ambiental

<sup>33</sup> Única em operação na Ilha nessa época.

financiar uma campanha para salvar a Ilha e contou com o ativismo de Pallazzo. Assim nasceu o Comitê Pró-Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (MESQUITA, 2012, p. 122). O lema do grupo era “Em defesa de um patrimônio único no mundo” e a estratégia adotada foi mobilizar apoiadores institucionais e políticos no Brasil e no exterior para abraçar a causa e pressionar o IBDF. A campanha repercutiu em veículos de comunicação como a revista National Geographic e outras publicações nacionais.

Segundo Pallazzo (*Op Cit*, p.123), como resultado da mobilização, mais de cinco mil cartas de 25 países chegaram ao Palácio do Planalto solicitando a criação do parque. Cedendo à pressão, Sarney decretou a Área de Preservação Ambiental<sup>34</sup> de Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo no dia 5 de junho de 1986 (decreto nº 92.755), abrangendo uma área de 92.755 ha. Ele acreditava que assim estaria de fato protegendo o Arquipélago, mas essa era apenas uma manobra do EMFA, ao qual o Território Federal havia sido vinculado em fevereiro desse mesmo ano (Decreto nº 92371, 06.02.1986), para evitar a criação do Parque e, assim, erguer um paraíso turístico no local. No decreto que passou a supervisão do Território para o EMFA, estava previsto que o órgão promoveria o desenvolvimento do Arquipélago, “de modo a transformá-lo em Unidade da Federação economicamente autosuficiente e participante do desenvolvimento do Nordeste”. A solução encontrada pelo EMFA para cumprir esse objetivo foi o investimento no Turismo.

A APA foi pouco efetiva, era necessária uma unidade mais restritiva para a real preservação do território insular. A comunidade não participou do processo de criação da APA e, no começo, pouco sentiu seus efeitos, uma vez que o plano de manejo com as restrições da unidade foi elaborado três anos depois, em 1989. Atualmente, com o crescimento populacional, as limitações da APA, principalmente espaciais, são cada vez mais notáveis.

O plano dos militares e, posteriormente, de Pernambuco de transformar a Ilha em um pólo turístico internacional não era a única motivação para se fundar a UC. A conduta predadora dos moradores também incitou ambientalistas a

---

<sup>34</sup> A Área de Proteção Ambiental é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que prevê um certo grau de ocupação humana e tem como objetivo “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC, 2000)

abraçarem a causa como ressalta Marco Aurélio, o Maguinho, atual fiscal do ICMBio e ex-chefe do Parnamar:

O comportamento do homem no passado obrigou as autoridades a transformar Noronha em uma UC para que houvesse uma sensibilização maior, principalmente da comunidade residente, que, na verdade é o principal guardião deste pequeno pedaço de terra. (MESQUITA, 2012, p.127)

Jogar lixo no mar e nas ruas, comer tartarugas e seus ovos, inserir espécies exóticas na Ilha (como o Teju e o Mocó), encostar os barcos na Baía dos Golfinhos e usar apitos para atrair os animais e nadar com eles, são apenas alguns exemplos dessa conduta ilhoa. Durante séculos, a sustentabilidade não existiu em Noronha, mesmo a pesca de subsistência era feita sem planejamento e sem respeitar a época de defeso. Porém, essa realidade estava mudando durante o governo civil, desde 1987. Mutirões de limpeza eram realizados de tempos em tempos e contavam com a colaboração da Ilha inteira, juntando toneladas de lixo. Aos poucos o noronhense ia se sensibilizando da importância de se preservar a natureza e se mobilizava para participar de atividades práticas de educação ambiental.

É possível deduzir, com base nos relatos sobre esta época, que se esse processo tivesse continuidade sem a brusca entrada de Pernambuco, em alguns anos, a própria comunidade seria a protagonista do processo de transformação socioambiental. A população teria conhecimento para discutir a criação do Parque nos moldes da Ilha. No entanto, com a entrada do Parque, essa consciência da sustentabilidade foi imposta sem ser debatida a fundo com a comunidade, que não participou da concepção da UC. Ao ilhéu cabia apenas aceitar e obedecer às dezenas de proibições.

Em 1988, o deputado Fábio Feldman e o governador civil, Fernando César Mesquita engrossaram o movimento pró-parque. Mesquita, com o apoio técnico da Embrapa e de um grupo de trabalho composto por vários órgãos governamentais, contribuiu em sua gestão com o Zoneamento para a Defesa Ecológica de FN. O decreto nº 95.922 dividiu o Arquipélago em quatro áreas (uso e ocupação, preservação, conservação e restauração) e buscou compatibilizar o desenvolvimento com a conservação da natureza. Pallazzo recorda que depois da entrada “dessas duas figuras de proa (Feldmann e Mesquita)”, Feldmann promoveu um seminário sobre a Ilha na Câmara dos Deputados e várias lideranças locais foram a Brasília debater a proposta de criação do Parque. “Foi emocionante ver

muitos dos velhinhos que constituíam o saber coletivo dos habitantes do Arquipélago defendendo a ideia do Parque Nacional”, lembra (*Op. Cit.*, p.124).

Essa memória da participação dos ilhéus na discussão sobre o Parque vai de encontro ao que afirma Maguinho:

O Parque Nacional foi criado dentro de um movimento político (...) que era exatamente a reanexação de Noronha ao Estado de Pernambuco. Tudo isso sem consulta à comunidade. Se o povo não sabia exatamente o que é que estava acontecendo, como é que poderia se posicionar, como poderia opinar? (*Op. Cit.*, p.127).

Os documentos e entrevistas sobre a anexação revelam que pelo menos os envolvidos no movimento “SOS Noronha”, como é intitulada a mobilização de 1988, adotaram o discurso de criação do parque. É certo que a motivação foi muito mais o medo do futuro da Ilha nas mãos pernambucanas que a consciência do que uma Unidade de Conservação (UC) dessa categoria representaria no viver insular. A sustentabilidade econômica da Ilha após os investimentos feitos com os recursos do Fundo de Participação foi outro argumento usado por Mesquita em documento enviado aos constituintes. A carta cita o desenvolvimento da agropecuária como meio de minimizar a dependência no abastecimento. Segundo estudos da Embrapa, a Ilha teria capacidade inclusive de exportar produtos agropecuários para o continente, pois o solo noronhense é um dos mais férteis do Brasil<sup>35</sup>, bastava capacitação e apoio técnico. Esse potencial foi desprezado pelo novo Estado gestor da Ilha.

Os ilhéus basearam-se no argumento ecológico para tentar convencer os constituintes a manter o Arquipélago como Território Federal. Pernambuco não teria recursos e nem intenções de preservar o meio ambiente insular e, caso o parque fosse criado, teria seus poderes castrados, “o Estado de Pernambuco ficará apenas simbolicamente como gestor do Arquipélago”, sentenciou Feldman em matéria da Folha de São Paulo (31.08.88). No manifesto “Noronha, uma questão de consciência”, enviado aos constituintes em julho de 1988, os ilhéus ressaltam a importância de se preservar o Arquipélago e se colocam como participantes da “Constituição Ecológica”, como se referem ao Zoneamento Agroecológico da Ilha. Eles demonstram no documento a consciência do conceito de sustentabilidade, “somente protegendo, preservando e conservando este nosso belo patrimônio

---

<sup>35</sup> Devido ao guano (fosfato de cálcio) existente em sua superfície, resultante do acúmulo de excrementos de aves marinhas.

natural é que dele poderemos desfrutar para sempre” e preocupação com o impacto da ação humana na natureza:

O isolamento de um Arquipélago oceânico traz características muito peculiares à flora e à fauna e aos ecossistemas que ali se estabelecem. A evolução se dá de um modo diferenciado do continente: é grande o número de espécies endêmicas, é frágil o equilíbrio entre estas espécies; é baixa a capacidade dos ecossistemas de absorver novos seres vivos e por isso torna-se desastrosa a interferência do homem, ainda que involuntária. (1988, p.1)

O dossiê incluía além de cartas da comunidade<sup>36</sup>, o Relatório de Atividades de 1987/1988 e a proposta de criação do Parque entregue por Mesquita. Nele, os motivos expostos para a preservação são essencialmente ecológicos: Noronha é local de nidificação de 12 espécies; habitat de duas espécies de tartarugas marinhas e de golfinhos rotadores; abriga uma das mais ricas ocorrências de corais das águas brasileiras; lugar de grande beleza cênica e atrativo turístico. No documento, consta que, para a elaboração do projeto, “foram feitas diversas consultas e reuniões com o Governo do Território [...] e com a comunidade local, para se chegar a um traçado de limites que assegure a proteção do recurso de forma harmônica com as atividades humanas desenvolvidas na Ilha principal”.

Essas reuniões não aparecem no discurso dos entrevistados, a discussão sobre o Parque surge como uma alternativa para salvar a Ilha de Pernambuco, somente no período da votação da Constituinte. Após a votação do segundo turno, Mesquita articulou rapidamente com Sarney a publicação do decreto nº 96.693, no dia 14 de setembro de 1988, que “Cria o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e dá outras providências.” Segundo o texto do decreto, a unidade que estava subordinada ao antigo IBDF (depois Ibama) tem o objetivo de:

Proteger amostra representativa dos ecossistemas marinhos e terrestres do Arquipélago, assegurando a preservação de sua fauna, flora e demais recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para visitação, educação e pesquisa científica e contribuindo para a proteção de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural porventura existentes na área. (Decreto 96.693, 1988)

---

<sup>36</sup> Chama a atenção nestas cartas o português impecável e a consistência dos argumentos, provavelmente escritos por ilhéus bastante instruídos e politizados.



Figura 24: Fernando Mesquita, Dona Nice e Heleno Armando no ato de criação do Parnamar. (Fonte: Acervo Pessoal de Mesquita, 1988).

A preservação do noronhense, sua identidade e cultura não é mencionada entre os objetivos do Parque, somente a natureza e os turistas são representados, este segundo nas “oportunidades de visitação”. Seguindo a linha preservacionista do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a visão que se tem da natureza é estética, as unidades de proteção integral, como é o caso do Parque, priorizam áreas de beleza cênica. Essa valorização da estética aumenta a distância homem/natureza, além de enfraquecer a identidade do morador da área preservada, antes intimamente conectada à natureza. É necessário desenvolver um enfoque mais simbiótico da preservação para evitar essa dicotomia. Bookchin (apud DIEGUES, 2002) professor de ecologia social propõe uma concepção mais ampla da natureza, onde a comunidade:

É considerada parte do equilíbrio da natureza [...] uma verdadeira comunidade ecológica ou uma ecocomunidade específica a seu ecossistema, com um sentido mais ativo de participação no ambiente total e nos ciclos da natureza (BOOKCHIN, 1980, apud DIEGUES, 2002, p.46)

O debate para a fundação da unidade nos moldes que Bookchin propõe deveria ter envolvido toda a comunidade durante os anos prévios à decisão, mas, além de não ter considerado o ser humano parte integrante da natureza, foi feita às pressas, “no calor da emoção”, como definem os entrevistados. “Houve uma catalisação do processo de surgimento do parque, capitaneada [...] por Fernando

César Mesquita, que capitalizou o processo e criou a unidade em uma área ainda maior que a original”, afirma Zé Martins, diretor do Projeto Golfinho Rotador, (*Op. Cit.* p.162). Lima resume: “Com esse ato, instaura-se um campo tensional de convivência humana” (2000, p.196). Nem os que implantaram o parque e nem a comunidade estavam preparados para esse momento, foi tudo muito rápido, segundo os depoimentos dos moradores.

No começo, o Parque foi comandado primeiro por Domício Cordeiro e depois por Heleno Armando. O IBDF incorporou vários funcionários do Instituto Cultural e Científico do Arquipélago (ICCA), que tiveram que optar por ficar à disposição do Estado ou do IBDF com a chegada de Pernambuco, no ano de 1988. A liderança de Heleno facilitou a aceitação do Parnamar e confortou os ilhéus no tenso momento de transição. “A gente via no Ibama uma segurança, um órgão que representava a comunidade quando estávamos perdidos, sem saber o que seria do futuro”, lembra Sandra Veríssimo.

Entretanto, o maior conflito nos primeiros anos de parque foi justamente essa proximidade com os funcionários do IBDF. Os que fiscalizavam eram pessoas da Ilha, os mesmos que tinham crescido, estudado, brincado e lutado junto com os infratores. Como observa Ferreira, “as UCs brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal”, (Ferreira, 2004, apud VIVACCUA; VIEIRA, 2005, p. 147). Esse embate estremeceu as relações de confiança em uma população que continuava unida até então.

Quando os fiscais realizavam flagrantes, era comum encontrar parentes ou amigos que não aceitavam serem punidos por aqueles que antes tinham os mesmos hábitos agora proibidos. “Foi um choque, pois gerou um conflito muito grande, uma animosidade”, recorda Maguinho (*Op.Cit.*, p. 128). O fiscal do ICMBio relata um diálogo bem representativo dessa tensão, ampliada pela falta de alternativas econômicas para os noronhenses que tiveram que abandonar costumes tradicionais:

É você pegar um homem como o falecido Júlio Grande, que alimentou a família por mais de 40 anos só caçando lagosta e pescando, e uma noite você chegar para ele e falar:

- Amanhã de manhã, o senhor não pode mais pegar lagosta.

E ele cair para trás e perguntar:

- O que é que eu vou fazer para alimentar a minha família, se passei a vida inteira fazendo isso?

E respondermos:

- Não é problema nosso. O problema é evitar que vocês continuem capturando lagosta.

Para o sociólogo britânico Anthony Giddens, confiança é a “crença ou crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa ou coisa,” (1991, p.32) e, na sociedade moderna, ela é condição para produzir a segurança que sustenta a fé nas instituições. Segundo Giddens, “relacionamentos são laços baseados em confiança, onde a confiança não é pré-dada, mas trabalhada, e onde o trabalho envolvido significa um processo mútuo de auto-revelação” (*Op. Cit.*, p.108). Em Noronha, essa relação de confiança foi construída baseada na cumplicidade dos tempos dos coronéis, onde a população civil tinha que se ajudar. “Antigamente a gente vivia uma ditadura, mas a gente vivia junto, se um precisava do outro podia contar.”, lembra Orlando Souza. No tempo de Mesquita, esses laços se fortaleceram na experiência cidadã de decidir em coletividade os rumos da Ilha. A “derrota” do movimento de 88 por si só não enfraqueceu a cooperação e a capacidade de mobilização da comunidade. A perda da confiança nos semelhantes é que representou o início do fim do movimento.

Em poucos anos, até a liderança de Heleno Armando foi questionada por alguns ilhéus como contou o mesmo Júlio Grande ao ser expulso da Ilha Rata, onde viveu e cultivou a terra por mais de 40 anos. A expulsão foi provocada por um descuido do mergulhador, ao queimar o mato para preparar o roçado como fazia sempre. O fogo se alastrou provocando um enorme incêndio na Ilha devido aos fortes ventos.

Foi o Heleno [então Diretor do Parque] que me tirou da minha Ilha e tomou a minha casa, que era muito bonita; a casa toda de varanda, a coisa mais bonita do mundo. [...] Trabalhei quarenta e poucos anos na Ilha Rata. Me botaram para fora sem direito a nada. Eu não tinha ninguém por mim, que falasse por mim. (LIMA, 2000, p. 209)

O sentimento que domina o discurso dos ilhéus é o arrependimento: “criamos uma cobra para depois nos morder”, sentencia Admilson Medeiros. O parque que representou a “salvação” de Noronha na década de 80, hoje é um dos maiores vilões no emaranhado social fernandino. A comunidade criou para si mais um espaço vigiado, como define Lima (2000, p. 195). É comum ouvir a expressão de que agora, com o parque, “o bicho que está entrando em extinção é o noronhense”, já que, além de não poder mais nascer na Ilha, ele tem cada vez menos espaço

diante da importância dos golfinhos rotadores, tartarugas e aves. Podemos ver essa dimensão na Figura 25.



Figura 25: Cachorrinho, filho da Ilha, levanta bandeira sobre a necessidade de se pensar o homem como parte integrante da natureza (Fonte: Blog Viver Noronha)

“Temos que lutar pela preservação da sociedade noronhense, tem que preservar o ser humano, pensam demais na tartaruga”, reclama Ju Medeiros. Jane Soares, dona de Pousada e secretária na gestão de Domício, atribui a “extinção” à perda da identidade ilhoa com a entrada do Parque. A relação de pertencimento ao território é quebrada, o Arquipélago passa a ser exclusivamente do turista. “A Ilha tornou-se a Ilha do não. Antes a gente tinha liberdade, podia catar aratu, você pegava sardinha, podia andar de qualquer jeito, agora não”, completa Morena.

A idéia da criação da Unidade de Conservação em Fernando de Noronha foi fundamentada como uma ação focada numa perspectiva do proibido, reforçando a idéia de isolamento e não pertencimento ao local. Desse modo, a identidade com a Ilha vem sendo desconstruída e esta passa a ser vista pela comunidade como um local para o turista e não para eles próprios. [...] Para o Noronhense, Fernando de Noronha era um grande quintal, onde as crianças eram criadas sem muros, sem limites e os adultos interagiam com o ambiente livremente. (SOARES, 2005, p. 77-78)

Fica claro na fala dos entrevistados que eles não estão mais integrados à natureza desde a entrada do Parnamar, pois perderam a liberdade e a proximidade com que conviviam com os ambientes naturais. Pesquisa sobre a percepção ambiental da Ilha, realizada pela historiadora Sandra Veríssimo Soares, reforça essa mensagem dos entrevistados. O ilhéu não se sente parte da natureza. Em um

universo de 71 entrevistados, observou-se que “50% têm uma visão sobre a natureza como meio ambiente, 37% não consideram o ser humano como natural e 13% consideram o ser humano como natureza, mas não relacionam os outros organismos e componentes do planeta (2005, p.75). A comunidade precisa entender o valor de preservar a natureza sentindo-se parte dela, rompendo com esta dicotomia homem natureza estabelecida pelos mecanismos de Unidades de Conservação.

Segundo Diegues (1992), estudos têm demonstrado que as populações tradicionais são as maiores responsáveis pela conservação do ecossistema do qual dependem para a sua sobrevivência e é esse valor, essa responsabilidade que deveria ser explorada pelo ICMBio. Entretanto, a lógica preservacionista dos órgãos gestores das UCs predominou ante a dinâmica sustentada na participação e negociação em Noronha. O papel da comunidade foi o de assistir o processo, mantendo a lógica “dominação- dependência” na tomada de decisões.

Para se entender a relação dos homens com a natureza em um determinado lugar é preciso antes “estudar os condicionamentos histórico-culturais a que estão submetidas suas formas de atuar” (FREIRE, 1983, p.20). Essa premissa, segundo relatos de Domicio Cordeiro, foi considerada no primeiro Plano de Manejo do Parnamar, construído em 1990 com a participação de lideranças locais e com o objetivo principal de combater abusos, mas permitia a pesca de lagosta fora da época de defeso e outras práticas ancestrais na Ilha, como a captura de sardinhas. Para ele, as regras endureceram a partir de 2008.

De acordo com Lima (2000), a maior causa do conflito entre órgãos ambientais e comunidade, no entanto, é que algumas normas impostas pelo Plano são carentes de legitimidade, foram decididas no gabinete, referendadas por fóruns internacionais. Essa falta de diálogo entre o Ibama e os ilhéus fez o noronhense sentir-se novamente ameaçado, perdendo pleno acesso e circulação pelo espaço que dominou por toda a vida.

Regras em relação às quais praticamente não houve negociação. Com um sistema de normas tanto para os ecossistemas terrestres quanto os marinhos (períodos de interdição da caça e da pesca e, em alguns casos, total proibição), o Parque diminuiu não só seus espaços, mas sua destinação e autonomia. (LIMA, 2000, p.203)

“O ICMBio que era para proteger a gente é o que nos cerca agora”, lamenta o pescador Orlando, herdeiro de Seu Salviano. Vários exemplos demonstram a

postura preservacionista adotada pelo ICMBio, como a relação com os bovinos e caprinos, antes considerados fundamentais para autossuficiência alimentar da Ilha e que na gestão do Parnamar viraram ameaça ao ecossistema. Em 2008, uma operação apelidada de “Arca de Noé” organizada pelo ICMBio junto com a Polícia Federal, notificou os pecuaristas, obrigando-os a retirar os animais do Arquipélago mediante uma indenização. A comunidade se revoltou e colocou a notícia na imprensa. A pressão da mídia fez com que os chefes da operação cancelassem a ida de um navio que estava a caminho da Ilha para recolher os animais. Ainda assim, vários ilhéus venderam seus bois, cabras e vacas para ganhar as indenizações, restando poucos pecuaristas no Arquipélago.

Mariana Albuquerque, em sua monografia sobre a permacultura na Ilha, fala um pouco sobre esse conflito:

O ICMBio incentiva o uso da Zona Agropecuária para agricultura e não para a pecuária, visto que a área existente é insuficiente para manter a quantidade de animais existentes e a demanda por este alimento na Ilha. A ADEFN sugere a permanência de caprinos leiteiros e galinhas em projetos ordenados e sustentáveis, visando a segurança alimentar e o histórico desta atividade tradicional. (2010, p.73)

Esse incentivo à agricultura é perceptível. Desde 2007, quando vivi na Ilha, até 2013, a melhora é visível, há mais hortas comunitárias, projetos de permacultura e iniciativas de agroecologia, como na Pousada do Vale que já produz todo o alimento consumido pelos hóspedes. A maioria das iniciativas é encabeçada por haoles e voluntários do ICMBio. Enquanto isso, a pecuária e a pesca viraram atividades marginalizadas. Apesar de privilegiada na Gestão do ICMBio, a agricultura também foi limitada pelo plano de manejo, locais históricos de plantação, como a Ilha da Rata tiveram o cultivo proibido.

Entre 1987 e 1988, Mesquita investiu na distribuição de sementes e cooperatização do uso de equipamentos e implementos agrícolas, conseguindo fazer saltar a produção de 50 para 300 toneladas (MINTER, 1988). Matéria do Jornal do Brasil (02.09.88) afirma que a intenção de Pernambuco após a anexação era continuar a desenvolver a agricultura no território e conseguir, assim, “acabar com a importação de alimentos básicos”, já que um terço da Ilha é agricultável. Vinte e cinco anos depois, o que se vê são poucos agricultores na Ilha e iniciativas isoladas de hortas de subsistência e cultivo de hidropônicos.

A prática foi sendo abandonada com a chegada do Turismo e as limitações impostas pelo Parque. Hoje, são encontrados na Ilha apenas 12 espaços de agricultura e um lugar coletivo destinado à roça coletiva da Associação Noronha Terra de Desenvolvimento Agroecológico. Na época de festa junina, a produção é voltada para a monocultura de milho, já ao longo do ano várias hortaliças, frutas, berinjela, macaxeira, cana-de-açúcar e jerimum também são cultivadas. Tudo depende das chuvas, segundo José Marcone, sobrinho de Josinaldo Dantas, o “Naldo da Quixaba”, único agricultor que sobrevive apenas do cultivo da terra na Ilha:

Plantando tudo dá, mas variamos a plantação de acordo com a chuva. É ela quem decide o que vamos plantar e quando, tem que estar atento à natureza. Temos um reservatório de água que a administração está de consertar, se ele tivesse pronto, daria para plantar o ano inteiro.

Marcone conta que na Ilha, até a agricultura depende do Turismo. Como os ilhéus não consomem muito verduras e hortaliças, a produção acaba se perdendo na época de baixa temporada. Levantamento da Coordenadoria Distrital de Saúde do Distrito Estadual de FN demonstra o baixo consumo de frutas e verduras devido à escassa oferta local e preços elevados (ALBUQUERQUE, 2010, p. 72). “Quem mais consome nossos produtos são os turistas e as pousadas, quando a Ilha tá cheia, vendemos bem”, explica Marcone. Como a plantação depende das chuvas, muitas vezes para garantir o alimento, os donos de pousadas encomendam do continente alguns produtos que são produzidos na Ilha, como a berinjela, que cansa de estragar no terreno de Seu Naldo. Na verdade, o espaço das plantações é do Noronha Terra, mas quem planta mesmo é o presidente, Naldo. A área conta com cerca de 1,2 hectare disponível para o plantio, uma granja de 500 m<sup>2</sup> e uma sede da antiga casa de farinha.

Noronha continua totalmente dependente de gêneros alimentícios vindos do continente e vendidos a preços absurdos<sup>37</sup>. Afinal, quem vai contra os interesses dos donos de mercado, dos barcos e de toda a cadeia produtiva que lucra com a dependência externa? Infelizmente, na prática, como vimos no primeiro capítulo, a sustentabilidade é inconciliável com o capitalismo, como decreta Riechmann: “sustentabilidade é autolimitação, redistribuição e planejamento: basta pensar a

---

<sup>37</sup> A única época que Noronha teve períodos de autosuficiência alimentar foi na época do presídio (1737-1942), depois, sempre dependeu de alguns produtos que chegavam do continente a cada três meses.

fundo estes três pontos, separadamente, e logo na sua sinergia de reforçamento mútuo, para se dar conta de que ela é incompatível como capitalismo”, (tradução minha, 2004, p.238). Como propõe o Noronha +20, garantir a segurança alimentar por meio do resgate da cultura agropecuária é um dos principais desafios da comunidade insular:

A produção agropecuária na Ilha de Fernando de Noronha já teve caráter de sobrevivência. Desta época restam memórias e relatos sobre a abundância das lavouras e especialmente dos rebanhos. Com a decretação da APA e do Parque Nacional Marinho e com a dedicação ao turismo como atividade principal, a decadência das atividades agropecuárias é notória. (ICMBIO, 2011, p.9)

A pesca foi outra atividade prejudicada com a criação do Parque. Antes, nos tempos de Mesquita, de 1987 a 1988, foi criada a Associação Noronhese de Pescadores (Anpesca), que “recebeu em comodato todos os bens antes pertencentes à Divisão de Pesca do Território – barcos, frigoríficos, etc” (MINTER, 1988, p.6). Os pescadores eram valorizados e capacitados, a produção que havia chegado a ser insuficiente para o abastecimento interno, atingiu 21 toneladas em três meses, sendo necessário exportar cinco para o continente.

Hoje, não existe nenhum órgão da Administração de FN (ADMFN) dedicado à pesca, e os pescadores se sentem desvalorizados e desestimulados na profissão. É imprescindível, para a sustentabilidade da Ilha, trabalhar a auto-estima dos pescadores e o resgate cultural da pesca. “O pescador antes era muito importante na Ilha [...] o indivíduo tinha orgulho de dizer ao filho que era pescador, agora tem vergonha”, revela Renê Jerônimo. O Plano de Manejo de FN (ICMBIO, 2008) estima que a produção de pescado em 2008 foi de 240 t/ano, com uma frota de 10 a 12 embarcações em operação.

O conhecimento já não é passado de geração a geração. Os pais sabem o quanto a vida de pescador é dura e desejam um futuro melhor, diferente de sua vida árdua, para os filhos. Souza, que aprendeu a pescar com o pai Salviano desde menino, desabafa emocionado:

Não tem mais pescador na Ilha, aqui não tem mais nenhum pai que queira ter seu filho pescador. A minha mulher acompanhou a vida inteira o meu sofrimento, ela não quer que nosso filho sofra a mesma coisa. Lutamos para dar o melhor ao nosso filho. Pescador aqui não é nada, é igual animal. Não tem direito de nada. É pior que qualquer carroceiro destes, qualquer carroceiro é mais respeitado que a gente.

Vários pescadores transformaram seus barcos de pesca em barcos de passeio e se debandaram para o turismo. A atividade que deveria ser extremamente valorizada em uma Ilha é desprezada. Muitas vezes, quando falta peixe na Ilha, os pousadeiros trazem de Recife, mesmo pagando cerca de 35% a mais e recebendo um produto sem qualidade. “Hoje se não tiver peixe o cara vai lá e importa, não vem aqui procurar saber o que houve. Quando tem peixe ninguém come. Não tem muito sentido ser pescador na Ilha”, lamenta Souza.

Falta investimento na pesca, tudo ainda é artesanal e os pescadores pescam com linha-de-mão e corrico<sup>38</sup>. Se o governo investisse em modernizar os equipamentos de pesca, aplicar novas tecnologias e capacitar os pescadores, a atividade poderia dividir com o Turismo a economia da Ilha. Para Renê a solução para a pesca em Noronha seria investir em uma produção industrial duradoura, capaz de transformar o peixe em produtos de “exportação para o continente” igual acontece em países desenvolvidos como o Japão. A estrutura com que se realiza a pesca no Arquipélago beira a aventura e até o próprio Plano de Manejo (ICMBIO, 2008) reconhece essa precariedade:

A pesca desenvolvida no Arquipélago de Fernando de Noronha é exclusivamente do tipo artesanal, sendo praticada com técnicas de captura tradicionais (linha-de-mão e corrico) e embarcações de pequeno e médio porte (de 7,0 a 10,0 m de comprimento), com pouca autonomia e precárias condições de armazenamento do pescado a bordo. Em consequência, a atividade pesqueira restringe-se às áreas próximas ao Arquipélago, não ultrapassando, geralmente, o limite de 5 milhas náuticas. (BRASIL, 2008, p.47)

“Não existe pesca predatória na Ilha, aqui só se pesca o necessário, o ICMBio devia se preocupar em impedir os grandes navios de passar aqui perto”, ressalta Renê. No entanto, o Instituto continua perseguindo os pescadores do Arquipélago. Em novembro de 2012, seis foram presos pela Polícia Federal por pescarem em uma área com mais de 50 metros de profundidade. No Plano de Manejo, a pesca é proibida dentro da área do Parque e até 50 metros de profundidade. Os acusados foram detidos por capturar cerca de 50 quilos de peixe em uma área que pescavam tradicionalmente há 25 anos, desde a criação do Parque. Ricardo Araújo, chefe do parque, reconheceu que na época em que o

---

<sup>38</sup> Modo de pescaria de anzol em que o pescador lança a canoa a toda velocidade, deixando a linha longa à tona da água, a fim de que o peixe seja atraído pelos saltos da isca. Em Noronha, segundo o Plano de Manejo, é realizada quando se observa uma concentração de aves marinhas na superfície do mar, indicativo da presença de pequenos e grandes peixes no local.

Parnamar foi criado, “não existiam equipamentos com a precisão de hoje. De fato, em algumas áreas com profundidade maior que 50 metros ainda é Parque” (MARINHO, 2012). Com a descoberta, a área de pesca foi reduzida em 60 %, os pescadores punidos e a Anpesca decidiu fazer uma greve em protesto.

Os infratores tiveram que pagar fiança, multa de até R\$2.000 e ainda respondem por processo (MARINHO, 2012). Souza se revolta ao comentar o episódio:

É pior do que os tempos dos coronéis. Não pode pescar, não pode pegar sardinha. Só pode daqui até os Dois Irmãos, se passar é preso mesmo. O cara foi multado em dois mil reais por pescar uma barracuda de 3 kg, se vendesse ia ganhar 30 reais só. [...] Hoje seu amigo trabalha do ICMBio, lhe prejudica rindo como se não te conhecesse. Te denuncia para Polícia Federal e tudo.

O enfoque do ICMBio, apesar de estar buscando se pautar por um novo paradigma sustentado na visão sistêmica e complexa, ainda permanece preservacionista (VIVACQUA; VIEIRA, 2005, DIEGUES, 2004). Como exemplificam Vivacqua e Vieira:

Uma característica central desta postura diz respeito à maneira pela qual são definidas as prioridades de pesquisa [...]. Nos trabalhos de consultoria, os biólogos tendem geralmente a subestimar a importância dos saberes tradicionais e, por implicação, da participação autêntica das comunidades locais nos processos de tomadas de decisão no planejamento, na implementação e no monitoramento de UCs. (2005, p. 146)

O Parnamar dispõe de um Conselho Consultivo paritário com representantes de toda a cadeia produtiva do Arquipélago para debater as questões polêmicas, porém, a comunidade pouco participa das reuniões. Desde 2012, conta com o Jornal Ecoar, produzido por voluntários do Instituto, mas como ele é distribuído por e-mail e sua versão impressa chega somente a alguns pontos da ilha, seu alcance é limitado, os adolescentes que participaram deste projeto, por exemplo, não sabiam do que se tratava. Vários projetos, oficinas, palestras, são oferecidos à comunidade pelo ICMBio, mas é necessário investir em estratégias para mobilizar a população a participar destas atividades.

Maguinho argumenta que, depois de 10 anos de fiscalização intensa, a comunidade começou a aceitar o Parque, graças ao trabalho de educação ambiental dentro da escola. Atualmente, existe um trabalho permanente de educação ambiental na escola, e em vários projetos do Golfinho Rotador e Tamar na Ilha. Contudo, é notável a necessidade de se dar um passo adiante, além da

conscientização. Agora que a comunidade já reconhece a importância do Parque, principalmente pelo seu valor econômico de manter e atrair o fluxo turístico, torna-se essencial trabalhar a mobilização dos ilhéus para pensar o futuro que se deseja para a Ilha e adotar uma efetiva gestão participativa no Parnamar.

Quem tem investido nesse novo paradigma de educação ambiental é a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de PE (Semas), que lançou no dia 8 de junho de 2013 (quase sete meses após a assinatura dos convênios) cinco novos projetos. A Semas é o novo ator no arranjo institucional da Ilha e propõe um paradigma de educação ambiental onde a comunidade é envolvida desde a concepção dos editais até o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos em Noronha. Esse novo modelo é uma esperança para este caminho mais participativo rumo à transformação socioambiental da Ilha. Serão investidos R\$500 mil em cinco projetos (SEMAS, 2013):

- a) Observatório da Sustentabilidade, que vai acompanhar em rede a implantação do programa de sustentabilidade Noronha + 20;
- b) Programa Vivências da Terra que promoverá capacitações em tecnologias sustentáveis e em permacultura para cerca de 30 moradores;
- c) Educação e Mobilização Social, responsável por criar um fórum interinstitucional e um Centro Comunitário de Educação para a cidadania e sustentabilidade.
- d) Educomunicação (produção de um cd com músicos da Ilha, um manual e vídeos sobre a sustentabilidade).

A gestão das UCs em Noronha deveria concentrar os esforços em ampliar projetos como esses e canais de comunicação com a comunidade para prepará-la a participar de uma gestão integrada dos recursos naturais. Ferreira sugere a dinâmica de empoderamento dos atores locais, semelhante à utilizada na elaboração do *Noronha +20*:

A dinâmica do sistema de gestão em Unidades de Conservação exige das comunidades locais uma participação intensa e sustentada nas negociações. Mas o processo de ampliação da participação desenvolve-se geralmente em ritmo lento. Na melhor das hipóteses, deve refletir o fortalecimento progressivo do potencial de autonomia das populações locais – a capacidade desses grupos de identificar seus próprios problemas e propor soluções de forma soberana. (FERREIRA, 2004, apud VIVACCUA, VIEIRA, 2005, p. 159)

Contudo, no cotidiano, o que se vê é um abismo cada vez maior entre comunidade e ICMBio, principalmente, provocado pela entrada de um novo elemento: a Econoronha, como veremos no item a seguir.

#### 4.1.1 “O novo dono da Ilha”

Quando a relação entre a comunidade e o ICMBio começava a trilhar novos rumos, após sucessivas mudanças na gestão do Parnamar, a Econoronha entrou para gerar outro conflito. Como desde o Plano de Manejo (1989) o Parque permanecia sem novos investimentos necessários ao cumprimento de seus objetivos, o ICMBio decidiu licitar os serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingressos, como forma de promover o ecoturismo na UC. Em 2010, a concessionária Econoronha, ganhou a licitação provocando polêmica e hostilidade na população. O ICMBio, apesar de tentar promover a participação da comunidade nos processos decisórios não teve sucesso na inclusão da população local e os ilhéus até hoje desconfiam do papel da empresa no Arquipélago.

Pablo Mórbiis, gerente da Econoronha, garante que há um diálogo com a comunidade, inserida na equipe do Parque e em ações de educação ambiental promovidas pela concessionária. O discurso dos entrevistados, entretanto, é diferente. A população enxerga na concessionária uma “nova dona” da Ilha, ou mais uma entidade que partilhará o poder já tão fragmentado. Sinal que ainda há falta de esclarecimento sobre a real função da Econoronha e sua importância na preservação do Parnamar. Esse desconhecimento é mais um entrave provocado pela falta de mobilização, pois a comunidade não comparece às reuniões para tratar sobre o tema e os gestores têm dificuldade para estabelecer uma relação de proximidade com a população após tantos anos de desgaste nas relações de confiança devido aos marcos históricos de limitações e proibições por parte do Estado.

A Econoronha cobra um ingresso de 75 reais para turistas nacionais e 150 para estrangeiros, válido por 10 dias, mas, ao contrário da Taxa de Preservação Ambiental<sup>39</sup>, ela não é paga no aeroporto e sim em postos específicos dentro da Ilha. Para fazer o controle, os visitantes têm que passar por uma roleta eletrônica na entrada das praias e apresentar o ingresso. Os moradores não pagam e, para

---

<sup>39</sup> A TPA será abordada no próximo tópico.

acessar as praias onde já estão instalados Postos de Informação e Controle (PICs), devem apresentar uma carteirinha exclusiva de morador.

Os adolescentes que participaram da pesquisa se recusam a fazer o documento, “Sou moradora, não vou fazer e nem apresentar uma carteirinha para entrar onde sempre fui”, afirmou uma das alunas revoltadas com a exigência quando fomos filmar no Sancho. Esse comportamento se repete com outros moradores de várias idades que ainda não fizeram a carteirinha e se recusam a ir às praias do Parque, porque exigem seu direito de poder ir e vir livremente. A insatisfação da comunidade foi manifestada no cartaz exibido durante o protesto do dia 26 de junho: “Por uma vida sem catracas. Ir e vir é um direito”:



Figura 26: Moradora segura cartaz contra as catracas da Econoronha (Acervo pessoal de Michelle Roth)

Admilson Medeiros lembra que a comunidade foi contra a licitação, “mas não nos deram ouvidos”. O ECS propôs que ela fosse aberta aos atores locais, que sequer participaram da concorrência. “O poder econômico falou mais alto que a natureza”, observa o conselheiro. A Associação Noronha Terra de Desenvolvimento Agroecológico tentou na justiça suspender a licitação, mas a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o pedido. O principal argumento da associação foi a exclusão da comunidade do processo, acusando o “ICMBIO de querer auferir lucros exorbitantes com a exploração do Parque Marinho de Fernando de Noronha, mediante concessão dessa exploração a empresa particular,

desconsiderando os interesses econômicos e sociais da comunidade de residentes em Fernando de Noronha, que não foram incluídos no projeto de concessão.” Segundo a ação civil, o edital de licitação não deu margem à participação da comunidade local ao exigir um aporte de recursos de mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), além de a atividade licitatória ter acontecido longe do Arquipélago, na Ilha de Itamaracá.

De acordo com liminar proferida pelo Procurador Geral da República, Luciano Mariz Maia (LMM PRR5 297/2010), o ICMBio feriu o SNUC (LEI 9.985/2000) seu 4º artigo, inciso XIII: “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”. O procurador considerou que a “exploração econômica por particulares [...] colocaria em risco o meio natural e a população local, porque foi realizada sem prévia consulta aos moradores e sem estudo de impacto ambiental.” Essa opinião corrobora a percepção da comunidade de que a Econoronha é a atual “dona da Ilha”, explicitada na fala de Orlando Souza:

Em lugar nenhum do Brasil você pode ter uma praia privativa. Noronha é o único lugar onde se pode comprar a praia. Antes os animais não podiam entrar pra não matar as tartarugas, agora quem não pode somos nós. Você deixou de ser um animal livre para ser um boi. É uma humilhação. A gente era feliz e não sabia.

A licitação chegou a ser suspensa, mas o Instituto recorreu e ganhou argumentando que a comunidade estava incluída no processo, uma vez que a gestão do Parnamar continuaria com o órgão, preservando seu poder de política e controle ambiental sobre a área. Segundo o ICMBio, o edital determinava a contratação de no mínimo 65% em mão de obra local, o que, ao seu ver, seria a prova de que a população estava incluída no processo. Essa condição, contudo, demonstra a posição subalterna da comunidade local, perante a concessionária e aliada dos processos decisórios referentes ao uso público do parque. “A natureza virou um grande meio de negócio”, resume Marcos Souza, dono do bar “Gato Mia” e funcionário da construtora Queiroz Galvão na época da anexação. Apesar de a comunidade ter se posicionado contra a licitação, a ação do Noronha Terra foi uma iniciativa isolada, os noronhenses não se mobilizaram para de fato impedir a exploração da Econoronha como aconteceu em 1988 contra Pernambuco.

A Econoronha está mudando a cara da Ilha, investirá, até o final desse ano, R\$10 milhões em infraestrutura nas áreas de concessão que compreendem o Mirante dos Golfinhos, as praias do Sancho, Sueste, Baía dos Porcos, Atalaia, Leão e Caieiras, além das trilhas que levam a alguns pontos de visitação na área do Parnamar. Até agora, foram construídos dois PICs, um no Sueste (154 m<sup>2</sup>) e outro no Sancho (145 m<sup>2</sup>) e ainda serão erguidos um PIC no Leão, uma sede administrativa e um Centro de Visitantes. A equipe é composta de 61 funcionários. Em 2012, o Parque vendeu 14.700 ingressos e, de janeiro a julho de 2013, 26.178 pessoas visitaram o Parnamar, sendo 92% brasileiros. Segundo o ICMBIO, em 2007, foram 36.903 visitantes.

A obra do PIC do Sueste causou revolta na população e o primeiro projeto teve que ser refeito para se adequar às exigências da comunidade. Mesmo com a arquitetura final aprovada (a anterior bloqueava a vista da praia), a construção continua a gerar polêmica ao cercar a praia que, por sua distância do centro da Ilha era aquela escolhida para passar o final de semana em família ou para uma corrida matinal. Agora, o acesso só pode ser feito a partir das 8h, e passando por uma roleta localizada dentro da loja de *souvenir*. Orlando Souza se revolta:

Fizemos o Parque para o pescador e o morador terem o direito da Ilha. E hoje o que o morador tem? O morador não tem nada, tem que ter uma carteira para entrar na praia por uma roleta, se tenta dar a volta tem uma cerca, morador ta pior que boi na Ilha, porque vive cercado.

Véa se emociona ao falar que antes ia todo domingo com a família no local e que, desde que a praia foi cercada, não teve coragem de voltar lá: “dói ter que entrar na praia que ia desde criança com meus pais por uma roleta”. A estrutura lembra o modelo de turismo dos parques nacionais americanos que beneficia as populações urbanas que visitam a UC, separando os moradores da área de preservação da vida selvagem (Parnamar). Esse modelo de preservação, segundo Diegues (2002, p. 35), é baseado na corrente filosófica de *wilderness* que “marca uma separação entre a humanidade e a natureza, não levando em conta o manejo tradicional das áreas naturais do Novo Mundo.” Importa-se dos Estados Unidos um modelo conservacionista em que os parques nacionais são a única forma de “salvar” partes da natureza de reconhecida beleza cênica e conter os avanços do capitalismo.

Esse paradigma preservacionista serviu de ideologia para a criação dos Parques Nacionais brasileiros, embora a realidade aqui fosse bem diferente da

sociedade industrial e de consumo norte-americano. Nessa perspectiva, “qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa” (*Op. Cit.*, p.37). A corrente preservacionista recriou nos países sul-americanos, a dicotomia entre povos e parques, considerando inconciliável a preservação com a manutenção dos moradores nas UCs de Uso Integral. O ser humano e seus saberes tradicionais de uso e manejo da terra desaparecem diante do valor estético, ecológico e biológico do espaço preservado, como já foi mencionado neste capítulo.

É fundamental enfatizar que a transposição do modelo [...] de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. (*Op. Cit.*, p.38)

A comunidade de Noronha não se enquadra no conceito de populações tradicionais<sup>40</sup>, visto que a sociedade que se formou na Ilha é recente e não tem uma ligação ancestral com a terra. A única característica que o Arquipélago possui que se caracteriza como tradicional é a própria forma de organização social, por ser a única comunidade insular oceânica do Brasil. Como vimos no primeiro capítulo, o noronhense costumava ter um comportamento predatório, mas estava mudando com o governo civil e é um erro desprezar os saberes tradicionais dos pescadores e agropecuaristas. Embora não sejam atividades originárias da população insular e sim importadas por ações governamentais ao longo da história, a pesca e agricultura constituem a cultura tradicional noronhense e deveriam ser incentivadas com os recursos advindos da exploração do Parnamar.

A licitação do uso público de visitação do Parnamar está inserida em uma lógica que ainda se espelha nos Estados Unidos, do potencial que a exploração de Parques Nacionais tem de gerar recursos. Segundo matéria do coordenador do Instituto Socioambiental, Márcio Santilli, publicada na folha (05.06.2013), em 2012, o Brasil recebeu 5,3 milhões de visitantes e arrecadou menos de R\$27 milhões com a venda de ingressos. Enquanto isso, sempre nos comparando aos EUA, em 2012, o país norte-americano recebeu 275 milhões de visitas e arrecadou US\$11,5 bilhões

---

40 Segundo o Decreto nº 6040 de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

nas suas áreas de influência. Os 67 Parques Nacionais possuem, juntos, um potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano em visitação se houvesse interesse e investimento.

Segundo o ICMBio, existem hoje no país 310 Unidades de Conservação (UCs) Federais, 503 estaduais, 81 municipais e 973 RPPNs, abrangendo uma área de 1,5 milhões de km<sup>2</sup>, cerca de 16% do território nacional. Desta área, 88,3% são passíveis de utilização econômica em atividades de turismo, produção florestal, extrativismo e outras atividades de baixo impacto ambiental. Dessas UCs, apenas 36 são abertas ao turismo. Como o Meio Ambiente não é prioridade do Governo Federal e muitas UCs não têm recursos para cumprir suas funções, o discurso da privatização ganhou força no ICMBio. Para se conseguir alcançar um nível de turismo equivalente aos norte-americanos, a estratégia atual do governo é privatizar os parques mais importantes, adotando como modelo o Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná. Quem administra o Parnamar é a mesma empresa que ganhou a licitação do Parnamar, a Cataratas do Iguaçu, que mudou de nome na Ilha para Econoronha.

A infraestrutura de primeiro mundo construída para os turistas no Parnamar, seguindo esse modelo, surpreende: trilhas acessíveis, PICs com loja de conveniência com *souvenir*, ar condicionado, chuveiros de água da chuva, banheiros, tudo construído com materiais ecológicos. As lembrancinhas a preços exorbitantes assustam os estudantes: “Quem da Ilha consegue comprar uma camiseta dessa?” questionou um adolescente. O problema, é que ao contrário do que acontece em Iguaçu e em outros parques, que ficam afastados da cidade, em Noronha a estrutura de ponta está dentro do Arquipélago e a modernidade contrasta com o resto da Ilha, onde vivem os moradores: a APA.

A parte destinada à APA continua precária, estradas esburacadas, casas antigas, favelização, trilhas de lama. Em uma Ilha, onde pelo espaço limitado qualquer desigualdade social se torna gritante, a diferença entre Parnamar e APA acentua ainda mais a distância homem x natureza. “As desigualdades acabam por corroer o tecido social e geram relações tensas, agressivas, maiores taxas de criminalidade e piores índices sociais e educacionais” (SETUBAL, 2013, p. A3). Nas entrelinhas, a mensagem é de que a natureza e o turista devem ser privilegiados ante a qualidade de vida do único animal realmente em extinção na Ilha: o nativo.

O turista é contemplado com uma infraestrutura moderna e sustentável, enquanto os ilhéus continuam na batalha diária para levantar uma parede ou trocar um vaso quebrado em suas residências. Como tudo em Noronha pertence à União, as pessoas não são proprietárias de suas casas, vivem em regime de concessão e qualquer intervenção nos lares precisa de autorização prévia da Administração. Com o crescimento populacional (o número de habitantes saltou de 1200 em 1988 para 2.630 em 2010, somado à população flutuante chega a 4.000) a comunidade se encontra espremida na APA e sem ter para onde crescer. Apenas 10% da área da APA é destinada ao espaço urbano, cerca de 5 km<sup>2</sup>.<sup>41</sup> A zona urbana prevista no Plano de Manejo contempla apenas o contorno das áreas antes urbanizadas, não prevendo espaço para o crescimento. Apesar de haver ainda cerca de 55 lotes disponíveis (FALCÃO, 2010), cerca de 300 ilhéus ainda estão na fila por um terreno e já se discute a necessidade de verticalizar as construções da Ilha.

As contradições da Ilha são muitas e, a cada dia, mais perceptíveis, como revela a corajosa reportagem “Noronha às Avestas” (2011), da jornalista Ciara Carvalho. A matéria foi vanguardista na missão de desmitificar o paraíso e ganhou o Prêmio Esso na categoria Regional em 2011:

O paraíso às avessas. Em texturas, retratos e flagrantes que se distanciam dos dias ensolarados, do azul cristalino do oceano, da beleza exuberante de uma Fernando de Noronha que o mundo acostumou-se a enxergar ou a imaginar. Aqui o cartão-postal emoldura uma outra Ilha: a República de Noronha. O turista vai e não vê. Ninguém vê. Ninguém sabe dos meninos de pés de plásticos que desafiam a lama para chegar à escola, num ritual tão humilhante quanto cotidiano. O pacote turístico não prevê visitas ao Carandiru, como é chamado o prédio público ocupado por famílias que vivem espremidas em quatinhos, disputando varal e banheiro coletivos. Tampouco passeia pela favela de iglus, que se esconde no quintal do Projeto Tamar. Este, sim, visitado e festejado. Coisa de Primeiro Mundo. Mas quem se arrisca a olhar por trás das maquetes de tartarugas gigantes que enfeitam o local vai descobrir moradores vivendo em casas de zinco, com ratos, mosquitos e paredes que dão choque quando chove.

É essa a realidade em que vivem os ilhéus, bem distante do que é visto pelo visitantes. A Noronha dos turistas lembra uma cidade cenográfica, uma fachada para camuflar a versão original vivida pelos moradores. A paisagem é vista sob seu aspecto cênico. A Econoronha veio somar em investimentos no Turismo e

---

<sup>41</sup> O Plano de Manejo da APA está sendo revisto. O zoneamento Agroecológico proposto pela população da Ilha em 1988 não foi levado em consideração no Plano no Manejo em vigência. A proposta de zoneamento aceita foi a dos cientistas envolvidos com a ilha que restringiram as construções tanto para residências, quanto para novos empreendimentos.

infraestrutura do Parnamar por isso tem seu mérito, mas quem carece de valorização é o ilhéu. Desde a anexação, a comunidade tem se anulado diante do turista, abdicando de sua qualidade de vida para dar o melhor a ele, responsável pelo seu sustento. Até quando esse modelo de turismo vai persistir em Noronha? Para responder a essa pergunta, é preciso analisar a chegada do Turismo ao Arquipélago e como ele tem se desenvolvido até agora.

#### 4.2. “MINHA CASA VIROU POUSADA”: A ENTRADA AGRESSIVA DO TURISMO

Dona Pituca andava pelas ruas de Fernando de Noronha balançando seu vestido florido e distribuindo sorrisos. Figura emblemática da Ilha, Maria do Carmo Dias Barbosa era uma senhora muito simpática e com seu bom humor conquistou até os militares. Chegou ainda criança em Noronha, cresceu com os prisioneiros e depois conviveu com os militares, viveu os quatro tempos de Noronha (presídio, coronéis, Mesquita e Pernambuco). Morou na Casa Paroquial, ao lado da Igreja dos Remédios até a morte, em 2012, causada por um AVC. Nessa mesma casa, Pituca inaugurou a primeira pousada da Ilha, nos anos 70.

Tudo começou pela boa fama de sua comida. Excelente cozinheira, foi logo requisitada para atender os presos políticos em 1964 e era a responsável pela tradicional peixada da Festa de São Pedro. Os militares, quando recebiam visita na Ilha, pediam para Dona Pituca preparar uma moqueca para eles. Recebia um, dois, de repente, um quartel inteiro estava na sala de sua casa esperando a comida. Foi assim que tudo começou, lembra ela<sup>42</sup>:

No sábado, feriado e dia de domingo chegava o povo na minha casa: “Hoje nós vamos almoçar por aqui.” Eu comecei a fazer almoço, quando vi, minha casa estava cheia. Então disse: “Vixe Maria! O quartel já está aqui é?” Vinham militares, oficiais, tudinho, ficavam por aqui. Eles diziam que já estavam cheios de comer o comê de lá, então, no sábado, domingo e feriado vinham para cá. (MESQUITA, 2012, p.51)

Quando ela percebeu, o restaurante virou pousada e os parentes dos militares já tinham destino certo na Ilha: a casa da hospitaleira Dona Pituca. Nessa época, o turismo era controlado, em 1974, foi lançada a primeira linha regular de vôos, da Transbrasil, com viagens aos sábados e domingo. Mas o Turismo aportou

---

<sup>42</sup> Infelizmente, não tive oportunidade de entrevistar Dona Pituca, a conheci quando fui para a Ilha em fevereiro de 2012, tentei um encontro mas ela já estava muito doente e no mesmo ano, faleceu. Reconstruí a história de Pituca por meio do relato de ilhéus, do relato dela no livro de Mesquita e da historiadora Marieta Borges.

na Ilha muito antes da pousada de Dona Pituca em várias tentativas embrionárias e de sucesso temporário.

A primeira iniciativa para explorar o potencial turístico de FN foi em 1949, quando o deputado Costa Pinto apresentou à Câmara Federal um projeto reconhecendo a capacidade da Ilha de atrair recursos do turismo internacional. Antes, o destino era um território de “segurança nacional” (BORGES, 2010), onde somente parentes e pessoas a trabalho tinham acesso. Em 1952, a instalação improvisada do primeiro hotel na Ilha (Novo Hotel Casa 16) se consolidou como o início do desenvolvimento turístico no Arquipélago, ainda que de forma modesta.

A infraestrutura era precária e não garantia nem aos próprios moradores condições dignas de vida. Impulsionadas pela criação do hotel, algumas casas de moradores serviam como alternativa de hospedagem para os navegantes de outros mares que encontravam em Noronha o esperado descanso após longas e arriscadas viagens. Em 1963, a empresa Luck tentou profissionalizar o Turismo na Ilha trazendo visitantes a bordo de pequenos aviões, na pista de pouso construída pelos americanos em 1942, mas a proposta emperrou na falta de equipamentos da Ilha e na baixa procura de passageiros (BORGES, 2007, p.279). Dois anos depois, foi instalado o primeiro equipamento turístico de grande porte na Ilha: a Pousada Esmeralda, construída na área ocupada antes pelos americanos. Os antigos barracões (chamados de “iglus”) foram transformados em apartamentos destinados à movimentação dos militares e, após a substituição dos barracões por casas de alvenaria, no ano de 1988, visando o melhor conforto dos turistas, o Hotel foi a principal hospedaria da Ilha.

Em 1976, o grupo Meira Lins assumiu o controle de alguns serviços turísticos no Arquipélago, colocando à disposição dos turistas barcos e veículos de passeio. Em 1981, Noronha passou a ser incluída em um roteiro marítimo, com a ida regular do navio de passageiros Navarino. Um ano depois, mais uma tentativa de estabelecer um fluxo regular de turistas, desta vez por vôos saindo de Natal e de São Paulo, com fretamento de aviões da Vasp. Até 1985, a companhia operou um vôo regular aos sábados. No ano seguinte, como adiantei no tópico sobre a criação do Parnamar, “os militares tomaram a iniciativa de convocar órgãos ligados ao Turismo, no plano federal, para avaliarem as condições do Arquipélago e a possibilidade de um incremento no Turismo”, (BORGES, 2007, p. 279).

Durante o Governo Civil, Mesquita passou o controle do Hotel Esmeralda para os ilhéus. A construção tinha capacidade de abrigar 200 turistas, mas 90 leitos estavam ocupados por cientistas e cerca de 300 solicitações de visitantes chegavam todo mês ao gabinete do governador. Em 1988, segundo matéria do Jornal A Tarde, ele trabalhava na proposta de criar mais um hotel na Ilha e incentivava a abertura de pequenas pousadas domiciliares, que até hoje se configuram como a principal opção de hospedagem na Ilha. De repente, com a anexação a Pernambuco o sistema fechado, com um turismo controlado e desenvolvido a passos lentos, viu suas portas abertas não só aos turistas, mas também aos imigrantes. “O resultado disso (anexação) é que um turismo que estava sendo planejado se transformou num turismo sem controle”, Maílde Costa.

O Turismo, concretizando a previsão dos moradores, era a prioridade para Pernambuco. A atividade ganhou o reforço das operadoras de turismo e de investidores de fora, que passaram a comercializar o principal produto turístico da Ilha: a natureza. A atividade atraiu muitos imigrantes em busca de novas oportunidades de negócios em uma época onde não havia controle migratório, pelo contrário, o governo pernambucano incentivava a migração para desenvolver a economia do Arquipélago.

Atualmente, percebe-se a transformação da vida social, marcada pela presença dos haoles. Essa nova estrutura social não se configura como simples oposição ao passado, mas como continuação e reordenação do tecido social da Ilha, (SOUZA, 2007, p.72)

A transformação foi brusca, lembra Veríssimo, “quando Pernambuco chegou, demitiu muitos funcionários da Administração, o Parque proibiu a pesca em vários lugares da Ilha, o turismo surgiu como a única alternativa econômica para os ilhéus.” Muitos dos que lutaram contra Pernambuco e sua intenção de transformar a Ilha em um grande pólo turístico sucumbiram rapidamente ao sistema. Morena conta que, no começo, os ilhéus que alugavam quartos para os turistas sofriam preconceito e eram criticados pelos mais radicais da comunidade, mas, pouco a pouco, todos acabaram cedendo:

Com Pernambuco, o turismo acelerou. O que íamos fazer? Trabalho de formiguinha, todo mundo foi abrindo pousada, um quarto, dois quartos. Alguns ilhéus viam a gente como se estivéssemos cometendo um crime. Mas depois essas mesmas pessoas também abriram pousada, viram que o sistema estava empurrando para isso. Você tinha que se salvar, porque você não sabia o que vinha, então como é que a gente ia sobreviver?

O IBDF apoiou o turismo, mesmo que sem planejamento. A emergente atividade econômica absorvia a mão de obra que antes se dedicava às práticas agora subversivas e acelerava a aceitação da proposta do Parnamar, como explica Maguinho:

Felizmente, após alguns meses de criação da UC, tivemos uma percepção de que uma nova atividade de subsistência estava aparecendo, que era o turismo. [...] Aos poucos, foram deixando de lado aquilo que estava proibido e encontrando um outro caminho. Quem tinha um barco de pesca transformou-o em barco de passeio, carro de passeio virou carro de aluguel, uma casa com quartos disponíveis foi transformada em pousada [...]. Isto foi fazendo com que a comunidade aderisse à proposta de UC, aceitando esta filosofia, outras alternativas de subsistência e a unidade foi atingindo os objetivos desejáveis. (MESQUITA, 2012, p. 135)

O turismo entrou com força total na Ilha impactando os valores culturais da comunidade. A atividade chegou como a única oportunidade de emprego, por isso os ilhéus abandonaram suas práticas tradicionais e investiram tudo, até suas próprias moradias nesta nova atividade. Os poucos valores ligados à terra foram substituídos pela lógica mercantil do trabalho fácil e lucro rápido. Para que plantar, se com o dinheiro do turismo a comunidade pode comprar tudo pronto? Para que pescar, se é possível ganhar muito mais carregando turistas no barco?

“Há de se considerar que o nativo noronhense estava muito mais próximo de um lugar de guardião (da natureza) naquele momento (1988) do que mais tarde, quando foi seduzido pela possibilidade de enriquecimento rápido a partir do tesouro que a aquela esmeralda bruta representava. Este olhar predador foi levado para lá na bagagem dos que ali entraram com esta mesma intenção: rifar o paraíso”, lamenta Cláudia Bandeira (MESQUITA, 2012, p.344).

A lógica do sistema era (e ainda é) sustentada pelo lema: o melhor para os turistas e o que sobrar para a comunidade. Os turistas têm água, os melhores quartos dentro das casas e as frutas mais bonitas do mercado em seu café da manhã. O metabolismo econômico gira em torno da atividade e a população, com seu histórico de subserviência, subordinou-se ao Turismo: a nova prisão de Noronha.

A retórica é orientada pela visão do Arquipélago como lugar de consumo – de atividade comercial, de lazer, de turismo –, atendendo aos requisitos do mercado, tentando preservar, sobretudo, a imagem cênica do Arquipélago, pensada como pólo de investimentos empresariais. (LIMA, 2000, p.122)

Se as relações ficaram estremecidas com a criação do Parque, o advento do turismo as fragilizou ainda mais. Os noronhenses não estavam preparados para lidar

com essa abertura repentina. “A dependência do Turismo e o abandono das práticas de subsistência enfraqueceram os laços sociais comunitários”, ressalta Marieta Borges. Não só o sentido de comunidade mudou, mas também a relação de pertencimento ao território. Antes de ser uma atividade, um fenômeno, uma indústria ou uma prática, o turismo é um uso do território (STEINBERGER, 2009), considerando que “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004, p.79).

A matéria-prima do turismo é o espaço, numa concepção baseada na teoria espacial do Geógrafo Milton Santos (1994), o espaço não existe sem o território, e é sinônimo de natureza e território usado. Numa visão mais holística, fundamentada na experiência, Yi-Fu Tuan (1983) agrega que o lugar é a segurança e o espaço é a liberdade, onde o lugar se caracteriza como o espaço ao qual atribuímos valor e o espaço é demarcado e defendido contra invasores. A atividade turística em Noronha foi responsável por redefinir o lugar, provocando um processo de desterritorialização, onde o lugar de memória é melhor do que o lugar recomposto.

Se a reconfiguração espacial provoca a não identificação com o lugar causada pela quebra das relações anteriores estabelecidas com o espaço, que destrói o que existe provocando o sentimento de estranhamento do ilhéu, a memória é então a possibilidade de resgate do lugar, revelando-o e dando uma outra dimensão para o tempo vivido no Arquipélago. (ECS, 2009, p.178)

A Ilha passou a ser do turista, é ele quem tem condições financeiras de usufruir o melhor do Arquipélago. E com a chegada do Turista, veio também o dinheiro, substituindo as práticas de troca que estavam vigentes no mercado subsidiado pelo Governo da época. Os preços aumentaram impulsionados pelo Turismo, o custo de vida é tão alto para os ilhéus quanto para os visitantes, pois todos dependem do abastecimento vindo do continente. Mas apesar das dificuldades de abastecimento, o que eleva os valores dos produtos em Noronha é a banalização dos preços, como atesta o ECS:

Esses preços altíssimos em parte expressam custos efetivamente elevados decorrentes da dependência externa e das necessidades e perdas com o transporte. Mas também resultam de abusos, tanto das forças capitalistas externas à Ilha, como da exagerada exploração pelos empresários locais, num ambiente de verticalização e de completa cartelização. (*Op.Cit.*, p.190).

O nativo precisou tornar o território atrativo para o capital privado criando novos espaços, afinal viver é criar espaço (SANTOS, 1994). As casas típicas noronhenses, tiveram que sofrer adaptações às pressas para agradar o visitante: ganharam quartos com banheiro, ar condicionado e frigobar. Como ressalta Coriolano, as alterações no espaço para produzir as hospedagens são as mais impactantes da atividade turística. Em Noronha, sobretudo, essa interferência foi ainda maior, uma vez que as próprias moradias serviram de espaço para a criação de pousadas.

De todas as atividades do turismo, a hospedagem é a mais impactante por exigir apropriação de espaços, ou seja, produzir territórios, e por ser em torno dela que gravitam os demais serviços. A oferta de hospedagem não significa apenas dispor de espaços para dormir, mas, para brincar e consumir uma infinidade de bens e serviços de que o turista necessita ao sair de casa, mas, sobretudo objetos induzidos pelo mercado [...]. O poder simbólico do turismo, segundo Bourdieu (2000), ajuda a construir os sonhos dos turistas, pois funciona sorrateiramente tornando cúmplices aqueles que a ele se submetem. (CORIOLANO in BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 280).

E o gasto excessivo de energia e água, será que a Ilha seria capaz de suportar essa demanda? Não importava, quartos mais equipados eram os mais procurados pelos turistas, além de serem mais caros. Enquanto isso, a família que antes ocupava a casa, se amontoava em um dos cômodos para ceder um espaço maior ao turista. “Teve família que colocou os filhos para dormir no galinheiro, fez um puxadinho e pronto, dormiam lá”, lembra Maílde. Tudo sem planejamento, “a impressão que dá é que Noronha está sempre correndo atrás do prejuízo, espera aparecer o problema para resolver, não há planejamento”, observa Veríssimo.

Nesse sentido, o poder e influência da ADEFN aumentaram na Ilha. Segundo o geógrafo Raffestin (1993), que estuda o território, o poder é energia somada à informação e se manifesta no espaço, o que dá origem ao território. Esse conceito de território, se aplica ao ambiente insular noronhense, uma vez que a passou a depender cada vez mais da ADEFN (detentora do poder) para obter as autorizações necessárias para transformar as residências (o espaço) em pousadas. Esse poder de barganha alterou a dinâmica da mobilização e a autonomia do ilhéu. Quem se queixava do governo não tinha a construção de seu banheiro autorizada, e, assim, sob essa ameaça velada, dia a dia a administração foi calando a população.

“Um administrador tem muito mais poder que qualquer prefeito, tem um controle muito maior da população. [...] O turismo influenciou na mobilização dessa forma: a partir do momento que a pessoa tem um estabelecimento turístico, depende ainda mais da administração”, acrescenta Pedro Ivo.

A transformação nos lares e a dinâmica dos profissionais que trabalham em turismo (sem fim de semana e horário fixo) provocaram vários problemas sociais na Ilha. A desestruturação familiar foi o pior deles. As crianças perderam seu lugar dentro de casa e passaram a encontrar esse espaço perdido na rua. Resultado: a Ilha ficou vulnerável à entrada de drogas trazidas pelos turistas e *haoles* e ao alcoolismo, problema histórico em Noronha (ECS, 2009).

A mercantilização do espaço insular alterou não somente o espaço físico, com novas construções e equipamentos, como as relações sociais entre a comunidade que passou a viver em torno do turismo. Mesmo que a urbanização tenha sido controlada, houve uma transformação do espaço físico e principalmente do espaço social. (SOUZA, 2007, p. 88)

A questão da falta de moradia, anterior à chegada do Turismo, se tornou um dos principais fatores de desagregação do tecido social fernandino. Todo noronhense, nascido na Ilha ou filho de ilhéu, tem direito a um terreno. Um direito legítimo que, com o Turismo e a vinda de pessoas de fora acabou se tornando um negócio. Imigrantes passaram a dar o “golpe da barriga” em ilhéus para conseguir o “*green card*” noronhense e assim, faturar um terreno e abrir um negócio. Enquanto “os filhos da Ilha” passavam anos para conseguir uma terra, esta passou a ser concedida pela administração para os imigrantes sem critérios claros, e era comumente usada para satisfazer alianças políticas.

Os *haoles* eram melhor capacitados a trabalhar com o Turismo e chegaram na Ilha com capital financeiro e ideias para novos investimentos. Como o perfil empreendedor não fazia parte da cultura ilhoa, o “de fora” foi assumindo a frente na cadeia turística local. Para piorar a situação, em 1998, por meio de uma ação normativa da administração, a economia local foi aberta para investimentos de empresários do continente. Isso representou a cartada final para a conquista do espaço que dá identidade ao lugar pelos imigrantes. Essa resolução possibilitou a temida especulação imobiliária no território noronhense, como enfatiza Wilson Teixeira, “a especulação entrou forte na Ilha.” O nativo passou a se associar a um investidor ou empresário de fora e assim, reformar sua casa e transformá-la em uma construção de luxo. Poucos resistem à atrativa proposta de arrendar a moradia e viver de renda no continente.

O capitalismo consegue se reinventar para penetrar nos locais “protegidos” (GAMA, 2005) e em Noronha não seria diferente. A ação normativa proporcionou ao noronhense a oportunidade de “vender” seu terreno, ainda que não oficialmente, já que lhe é permitido apenas “arrendar”, mesmo que por 30 anos. “O grande sonho do noronhense hoje é viver de renda”, lamenta Domicio. Essa nova lógica de expropriação atraiu muitos nativos seduzidos pelo dinheiro fácil: ir morar no continente e ganhar cerca de R\$5 mil por mês sem precisar trabalhar. A procura por terreno aumentou só que o interesse agora não era mais garantir a habitação e sim arrendar para algum empresário e ganhar a vida. Nessa última estada na Ilha, em abril de 2013, ouvi o diálogo de dois senhores sobre essa prática e um deles expressou o que essa prática representou para os ilhéus: “Tô doido para arrendar logo minha casinha e garantir minha aposentadoria em Natal”. Arrendar a casa virou um plano de carreira, acima da ligação com a terra e a identidade noronhense.

Ainda que uma racionalidade econômica capitalista perpassasse e tenha viabilizado historicamente o turismo enquanto fenômeno social, o que se vende – e com o que se lucra – não é conteúdo material, mas simbólico, sensitivo, emocional, existencial. (GAMA, 2005, p.252)

O dinheiro transformou Noronha ou, como afirma Tinho, Conselheiro Distrital e dono do Restaurante Palhoça da Colina, “revelou o caráter das pessoas na Ilha”. Foram erguidas construções de luxo visando dar conforto ao turista e, durante o governo de Sérgio Salles (1999-2003), a abertura da Ilha para as Pousadas de Charme provocou a ira da população. Salles concedeu um terreno do Parnamar para a construção da Pousada Maravilha e os ilhéus mobilizaram-se por meio de ação civil pública e o denunciaram ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A obra foi embargada duas vezes, mas a justiça liberou a construção, enfraquecendo a liderança da Associação Popular Noronhense (APN). Nessa época, foram erguidas outras pousadas de luxo, como a do Zé Maria. Embora alguns acreditem que a chegada deste tipo de hospedagem na Ilha foi favorável porque incentivou as pousadas domiciliares a aprimorar os serviços ofertados, outros se revoltam com a concorrência desleal desse tipo de estabelecimento. Além das pousadas, nesta época surgiram vários restaurantes requintados para atender a demanda deste turista mais exigente, tudo sem planejamento. Até hoje, faltam diretrizes claras para a instalação de estabelecimentos turísticos na Ilha.

Em 10 anos, de 1997 a 2007, a entrada de turistas na Ilha ampliou 500%, passando de 24.739 visitantes para 65.107, segundo o ECS. O crescimento da população e do número de turistas agravou a falta de abastecimento de água e energia, além de aumentar a produção de resíduos sólidos e esgoto. Segundo a ADEFN, são produzidos diariamente cerca de oito toneladas de lixo, separados em uma usina de compostagem, uma vez que não há coleta seletiva na Ilha e enviados de volta ao continente. Na alta temporada (julho a março), é comum faltar água, especialmente em épocas de pico como o *réveillon* e o carnaval.

Em 1989, levando em consideração critérios da Organização Mundial do Turismo e a disponibilidade de água na Ilha, foi determinado um limite de 200 turistas/dias em FN. Seis anos depois, passou para 420 turistas/dia e, em 1999, ampliou-se para uma média de 450 turistas/dia (ECS, 2009). Atualmente, segundo o diretor do Parnamar, Ricardo Araújo, não existe um limite de visitantes para entrar na Ilha, mas na revisão do Plano de Manejo, pretende-se criar um número. A entrada de turistas é controlada pelo número de vôos e pousadas, além da TPA.

O Turismo de Noronha se desenvolve em um eterno paradoxo representado por duas visões: por um lado, é o vetor econômico da Ilha e responsável por melhorar as condições de vida do ilhéu; por outro lado, é o fenômeno responsável por dilacerar os laços sociais, trazendo a violência, desigualdade, drogas, ameaça ao estilo de vida tradicional e excluindo o ilhéu de um espaço que antes era dele. Como resume o ECS:

Se para alguns atores que se territorializam nesse espaço [...], a chegada do “progresso”, da “modernização” é bem vinda, representando a conquista antrópica sobre a natureza, isto é, a mercantilização da paisagem cênica de Noronha para dela subtrair divisas [...] para outros, no entanto, o “progresso” e a “modernização” representam “a presença da violência, da droga, da gravidez precoce, do alcoolismo dos jovens, da prostituição juvenil feminina e/ou masculina, da degradação dos costumes”, [...], e mais, como a “exclusão de um lugar que antes lhes pertencia”, a quebra de uma relação identitária e o desequilíbrio ambiental, os benefícios desigualmente distribuídos. (2009, p.175)

#### 4.2.1. Noronha: o paraíso perdido?

“Hoje nós somos o que no Brasil? Um ponto de terra, que fica lá bem exclusiva, todo mundo olha admirado para cá, mas pela grandeza e pela boniteza,

pelo social zero”, resume Orlando Souza. É exatamente assim que a maioria dos turistas enxerga Noronha: um paraíso terrestre. Um lugar onde “a mente humana pode proteger-se da devastação da sociedade urbano-industrial” (DIEGUES, 2002, p.61). Sob este viés Noronha foi apresentada aos turistas. Quando o Globo Repórter de 1985, apresentado pelo influente jornalista Francisco José, mostrou as belezas submarinas do Arquipélago de Fernando de Noronha, despertou o interesse dos turistas contemporâneos, ávidos por lugares de natureza selvagem.

Estes turistas, característicos da “sociedade industrial”, segundo Krippendorf (2001), encontram nestes destinos de férias o anticotidiano, movidos por uma “necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-lo ao regressarem” (*Op. Cit.*, p.15). A comunidade nunca precisou se esforçar para atrair turistas, apesar da simplicidade da hospedagem domiciliar, dos preços exorbitantes e da precária infraestrutura turística na Ilha, o fluxo de turistas sempre foi contínuo, cerca de 60 mil pessoas por ano, segundo a Administração de Fernando de Noronha (ADEFN). O Turismo aportou em Noronha como uma indústria, a dimensão econômica foi percebida pela comunidade como o todo. Afinal, os turistas chegavam sem nenhuma propaganda ou investimento em melhorias de infraestrutura e davam lucros muito maiores do que uma pescaria. “O advento do turismo transformou a bela virtude humana da hospitalidade espontânea e gratuita num ganha-pão e numa profissão.”, lembra Krippendorf (2001, p.68)

A dependência do turismo é hoje um dos principais entraves à sustentabilidade do espaço insular. A atividade transformou-se na base da economia insular fazendo a população abandonar suas formas tradicionais de subsistência como a pesca e a agropecuária, além de comprometer sua qualidade de vida. “O ilhéu tinha que lutar, ter a independência econômica. Nós estamos vivendo outra estação, era como se a gente tivesse em outro lugar, completamente diferente. Antes a gente tinha liberdade com a natureza, de falar.”, lastima Morena.

Uma “recessão turística”, segundo o ECS, seria capaz de gerar um colapso social na comunidade ilhéu. Luciana Carvalho, coordenadora de Ecoturismo da ADEFN reconhece que a dependência econômica não é saudável para o turismo na Ilha, “o ideal é que ele seja uma atividade complementar, mas em Noronha é muito difícil, a pesca é restrita e falta espaço para plantar”. Em entrevista realizada durante a incursão exploratória no Arquipélago em fevereiro de 2012, Carvalho afirmou que

a administração estava realizando um planejamento estratégico do turismo. “O objetivo é fazer um plano participativo, pensar em metas, detalhar projetos e ações e perguntar a vários segmentos qual o Turismo que eles querem para Noronha”, explica Carvalho. Segundo a coordenadora, o *Noronha +20* foi considerado na construção do planejamento.

O ECS (2009) revela que, apesar de 80% dos turistas saírem de Noronha satisfeitos, é crescente o número de reclamações, principalmente em relação aos preços exorbitantes e à escassez de água na Ilha. Permanecer no destino custa aos visitantes R\$45,60 de TPA por dia, até o décimo dia, depois o valor aumenta exponencialmente, e um mês chega a R\$3.762. Instituída pela lei 10.403 de 1989, a TPA é destinada a “assegurar as condições ambientais e ecológicas” do Arquipélago e a receita deve ser aplicada nas despesas da Administração Geral para a “manutenção das condições gerais de acesso e preservação dos locais turísticos.” Foi a solução encontrada por Pernambuco para suprir a falta de recursos com a saída do Fundo de Participação dos Estados ao transformar o Arquipélago em Distrito Estadual.

Contudo, os turistas que visitam a Ilha não encontram os resultados deste “investimento”; pelo contrário, se deparam com o descaso da Administração representado em estradas de terra esburacadas (apesar do anúncio de uma licitação para pavimentar as “ruas de lama” em novembro de 2012 no valor de R\$10 milhões, tudo continuava igual em abril deste ano), esgoto a céu aberto, entre outros. O Perfil do Visitante de 2011 revela que as queixas dos turistas continuam as mesmas de 2008, quando a opinião dos visitantes foi considerada no ECS. A infraestrutura, a banalização dos preços, a falta de esclarecimento sobre a TPA, a falta de coleta seletiva, o excesso de carros entre outros fazem com que os turistas se questionem sobre a sustentabilidade do lugar e com que 72% deles não pretendam mais voltar ao Arquipélago. Este dado, divulgado no começo de 2012, provocou uma insegurança nos ilhéus que começaram a refletir sobre os motivos dos turistas não quererem regressar à Noronha. “A comunidade só muda quando dói no bolso, o que move o pensamento é o mercado”, atestou Carvalho.

Vários encontros foram realizados pelo Conselho de Turismo (Contur) e, com o apoio de Luciana Carvalho, representando a ADEFN, os empresários da Ilha se mobilizaram para criar o programa “Mais Noronha”, que incentiva os turistas a visitarem o destino na baixa temporada, de abril a junho. Quando estive em Noronha

ano passado, participei de algumas destas reuniões e percebi que, embora a motivação inicial das discussões fosse a alta dos preços que acarreta na fama de Noronha como um destino caro e inacessível, outros temas mais complexos foram tratados nos encontros.

Alguns representantes da comunidade começaram a questionar a qualidade dos serviços, a infraestrutura, a falta de capacitação da mão-de-obra turística e, principalmente, qual é o Turismo que se quer para Noronha. Um dono de pousada chegou a levantar: “O turista que vem aqui tem dinheiro, não se importa de pagar caro, desde que tenha serviços de qualidade e não é isso que encontra. Ele pode ir para o Caribe pagando menos, ficando na beira da praia e num resort *all inclusive*<sup>43</sup>.” Esta reflexão fez com que os mais de 20 participantes da reunião, no dia 28 de fevereiro de 2012, discutissem se o mesmo modelo de turismo que é praticado no Caribe é o que se quer para Noronha. Chegaram à conclusão de que não, na única Ilha oceânica do Brasil aberta ao Turismo, a prioridade é preservar o meio ambiente e a qualidade de vida da comunidade e não investir no perfil de turista que viaja para o Caribe.

Esta questão fez com que o tema “sustentabilidade” e a necessidade de reverter o dilaceramento socioambiental vivido na Ilha para atender as demandas da comunidade local, de turistas conscientes e das futuras gerações, viesse à tona. Após dois anos de discussões provocadas pela divulgação do ECS, em 2010, o assunto era retomado, embora, inicialmente, por uma motivação econômica. A reflexão não teve resultados práticos além da formalização e do sucesso do programa Mais Noronha, que conseguiu aumentar em 31% o fluxo de turistas na ilha em 2012. O ano fechou com o melhor resultado de número de visitantes dos últimos 11 anos, 67.737 turistas passaram pela Ilha em 2012, número 18% maior que em 2011.

De acordo com Fuster (1974, apud MOESCH, 2004, p.114.), o Turismo só possui hoje a relevância que tem porque “tem se revelado como potente força econômica, jogando entre a demanda e a oferta turística, rendendo-se ao domínio da Economia”. Em Noronha, a oferta baseada principalmente da natureza gerou uma demanda, considerada por Beni (1998 p. 237,) como a “compósita de bens e serviços (...) que se complementam entre si”. A demanda depende da satisfação que

---

<sup>43</sup> O *all inclusive* é uma modalidade de diária de resorts e hotéis em que todas as refeições e bebidas estão inclusas.

o turista tem por meio do consumo de bens e serviços turísticos e das experiências que adquire em uma viagem.

Para Maurice Renoux (*apud* BENI, p. 179, 1998), a “oferta constitui um fator determinante da demanda turística”. Como Beni ressalta, a oferta no turismo “pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que (...) provocam a afluência de turistas” (2008, p.177). O Diagnóstico da Oferta Turística do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e Entorno (2011, p.21), revela que o destino possui oferta turística predominantemente associada à Natureza e às vivências a ela relacionadas. O levantamento aponta que 77,5% dos produtos oferecidos são da categoria “Naturais”, enquanto 20,2% são “Culturais” e 2,3% associados às atrações técnicas, científicas e artísticas.

Noronha vive agora uma crise neste sistema oferta - demanda. Os turistas estão cada vez mais exigentes. Esse comportamento se reflete na insatisfação com a oferta turística do lugar e, conseqüentemente, a procura por novos destinos com atrativos naturais similares, a preços inferiores e qualidade superior. O luxo do destino FN é a natureza, os turistas pagam caro para desfrutar dos recursos naturais bem preservados e não pela qualidade dos serviços oferecidos. Entretanto, esta conta já não está valendo à pena, os visitantes começaram a questionar a sustentabilidade da Ilha. As sugestões e críticas dos turistas se enquadram perfeitamente nas recomendações propostas no *Noronha +20*, que coloca em cheque a questão da “sustentabilidade” de FN.

É um pressuposto pensar na sustentabilidade de Noronha para se poder pensar nos rumos do Turismo na Ilha. Cidade boa para o Turista é aquela boa para seus cidadãos (MOESCH, GASTAL, 2007). O mesmo fenômeno que provocou um aumento do dilaceramento social na Ilha pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social da comunidade porque, se transcender seu viés econômico, agrega um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração social.

#### 4.2.2 Novos rumos para o Turismo de Fernando de Noronha

Qual o Turismo que queremos<sup>44</sup> para o Arquipélago? Norteada por essa questão, busco aqui contribuir para a construção de um novo conceito de Turismo para Noronha baseado em dois princípios: o da sustentabilidade e o do fenômeno humano. O conceito que mais se aproxima da concepção que pretendo agregar à discussão sobre o Turismo em Noronha é o de Gama (2005), para quem o turismo, além de uma atividade econômica é o “exercício da intersubjetividade humana, ao nível social, emocional, cognitivo e sensitivo. O que se compra não é de ordem material, física, mas existencial, uma experiência única ao nível subjetivo, pessoal.” (GAMA, 2005, p.71)

Corroborando com esta corrente humanista do turismo, Haulot (1991) traduz a visão romântica do fenômeno como encontro, experiência única e enriquecedora, capaz de proporcionar um aprendizado para a vida toda.

Do homem, a quem o Turismo aporta, mais que nenhum outro meio de informação, a possibilidade de tomar consciência do mundo que o rodeia. Nesta tomada de consciência mais justa e mais clara de diversidade deslumbradora de seu meio de vida onde o homem poderia encontrar as bases mesmas do equilíbrio fundamental indispensável para a sua espécie. (HAULOT, 1991 apud MOESCH, 2004, P.127)

Embora tenha consciência de que grande parte dos turistas não viaja em busca desta experiência e sim por um mecanismo de escape da rotina cada dia mais estressante do mundo pós-moderno, acredito que esta visão humanista oferece um bom contraponto ao Turismo praticado em Noronha. Coriolano contribui com esse conceito, considerando que:

O turismo é uma atividade essencialmente humana, e se os preparativos envolvem o sistema psicológico, o imaginário, a viagem em si cria relações e fenômenos ligados à estada das pessoas nos lugares, relações resultantes do encontro entre visitantes e visitados ou turistas e residentes (CORIOLANO, 1998, p. 30).

A maioria dos turistas que visitam Noronha são os “homens férias”, que, “têm necessidade das férias e da evasão do dia-a-dia para, depois, adaptar-se melhor ao cabresto” (KRIPPENDORF, 2001,p.93). Segundo o autor, é provável que, para esse turista, o que foi aprendido durante uma viagem se anule rapidamente na correria cotidiana, onde não há mais tempo para “assimilar nossas impressões” (*Op. Cit.*, p.93). É preciso acabar com esta visão reducionista do turismo que transforma

---

<sup>44</sup> O questionamento está no plural porque considero que todos nós que tomamos consciência do que se vive na Ilha somos responsáveis, de alguma forma, pelo futuro deste patrimônio ambiental.

o tempo livre em produto de uma sociedade de consumo e que não pensa nas comunidades receptoras (SAMPAIO, SOUZA, 2006).

Nesse sentido, o comportamento de alguns turistas que contribuíram por meio de sugestões e críticas para a construção de um novo Turismo em FN demonstra um perfil mais responsável do visitante. Dos cerca de 60 mil turistas anuais que visitam o Arquipélago, somente 2771 preencheram o formulário de avaliação de destino em 2011, porém, os poucos que responderam foram capazes de fazer a comunidade refletir sobre o momento de crise turística iminente na Ilha. Se houvesse uma mobilização para aumentar o número de turistas que emitem suas opiniões sobre a experiência na Ilha, talvez a pressão em cima dos governantes para mudar a realidade do espaço insular fosse maior. Formas criativas e menos burocráticas<sup>45</sup> de expressar a opinião incentivariam essa conduta mais participativa dos turistas.

Como o Turismo é um dos únicos elementos capazes de mobilizar os adultos ilhéus, ampliar e repercutir o diálogo com os turistas é uma boa estratégia de comunicação rumo ao novo modelo turístico aqui pretendido. O turista responsável é aquele que se responsabiliza por suas ações e por seus impactos, não espera que a sustentabilidade venha dos outros. Turistas conscientes é o que os gestores de Noronha precisam atrair para a Ilha.

Acredito que o turismo é o encontro de pessoas. No campo subjetivo a experiência que fica é a da relação com quem se conheceu no caminho, da sua companhia de viagem ou até mesmo a ausência dela, de como você foi tratado em determinado lugar, se as pessoas no caminho eram simpáticas ou hostis. Creio que as pessoas influenciam muito mais sua avaliação da experiência turística do que simplesmente um lugar, um hotel, um atrativo. Algumas iniciativas de sucesso em Noronha estão buscando superar esta dicotomia produtor/consumidor para promover espaços de convivência saudável de intercâmbio cultural entre moradores e turistas. As aulas de Maracatu, as Tartarugadas<sup>46</sup> do Projeto Tamar e as aulas de

---

<sup>45</sup> Atualmente, os turistas preenchem um formulário da ADEFN, o "Avaliação do Destino" e devem entregá-lo no Aeroporto. O documento é composto de 26 perguntas, sendo 22 objetivas e as demais, abertas. Uma alternativa para aumentar a participação seria disponibilizar postos de coleta nas pousadas, quando o turista tem mais tempo e calma para responder. A ADEFN sorteia uma viagem ao Arquipélago como incentivo para o turista que preencher o formulário.

<sup>46</sup> A tartarugada é uma atividade oferecida pelo Projeto Tamar, voltado para a preservação das tartarugas marinhas, que consiste em levar o turista para acompanhar os profissionais do projeto em um monitoramento de praia. O visitante passa uma noite na Praia do Leão e, com sorte consegue presenciar a desova de uma tartaruga marinha.

capoeira no ICMBio, têm se consolidado como alguns exemplos dessas experiências de encontro entre ilhéus e turistas.

Ouvi relato de alguns noronhenses que, apesar de viverem em uma ilha, nunca foram à praia. Esta falta de noção de seu espaço e até de outros destinos, esta falta de experiência em viajar, faz com que o ilhéu não compreenda o turismo como uma atividade que contribui para a formação de um cidadão. Quanto maior o sentimento de pertencimento e conhecimento das comunidades, maior o grau de cidadania, como reforça Amyr Klink:

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser (...) é preciso questionar o que se aprendeu. É preciso ir tocá-lo.(KLINK, 2000)

#### *4.2.3 O turismo sob a égide da sustentabilidade*

Da mesma forma que as empresas e governos, o Turismo também se apropriou do discurso da sustentabilidade. Inspirados pelo relatório de Brundtland e receosos dos impactos ambientais e culturais nas comunidades receptoras provocados pela explosão do turismo de massa, estudantes e profissionais do turismo começaram a usar a expressão “turismo sustentável” no final da década de 1980 (GAMA, 2005). Sem utilizar o termo sustentabilidade, Krippendorf foi um precursor do turismo sustentável ao criticar o modelo capitalista reproduzido pelo turismo e acreditar em um turismo menos impactante e mais humano (MOESCH, 2004, p.144). “Tratamos o ambiente como se os recursos fossem inesgotáveis”. (KRIPPENDORF, 1987, apud MOESCH, 2004, p.144)

Segundo Ruschmann (2002), esta nova abordagem do turismo consegue harmonizar e equilibrar os interesses econômicos inerentes ao turismo com os recursos sociais, culturais e físicos das regiões receptoras. Porém, assim como o desenvolvimento sustentável, o turismo que se propõe sustentável também é usado para mascarar modelos falidos que seguem a lógica de privatizar os lucros a curto prazo e socializar os impactos a longo prazo, como acontece em FN.

A visão economicista do turismo como indústria e não como um fenômeno predomina em Noronha. Os números que apontam um crescimento mundial do setor

são usados pelos governos para legitimar o pensamento positivista de que o turismo é capaz por si só de levar o desenvolvimento às comunidades hospedeiras. Para Molina (2000), que defende um modelo fenomenológico para o Turismo centrado no ócio – síntese de auto-realização do homem - “a nobreza do turismo não está na sua capacidade de captar divisas ou gerar empregos, e sim fundamentalmente na opção que se converta em um caminho autêntico para o desenvolvimento humano.”<sup>47</sup> (MOLINA, 2000, p.106). Fernando de Noronha deve investir em um novo paradigma para o fenômeno que fuja do padrão “indústria turística” e do pensamento positivista de que o turismo é a solução de todos os males.

O turismo em si não traz desenvolvimento nem sustentabilidade; pode proporcionar a participação da comunidade no processo e, assim, ter uma característica sustentável. Incluir a comunidade na tomada de decisões é a base para o sucesso das sociedades sustentáveis que construirão o turismo sustentável. Segundo Swarbrooke (2000, p. 13), turismo sustentável é “uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e os desejos de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade”.

Há 25 anos, quando Pernambuco entrou na Ilha para desenvolver o turismo, contava com um capital social de valor inestimável e nunca mais formado em Noronha para planejar um Turismo de Base Comunitária. Este novo modelo de turismo se contrapõe ao economicista em fase de consolidação em Noronha (FALCÃO, 2010), deixando a gestão e o planejamento da atividade nas mãos da comunidade. Segundo Coriolano, turismo comunitário é “aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (CORIOLANO in BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p.282).

Os rumos do Turismo em Noronha se norteados por esse modelo, onde a comunidade descobre seu valor e desenvolve uma atividade reforçando sua identidade com o território, podem trazer um real desenvolvimento para as a comunidade e o Arquipélago. Na conjuntura atual, como a atividade na Ilha é baseada na valorização do capital e o ilhéu tem perdido sua relação de pertencimento com o território, acredito que seja inviável adotar essa nova proposta

---

<sup>47</sup> Tradução minha

de Turismo. É condição *sine qua non* do Turismo de Base Comunitária que haja um pacto interno para que os residentes defendam suas propriedades, qualquer venda seria apreciada pela comunidade. Em Noronha, esse pressuposto se distancia da realidade na medida em que a venda do espaço é uma prática banalizada no território insular. Quando o morador não arrenda sua pousada para um empresário forasteiro para viver no continente, aluga para grandes empresas a utilizarem como alojamento. Como a moradia é escassa na Ilha, as próprias empresas responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da Ilha compactuam com esse modelo de desalojar nativos para alojar trabalhadores de fora.

A organização comunitária do Turismo poderia emergir como uma atividade de defesa e de reação frente à crescente exploração turística sem protagonismo da população local e à especulação imobiliária que desterritorializa os noronhenses. Esse eixo de turismo proporcionaria uma interação muito maior do turista com o lugar e comunidades receptoras (SAMPAIO, 2005; in BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009). Exemplos de Turismo de base comunitária como o da Prainha do Canto Verde (MENDONÇA in *Op. Cit.*, 2009) demonstram que o conhecimento tradicional das comunidades e uma forte ligação com a terra são condições para o sucesso deste novo paradigma.

Em Noronha, distrito que dispõe de 19 associações corporativas, “proporcionalmente mais do que qualquer município do território nacional”, supõe Pedro Ivo, uma destas entidades políticas, como a APN, poderia ser responsável por gerir os recursos advindos do Turismo. Com o desgaste das relações de confiança, porém, é difícil acreditar que os recursos seriam distribuídos igualmente entre os envolvidos na cadeia turística, como é feito em destinos de turismo comunitário. Essa falta de confiança generalizada é o que nos impede de pensar nesse modelo de turismo para o Arquipélago.

A comunidade está sujeita a fissuras quando há um posicionamento desigual de seus membros em relação ao meio social. A busca pelos vínculos fundados na confiança pode proteger o grupo destes riscos ao promover um sentido de segurança baseado no pertencimento (HENRÍQUEZ, VERA, SKEWES, 2011). O turismo comunitário promove este tipo de relação, enquanto o turismo convencional aprofunda as brechas entre os atores locais. As relações de confiança entre os atores de uma comunidade e gestores pode ser então, a chave do sucesso na

implementação de um turismo de base comunitária. A mobilização da comunidade nesse sentido será tratada no próximo capítulo.

## 5 A MOBILIZAÇÃO EM FERNANDO DE NORONHA

*"Força da Paz  
Cresça sempre, sempre mais.  
Que reine a Paz  
E acabem-se as fronteiras.  
Nós Somos Um"*

(Mantra entoado pelas crianças em apresentação do Circo Caracas junto com seus participantes)

Depois da incursão exploratória, em fevereiro de 2012, tinha motivos de sobra para não acreditar que a comunidade fernandina ainda fosse capaz de se mobilizar. O cenário era pessimista: o *Noronha +20* dava os últimos suspiros a caminho do predestinado “cemitério de ideias”, e os profissionais da cadeia produtiva turística estavam mobilizados com a preocupação de não falir na baixa temporada. Como atrair mais turistas era a causa comum da campanha, que não chegou ao nível de uma mobilização. Saí de lá desanimada, com um só pensamento: será que o único elemento capaz de unir a comunidade é o dinheiro? Pensei em mudar o objeto de estudo. O que estudar se o *Noronha +20* praticamente já não existia? Acabei voltando com mais perguntas que respostas.

Recuperar a memória do movimento *SOS Noronha*, além de poder levantar alguns fatores para trabalhar a mobilização hoje em dia, mostrou-se como um caminho para resgatar a identidade noronhense perdida após a entrada de Pernambuco. A conjuntura atual em nada se assemelha à época do movimento, entretanto, resgatar a história dessa mobilização poderia despertar nos jovens a esperança e a vontade de lutar por um futuro mais digno. A proposta funcionou, a semente da mobilização foi plantada, os alunos viram que eles são capazes de protagonizar um movimento de luta. Se os produtores sociais na Ilha (professores, entidades envolvidas) souberem trabalhar esse potencial e cultivarem a semente, em breve essa experiência dará frutos. O primeiro deles já brotou, no dia 26 de junho, alguns alunos participaram de uma passeata organizada pela comunidade em apoio à série de manifestações que acontecia no Brasil<sup>48</sup> e foram às ruas pedir

---

<sup>48</sup> Em junho de 2013, revoltados pelo aumento de 20 centavos na passagem de ônibus, manifestantes se reuniram em grandes centros urbanos para protestar e foram reprimidos com a truculência de uma polícia despreparada e violenta. A repressão aos protestos pacíficos foi o estopim e o símbolo para um grito coletivo que ecoou nas ruas do Brasil e do mundo. Doeu nos brasileiros ter seus direitos civis e políticos cassados em uma democracia como acontecia nos tempos de ditadura. O que o Estado tentou massacrar com balas de borracha, gás lacrimogênio e spray de pimenta, virou

uma melhor qualidade de vida na Ilha, como vemos na Figura 27. Antes de participar, fizeram questão de me comunicar e convencer outros alunos a ir também.



Figura 27: André Souza (com o cartaz), que participou do documentário em manifestação no dia 26 de junho. (Fonte: Michelle Roth, 2013)

Confesso que quando retornei à “Esmeralda do Atlântico”, mesmo com a parceria da escola, cheguei a duvidar que conseguiria mobilizar os alunos a participar do projeto. No dia da oficina sobre “Comunicação e Mobilização Social”, após meia hora de atraso sem ninguém aparecer, tive certeza do fracasso da minha hipótese. Em Noronha mobilizar meia dúzia, a não ser que seja um *show* ou evento cultural, é complicado, era realmente impossível eu conseguir mobilizar os estudantes. Mas, logo eles chegaram. Vinte alunos que, a princípio, pareciam

---

um movimento viral, de enormes proporções, sem lideranças e apartidário, difícil de controlar. São reivindicações legítimas, como investimentos em educação e saúde iguais aos feitos para a Copa. A maioria dos protestos antecede os jogos da Copa das Confederações, realizada no país de 15 a 30 de junho. Ainda sem um nome definido para o movimento, a mobilização via *Facebook* reuniu mais de 100 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro, no dia 17 de junho, protagonizando cenas de grande emoção. No dia 20 de junho, mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o Brasil saíram às ruas. É o Brasil acordando para lutar por seus direitos e sua dignidade. Enquanto isso, em Noronha, algumas alunas que participaram da pesquisa me enviavam mensagens diariamente querendo fazer uma mobilização semelhante na Ilha e sem saber como motivar aquele “povo acomodado” a lutar. Esse contato quase que diário e essa vontade espontânea deles também quererem se mobilizar foi a parte mais gratificante de toda essa dissertação. Plantar a semente e vê-la semear. Os jovens, junto com outros membros da comunidade, organizaram uma mobilização em apoio ao restante do Brasil e com reivindicações próprias para o dia 26 de junho.

acanhados, em uma semana envolveram-se a fundo no documentário e tornaram-se os protagonistas desta pesquisa.

Apresentei o propósito do projeto e me surpreendi com a consciência daqueles jovens sobre os problemas sociais que a Ilha enfrenta. “Quando vou ao continente e falo que moro em Noronha todo mundo fala, nossa, você mora no paraíso! Eu sempre respondo: quer viver lá para ver se é paraíso mesmo?”, afirmou um aluno. Outra jovem reiterou, “Noronha só é paraíso para quem não mora aqui”. Ao questionar se eles conheciam a expressão “cemitério de ideias”, obtive um “não” geral como resposta. Os alunos ouviram atentamente a explicação e uma jovem olindense, que mora na Ilha há cinco anos comentou certa vez: “Não conhecemos a expressão, mas sabemos que nada aqui vai pra frente”. Entre os estudantes, muitos de famílias tradicionais na Ilha, como o neto do Seu Salviano e representantes da família Costa. Durante as reuniões prévias às filmagens, eles demonstraram sua insatisfação com a qualidade da educação, a falta de abastecimento de água e com a debandada de noronhenses para o continente arrendando as casas para os de fora. Fomos (eu e a equipe do projeto, que envolveu professores da escola, representantes da Semas e o cinegrafista) aos poucos conquistando a confiança daqueles alunos arredios.

Um dos jovens que, no primeiro dia, não quis nem entrar na roda durante a oficina, despediu-se chorando na semana seguinte. Foram criados laços que não se dissolvem fugazmente ao término dos estudos, como acontece com a maioria dos pesquisadores que passam pela Ilha sem dar nenhum retorno à comunidade ilhoa, apenas à comunidade científica. A proposta de fazer um documentário também foi de dar um retorno para eles. Falo quase diariamente com os alunos desde que voltei. Criei um grupo no *Facebook* que atualizo com frequência e que é acessado por eles, com fotos e informações sobre eventos da Ilha, enfim, eles não se sentiram usados como objeto de pesquisa. Esse foi o diferencial para o sucesso da mobilização: trabalhar o afeto, a auto-estima e o envolvimento dos alunos em todas as etapas da gravação. Conforme tratado no primeiro capítulo, a mobilização depende da emoção, “a razão controla, a paixão move” (TORO, 1996, p. 20).

O fato de o grupo envolvido já ter uma relação constituída e estar unido (eram quase todos membros do Cine Club<sup>49</sup>) facilitou o trabalho, por isso não se pode generalizar essa experiência e replicá-la em qualquer grupo de estudantes ilhéus. Embora fizessem parte de outros projetos na escola, os alunos não estavam acostumados a participar desde sua concepção até a execução e essa proposta fez com que eles se sentissem de fato responsáveis pelos resultados. Foi o início de um processo de empoderamento dos alunos, em sua perspectiva emancipatória, onde os indivíduos “angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão” (HOROCHOVSKI, MEIRELLES, 2007). Ao término da experiência, a palavra de ordem dos alunos era o “orgulho” por terem colaborado efetivamente no projeto.

Os jovens não entenderam porque estava depositando tamanha confiança neles e, no início, evitaram assumir as responsabilidades pela produção do documentário porque não se sentiam capazes. Bastou a primeira entrevista, no entanto, para eles perceberem a habilidade que tinham de conduzir as gravações e, já na segunda, tomarem as rédeas das filmagens, som e produção. A única função que eles não assumiram, por pura timidez, foi a de entrevistar. Essa falta de autoconfiança deles reflete um discurso recorrente entre os adultos de que os jovens hoje em dia não querem saber de nada, só de namorar, festas e *Facebook*. Os adolescentes possuem, em geral, uma baixa auto-estima que, se revertida, tende a revelar um enorme potencial para a luta e mobilização. Qualquer estratégia de mobilização em Noronha deve começar pela auto-estima dos noronhenses, como mostrou Mesquita em 1987, conforme explicitado no capítulo 2. Os ilhéus não se consideram nem cidadãos, como ouvi de um nativo: “somos a escória do Brasil, porque não elegemos nem prefeito, não somos cidadãos”. Orlando Souza reforça este sentimento: “Você como ser humano aqui é zero. Quem tem dinheiro e diploma manda. Quem viveu aqui 60 anos tem o conhecimento, mas não tem o direito”.

A motivação inicial para promover a participação de um noronhense, em geral, não pode ser utópica, algo como “vamos mudar o futuro da Ilha”, ou qualquer discurso que inclua a palavra sustentabilidade, que já está em descrédito no Arquipélago. Convocar para a ação voluntária, infelizmente, não funciona em

---

<sup>49</sup> Um grupo de estudantes e dois professores com cerca de 20 pessoas que se reúnem todos os sábados para exibir duas sessões de “cinema” para a sociedade noronhense, no auditório da Escola Arquipélago. Uma, a sessão *Matinê* é voltada para as crianças e outra para os adultos.

Noronha. O ilhéu, dominado pela desconfiança que impera há séculos no território, duvida de qualquer sujeito bem intencionado e, se não enxergar um ganho concreto na participação não irá comparecer. Se não houver uma troca, algo do tipo “se você participar do curso de capacitação, ganhará um certificado de condutor”, ou “o hotel X liberará o funcionário para participar da palestra”, a mobilização está fadada ao fracasso. A onda de manifestações que tomou o país conseguiu resgatar nos noronhenses essa vontade de participar e ser mais ativo. Esse despertar pode mudar as tendências de mobilização na Ilha, mas ainda é muito cedo para fazer uma análise.

No caso do documentário, o impulso para os estudantes comparecerem aos encontros do grupo foi se libertar da “prisão” da escola integral, em que os alunos têm mais de oito horas por dia de atividades dentro de sala de aula. Mas, depois do primeiro dia de reunião, o problema foi conter a participação, uma vez que o acordado com a escola é de que eles só estariam liberados por um turno para o documentário. A troca tem que existir em um primeiro momento, mas depois que se cativa a confiança deles, a vontade de participar, caso a causa seja abraçada pelo grupo, aumenta naturalmente.

A dificuldade de mobilização na Ilha é consequência direta de seu baixo capital social resultante da combinação da trágica herança histórica, a insularidade e a rapidez da mudança capitalista. O processo de formação do capital social em Noronha é caracterizado por um “padrão interacional fortemente individualista, marcado pelo imobilismo, baixo associativismo, participação escassa e reativa, desconfiança interpessoal e ressentimento” (ECS, 2009, p.180). O capital social é um recurso complexo que pode ajudar a explicar os entraves ao coletivismo. É a capacidade de uma comunidade de fortalecer a solidariedade e a confiança nas relações sociais para promover ações cooperativas, resolver os problemas comuns da coletividade e formar redes (PUTNAM, 1995; BAQUERO, 2003; FUKUYAMA, 1995). O grau de capital social de uma comunidade é o que define a eficácia de ações com objetivos comuns, e, por isso, em Noronha é tão baixo.

O espaço insular, como vimos no tópico anterior, possui algumas condições que para autores clássicos do capital social como Putnam, seriam geradoras de capital social como o alto grau de associativismo. Entretanto, como afirma Baquero (2003), são poucas as evidências que fazer parte de associações voluntárias está

relacionado a atitudes de confiança. E isso fica claro em Noronha, que apresenta um grande número de associações e um baixo estoque de capital social.

Segundo o ECS (2009, p.173), capital social é “o recurso que possibilita que o consumo do bem comum”. Sem ele, a capacidade de se manter o “capital natural” é menor, esse é um dos fatores que contribuiu para uma baixa capacidade de suporte no Arquipélago. Em Noronha, o capital social da nova geração ainda está em formação, enquanto o das gerações mais velhas chegou a um nível de dilaceramento difícil de ser revertido. A influência dos mais jovens no cotidiano da família pode ser um caminho para os adultos, por isso acredito que o melhor público para se trabalhar a mobilização atualmente na Ilha é o juvenil. É óbvio que a mocidade enfrenta os mesmos problemas socioambientais dos adultos, porém não carrega o cansaço de lutas fracassadas e nem o peso da dependência da administração para suprir interesses pessoais. E esse diferencial foi o que me fez apostar nesse público, que deve ser considerado nos próximos projetos que visem a sustentabilidade do ambiente insular.

Prova de que os estudantes podem ser bons aliados na mobilização foi o projeto Correio Ambiental, atividade realizada na escola pelo Semas, Projeto Tamar e Golfinho Rotador durante a Semana do Meio Ambiente de 2012. Em 2011, alguns jovens foram selecionados para compor o Fórum Juvenil, discutindo sobre o trabalho das principais entidades da Ilha. Os alunos envolvidos coletaram a avaliação de seus colegas, professores e comunidade sobre esses órgãos, levando em conta um sonho: um futuro para FN com mais respeito ao meio ambiente. Os resultados foram enviados pelo comitê para os responsáveis, cobrando resposta sobre as soluções e projetos de sustentabilidade de cada um. O resultado surpreendeu os organizadores, Mariana Albuquerque lembra que pediu durante meses explicações para a Celpe sobre a matriz energética da Ilha sem resultados, “depois de receberem a carta do Correio Ambiental, enviaram todo o detalhamento em cinco dias!”. O projeto, entretanto, esbarrou em um problema de comunicação, os jovens esqueciam-se dos encontros, não possuíam agenda e, aos poucos, foi perdendo a força. Os resultados são reveladores, apenas uma entre 18 instituições, o Projeto Tamar, teve mais elogios que críticas e alertas de atenção. Isso pode ser visto pelo Gráfico 1.

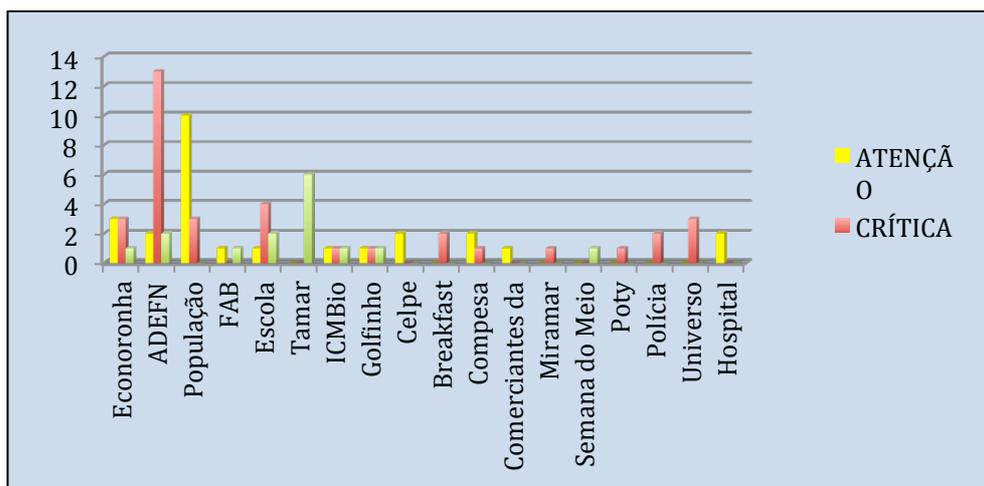


Gráfico 1: Gráfico com resultados do Projeto Correio Ambiental (Acervo do Semas, 2012)

A maioria dos projetos que chega a Noronha é elaborado a portas fechadas, longe da realidade insular. Quando a proposta envolve a comunidade ainda na fase de elaboração, consultando a opinião dos ilhéus e aberta a mudanças, as chances do projeto ser aceito é bem maior, mas no geral, “toda ação coletiva enfrenta grandes obstáculos” (LIMA, 200, p.185). Há que se considerar o alerta de Pedro Ivo, que traça o destino dos projetos em Noronha:

Tem pessoas que chegam a Noronha e se apaixonam pela Ilha e ficam querendo de bom coração fazer projetos para ajudar a Ilha, mas trazem o projeto de longe, aí esse não funciona. Tem os projetos do governo, faculdades, só para aparecer e têm as pessoas muito bem intencionadas que fazem os projetos bons, com financiamento e a população não acredita pensa:ihh vai ser como aquele outro! Então acaba que os bons projetos não dão certo por causa dos outros que são só para aparecer.

O maior problema, porém, não é envolver a comunidade nos projetos, é dar continuidade a eles, como aconteceu com o *Noronha +20* e tantos outros durante o período da pesquisa. Observei que isso se deve principalmente a três fatores:

#### a) Os produtores sociais normalmente são de fora da Ilha

A maioria dos produtores sociais, aquelas pessoas ou instituições que criam as condições para que um processo de mobilização aconteça (TORO, WERNECK, 1996), vem de fora. São moradores temporários ou vão para a Ilha apenas pelo período necessário à execução dos projetos. Quando eles deixam o Arquipélago, a comunidade tende a perder gradativamente o interesse e a crença no projeto. Uma solução é que os produtores mantenham os canais de diálogo abertos mesmo de

longe até o projeto conseguir caminhar com as próprias pernas. A comunidade se sente incapaz de dar continuidade sozinha aos movimentos, como concluiu Jarnirza Lima, em entrevista realizada em abril de 2013, “confunde-se a limitação física (provocada pelo isolamento) com a limitação mental”.

Pelo fato de partilharem décadas de um mesmo isolamento espacial termina criando condições para a coletivização de determinados espaços de luta, aparentemente inócuos. Este fato interfere não apenas na construção de sua luta por cidadania, que não deve ser pensada unicamente como consequência da insularidade que caracteriza o Arquipélago de Fernando de Noronha, mas pode, evidentemente, estar presente na estruturação da resistência sócio-política dos fernandinos. (LIMA, 2000, p.304)

Nessa última estadia em Noronha, pude presenciar um projeto interessante que se enquadra bem nessa categoria de problema para sua continuidade. É o Circo Caracas (Comunicação Ambiental Reintegrada à Arte Circense de Amor e Sustentabilidade), que promove espetáculos de acrobacia, tecido, teatro, palhaçada para a comunidade ilhoa. As crianças adoram o circo e as famílias ganharam mais uma diversão na limitada vida cultural noronhense. O único “porém” é que a equipe do Caracas, em sua maioria, é formada por voluntários do ICMBio e do Tamar, ou seja, pessoas que costumam ficar de três a seis meses na Ilha. Caso a comunidade fique apenas na platéia, quando estes voluntários forem embora, o circo pode perder a força. Mas, pela beleza e união do grupo, acredito que as lacunas serão substituídas por novos voluntários, pois estes nunca estão em falta no Arquipélago. Além disso, a cada apresentação é maior o número de ilhéus participando. Se a comunidade se mobilizar pode protagonizar o processo de aprendizado circense, ganhando não apenas um entretenimento, mas uma nova forma de escrever a própria história.

“Há uma transformação em curso na Ilha”, afirma Lima. Muitos projetos de sustentabilidade implementados agora no Arquipélago têm origem nestes “haoles” voluntários, “bichos grilos” como define Tinho. Eles vêm do continente com uma bagagem consistente de educação ambiental, arte, permacultura, agroecologia, e querem colocar em prática esses ensinamentos no Arquipélago, repletos de esperança em mudar os rumos da Ilha. Essa energia da transformação pode ser sentida no bairro do Boldró, onde a maioria dos voluntários vive. Hortas comunitárias, mandalas, construções em bambu e aulas de yoga, são algumas das iniciativas que demonstram ao ilhéu como é viável a mudança de paradigmas, quando existe um espírito de solidariedade e cooperativismo.

## **b) Ausência de líderes comunitários**

Fernando de Noronha sofre com a carência de líderes comunitários. Os mais antigos já se “aposentaram” da função ou foram calados pela Ditadura velada existente na Ilha. “Os líderes foram calados, porque precisam ter seus terrenos liberados e aumentar a pousada”, sentencia Domício. Maílde concorda: “A Ilha carece de lideranças, a Ilha descobriu que tem que ganhar dinheiro, ninguém quer saber de movimento”.

Nos depoimentos, o nome de Heleno Armando foi citado como referência de um líder comunitário em Noronha, “hoje não existe um líder como Heleno”, lamentam os entrevistados. Enquanto os mais velhos se calam, os potenciais líderes juvenis deixam a Ilha para estudar no continente na época do pré-vestibular e muitos não retornam. Entre os alunos que participaram do projeto, a maioria afirmou contar os dias para terminar o 2º grau e sair logo de FN. “O que essas crianças têm aqui nessa Ilha? Não têm lazer, não têm esporte, não tem nada para essa mocidade! Fica aqui, depois vai embora, um ou outro volta. Não tem estrutura nenhuma”, lamenta Orlando Souza.

É assim que os alunos se sentem: não há futuro para quem fica na Ilha. Mas, em vez de lutar para transformar esse “destino”, eles preferem ir embora para estudar e fazer a vida no continente. Falta motivação para querer lutar pela “Esmeralda do Atlântico”. “Aqui não temos oportunidade, só se você quiser ser biólogo ou mexer com turismo”, se queixa uma das alunas. Para outro jovem, que não participou das oficinas, os adolescentes que ficam são aqueles que querem uma vida mais fácil, sem desafios, querem viver de turismo e, para isso, não precisam passar no vestibular. “Ninguém estuda porque não precisa estudar, basta abrir um negócio para ficar rico.”

Para se pensar em mobilização, é necessário trabalhar a questão da liderança, principalmente entre os jovens, dando condições para que estes tenham vontade e interesse em permanecer na Ilha (Figura 28).



Figura 28: Criança exige em manifestação o direito de continuar morando no Arquipélago. (Acervo pessoal de Michelle Roth, 2013)

### c) Falta vontade política

É notável que não há interesse de algumas instituições em dar continuidade a projetos que proponham mudar o sistema atual de governo ou que critiquem alguns “desmandos” de Noronha. A fragmentação do poder faz com que boas propostas fiquem paradas esperando a autorização dos vários órgãos envolvidos, falta comunicação entre Governo Federal, Estadual e Distrital para agilizar a execução de projetos. Uma estratégia pode ser envolver todos os setores interessados desde o começo do projeto para o sucesso da mobilização.

Como a população é tolhida de seus direitos políticos e de pressionar os governantes nas urnas, muitos projetos morrem simplesmente porque não são lucrativos ou de interesse para os jogos do poder insular. Não há confiança dos noronhenses nas instituições, condição básica para o bom funcionamento delas e para a consolidação da democracia na Ilha. O aperfeiçoamento da democracia na Ilha só será possível com a emancipação política do distrito. Os cidadãos só terão o direito de escolher seus representantes se o Distrito for emancipado a Município.

Quem sabe agora que o povo brasileiro saiu da inércia e está se mobilizando em proporções só vistas antes na Ditadura, os noronhenses se inspiram a começar um movimento semelhante? “São estes movimentos, sociais e não políticos, que realmente mudam a história, pois realizam uma transformação cultural, que está na

base de qualquer transformação de poder”, salienta o sociólogo espanhol Manuel Castells (Revista Galileu, 2013). Segundo o autor, só há mobilização na indignação, para mover uma pessoa, basta tocar a sua emoção. No *Facebook*, os noronhenses se queixam diariamente sobre as incoerências da Ilha, falta sair às ruas em um movimento articulado, em um movimento ainda maior do que a ocorrida no dia 26 de junho<sup>50</sup>, que teve a participação de 170 pessoas. Há uma nova esperança para a mobilização na Ilha, mas ela depende muito mais do que das passeatas, envolve articulação do grupo e de várias entidades, opinião pública, diálogo com todos os poderes da Ilha e a pressão da imprensa. Como alerta Giddens:

Os movimentos sociais proporcionam vislumbres de futuros possíveis e são em parte veículos para sua realização. Mas é essencial reconhecer que, da perspectiva do realismo utópico, eles não são necessariamente a única base de mudanças que podem conduzir a um mundo mais seguro e mais humano. Os movimentos pacifistas, por exemplo, podem ser importantes para despertar consciências[...]. Outras influências, contudo, incluindo a força da opinião pública, as políticas das corporações de negócios e dos governos nacionais, e as atividades de organizações internacionais, são fundamentais para a obtenção de reformas básicas. [...] A solidariedade para com as aflições dos oprimidos é integral a todas as formas de política emancipatória. (GIDDENS, 1991, p.143)

A esse respeito, o educador Paulo Freire conclui:

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. [...] Somente quando os oprimidos descobrem, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. (FREIRE, 2000, p.52)

## 5.1 ENTRAVES À MOBILIZAÇÃO NA ILHA

Em 1990, dois anos após o movimento “SOS Noronha” um manifesto da comunidade, assinado por grandes lideranças da Ilha, foi publicado no Jornal Diário de Pernambuco. Nela, os noronhenses demonstravam indignação pela condução jurídico-administrativa do Arquipélago:

---

<sup>50</sup> No dia 26 de junho, 170 pessoas de todas as idades saíram da Escola Arquipélago em direção ao Palácio São Miguel, onde fica a administração da Ilha. Com o lema “ A sonífera Ilha acordou”, os manifestantes pediram melhor qualidade de vida na Ilha, moradia, passe livre, melhor educação e o direito de ir e vir sem catracas (referência à Econoronha). No Palácio, protagonizaram, pacificamente, uma bela cena: de mãos dadas “abraçaram” a sede do Governo. O administrador, como de costume, não estava na Ilha. No dia 1 de julho, mais organizados, os noronhenses saíram às ruas para reivindicar a assinatura do Projeto Noronha +20; se opor à entrada de grande empresários do turismo em Noronha; apoiar a aprovação do Plano de Manejo e pedir a resolução do problema da falta de água.

Essa ausência de compromisso com o povo noronhense e sua mais legítima aspiração – o direito de escolha de seu dirigente, bem como direito de constituir um poder legislativo local digno deste nome – tem gerado, e com razão, um processo de insatisfação crescente e um permanente estado de confronto entre as lideranças do Arquipélago e as autoridades impostas.

Nessa época, a Assembleia Popular Noronhense (APN) ainda tinha força e a população estava unida. “A comunidade manteve a mobilização por uns dois anos após a anexação”, lembra Morena. A reintegração a Pernambuco não foi encarada como derrota, pelo contrário, era preciso estar alerta na transição para evitar os abusos. Em 1997, foi criado o Conselho Distrital para representar a comunidade e fiscalizar as contas do governo. Os conselheiros são votados junto às eleições presidenciais, e o Conselho, chamado pelos moradores de “castrado”, por ter poder consultivo e não legislativo, esvaziou a APN. Os dois passaram a coexistir, mas a APN foi, aos poucos, perdendo seu poder reivindicatório, enquanto o Conselho apresenta um comportamento, em geral, conivente com a Administração.

Mesmo após o esvaziamento da APN, a comunidade continuou a protestar via abaixo-assinado, segundo Ana Claro Marinho, ex-diretora de comunicação da TV Golfinho e atual repórter do site Viver Noronha. Para Marieta Borges, “até alguns anos a população se mobilizava com abaixo-assinados contra a administração, hoje em dia isso acabou, muitos vendem suas casas e se vão da Ilha.” O fato é que, atualmente (tirando as recentes passeatas provocadas pela mobilização nacional), a Ilha só se une na comoção, como lembram as duas entrevistadas. “Quando morre alguém ou acontece alguma tragédia o povo se solidariza, sai pra rua, mas no dia a dia não”, enfatiza Ana Clara.

Era natural que o desânimo provocado por várias mobilizações fracassadas e o novo sistema imposto na Ilha conduzissem o povo a um desgosto pela luta, como reforçam vários entrevistados. “As pessoas foram se retraindo. Nada vai acontecer, nada vai mudar, então porque vou me envolver?”, observa Wilson Teixeira. As pessoas lutavam, mas não eram ouvidas, as demandas eram ignoradas, então perceberam que não possuíam mais o poder político de antes para negociar mudanças e, assim, perderam a esperança.

Os que não lutavam acabavam tendo mais regalias com a Administração, enquanto os que batiam de frente com o governo eram hostilizados. “Reivindicar passou a ser uma guerra pessoal contra o governo”, conclui Pedro Ivo. A luta foi também intimidada pela “ditadura” na Ilha. “As pessoas têm medo de se

mobilizarem, porque depois podem ter a autorização que precisam negada”, sublinha Pedro Ivo. Morena vai mais longe, “você mora num lugar onde depende de tudo e de todos. O sistema escraviza todos. O sistema tá amarrado, preso. Eu me considero presa.” Esse modelo político, influi diretamente na capacidade de mobilização de uma comunidade que, segundo Lima (2000, p.302):

Depende de vários fatores, como, por exemplo, uma cultura política favorável, condições organizacionais da associação condutora do processo, possibilidades de visibilidade política do movimento, entre outros. Dois deles, entretanto, podem ser destacados para o entendimento adequado das possibilidades de mobilização: a) a identidade do movimento; b) o cálculo sobre a adequabilidade de empreender uma ação coletiva. (LIMA, p. 302)

Essa constatação esbarra na falta de identidade de um movimento para a sustentabilidade da Ilha. A realidade é bem diferente de 25 anos atrás, a comunidade perdeu a vez e a voz que conquistou durante apenas um ano e voltou a ser platéia. “Hoje você fica apenas sabendo do que aconteceu, ah vamos fazer isso, e não dá em nada”, desabafa Morena. Orlando Souza se emociona ao pensar na Ilha de hoje:

É muito triste a gente tá num lugar tão bonito com as pessoas tão desunidas, não tem mais amor, não tem mais carinho, não tem mais respeito. A Ilha se tornou a Ilha da falsidade, da inveja, todo mundo quer ser melhor que o outro.

A população hoje não acredita e nem tem esperança em projetos coletivos. Segundo Pedro Ivo, a dinâmica é:

Cada vez mais cada um por si, cada um tem seus interesses pessoais, a população não se mobiliza mais. Essa é a cidade do Brasil que tem mais associações, entidades representativas por pessoa, todas as categorias sociais estão representadas e essas associações não funcionam, terminam sendo só o presidente, e acabam usando esses cargos para fazer negociações pessoais de interesse próprio. A população se desencantou, cansou com as possibilidades de luta coletiva. Do jeito que a Ilha está hoje não se mobiliza para nada, todo mundo fica falando individualmente na sua cozinha.

Um exemplo desse modelo foi o que aconteceu quando a jornalista Ciara Carvalho publicou o especial “Noronha às Avessas” (2011). Ela passou quase um mês na Ilha, investigando todas as mazelas sociais e denúncias e chegou à conclusão de que Noronha é uma ditadura de fato. A matéria por si só, seria capaz de derrubar o administrador e abalar o governo pernambucano. O outro lado do paraíso foi escancarado em um encarte de 20 páginas negras onde o que mais me

chamou a atenção foi este trecho de abertura, que legitima meu argumento de ditadura velada:

Não se descobre a Cuba que Noronha esconde no primeiro momento. No imediato contato. Ela vai se impregnando aos poucos, se revelando em pequenos gestos e preciosos detalhes. Quanto mais se conhece essa outra Noronha, mais parecida com Cuba ela vai ficando. E nada é mais Cuba em Noronha do que a impossibilidade da livre expressão. Não de uma forma escancarada, com sanções publicadas em diário oficial e tanques nas ruas, como ocorre nas ditaduras personificadas por generais autoritários. O regime aqui é outro. A opressão é disfarçada. Acontece da porta de casa para dentro. Justamente por ser camuflada torna-se ainda mais difícil de ser combatida. Não se derruba o que não se vê. Apenas se sente. (CARVALHO, 2011)

O certo seria imaginar que a comunidade apoiaria a matéria. Teria ficado contente de finalmente a imprensa focar no capital humano da Ilha e não em sua “natureza intocada”, denunciando a má qualidade de vida da população, os casos de corrupção e os vícios da gestão pública. Uma parcela da população, no entanto, repudiou a reportagem. Com o medo de manchar a imagem de “paraíso” e espantar turistas, travestido do argumento de que a matéria não os retratava e de que não seria dessa forma que a realidade se transformaria, algumas lideranças noronhenses enviaram uma carta ao Jornal do Commercio apoiando o Administrador.

Pessoalmente, foi uma grande decepção ver na assinatura do que se intitulou “Manifesto de todas as cores” nomes de alguns entrevistados nessa pesquisa. O tom adotado no documento revela o xenofobismo que persiste incrustado em vários segmentos da comunidade, “ninguém além de nossa gente pode medir o valor que a democracia representa para cada cidadão que mora na Ilha. Somente o ilhéu pode calcular a importância histórica de ter um conselho de saúde funcionando regularmente [...]”.

Quando visitei a Ilha, em 2012, questionei os motivos dessa solidariedade com o administrador. Uns responderam que, no dia seguinte à publicação da matéria, Romeu Baptista, administrador de FN, passou de casa em casa ameaçando as famílias, que caso não o apoiassem perderiam o terreno ou a autorização. Outros alegaram que a reportagem não refletia mesmo a realidade. E muitos daqueles que foram expostos na matéria e depois recriminados de alguma forma pelo governo, argumentaram que deram entrevista, mas não haviam falado nada daquilo que estava escrito.

Perderam a chance de mostrar ao Brasil o que sofrem, fundamentalmente, pela coerção da “Cuba em forma de paraíso”. Na carta, o argumento principal é o fato de terem vivido uma ditadura real no tempo dos militares e, portanto, não se sentirem castrados de seus direitos civis. A alegação é válida, mas não se pode considerar o sistema político noronhense atual uma democracia plena sem o principal direito de um cidadão: eleger seu representante. O documento adota um discurso pró-Pernambuco incompatível com a luta de 88:

A partir de 1988, sob os faróis da Constituição cidadã, há um firme e cuidadoso trilhar para a construção de uma sociedade democrática nesse pequeno torrão brasileiro, desde então sob comando pernambucano [...]. Nunca seu David Cordeiro, dona Rita Flor, dona Nanete ou dona Pituca, moradores dos mais antigos da Ilha, poderiam imaginar que um dia Noronha teria um Conselho de Assistência Social atuando junto à comunidade, um Conselho de Turismo, Conselho Distrital, ou um Conselho de Educação instalado e funcionando. Isso é abertura política, é controle social, é democracia em ação, isso é Noronha pernambucana, brasileira, que se afeiçoa aos ideais de Frei Caneca e nunca ao regime cubano. [...]Ao contrário de Cuba, nossos cárceres de outrora hoje são atrativos turísticos e não instrumentos de repressão. Nossas lideranças, mesmo as de oposição, desfrutam do sagrado direito de livre expressão. Não há sangue em nossas paredes!”<sup>51</sup>

O final da carta soa falso diante de tantas críticas que ouvi sobre o governo: “Dr. Romeu Baptista, nós estamos ao seu lado, conte com a nossa solidariedade, confiança irrestrita, coragem e trabalho para lhe ajudar nessa difícil tarefa de construir um futuro melhor para Fernando de Noronha!”.

### *5.1.1 Emancipação Política*

Neste contexto, para se pensar em mobilização é preciso, antes, promover a emancipação política de Fernando de Noronha. Como afirma o advogado João Paulo Nascimento, autor de um livro sobre a sustentabilidade jurídica da emancipação da Ilha, “faz-se necessário o questionamento sobre a constitucionalidade da espantosa estrutura pública administrativa utilizada pelo Estado de Pernambuco para gerir as necessidades da comunidade civil presente na Ilha” (NASCIMENTO, 2007, p.11). Sem esse passo, é difícil acreditar que a população vá se mobilizar por alguma causa comum a curto e médio prazo. A municipalização quase chegou a ser votada em uma consulta popular em 2012, em

<sup>51</sup> Na época, o manifesto foi publicado do Jornal do Commercio. Não consegui encontrar o link na internet, recuperei o manifesto em grupos de e-mail sobre a Ilha que participo.

uma ação em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Distrital. Mas, antes mesmo das urnas chegarem, o projeto foi para o “cemitério de ideias”. De todas as formas, o “referendo” seria simbólico, uma vez que a administração poderia ignorá-lo em sua gestão. “Para gente ter uma cidadania plena em Noronha é necessário que a gente municipalize a nossa Ilha.”, afirma Renê Jerônimo.

O pleito de virar município existe desde a anexação a Pernambuco. Ao virar Distrito Estadual de Pernambuco, FN perdeu os recursos do Fundo de Participação dos Estados. A solução encontrada pela ADEFN para suprir o déficit foi estabelecer a TPA. Entretanto, caso a Ilha se transforme em município, a Taxa de Preservação não poderá ser mais cobrada, o que aterroriza os moradores, temerosos de a Ilha perder ainda mais verbas. A discussão, de fato, ainda precisa amadurecer, mas é preciso começar a trilhar esse caminho, com persistência. “Há que se tomar os rumos da Ilha, começando pela emancipação política, normas rígidas de uso e ocupação do solo, investimento forte em educação para minimizar as perdas futuros.”, alerta Domício. Segundo carta sobre a questão jurídica de FN elaborada pelas lideranças em 1991 e que contradiz o “Manifesto de Todas as Cores”, escrito 20 anos depois:

Os elaboradores do presente documento consideram que o atual “status” jurídico-administrativo de FN, estabelecido pela Constituição Estadual, cerceia direitos constitucionais básicos previstos na Constituição Federal, principalmente no que se refere à autonomia política local e outras questões de cidadania [...] Quanto à questão de autonomia local, a legislação estadual terá que absorver o que realmente estabelece a Constituição Federal, pois a dependência de verbas (principal argumento da administração para evitar a municipalização: a perda de recursos, porque a TPA não pode ser cobrada por um município) não condiciona a submissão de um grupamento humano à tutela de poderes centrais. (NASCIMENTO, 2007, p.122)

### 5.1.2 A família

A estrutura familiar noronhense é hoje o principal desafio não só para a mobilização, mas para a sustentabilidade da Ilha. É ela que está no cerne da desagregação social provocada pelo turismo. Como os jovens e crianças perderam seu espaço no lar e os pais passaram a se dedicar quase que integralmente à atividade turística, nota-se uma carência generalizada nessa nova geração, que supre essa falta de amor e de estrutura familiar na rua e na escola. Os amigos viram

a família e a escola, o lar, lugar onde eles almoçam, jantam e passam a maior parte do dia. Maílde, que convive de perto com este problema, completa: “A cama que era do filho passou a ser do turista. Os meninos começaram a dormir no galinheiro atrás da casa, a rua passou a ser a casa. Hoje boa parte dos meninos não tem liberdade, a família deles é a família da escola, os amigos da escola”.

O ECS (2009) observa que faltam atividades esportivas (as aulas de educação física costumam ser teóricas) e ocupação supervisionada do tempo dos jovens. Afastados da moradia para não perturbar os hóspedes, eles ficam à deriva em solo noronhense. Uma estudante do período da tarde confidenciou que só encontra a mãe aos finais de semana e olhe lá, “Quando eu chego, ela está no trabalho, quando ela chega estou dormindo, e quando acordo ela já saiu”. Além da rejeição, as crianças e adolescentes sofrem com o desinteresse dos pais na educação.

“A questão familiar é o principal problema da educação de Noronha, os pais não participam da educação. Se os pais não começarem a estimular o filho a estudar, a respeitar o professor, a amar a escola, Noronha seria diferente”, afirma Tinho. Relatos dos professores vão ao encontro dessa afirmação. Os pais não participam das reuniões na escola e nem acompanham o aprendizado dos filhos, pois estão muito ocupados em ganhar dinheiro para sustentar o alto custo de vida insular, segundo Maílde. As consequências do abandono são desastrosas, como observa o ECS:

A fim de disponibilizar o espaço para receber o turista, os proprietários das pousadas domiciliares geralmente construíram um quartinho do lado de fora do domicílio, onde a o grupo familiar se comprime. Além da evidente situação de promiscuidade, crianças e jovens são disciplinados para não incomodar os turistas: ficam restritos em casa, na escola ou ficam vagando pelas ruas: “*a falta de espaço tira os filhos de casa para a rua*”. Os resultados são evidentes: drogas, prostituição juvenil, gravidez precoce, entre outros. Por outro lado, a despeito dessas conseqüências funestas, essa é a fonte de sustento das famílias. (2009, p.189)

O papel da família, da escola e do lugar de trabalho, mais do que o das associações voluntárias, têm um papel determinante na formação de capital social.

Em um sentido mais abrangente, o capital social deve incorporar a família, os amigos e os colegas de trabalho como elementos constituidores de um recurso importante que se pode catalisar em épocas de crise ou em situações que requeiram alcançar bens materiais coletivos (BAQUERO, 2003, p.26).

Segundo o neurobiólogo Maturana (2001), o sentimento de rejeição provoca a desunião e impede a formação de vínculos. Os laços comunitários, para o autor, estão fundados no amor e têm como consequência a partilha e a interação social, tão necessários em Noronha. A cultura participativa começa no lar, quando o pai participa das atividades dos filhos, das reuniões na escola, ajuda no dever de casa (BRANDÃO, 2008). Se o amor nasce e se amplia na convivência, como podemos pensar em uma comunidade unida quando as famílias mal se encontram e não participam da vida dos filhos?

## 5.2 O PAPEL DOS JOVENS: FUTUROS LÍDERES?

“Qual o recado que você deixa para estes jovens, com base no que se aprendeu com a mobilização de 1988?” Essa foi a última e mais reveladora pergunta de todas as entrevistas. Cenas emocionantes tomaram conta dos bastidores, o encontro entre pai e filho e as mensagens preocupadas com os rumos do Arquipélago fizeram os envolvidos chorarem em várias entrevistas. É visível que os antigos líderes estão cansados e já se dedicaram muito pelo futuro de Noronha. “Já dei muita parte da minha vida pela luta na Ilha [...] vocês jovens têm a felicidade de ainda poder ouvir e participar dessa história que envolve seus antepassados”, lembra Domício com orgulho.

A contribuição foi enorme, mas há um longo caminho pela frente, a mobilização é um processo. “Os jovens serão responsáveis por uma Ilha melhor no futuro. A minha geração não conseguiu, se vocês não assumirem a Ilha vai ficar abandonada”, resume Tinho. Mesmo que a geração de Tinho (a que lutou há 25 anos) não tenha obtido conquistas palpáveis, deixou como legado para os mais jovens o exemplo da história de lutas. A força dos mais velhos demonstra o quanto a união é importante ao se pensar na mobilização e sustentabilidade da Ilha.

O cansaço dessa geração de lutas é proporcional ao carinho que ela sente pelo Arquipélago. Temerosos do destino da “Esmeralda do Atlântico” após a anunciada falência do modelo turístico atual e o aumento do dilaceramento socioambiental, os entrevistados demonstraram depositar todas as esperanças (aqueles que ainda possuem alguma) nos jovens. Para as gerações que participaram de 1988, o principal diferencial dessa juventude é a educação, já que

estão todos alfabetizados e têm oportunidades que não existiam em outras épocas. “A escola tem que formar cidadãos. O jovem tem que estar preocupado em ter conhecimento dentro da escola.”, suplica Wilson.

Mas será que eles assumirão essa responsabilidade? No balanço final, a juventude se preocupa com o futuro da Ilha, mas já incorporou o discurso individualista. Querem sair de Noronha para estudar, crescer na vida e não acreditam em lutas, pois nada muda. Entretanto, as mensagens deixadas pelos mais velhos tocaram alguns desses estudantes. Mais conscientes, eles começaram a protestar no Conselho de Educação e estão pensando em criar um Grêmio Estudantil.

Os relatos sobre o movimento de 1988, seguidos da mobilização nacional, fizeram os alunos se questionarem, “se o Brasil acordou, porque Noronha não pode acordar também?” A resposta, vinda dos próprios jovens é: “nada atinge aqui, só o Turismo, enquanto ele não for afetado, Noronha não vai ter outro protesto igual ao de 1988”. Dentre os jovens que participaram do documentário era fácil identificar pelo menos quatro com forte perfil de liderança. Há que se capacitar esses futuros líderes, na faixa etária dos 14 aos 16, antes que eles saiam da Ilha. Mais: é preciso motivá-los a ficar. Como? Acredito que um bom começo é investir em educação e permitir que eles desfrutem da Ilha, como se fossem turistas.

Em uma semana de pesquisa, os levei para fazer programas corriqueiros da época em que morava lá, como assistir ao nascer da Lua na Igrejinha de São Pedro, subir o Piquinho, ir ao Sancho, fazer passeio de barco com peixe feito na hora. Fiquei surpresa ao constatar que era a primeira vez que muitos deles participavam de algumas atividades. Viver em Noronha e nunca ter visto a Lua nascer é um pecado, assim como não ir à praia, “porque temos aula o dia inteiro, não temos nem tempo de fazer o dever, como vamos aproveitar a praia?”. Foi lindo vê-los implorar para ficar mais um pouco contemplando a lua ou se recusando a terminar o passeio de barco, trocando de barco três vezes para não ir embora.

As aulas do ensino integral deveriam, ao menos, ser ao ar livre, propor atividades ao redor da Ilha como vem fazendo o fiscal Maguinho nas aulas de educação ambiental. Um processo de ensino/aprendizagem, no qual o papel do professor é “impulsionar a capacidade de saber pensar no aluno, [...] que resgata fortemente a vertente maiêutica da aprendizagem para e pela autonomia” (DEMO, 1999, p. 4). Qual motivação o jovem noronhense tem para ficar na Ilha, se mora em

um “paraíso” sem desfrutá-lo? Morar em Noronha sem aproveitar a natureza do lugar é como morar em uma cidade do interior pernambucano. Para os jovens, resta a pior parte: passar o dia dentro de sala de aula, conviver com estradas esburacadas e enlameadas, falta de água, lazer e cultura, pouca variedade no mercado, saúde e educação deficitárias, entre outros. Assim não há como concorrer com a atração da vida cosmopolita do continente.

A maioria dos entrevistados criticou a educação no Arquipélago após a chegada de Pernambuco, já que ela é baseada nas diretrizes do Estado de Pernambuco, sem considerar algumas peculiaridades do território insular. Entendo educação como “comunicação, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. (FREIRE, 1983, p. 69). Segundo os alunos que participaram desta pesquisa, a história da Ilha não é discutida em sala de aula e inserir fatos como a mobilização de 1988 no conteúdo programático só contribuiria no resgate da identidade local.

O ensino deve despertar a curiosidade dos estudantes sobre o mundo e sobre a ocupação da Ilha, mitos e lendas. Afinal, “o conhecimento [...] exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. [...]Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer.” (FREIRE, 1983, p.27). Além da curiosidade, a aprendizagem deve ser considerada um exercício e formação da politicidade, baseada na relação humana, como propõe Demo

“A aprendizagem é sempre fenômeno global, corpo e alma, no qual a relação humana é algo essencial. O humano da relação humana é sobretudo sua politicidade. Com efeito, a participação política é muito mais fenômeno emocional, que reclama dedicação, entrega, envolvimento, entusiasmo, do que meramente cerebral. Não se pode mais dizer que vida é cognição. Este cartesianismo passou. Mas vida é aprendizagem, porque vida é o que sabemos e aprendemos a fazer dela.” (DEMO, 1999, p.4)

Acredito muito, pelo que vivenciei, no potencial transformador desses jovens, carentes de atividades que exercitem a liderança de maneira prazerosa e lúdica. Fugir da rotina das salas de aula, proporcionando uma educação holística e experimental. Espero voltar em breve para editar o documentário junto com eles e contribuir, assim, para a continuidade de um projeto que deve ser permanente. A comunicação libertária, protagonizada por eles, seja por documentário ou por outros meios, deve se incorporar ao cotidiano não só da escola como em todos os setores.

Como expressa este manifestante do protesto em Noronha, as crianças precisam de socorro:



Figura 29: Manifestantes pedem ajuda para “salvar” as crianças de Noronha (Fonte: Blog Viver Noronha, 2013)

### 5.3 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO

A mobilização social é um ato de comunicação (TORO, WERNECK, 1996), como exposto no primeiro capítulo. Partindo deste pressuposto, toda a pesquisa realizada em Noronha teve como ponto central a comunicação em seu sentido dialógico como fenômeno humano, baseado na palavra, e democrático, como propõe Freire:

Se dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isso ninguém pode dizer a palavra sozinho, ou dizê-la para outros, num ato de prescrição, como qual rouba a palavra dos demais” (FREIRE, 1987, p. 78).

A comunicação na mobilização tem o papel de convocar as vontades dos indivíduos, compartilhar o que tem sido feito e, principalmente coletivizar os resultados, para manter os envolvidos seguros de que o que estão realizando em seu campo de atuação também é executado em outras categorias, o que dá continuidade ao processo. Como verificamos no primeiro capítulo, não há um meio

de comunicação que represente a comunidade na Ilha. Os alunos, durante a oficina de “Comunicação e Mobilização Social”, que promovi no dia 22 de abril na Escola Arquipélago, se queixaram de que não assistem à TV Golfinho (única que produz conteúdo sobre a Ilha, mesmo que sob a ótica oficial da ADEFN) e nem ouvem a Rádio local, pois o conteúdo não lhes interessa. O blog Viver Noronha, outro que trata sobre a Ilha e o Jornal Ecoar, do ICMBio, eram desconhecidos dos alunos que usam, basicamente o *facebook* para se comunicar, apesar da lentidão da internet.

Segundo a “Análise dos Resultados da Pesquisa de Opinião sobre o Setor de Comunicação da Ilha de Fernando de Noronha”, divulgado em 2004 pela TV Golfinho, e entrevistas realizadas em fevereiro de 2012, a comunidade tem interesse por programas educativos, documentários, trabalhos preventivos acerca da educação e saúde. No documento, muitos moradores pedem por uma cultura, pedem para que a televisão mostre a cultura do nordeste para que eles se inspirem a construir a sua própria cultura. Sobre a TV Golfinho, a comunidade sente falta de programas que aprofundem os conceitos trabalhados e participação prévia da comunidade. O grande interesse dos moradores é por novas vivências.

A Ilha carece de meios de comunicação representativos, feitos para e pela comunidade. Qualquer estratégia de comunicação que vise a mobilização no Arquipélago deve começar buscando meios que permitam à população descobrir e dar sua própria voz. O *facebook* é um meio que vem sendo muito utilizado para convocar as passeatas recentes na Ilha, mas que pela dificuldade de muitos moradores em ter acesso à internet, quase não foi utilizado neste projeto antes da pesquisa de campo. Consegui me comunicar com os ilhéus por telefone (quando este funcionava) e lá, usando a velha e eficaz “Rádio Rata à Sapata”. Para manter os alunos atualizados da programação de entrevistas e escalas de equipes, produzimos um grande cartaz que ficava na sala utilizada para a produção do documentário. Lá, se alguém conseguia marcar entrevistas, colocava a data e horário no mural e, assim todos se mantinham informados. As entrevistas foram quase todas marcadas indo de casa em casa no período da noite, quando a maioria já havia retornado do trabalho. Em Noronha, essa é a melhor estratégia de comunicação: a pessoal. É muito fácil encontrar as pessoas na rua, no supermercado, na escola. Noronha propicia uma maior convivência entre seus indivíduos e há que se considerar esta proximidade na hora de se pensar em estratégias para a mobilização.

A comunicação micro ou dirigida, aquela voltada a grupos ou pessoas considerando suas especificidades (TORO, WERNECK, 1996) é a mais eficiente na Ilha, principalmente, quando feita por bairros. Como em Noronha existem várias comunidades, cada bairro tem suas características próprias e investir nesse diálogo segmentado pode ser o sucesso para atingir um maior número de pessoas. A mobilização só é possível quando é estabelecido um canal de diálogo entre os diversos setores envolvidos, nesta pesquisa, buscou-se articular o contato com os principais poderes da Ilha (ADEFN e ICMBio) também pelo diálogo direto e reuniões com representantes. Assim, o projeto foi destaque no Jornal da Ilha, da TV Golfinho, e conquistou apoio de vários segmentos com transporte, passeio de barco e alimentação.

O sucesso em estratégias de comunicação dirigida, no entanto, não esvazia a urgente necessidade de se fomentar na Ilha uma comunicação emancipatória, representativa da comunidade. Falta investimento em meios que promovam a liberdade de expressão, a participação da comunidade e que retratem a realidade local. Segundo Ana Clara Marinho, o canal de maior audiência (ainda não há dados oficiais) na Ilha é a Globo Nordeste, que retransmite a programação produzida no continente, sem nada local, uma comunicação de massa, que difere da micro por se dirigir às pessoas como indivíduos anônimos. “Tanto a liberdade quanto a igualdade são impossíveis sem uma comunicação diversa desta comunicação massiva”, alerta (VIEIRA, 2011, p.41)

Neste sentido, alguns projetos em andamento na comunidade podem servir como embrião para uma comunicação mais democrática em Noronha. O primeiro é o Jornal Mural, uma iniciativa do professor de Artes e História da Escola Arquipélago, Diógenes Almeida, que está construindo um blog com notícias escritas por cerca de 10 alunos. As matérias são expostas em um mural na escola e retratam assuntos relacionados ao cotidiano estudantil e à realidade insular. Três alunos deste grupo acompanharam o projeto do documentário e produziram, inclusive, uma matéria para o mural. A outra iniciativa é resultado do envolvimento do grupo de alunos do Cine Clube com esta pesquisa. Eles gostaram tanto de produzir um documentário e descobrir a própria história que começaram a pensar em pautas para elaborar pequenas reportagens investigativas e exibi-las antes dos filmes de sábado.

Outras estratégias de mobilização viáveis na Ilha são as reuniões temáticas, rádio comunitária, vídeos ambientais, exibição de documentários e “tradução” de trabalhos acadêmicos sobre a Ilha.

#### 5.4 O RECADO DOS QUE LUTARAM

Destaco, como reflexão deste capítulo, a mensagem transmitida por alguns entrevistados ao responderem à questão: “Qual é o recado que você deixa para estes jovens, com base no que se aprendeu com a mobilização de 1988?”

##### **Morena**

“Os filhos e netos, que nunca desistam de nada, que lutem por uma Noronha melhor. Será que só a natureza tem que ficar bonita, ou será que a comunidade em harmonia com a natureza fica muito mais bonita. E que cuidem da Ilha mesmo, com carinho porque ela merece!”

##### **Domício Cordeiro**

“Vocês têm que se organizar, se mobilizar, se desprender da vidinha simples de Noronha, não há uma organização que venha dos jovens. Ser líder não é fácil, é uma estrada árdua. Acreditem nos estudos. É preciso acreditar, vocês vivem num lugar diferenciado, que tem problemas sociais mas podem ser resolvidos, mas é preciso que vocês apostem nessa transformação. Vocês já viram que nós podemos lutar quando nos organizamos, temos um ideal comum e lutamos juntos”

##### **Wilson Teixeira**

“Eu vejo com muita preocupação os jovens da Ilha. Gostaria que vocês realmente se preocupassem com o destino de FN. A idade vai chegando, você vai envelhecendo, vai ficando doente, e isso vai morrer. Não é brigar, é um processo democrático, é defender pacificamente as suas idéias. Gostaria que os jovens da Ilha estivessem sempre presente nas discussões no conselho da APA e do Parque, onde são discutidos os problemas da Ilha e se inteirando com o que está acontecendo. Noronha é um lugarzinho muito precioso, não só para a gente, mas para o mundo”

**Renê Jerônimo**

“Acho que o futuro da Ilha começa dentro da escola e da família porque a família é o alicerce, faz com que a criancinha vá para a escola, estude, venha para casa trazendo as informações, para ter essa troca de conhecimentos. Que estas crianças possam ter amanhã, através educação de casa, da escola e com a vida do atletismo, uma vida mais humanitária. Se nós tivéssemos as mãos dadas aqui em FN e as famílias fossem mais pertinho dos seus filhos, talvez nós tivéssemos uma família mais tranquila. Que os pais possam conduzir seus filhos com segurança.”

**Orlando Souza**

“Espero que estes jovens tenham oportunidade de estudos, não fiquem analfabetos tapados como eu. A Ilha um dia por si mesmo vai se achando, um dia eles mesmo vão procurar os direitos e a identidade que eles perderam. [...] Que eles não se vendam nunca, porque a Ilha com todos os problemas que falei ainda é o melhor lugar do mundo, é a nossa casa.”

**Ju Medeiros**

“Aqui eu só vou atentar que isso aqui vai ter uma solução quando tiver a preservação do ser humano. A escola tem que começar a fazer projetos de brincar de administrar, redações, fazer os meninos pensarem nisso.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escutar com o coração as mensagens que os participantes do movimento “SOS Noronha” deixaram para os alunos envolvidos nesta pesquisa reavivou a esperança de que é possível, sim, mobilizar a comunidade noronhense. E o segredo está justamente aí, neste encontro de gerações, em aprender com o passado. O presente é uma reconstrução dos séculos de abandono, disciplina e falta de cidadania em que viveram os ilhéus.

Desde que foi ocupada pelo Estado, Noronha viveu mais de dois séculos como presídio e é importante entender como esse período influenciou nas relações sociais e determinou comportamentos culturais típicos dos ilhéus. Só o homem tem consciência histórica. “É possível afirmar-se que o fernandino é um produto das circunstâncias histórico-sociais prevaletentes no Arquipélago no passado”, (LIMA, 2000, p.123).

A abordagem em qualquer processo de mobilização na Ilha deve ser pautada por uma visão complexa e sistêmica, considerar não só a participação em si, mas as razões que levam à sociedade ilhoa ao individualismo e à descrença na luta pelo bem comum. Neste sentido, é preciso trabalhar de forma contínua as questões sociais estruturais que impedem a ação coletiva, como a precária estrutura familiar, a educação, a emancipação política e, principalmente, a migração de noronhenses para o continente, o que provoca a perda de identidade.

A mobilização só é alcançada despertando paixões, não é a razão que move, é a emoção, o afeto. Sem cultivar este tipo de relação que valorize os moradores, os gestores públicos continuarão sofrendo com projetos sem continuidade e salas de discussões vazias. Há que se trabalhar o empoderamento dos cidadãos. Ele também contribui para uma participação qualificada, uma vez que promove o conhecimento do assunto demandado em diversos campos de atuação e compartilha informações entre todos os envolvidos. A falta de educação e conhecimento acarreta em uma participação vazia, com moradores despreparados para a tomada de decisões relativas à sustentabilidade do Arquipélago.

Esse modelo de modernização, “onde a democratização e a penetração do capitalismo ocorreram sem o protagonismo dos cidadãos” (ECS, 2009, p. 180), está fadado ao fracasso. A mobilização só acontece em um contexto de mudança de paradigmas onde haja o envolvimento e o diálogo entre os vários poderes instituídos

e a comunidade. Não há mais espaço em Noronha para projetos elaborados a quatro paredes no continente. Como vimos, mais difícil que envolver a comunidade nos projetos é manter a participação, pois faltam líderes comunitários, vontade política e produtores sociais na Ilha. O envolvimento dos sujeitos desde a concepção das propostas é um desafio frutífero que, quando alcançado, pode garantir o êxito dos projetos, mas ainda assim não assegura a sua continuidade.

Um exemplo foi a produção do documentário aqui relatada. Os objetivos a curto prazo como promover o encontro de saberes, resgatar a história e cultura noronhense, envolver a comunidade, trabalhar a auto-estima dos jovens e fazê-los perceber a importância deles no futuro da Ilha foram alcançados. Porém, longe da Ilha, sem reafirmar o compromisso, acompanhar o grupo e capacitar líderes não posso afirmar que o projeto terá continuidade. Alguns resultados como a participação dos alunos na série de manifestações na Ilha e a iniciativa de um grupo em formar um grêmio estudantil já demonstram que as sementes cultivadas estão gerando frutos. A estratégia de comunicação implementada serviu de inspiração para outras iniciativas de base comunitária, como o Jornal Mural e a gravação de reportagens sobre os problemas da Ilha. A comunidade noronhense requer uma comunicação representativa, com programas que retratem a realidade vivida e colaborem para pressionar os governantes por mudanças.

O mais relevante propósito do documentário, ferramenta de comunicação utilizada nesta pesquisa, foi trazer à tona a história da mobilização de 1988, desconhecida entre os alunos da Escola Arquipélago, inspirando novos movimentos, foi atingido. Apesar das limitações desse tipo de pesquisa, que depende que os envolvidos participem, doem seu tempo e criem vínculos em tempos de individualismo e esfacelamento das relações sociais (BAUMAN, 2003, VIEIRA, 2011), o projeto foi um sucesso. A relação estabelecida entre o grupo, baseada no afeto, amor e amizade, sentimentos que fomentam os laços necessários à ação coletiva, foi o maior legado desta pesquisa e é o que pode desencadear futuras mobilizações no Arquipélago. Os jovens são a única esperança de reverter o quadro de dilaceramento socioambiental enfrentado em Noronha, por serem os únicos que não dependem diretamente da Administração e, por isso, não sofrerem retaliações caso liderassem processos de mobilização. Os adultos estão cansados de tantas lutas fracassadas e os jovens são os futuros líderes da Ilha. O que falta é investir e acreditar em seu potencial.

Trabalhar a mobilização social de socioecossistemas turísticos envolve o estudo aprofundado da comunidade receptora pré e pós-Turismo. Em Fernando de Noronha foi possível avaliar os impactos sociais de um turismo sem planejamento. A atividade, antes da anexação de FN a Pernambuco em 1988 estava sendo realizada de forma controlada e gradativa. O atropelo das transformações fez com que o Turismo se transformasse em única alternativa econômica para os ilhéus desempregados após a saída do Governo Federal e da instituição do Parnamar. Estes três elementos (entrada de Pernambuco, do Turismo e criação do Parque Nacional) são essenciais para entende o baixo nível de capital social que a Ilha apresenta.

O Turismo trouxe práticas capitalistas do lucro fácil, consumismo e mercantilização das relações no Arquipélago. As famílias começaram a se amontoar em “puxadinhos” para ceder o espaço das antigas casas ao turista. A desestruturação familiar foi uma das piores consequências do Turismo na Ilha. As crianças ao perder o espaço dentro do próprio lar, encontraram seu lugar nas ruas, o que facilitou a entrada de drogas e o alcoolismo entre os jovens. Essa rejeição e falta de interesse dos pais na educação de seus filhos é um dos fatores que impede a formação de vínculos e provoca a desunião da comunidade. Muitas crianças, ao serem questionadas sobre o que querem ser quando crescer, respondem: “turista”. Afinal, é o visitante quem fica com a parte do “paraíso”, ocupa o melhor cômodo dentro da moradia dos ilhéus, come as melhores frutas do mercado, desfruta das praias e do universo subaquático, enquanto a população padece de problemas da “vida real”.

Por ser um espaço pequeno e limitado, as contradições e as desigualdades em Noronha são gritantes. Há, nitidamente, um espaço privilegiado para os turistas, com ar-condicionado, água abundante, infraestrutura de primeiro mundo dentro do Parque, e um descaso no lugar habitado pelos ilhéus, com favelização, falta de água, estradas de lama, escassez de alimentos de qualidade. Os noronhenses não desfrutam da Ilha como os turistas. Como, para eles, sobra somente o lado negativo do isolamento, a tentação de morar no continente é crescente. A maioria dos alunos que participou do projeto revelou o desejo de ir “logo embora da Ilha”. Com a migração vem a perda de identidade, junto com os turistas chegam os *haoles* e a especulação imobiliária. O nativo arrenda sua terra para viver com os recursos do “aluguel” na periferia de Recife e esse novo “sonho” noronhense poderia ser

combatida pela Administração insular por meio de medidas que motivassem a permanência do morador.

Além do fator social, o Turismo, aliado às limitações impostas pela criação do Parnamar, provocou um abandono parcial das atividades tradicionais ilhoas como a pesca e a agricultura. A dependência econômica da atividade pode ter severas consequências caso a Ilha sofra com uma “recessão turística”. É urgente resgatar práticas que garantam, além de uma alternativa econômica, a autosuficiência alimentar do Arquipélago.

A insatisfação dos turistas com o destino é crescente, os altos preços pagos incondizentes com a qualidade dos serviços revela a necessidade de pensar em um novo modelo turístico, voltado para a base comunitária e a sustentabilidade. Após uma crise na demanda em 2012, a comunidade percebeu que se a Ilha continuar se desenvolvendo sacrificando seus atributos naturais e a qualidade de vida dos moradores, a população perderá sua principal fonte de renda. Para se pensar em novos rumos para o Turismo na Ilha é necessário retomar a questão da sustentabilidade. Como ela não é um valor cultural arraigado na comunidade, tem que ser abordada em atividades de sensibilização, conscientização e educação ambiental. Não há turismo sustentável e, sim, comunidade sustentável.

Buscar uma sociedade sustentável em Noronha implica em reforçar a autoestima da população, resgatar a prática da pesca e da agropecuária e recuperar a cidadania da população. Neste sentido, para se trabalhar a sustentabilidade na Ilha, há que se levar em consideração uma das conclusões do ECS:

Para se ter uma melhora no quadro socioambiental da Ilha, que reflita num aumento de sua capacidade de carga, vários componentes deverão ser trabalhados ao mesmo tempo, em conjunto. Nenhum componente sozinho, por melhor que seja sua melhoria de desempenho, é capaz alterar de maneira significativa o panorama de sustentabilidade de um complexo turístico-ecológico como o de FN. (2009, p.276)

Fernando Mesquita demonstrou em pouco mais de um ano que quando o governo investe na valorização de seus cidadãos e na participação cidadã é possível unir um povo e motivar lutas como a do movimento de 1988. Apesar da inexperiência em protagonizar uma mobilização, mais de 1200 pessoas lutaram unidas por uma causa comum, movidas pelo orgulho serem noronhenses. A mobilização está no despertar de emoções, é este o sentimento responsável por uma ação transformadora, tão necessária para o futuro sustentável no Arquipélago.

Os jovens, embriões de sementes capazes de cobrir o cemitério de ideias com vida, é que serão motores desta mudança. As sementes estão lançadas, a comunidade deve cuidar destes embriões para que neles brotem esperanças e sonhos de “nós somos um”.

O caminho da liberdade é a criação de circunstâncias que libertem no ser social seus profundos impulsos de solidariedade para com qualquer ser humano. Se pudéssemos recuperar para a sociedade humana a natural confiança das crianças nos adultos, essa seria a maior conquista da inteligência, operando no amor, jamais imaginada. (MATURANA, VARELA, 2001, p.27)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Mariana M. *A Permacultura instrumentalizando o planejamento socioambiental na Zona Costeira: Um estudo de caso no Arquipélago de Fernando de Noronha*. Recife: UFPE, 2010. 118 p. Monografia (graduação) do curso de Biologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ARAGÃO, José Campos de. *Guardando Céu nos Trópicos: Ilha de Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

ÁVILA, Ely Pereira. *Fernando de Noronha – Da Ilha Maldita ao Paraíso*. RECIFE: Ed. Do Autor, 2002.

BALDISSERA, Rudimar. *A comunicação pública de turismo no (re)tecer a cultura da comunidade local: presenças e ausências como marcas de poder*. In Anais da VIII Reunión de Antropologia del Mercosur – RAM – 2009. Buenos Aires: UNSAM, 2009.

\_\_\_\_\_. *Comunicação turística*. Passo Fundo. Intercom, 2007. Trabalho apresentado no GT Comunicação Aplicada ou Segmentada – VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Passo Fundo, Maio, 2007.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: *Rev. Sociol. Polit*, nº 21, Curitiba, Novembro, 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000200007&script=sci_arttext). Acesso em 13/06/2013, às 11:50.

BARBIER, René. *A Pesquisa-Ação existencial, integral, pessoal e comunitária*. Brasília: Editora Plano, 2004.

\_\_\_\_\_. Escuta Sensível na formação de profissionais de saúde. In: CONFÉRENCE À L'ÉCOLE SUPÉRIEURE DE SCIENCES DE LA SANTÉ. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.barbier-rd.nom.fr/ESCUTASENSIVEL.PDF>. Acesso em: 11/07/2012, às 10:56.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e identidade local: Uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. GURS.; BZTYN, I. (orgs.). *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca de segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141

BORGES, Marieta. A Capela de São Pedro, em Fernando de Noronha. *Blog de Marieta Borges*, 16 set 2008. Disponível em: <http://www.marietaborges.com/2008/09/capela-de-so-pedro-em-fernando-de.html>. Acesso em 15/08/2011.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: a ética do humano, compaixão pela terra*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999

BRANDÃO, Carlos Rodrigues ; Streck, Danilo Romeu (org.). *Pesquisa Participante - o Saber da Partilha. Aparecida: Ideias e Letras, 2006*

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Minha casa, meu mundo*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.

BRASIL. *Estudo e determinação da capacidade de suporte e seus indicadores de sustentabilidade com vistas à implantação do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de FN. Produtos 3, 4 e 5*. Brasília: Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2007.

\_\_\_\_\_. *Noronha +20 – Programa de Sustentabilidade para o Arquipélago de Fernando de Noronha, uma construção participativa*. Brasília: Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo*. Brasília: IBAMA/Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2008.

\_\_\_\_\_. *DECRETO Nº 6040, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável Dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. *Diários da Assembléia Constituinte. Volume 284*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT\\_Abertura.asp](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp). Acesso em: 15 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. *Programa de sustentabilidade para o Arquipélago de Fernando de Noronha, uma construção participativa*. Brasília: Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2011. Disponível em: [http://www.marineheritage-unesco.org/wp-content/uploads/2012/01/Management-Plan\\_Noronha-2011-portuguese.pdf](http://www.marineheritage-unesco.org/wp-content/uploads/2012/01/Management-Plan_Noronha-2011-portuguese.pdf). Acesso em junho 2011.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 7. ed. São Paulo: Cultrix/ Amana-key, 2002.

\_\_\_\_\_. *Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Ciara. *O paraíso às avessas*. *Jornal do Commercio*. Recife, Caderno Especial. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/especial/noronha/> . Acesso em 14/07/2011, às 12h06.

CELIBERTI, Lilian. *Atores, práticas e discursos da participação*. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 51-58. (Publicações Polis, 47). Disponível em: <[http://www.direitoacidade.org.br/obras/arquivo\\_144.pdf](http://www.direitoacidade.org.br/obras/arquivo_144.pdf)>. Acesso em 05/02/2013, às 13:09.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 2ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/ EDUSP. 1987.

\_\_\_\_\_. *Espinosa: Uma filosofia da liberdade*. São Paulo. Ed. Moderna, 1995.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. A exclusão e a inclusão social e o turismo. In: *Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005.

\_\_\_\_\_. *Do local ao global: O turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papyrus, 1998.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, María Laura Silveira Mónica. *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

DEMO, Pedro. Politicidade da Educação e/ou Aprendizagem Reconstitutiva Política. 1999. Disponível em: [http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Texto/Demo\\_1099.htm](http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Texto/Demo_1099.htm). Acesso em: 12 maio 2013. Acesso em 10/11/2012, às 22:12.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, ED. Futura 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB - USP, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; NOGARA, Paulo Jose Navajas. *Nosso lugar virou parque: Estudo socio-ambiental do Saco de Mamanguá-Paraty-Rio de Janeiro*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

FALCÃO, Mariana. *A sustentabilidade do destino turístico Fernando de Noronha: Uma análise a partir da Abordagem do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas e das Dimensões da Sustentabilidade*. 201 f. Recife, UFPE. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUKUYAMA, F.. *Trust. The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York: The Free Press, 1995.

GALANO, Carlos. *Manifesto pela Vida: Por uma Ética para a Sustentabilidade*. Disponível em: [http://www.pnuma.org/educamb/Manif\\_pela\\_Vida.pdf](http://www.pnuma.org/educamb/Manif_pela_Vida.pdf). Acesso em 04/01/2011. Acesso em 07/10/2012, às 20:41.

GAMA, Hélio. *Turismo e Sustentabilidade: Um olhar sociológico sobre os lugares Ponta do Corumbau, Brasil e Havana, Cuba*. Brasília: UnB, 2005. 284 p. Tese (Doutorado). CEPPAC, Universidade de Brasília, 2005.

GASTAL, Susana. *Imagem e Imaginários no Turismo*. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Aleph, 2005.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1988.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GONZALES, Raul Daniel Bernal; RIGATTO, Sandra. *Em busca do Paraíso Perdido. O processo de comunicação aplicado ao Universo do Turismo*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006.

GONZÁLEZ, Joseba Fernández; PALACIOS, Jone Martínez. Sustentabilidad, Democracia ecológica y participación. In: *XI Jornadas de Economía Crítica*. Bilbao, 27-29 de marzo, 2008.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e Etnicidade. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159. Outubro, 2003.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Vértice, São Paulo: Editora dos Tribunais, 1990.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade*. Brasília: CEPPAC, UnB, 2005. Disponível em <http://www.sinprorp.org.br/Clipping/2003/os%20desafios.pdf>. Acesso em 12/10/2010, às 08:07.

HENRÍQUEZ, Christian; VERA, Marisela; SKEWES, Juan. *Turismo comunitario o de base comunitaria: una experiencia alternativa de hospitalidad vivida en el mundo Mapuche. Tralcao Sur de Chile*. 2011. Trabalho nos Anais do VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis, UFSC, 2007.

KLINK, Amyr. *Mar sem Fim*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIMA, Janirza. A simbologia triádica de Fernando de Noronha. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, vol. 24, nº 2. Recife, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nas Águas do Arquipélago de Fernando de Noronha*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. 344 p. Tese (Doutorado). Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais Doutorado em Antropologia

MACHADO, Ozeneide V.M. Pesquisa qualitativa: modalidade fenômeno situado. In: BICUDO, M.A.V. E ESPOSITO, V.H.C (orgs). *Pesquisa Qualitativa em Educação: um enfoque fenomenológico*. Piracicaba (SP): Editora Unimep, 1994.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia*, vol. 1, nº 15, 2001. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva, em Paris, 20/03/2001.

\_\_\_\_\_. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). *Revista FAMECOS* • nº 20, abr-jul. Porto Alegre, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004.

MARINHO, Ana Clara. Vai faltar peixe em Fernando de Noronha. *Globo.com*. 05 dez 2012. Caderno Viver Noronha. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/pe-viver-noronha/2012/12/05/vai-faltar-peixe-em-fernando-de-noronha/>. Acesso em 05/12/2012.

\_\_\_\_\_. Projeto de educação ambiental para Noronha vai ser lançado. *Globo.com*. 08 jun 2013. *Caderno Viver Noronha*. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/pe-viver-noronha/2013/06/08/projeto-de-educacao-ambiental-para-noronha-vai-ser-lancado/>. Acesso no dia 09/06/2013, às 13:39.

\_\_\_\_\_. Manifestação de Noronha é destaque na Rede Globo. *Globo.com*, 27 jun 2013. Viver Noronha. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/pe-viver->

noronha/2013/06/27/manifestacao-de-noronha-e-destaque-na-rede-globo/. Acesso em 27/06/2013, às 20:45.

\_\_\_\_\_. Pescadores são detidos acusados de pesca irregular em Noronha. *Globo.com*, 09 nov 2012. Viver Noronha. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/pe-viver-noronha/2012/11/09/pescadores-sao-detidos-acusados-de-pesca-irregular-em-noronha/>. Acesso em 27/06/2013, às 21:16.

\_\_\_\_\_. Incêndio destrói prédio histórico em Fernando de Noronha <http://g1.globo.com/platb/pe-viver-noronha/2013/06/08/incendio-destroi-predio-historico-em-fernando-de-noronha/>. Acesso em 08/06/2013, às 23h.

MATIAS, Alexandre. O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista. *Revista Galileu*, 12 jun 2013. Bom Saber. Disponível em: <http://colunas.revistagalileu.globo.com/colunistas/2013/06/12/o-ponto-em-comum-entre-a-praca-taksim-e-avenida-paulista/>. Acesso em: 13/06/2013, às 12:04.

MATURANA, Humberto. *O que é educar*. In: DHNET, 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/paradigmas/maturana/oqueeducar.html> Acesso em 22/10/2012 , às 11:36.

\_\_\_\_\_. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MENDONÇA, Teresa Cristina. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde, uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Ministério do Interior. Relatório final da Comissão Especial – Portaria MINTER/ GM/ nº174, sobre a extinção do Território Federal de Fernando de Noronha. Brasil, Outubro, 1988.

MOESCH, Marutschka Martini. *A epistemologia social do turismo*. São Paulo: USP, 2004. 509 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Roberts de. Localismo e isolamento: Uma reflexão sobre o turismo e as populações tradicionais. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI (org.). *Redescoberto a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

MOLINA, Sérgio. *Conceptualización del Turismo*. México: Limusa, 2000.

MONTORO, Tânia (org.). *Comunicação e Mobilização social*. Vol. 1 e 2 Brasília: UnB, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cultura do turismo: Desafios e práticas socioambientais*. Brasília: Thesaurus, 2003.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995. Lei Orgânica do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

\_\_\_\_\_. Governo lança projetos de Educação Ambiental em Noronha. SEMAS, 07 jun 2013. Disponível em: [http://www2.semas.pe.gov.br/web/semas/exibir\\_noticia?groupId=709017&articleId=7181349&templateId=2386863](http://www2.semas.pe.gov.br/web/semas/exibir_noticia?groupId=709017&articleId=7181349&templateId=2386863). Acesso em 07/06/2013, às 13:53.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Vol.5, nº10, Rio de Janeiro, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. 2(3): 3-15. Rio de Janeiro, 1989.

PUTNAM, Robert.. Bowling Alone : America's Declining Social Capital. In: *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, p. 65-78, Jan, Baltimore, 1995.

RABELO, Desirée Cipriano. *Comunicação e Mobilização na Agenda 21 local*. Vitória: Edufes/ Facitec, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *O que é o território?* In: *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Fernão Pessoa. Mas afinal... o que é mesmo documentário?. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis, UFSC, 2007.

RIECHMANN, Jorge. Una comunidad que incluya a los muertos, la encinas y las abejas. In: RIECHMANN, Jorge (org.). *Ética ecológica, propuestas para una reorientación*. Montevideo: Nordan Comunidad. 2004.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, C. A. C. Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. In: *Revista de Negócios*, v.10, p.288 - 301, 2005.

SANTILLI, Márcio. Abram os parques!. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 jun 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (org.) *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenología del mundo social: introducción a la sociología comprensiva*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SETUBAL, Maria Alice. *Autonomia individual e bem-estar social*. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 jun 2013. Caderno Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1289285-maria-alice-setubal-autonomia-individual-e-bem-estar-social.shtml>. Acesso em 09/06/2013, às 11:53.

SILVA, Maria (Marieta) José Borges Lins e. *Cinco séculos de História*. Série “Cadernos Noronhenses”, 2007

SIMON, Z. *Arquipélago Ameaçado - Carta aberta sobre Fernando de Noronha*. *Agir Azul – Boletim Ambientalista*. Janeiro/Fevereiro. Porto Alegre, 1994.

SOARES, Sandra. *A percepção ambiental da população noronhense em relação à Área de Preservação Ambiental, UFRPE2005*. 96 p. Monografia (Pós-Graduação). UFRPE, Recife, 2005.

SOUZA, Gisela Maria. *Impactos Socioculturais do Turismo em Comunidades Insulares. Um estudo de caso no Arquipélago de Fernando de Noronha – PE*. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. 106f. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2007.

SOUZA, Vanessa S. Fraga; SAMPAIO, Carlos Alberto. Em busca de uma racionalidade convergente ao ecodesenvolvimento: um estudo exploratório de projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. In: *RAP Rio de Janeiro*, 40(3), p. 411 - 425, Maio/Jun, 2006.

STEINBERGER, Marília. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: STEINBERGER, M. (org). *Territórios Turísticos no Brasil Central*. Brasília: LGE, 2009, pp. 29-55.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável*. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 4 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

THOMPSON, John B.. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA, Carolina Ramalhete. *Diálogo em redes solidárias: tecendo conexões socioambientais na UnB*. Brasília: UnB, 2011. 133 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2011.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, Paulo Freire. Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação. *In: Revista Política & Sociedade*. P. 139-162. Nº 7, outubro, 2005.

WAINBERG, Jacques Alkalai. *Turismo e comunicação: a indústria da diferença*. São Paulo: Contexto, 2003.

WWF-BRASIL. Pegada ecológica: que marcas queremos deixar no planeta?. Brasília: WWF-Brasil, 2007. Disponível em: [http://assets.wwf.org.br/downloads/19mai08\\_wwf\\_pegada.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/19mai08_wwf_pegada.pdf). Acesso 13/12/2011, às 14h32.

### **JORNAIS ANTIGOS<sup>52</sup>**

Informe – Coluna Tim Tim. *Jornal do Brasil*: 03.06.1988

Zózimo. *Contrapé*. Caderno B/Especial *Jornal do Brasil*: 30.06.1988

AMARAL, Gilberto. *Fernando de Noronha*. Brasília: Correio Braziliense: 02.07.1988

---

<sup>52</sup> Como os jornais foram obtidos de cópias antigas dos moradores, alguns não tinham boa resolução para escanear e vários estavam sem título/autor, por isso nem todos foram referenciados.

## ANEXOS

ANEXO A – EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSTA PELO DEPUTADO NILSON GIBSON PROPONDO A ANEXAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA A PERNAMBUCO

REVOGA A NECESSIDADE DE SE ALTERAREM OUTROS" (ART. 53 § 1º DO ATQ INT DA A.C.)  
 "QUEREA E A PROPOSTA APRESENTADA COMO ACESÓRIA DE OUTRA, PODENDO SER SU-  
 BSTITUÍDA, ADITIVA OU MODIFICATIVA" (ART. 53 § 2º DO ATQ INT DA A.C.)  
 PARÁGRAFO PREVISTO DO ART. 53 § 1º DO ATQ INT. DA A.C.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

PÁGINA 02/06

AUTOR  
 CONSTITUINTE NILSON GIBSON

PARTIDO  
 PMDB

PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO  
 PLENARIO

DATA  
 07/01/88

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

dor MATHEUS ROCHA , referente ao território de Fernando de Noronha:  
 " A atual crise brasileira deixou passar, recentemen-  
 te, sem a reprecussão devida, um acontecimento marcadamente injusto , mais uam vez , para nós Pernambucanos: a transferência adminis-  
 trativa do território de Fernando de Noronha , do Estado Maior das  
 Forças Armadas, para o Ministério do interior e não para Pernambuco  
 como seria de justiça.

Aquele arquipélago foi transformado em Território a -  
 través do Decreto Lei nº 4.102, de 09/02/1942, sendo Presidente da  
 República, o Senhor Getúlio Vargas, em Pleno Estado Novo , sob a  
 justificativa do interesse da defesa nacional, objetivando adaptar  
 a área à total administração militar que se impunha no momento. Es-  
 perava-se episódica a providência e, ao término da Segunda Grande  
 Guerra Mundial, a sua volta ao Estado de Pernambuco. Tal porém, não  
 se deu. Sob a alegação de " ponto estratégico " os militares conti-  
 nuaram no arquipélago até agora, quando ocorreu, discretamente, a  
 sua transferência para o MINTER . Vê-se, pois, que um ato de força e-  
 ditado em época de guerra e sob a égide do Estado novo, em vez de  
 ser reparado ao longo de tantos anos, foi agora confirmado. E não  
 se diga tera União indenizado posteriormente por cavilosa e discuti-  
 vel,, pois o Decreto esperado ocmo episódico, tornou-se consumado.  
 Dita indenização a posterior tinha aquele objetivo: o arquipélago  
 não voltava a Pernambuco, por ser o ponto estratégico e devido ser  
 gerido por militares. A sua volta, agora, ao poder Civil, anulou  
 consequentemente, aquele propósito, aquele ato. E desde que a admi-  
 nistração passa ao Poder Civil, por que o MINTER ?

CONSTITUINTE

ARRIBATUM

\* FICA VEDADA A APRESENTAÇÃO DE EMENDA QUE SUBSTITUA INTEGRALMENTE O PROJETO OU QUE TOCA RESPEITO A MAIS DE UM DISPOSITIVO, A NÃO SER QUE TRATE DE MODIFICAÇÕES COMPLETAS, DE MANEIRA QUE A ALTERAÇÃO, RELATIVAMENTE A UM DISPOSITIVO, ENVOLVA A NECESSIDADE DE SE ALTERAREM OUTROS" (ART. 23 § 2º DO REG. INT. DA A. N. C.)

\* EMENDA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO ACCESÓRIA DE OUTRA, PODENDO SER SUBSTITUTIVA, ADITIVA OU MODIFICATIVA" (ART. 24 § 1º DO REG. INT. DA A. N. C.)

FORMULÁRIO PREVISTO NO ART. 23 § 1º DO REG. INT. DA A. N. C.

2P00023-1

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 PÁGINA 01/06

2 AUTOR CONSTITUINTE NILSON GIBSON PARTIDO PMDB

3 PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO PLENÁRIO DATA 07/01/88

4 TEXTO/JUSTIFICATIVA

EMENDA ADITIVA

*Luiz Carlos a transformação em Parque*

~~Art. 23, inciso III, alínea c, da Constituição~~, das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, um parágrafo com a seguinte redação, resumendo-se os demais :

- " Fica extinto o Território de Fernando de Noronha, reincorporando-se a sua área ao Estado de Pernambuco . "

JUSTIFICATIVA

O Território de Fernando de Noronha, criado há tanto tempo , sempre foi apenas uma base militar que nos dias atuais já perdeu sua razão de ser, inclusive o Poder Executivo enviou mensagens nesse sentido ao Congresso Nacional. O arquipélago possui notáveis riquezas naturais e sua vocação é inarrendável. Pode ser racionalmente aproveitável e gerar inúmeras riquezas para o Brasil .

A reincorporação de sua área ao Estado de Pernambuco é medida de inteira justiça, dados os antecedentes históricos.

Passo a transcrever matéria inserida no Diário de Pernambuco, em 12.06 do corrente ano, de autoria do historia-

CONSTITUINTE

*[Handwritten Signature]*

Quando a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto de uma proposta a mais de um dispositivo, a não ser que trate de emenda complementar, de maneira que a alteração, integralmente a um dispositivo, ou a necessidade de se alterar outros. (Art. 22 § 2º do Reg. Int. da C.D.)  
Se a proposição apresentada como alteração de outra, podendo ser de emenda, substitutiva, ou modificativa. (Art. 22 § 3º do Reg. Int. da C.D.)

2 P 00023-1

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PLÉNEA  
05/06

AUTOR

CONSTITUINTE NILSON GIBSON

PARTIDO  
PMDB

PLÉNEA/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO

PLENARIO

DATA  
07/01/88

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

como o Monseñor Arruda Câmara, Pinto Pereira e o ex-Deputado Federal Sergio Murilo, se não me falha a memória, já lutaram nesse sentido, apresentando Projeto de Lei, e o Deputado Federal Nilson Gibson já fez pronunciamento a respeito. Urge imitá-los, o momento é propício. O Senado Federal e a Câmara Federal também deveria apoiar Pernambuco, tanto por questões de justiça, como pelo ônus financeiro que causa o arquipélago ao país, assim como sua situação política, anômala: seus habitantes só votam para Presidente da República, não tendo por conseguinte representação política municipal, territorial e federal.

Não seria essa a primeira vez que Pernambuco receberia de volta seu arquipélago: Até 1822, pertencia a Pernambuco, passando para o Ministério da Guerra até 1887, depois para o Ministério da Justiça até 1891, voltando para o Estado de Pernambuco até 1938 e finalmente voltando a passar para a Federação (servindo como presidio político no Estado) até 1942, quando então transformou-se em território.

Com o exposto fica aqui também o meu apoio ao Senhor Presidente da República José Sarney, pedindo com a devida venia, que se corrija a situação esdrúxula do arquipélago, por questão de justiça, coerência e transigência, promovendo a sua volta a Pernambuco, dando assim a oportunidade a Fernando de Noronha de ajudar o Brasil.

Esta proposta foi aprovada na Subcomissão dos Estados e encaminhada para a Comissão da Organização do Estado, juntamente com a criação dos novos Estados e a conversão dos territórios para Estado, mãe, infelizmente, por lamentável equívoco, não

CONSTITUINTE  
*Nilson Gibson*

FICA VEDADA A APRESENTAÇÃO DE EMENDA QUE SUBSTITUA INTEGRALMENTE O PARÁGRAFO OU QUE OUA RESPECTO A QUAISQUER DE UM DISPOSITIVO, A NÃO SER QUE TRATE DE MODIFICAÇÕES CORRELATAS, DE NATUREZA QUE A ALTERAÇÃO, DELATIVAMENTE A UM DISPOSITIVO, ENVOLVA A NECESSIDADE DE SE ALTERAREM OUTROS". (ART. 22 § 2º DO REG. INT. DO A.N.C.)

\* EMENDA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO ACORDADA DE OUTRA, PODENDO SER SUBSTITUTIVA, SUBSTITUTIVA, ADITIVA OU MODIFICATIVA". (ART. 20 § 1º DO REG. INT. DO A.N.C.)

FORMULÁRIO PREVISTO NO ART. 22 § 1º DO REG. INT. DO A.N.C.

9 P00023-1

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PÁGINA 04/06

2. AUTOR  
CONSTITUINTE NILSON CIBSON

PARTIDO PMDB

3. PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO  
PLENÁRIO

DATA 07/01/88

7. TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

sabido existirem interessados ali um turismo compensador, turismo esse que aliviaria os pesados encargos do Governo Federal. Turismo esse que trouxesse dólares, melhorias nas instalações e restaurações nos monumentos como o Forte dos Remédios e outros. E o fosfato da ilha Rata, tão necessário à nossa agricultura? Transformar um arquipélago em reserva ecológica não é a forma de resolver o problema. Um país como o nosso atravessando tremenda crise econômica, mendicando empréstimos e rolamentos de dívidas, não pode dar-se o luxo de agir dessa maneira. É sonhar demais. É estragar riquezas. É privar estrangeiros e brasileiros de conhecerem um dos mais belos encantos do país, sob alegações mal fundamentadas. Um turismo bem dirigido, prevendo modernas instalações de esgoto e limpeza só trará benefícios.

Metade da ilha é desabitada e coberta de vegetação e semelhante a da nossa caatinga. Não haveria a influência do turismo ali. A enseada dos Golfinhos o que há de mais importante a preservar - se acha situada em local de difícil acesso e o turista para chegar lá tem que fazê-lo de barco.

A empresa privada poderia desempenhar o papel de motor propulsora do turismo e da exploração de Guano, desde que conciliasse também os interesses dos Estados e da Federação. A vultosa soma, empregada certamente, voltaria em breve com dividendos mais que compensadores.

O Governo Estadual e seus parlamentares, bem como as figuras mais representativas da nossa sociedade deveriam se empenhar a fundo pela volta do arquipélago a Pernambuco. Homens

4. ASSINATURA  
*Nilson Cibson*

9P00083-1

“ Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o dispositivo ou que seja referente a mais de um dispositivo, a não ser que trate de emendas correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterar outros” (Art. 53 § 2º do Reg. Int. da Câmara)

“ Emenda é a proposição apresentada como alteração de outra, podendo ser de: PRECISIVA, SUBSTITUTIVA, ADITIVA OU MODIFICATIVA” (Art. 50 § 1º do Reg. Int. da Câmara)

POPULARADO PREVISTO NO ART. 53 § 1º DO REG. INT. DA CÂM.

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PÁGINA 03/ 06

1. AUTOR  
**CONSTITUINTE NILSON GIBSON**

2. PARTIDO  
**PMDB**

3. PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO  
**PLENARIO**

4. DATA  
**07/ 01/ 88**

5. TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

É o que dizer do Presidente Sarney com essa transferência ? Tudo indica ser do seu desejo transformar o arquipélago em reserva ecológica. pelo menos foi o que se deixou transparecer quando em declaração ao DIÁRIO DE PERNAMBUCO em fevereiro de 1986, afirmou que não haveria mais turismo na ilha, pois iria transformá-la em reserva ecológica. É preciso lembrar, associando ao acontecido, ser Fernando de Noronha, um peso morto para a Nação, desde 1945, após o conflito mundial. Antes, como ilha presidio, havia a justificativa para a despesa. Após isso, o território vem sendo sustentado pelo Governo federal a fundo perdido. É dinheiro que vai e não volta. Imagine se uma população de cerca de 1.200 habitantes, sem gerar receita e sendo mantida de tudo por avião e navio, desde que sua atividade agropecuária é irrelevante. Manutenção do hospital, escolas, serviço público e energia é termelétrica e gerada noite e dia. Enfim, um saco sem fundo, essa situação com altos e baixos perdura por quarenta anos.

O Governo militar pouco fazia, ou fazia o que podia para uma dotação orçamentária insuficiente para o vulto da administração, em local difícil e distante, onde falta tudo.

Dai vem a pergunta: Será então, a intenção de fazer dali uma reserva ecológica para justificar a remoção de sua população, o remédio heróico para o problema? Para reduzir as despesas?

O engraçado de tudo isso, para não dizer lamentável, é que uma ilha tão famosa, segundo alguns, mais linda que Capri com um potencial turístico avaliado como excelente, mais uma reserva de fosfato considerável, esteja nessa situação de penúria.

6. ASSINATURA  
*[Assinatura manuscrita]*

ANEXO B - EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSTA PELO JOSÉ MOURA  
PROPONDO A ANEXAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA A PERNAMBUCO

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PÁGINA 01/02

AUTOR Constituinte JOSÉ MOURA

PARTIDO PFL/PE

PLENÁRIO/COMISSÃO/SUBCOMISSÃO Plenário

DATA 13/01/88

Emenda Aditiva:

Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, do Projeto de Constituição(A), da Comissão de Sistematização, o seguinte artigo:

"Art. - Fica extinto o atual Território Federal de Fernando de Noronha, sendo sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco."

JUSTIFICATIVA

A República encontrou o arquipélago de Fernando de Noronha destacado do Território da Província de Pernambuco. Porém, antes mesmo da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, pelos Decretos de número 1.030, de 14 de novembro de 1890, artigo 225, e 1.371, de 14 de fevereiro de 1891, o Governo Provisório da República cedeu as ilhas ao Estado de Pernambuco.

Veio com o regime da Constituição de 1937 (o artigo 6º desta autoriza a União a "criar", no interesse da defesa nacional com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais") a criação do Território Federal de Fernando de Noronha desanexando as ilhas do Estado. A data do Instrumento legislativo utilizado - O Decreto-Lei nº 4.102, de 2 de fevereiro de 1942 - em plena Guerra Mundial, indica a motivação desses atos políticos. A partir daí o Território esteve sucessivamente sob a jurisdição do Ministério do Exército, da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas, sendo então governado por militares. Recentemente o Governo Federal transferiu o arquipélago para o Ministério do Interior.

CONSTITUINTE

SIGNATURA

O TEXTO DEVE SER BASTILHADO

1504-2

FICA VETADA A APRESENTAÇÃO DE EMENDA QUE SUBSTITUA INTEGRALMENTE O PROJETO OU QUE, EM RESPEITO A MAIS DE UM DISPOSITIVO, NÃO SEJA TRATE DE MODIFICAÇÕES CORRELADAS, DE MANEIRA QUE A EMENDA, RELATIVAMENTE A UM DISPOSITIVO, TENHA A NECESSIDADE DE SE ALTERNAR OUTROS" (ART. 23 § 2º DO REG. INT. DA A.N.C.)  
EMENDA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO ACESSÓRIA DE OUTRA, PODENDO SER SUPRESSIVA, SUBSTITUTIVA, ADITIVA OU MODIFICATIVA" (ART. 59 § 4º DO REG. INT. DA A.N.C.)

FORMULÁRIO PREVISTO NO ART. 23 § 1º DO REG. INT. DA A.N.C.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

2 PÁGINA 02/02

AUTOR Constituinte JOSÉ MOURA

3 PARTIDO PFL/PE

4 PLENÁRIO

5 DATA 13/01/88

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que hoje não mais subsistem as razões determinantes da criação do Território. As exigências da defesa da Pátria e do Hemisfério mudaram com os avanços da ciência e da técnica de nossos dias. O arquipélago não tem mais a importância militar e estratégica que detinha há quarenta anos atrás.

É importante ressaltar que os cidadãos do arquipélago já fazem parte do Cclégio Eleitoral do Estado de Pernambuco, o que dispensa a consulta plebiscitária que se fizesse necessária.

Desta forma, configura-se, com a Assembléia Nacional Constituinte, o momento oportuno para sua reincorporação ao Estado de Pernambuco, pois, foi sempre pernambucano, ligado a Pernambuco e Pernambuco é seu destino natural. //

ANEXO C- MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE EM 02.07.1988

## Fernando de Noronha

Quem procurou explicações ontem não encontrou, mesmo porque parece não existir justificativa fundamentada. Ninguém está entendendo porque a Constituinte, por 291 votos, decidiu anexar o Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. Primeiro, porque o arquipélago é considerado um ponto estratégico em termos militares e devia ser administrado em caráter especial pela União, pela sua condição de reserva ecológica. Segundo, porque não vinha acontecendo nenhum problema que pudesse justificar essa anexação. E terceiro, porque Pernambuco, que está enfrentando sérios problemas financeiros e econômicos, atravessando uma situação extremamente difícil, não se encontra em condições de absorver o Território. Assim sendo, a medida está sendo interpretada como resultado de questão pessoal ou de manipulação puramente ideológica. Ou foi para ferir o presidente Sarney, que já colocou o seu amigo e ex-porta-voz Fernando César Mesquita como governador, cargo que ocuparia até 1990, ou foi para massagear o ego do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que já esteve preso em 1964. Ou foi com as duas intenções. Fora disso, não existe outra razão para tomar a decisão compreensível. A medida só pode ser considerada como irracional.

## Fernando de Noronha volta a pertencer a Pernambuco

BRASÍLIA — Quando for promulgada a nova Constituição, o governador do Território Federal de Fernando de Noronha, Fernando Cesar Mesquita, estará sem emprego. Numa votação que dividiu a esquerda e a direita, além dos ecologistas, a Constituinte decidiu ontem manter a anexação do território ao Estado de Pernambuco, como foi aprovado no primeiro turno.

A decisão do plenário — 265 votos a favor, 168 contra e 15 abstenções, — foi recebida com protestos e tumultos por uma delegação de aproximadamente vinte ilhéus que se estavam nas galerias, vestidos com camisetas com a bandeira do território. “Traidores, traidores” — gritava uma mulher, descontrolada. Houve uma correria de seguranças da Câmara para as galerias.

E os insultos irritaram tanto o deputado Ulysses Guimarães que ele acabou perdendo a paciência: “Exijo respeito aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. As galerias devem se comportar civilizadamente. Elas não podem interromper nossos trabalhos”.

O início da votação foi retardado também por uma dúvida levantada em plenário: se voltasse à condição de território, Fernando de Noronha teria direito a possuir uma representação de quatro deputados federais, como os demais territórios? A dúvida foi esclarecida prontamente pelo relator Bernardo Cabral. Se o arquipélago deixasse de pertencer a Pernambuco, não teria direito a uma bancada federal. Na redação final, Cabral introduziria uma ressalva, eliminando essa possibilidade.

ANEXO E - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM  
04.10.1988

A - 2 — OPINIÃO — Terça-feira, 4 de outubro de 1988

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil \* \* \*

Publicado desde 1921

Propriedade do Grupo Folha de São Paulo S.A.

Director de Redacção: Otávio Filho Filho — Conselho Editorial: Lúcio Alberto de Sá, Egídio César de Carvalho Leite, Cláudio Pereira, Marcelo Casella, Roberto Maciel, Carlos Alberto Lange, Jairo de Freitas e Otávio Filho (secretário)

## Pressa de última hora

Na cerimônia de promulgação da nova Constituição, o presidente da República estará conferindo efeito formal e solene a um compromisso que faz questão de reafirmar a cada oportunidade: o de respeitar a nova ordem constitucional. Até lá; no entanto, tudo parece valer.

Não deixa de ser estranho e lamentável, num ambiente de renovação institucional, que o governo Sarney se socorra dos últimos dias da velha Constituição para tomar providências que o futuro texto proíbe ou dificulta. Concretamente, as ações do Executivo se revestem de legalidade (já que estão de acordo com a Carta vigente) e, sob este aspecto, não merecem reparo. É, porém, principalmente no plano ético que a atitude do governo se denuncia.

Assim, driblando a futura norma constitucional que veda a contratação de servidores sem prévio concurso público, o ministro da Administração, Aluizio Alves, decide autorizar, à revelia até do Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos (órgão teoricamente incumbido de controlar a máquina administrativa), a contratação de 893 novos funcionários. Como o governo não se panta pela austeridade mesmo, por que não aproveitar estes últimos dias para o desperdício?

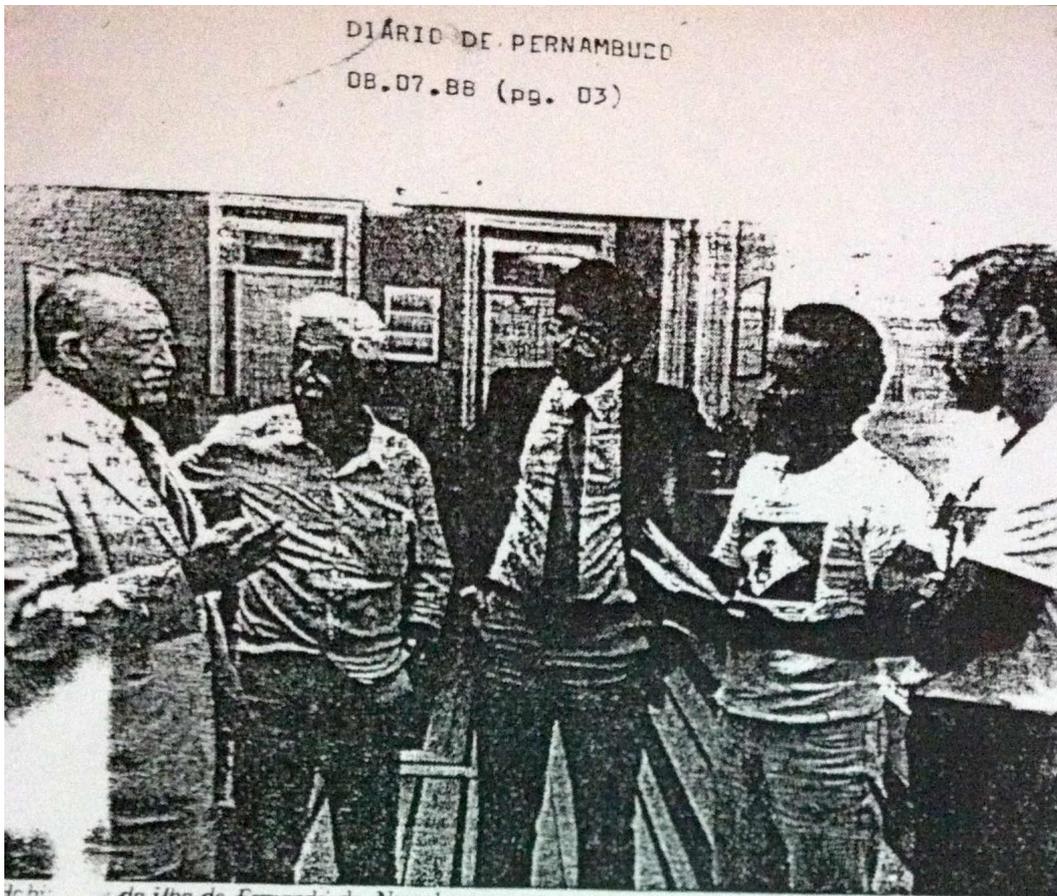
Deu-se o mesmo com a distribuição de emissoras de rádio e TV. A Carta que entra em vigor estabelece mecanismos mais limitados para a conce-

ção: o que hoje é feito de acordo com a vontade exclusiva do governo passará a depender também da aprovação do Legislativo. Por que não aproveitar estes últimos dias em que as outorgas ainda podem ser feitas conforme a regra que caduca? Só no mês de setembro foram distribuídos 339 canais de rádio e 29 de televisão.

Mas as "antecipações" do governo não param por aí. Entre outras providências, decretos do presidente Sarney transferiram para o Ministério da Aeronáutica e para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) os bens da União localizados no Território de Fernando de Noronha — dificultando, pelo menos em princípio, a administração do arquipélago pelo Estado de Pernambuco; um novo regimento do SNI (Serviço Nacional de Informações) foi editado, ao que tudo indica, na tentativa de restringir o alcance da figura do habeas-data. E, no mesmo sentido, o Conselho de Segurança Nacional (extinto pela Constituição) foi transformado na Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional.

Pode ser até que algumas destas decisões percam validade jurídica a partir da promulgação, mas o que impressiona em tudo isto é o descaço com que o governo trata o novo texto constitucional. É melancólico, ainda, assistir a como se esfalfa para aproveitar, no apagar da luzes, as facilidades do antigo regime.

## ANEXO F- MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO EM 08.07.1988



da ilha de Fernando de Noronha procuraram o governador para evitar anexação a Pernambuco

## Ilhéus vão a Arraes

Depois de conversar com o senador Manoel de Lacerda e com o deputado Nilson Gibson, uma comissão de moradores do Território de Fernando de Noronha esteve ontem com o governador Miguel Arraes para lhe pedir que influa contra a decisão da Assembleia Nacional Constituinte, no segundo turno das votações, de anexar a ilha ao Estado de Pernambuco. Os ilhéus pretendem entrar em contato com todos os 559 constituintes para desaprovarem a decisão.

O contato dos moradores do Território com o governador ocorreu no final da tarde, no Campo das Princesas. Eles lhe entregaram um abaixo-assinado (700 assinaturas, 40% dos habitantes) reclamando que não foram ouvidos pelos constituintes e

que não aceitam a decisão, pois consideram que trará consequências para a economia, tanto do Estado quanto do Território.

— Nós também não fomos ouvidos sobre a emenda que propõe a anexação, mas devemos acatar a decisão da Assembleia Nacional Constituinte. Por enquanto não tem nada resolvido, pois ainda vai haver a votação em segundo turno. A anexação é uma questão política e não financeira, argumentou o governador ao receber o documento dos ilhéus. Ele não prometeu interferir na questão junto à Assembleia Nacional Constituinte.

A conversa foi rápida e teve lances bem humorados. Arraes conversou animadamente com um antigo pescador da Ilha, que foi seu amigo, quando esteve preso em Fernando de Noronha. Salviano José de Souza, e prometeu "ir lá qualquer dia comer uma peixada".

## ANEXO G - CARTA DA COMUNIDADE ENVIADA AOS CONSTITUENTES

ANEXO G - Carta da Comunidade Enviada aos Constituintes

Fernando de Noronha, 6 de julho de 1961.

"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através do plebiscito e do Congresso Nacional mediante lei complementar. Tit. III, Cap. I, Art. 18, §3º

"Inclua-se entre os bens da União: as ilhas oceânicas e as marítimas, excluídas as já ocupadas pelos Estados e Municípios" Tit. III, Cap. II, Art. 20, § 4º

**SENIOR CONSTITUINTE**

Vossa Excelência aprovou os dispositivos acima transcritos no Capítulo da Organização Político-Partidária.

Mas, antes mesmo de Vossa Excelência promulgar a Nova Carta, eis que uma pequena comunidade brasileira é desrespeitada e contrariados os direitos que lhe foram assegurados no Título III da futura Carta.

São os noronhenses, que nasceram e vivem em Fernando de Noronha, que amam a sua terra, que lutam na defesa do ecossistema e do patrimônio cultural desse importante conjunto de ilhas oceânicas.

O argumento de que Fernando de Noronha historicamente pertence ao Estado de Pernambuco é falso. A vingar essa tese, ter-se-ia de fazer muitas exceções e ressalvas por esse Brasil afora.

A Nova Constituição avançou em vários sentidos; garantiu direitos e respeitou minorias; dois Territórios foram transformados em Estados.

No caso de Fernando de Noronha está havendo um retrocesso. Deixa o Território de ser uma Unidade da Federação para transformar-se num mero Distrito pernambucano, se tanto.

O Arquipélago precisa estar fora das lutas políticas e de interesses menores. Esse Santuário Ecológico é um bem natural de todos os brasileiros e das gerações futuras.

Vossa Excelência tem o poder do voto, e pode ajudar a reverter esta esdrúxula situação, devolvendo à única população insulada do País o direito de continuar com a sua identidade própria.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE FERNANDO DE NORONHA *Valdiriano Jara*

INSTITUTO CULT. E CIENT. DO ARQUIPÉLAGO DE FN *Justino Santos*

ASSOCIAÇÃO NORONHENSE DOS PESCADORES *Orlando José da Silva*

IGREJA BATISTA DE FERNANDO DE NORONHA *Salomão José da Silva*

ASSEMBLÉIA DE DEUS DE FERNANDO DE NORONHA *Roberto José da Silva*

REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA EM FN *Roberto José da Silva*

CLUBE DE MÃES DE FERNANDO DE NORONHA *Cláudia de Almeida Silva*

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE FN *Alvinos Alves de Sousa*

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE FN *Cláudia*

CLUBE DOS JOVENS DE FERNANDO DE NORONHA *Dievi Vital Jara*

CLUBE ESPORTIVO NORONHA *Luigi Rabelo da Silva*

CLUBE ESPORTIVO VENEZA (FN) *Adriano Soares Silva*

CLUBE ATLÂNTICO (FN) *Almirante*

OPERATIVA DOS PROF. EM EXERCÍCIO DE FN *Luiz de Fátima*

(em formação)

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE FN *Eliziane Fátima de Souza*

JUVENTUDE FRENCHISANA EM FN *Roberto José da Silva*

ASSOCIAÇÃO DOS ANCIANOS DE FN *Roberto José da Silva*

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS QUE FORAM FEITAS PARA A GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO.

- 1) Nome, profissão e idade
- 2) O que representou o primeiro governo civil na Ilha depois de mais de 40 de militarismo?
- 3) Na sua opinião, o que motivou a mobilização da comunidade contra a reanexação a Pernambuco? Acredita que está relacionada ao período de cidadania vivido na época de Mesquita?
- 4) Como foi participar do movimento, o que te marcou naquela época?
- 5) O que você aprendeu com o movimento?
- 6) Conte alguma história de quando esteve em Brasília, quantas pessoas foram ao total, onde ficaram, o que faziam?
- 7) Como foi receber a notícia de que a emenda havia sido aprovada? Como você acha que esse fato se refletiu na capacidade da comunidade se mobilizar novamente em outras ocasiões?
- 8) O que representou a chegada de Pernambuco e quais foram as principais transformações vividas na Ilha ainda em 1988?
- 9) Você acredita que a chegada do Turismo influenciou na mobilização da comunidade?
- 10) Você consegue imaginar a comunidade noronhense de hoje se mobilizando como em 1988? Por quê? Como?
- 11) Porque Noronha é conhecida como um “cemitério de idéias”? Qual o motivo do fracasso de tantos projetos?
- 12) Tem algo sobre essa época/ movimento que você deseja acrescentar?
- 13) Vocês se sentiram manipulados durante o processo? Acha que estavam preparados para um movimento dessa ordem?
- 14) Atualmente, quem são os líderes em Noronha que mobilizariam Noronha? Existem líderes como antes?
- 15) As pessoas de fora são as que organizam e conduzem os movimentos de mobilização?
- 16) Qual o aprendizado do movimento que você deixaria para estes jovens?